

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA APARECIDA SANTIAGO DA SILVA

Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia
Experimental de Bluma V. Zeigarnik

Maringá
2014

MARIA APARECIDA SANTIAGO DA SILVA

Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia
Experimental de Bluma V. Zeigarnik

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Linha de Pesquisa: Processos Educativos e Práticas Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski

Maringá
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S586c Silva, Maria Aparecida Santiago da
Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik/ . -- Maringá, 2014.
256 f.

Orientador: Prof.a. Dr.a. Silvana Calvo Tuleski.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2014.

1. Psicologia Histórico-Cultural. 2. Adoecimento psíquico. 3. L. S. Vigotski. 4. Patopsicologia Experimental. 5. Bluma V. Zeigarnik. I. Tuleski, Silvana Calvo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 22. ED.362.2

JLM-001624

MARIA APARECIDA SANTIAGO DA SILVA

Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia
Experimental de Bluma V. Zeigarnik

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana Calvo Tuleski (Orientadora)
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Sônia Mari Shima Barroco
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Flávia Gonçalves da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Aprovada em: 17 de fevereiro de 2014.

Local de defesa: sala 06 do DPI (bloco 118), Universidade Estadual de Maringá.

Dedico este trabalho à Marlene Simionato, professora e amiga de toda vida, por me acompanhar, acreditar e dar força nesse e em outros percursos. Continuemos o caminho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelas condições e investimentos oferecidos em tudo que necessito, além do suporte e incentivo incondicionais;

Ao meu irmão, pelas incursões na psicologia sempre que eu precisava de auxílios técnicos;

Ao Paulo, meu moço, sempre disposto ao diálogo e acolhendo minhas inquietações, dúvidas e planos durante toda a pesquisa, além de toda a paciência;

Às amigas Heloisa, Aline, Valquiria, Marcele, Bruna e Laiana, por me acompanharem, cada uma de um lugar, nesse percurso acadêmico;

Ao Paulo Ricci, meu amigo e irmão de orientação, pela parceria e por termos compartilhado tantos momentos durante o Mestrado;

Aos meus amigos Káriliny e André, pela felicidade de fazermos parte da mesma turma de Mestrado e dividirmos os sentimentos e preocupações nesse momento de nossas vidas;

À Silvana Calvo Tuleski, pela orientação primorosa ao longo de todo o Mestrado, sempre trabalhando com o que eu poderia aprender e desenvolver diante de tantas inquietações, como um grande exemplo ético, de docente e de pesquisadora;

Às professoras Flávia Gonçalves da Silva e Sonia Mari Shima Barroco, pela enorme contribuição na pesquisa, acompanhada de tanto respeito e diálogo para que esse trabalho pudesse crescer;

Aos professores do Mestrado, em especial à Maria Lúcia Boarini que tanto me inquietou;

À Tânia, pela paciência, carinho e prestatividade;

À professora Adriana de Fátima Franco, pela força e acompanhamento no estágio de docência;

À AFIM, em especial à Ana Cláudia, pelo apoio, credibilidade e força nesse início de vida profissional;

À Universidade Estadual de Maringá, pela possibilidade da formação profissional com professores e experiências pelas quais já passei;

A todos aqueles que não citei pontualmente aqui, mas que fazem parte desse e de outros trabalhos;

À CAPES, pelo apoio financeiro.

(...) poder demonstrar a potencialidade do homem é a tarefa de toda a psicologia, pelo menos daquela que se pretende científica (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 102).

Silva, M. A. S. (2014). *Compreensão do adoecimento psíquico: de L. S. Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.

RESUMO

A presente dissertação resulta de pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-conceitual, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (2012-2014) e está atrelada à área de concentração Constituição do Sujeito e Historicidade, na linha de pesquisa Processos Educativos e Práticas Sociais. O objetivo refere-se ao estudo do adoecimento psíquico a partir dos princípios teóricos e metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural, mais especificamente de L. S. Vigotski e da Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik, disciplina psicológica ainda bastante desconhecida no Brasil. O estudo inicia-se por um recuo histórico acerca da relação entre o campo científico da psiquiatria e da psicologia na Rússia e na União Soviética, para se compreender como a psicologia vigotskiana - cuja base filosófico-epistemológica assenta-se no materialismo histórico e dialético – deu base à explicação de determinados transtornos mentais, tratados, predominantemente, no âmbito da psiquiatria. Os fatores político-econômicos impactaram as ciências de modo geral a partir das transformações sociais soviéticas e também influenciaram a Psicologia, que foi descaracterizada de seu objeto de estudo, o homem, inclusive o adoecido psiquicamente. Isso se deveu ao valor atribuído à fisiologia e à psiquiatria, havendo apenas algumas inserções nesse campo numa direção contrária feitas por Vigotski na década de 1930, que foram base para o trabalho de Zeigarnik na década de 1960 em diante. Os dois próximos passos da pesquisa encontram-se interligados, uma vez que discorrem sobre os pressupostos, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, que regem o entendimento do adoecimento psíquico sob esse viés metodológico. Desse modo, no segundo capítulo são apresentadas as contribuições de Vigotski na explicação acerca do desenvolvimento humano e dos processos de desintegração dos processos psicológicos, principalmente em estudos a respeito da esquizofrenia. Esses trabalhos foram a base para que a Patopsicologia Experimental investigasse a alteração patológica da atividade mental, focalizando-se, mais especificamente, no aporte da Teoria da Atividade de Leontiev, como exposto no terceiro capítulo. Para Zeigarnik, na doença mental, há a criação de necessidades patológicas e a alteração da hierarquia de motivos a partir de uma conduta patológica da atividade humana que, tendo sua estrutura alterada, leva, ainda, a outros comprometimentos psicológicos, especialmente no que tange à personalidade do homem. Ao partirmos da compreensão do desenvolvimento humano como um processo relacionado à vida material e social do homem, o presente estudo pode contribuir para a explicação do adoecimento psíquico em condições patogênicas de educação e de trabalho atreladas às relações de classe e de produção capitalistas, no caso do atual contexto histórico. Esperamos estabelecer uma base sólida para uma atuação pautada no comprometimento ético e político, atenta para as condições sociais patogênicas, buscando formas para transformá-las no âmbito individual e coletivo de trabalho na esfera da saúde mental, indo além de explicações limitadas e a-históricas, mas buscando as múltiplas determinações dos fenômenos humanos.

Palavras-chave: Adoecimento psíquico; Psicologia Histórico-Cultural; L. S. Vigotski; Patopsicologia Experimental; Bluma V. Zeigarnik.

Silva, M. A. S. (2014). *Understanding of mental illness: from L. S. Vygotsky to Experimental Abnormal Psychology of Bluma V. Zeigarnik*. Master's Dissertation, Postgraduate Program in Psychology, State University of Maringá, Maringá-PR.

ABSTRACT

This dissertation is the result of literature review, of theoretical-conceptual nature, linked to the Postgraduate Program in Psychology at the State University of Maringá (2012-2014) in the research field Constitution of the Subject and Historicity and the search line Educational Processes and Social Practices. It aims to study the mental disorder from the theoretical and methodological principles of Historical-Cultural Psychology, specifically the L. S. Vygotski and the Experimental Abnormal Psychology of Bluma V. Zeigarnik, psychological discipline which is still quite unknown in Brazil. The study starts by a historic retreat on the relationship between the scientific field of psychiatry and psychology in Russia and the Soviet Union, to understand how the vigotskian psychology - whose philosophical and epistemological base is based on the historical and dialectical materialism – which explains certain mental disorders, treated, predominantly, in the context of psychiatry. The political and economic factors have impacted the sciences in general from the Soviet social transformations and also have influenced the Psychology, which was uncharacteristic of its subject, the man, including the mentally ill. This was due to the value assigned to the physiology and psychiatry, with some inserts in that field made by Vygotski in the 1930s, which were the basis for Zeigarnik's work after the 1960s. The next two steps of the research are interconnected, since they discuss the assumptions from the Historical-Cultural Psychology, governing the understanding of the mental illness in this methodological bias. Thus, in the second chapter the contributions of Vygotsky are presented in the explanation of human development and the processes of disintegration of psychological processes, especially in the studies about the schizophrenia. These works were the base for the investigation of the pathological changes of mental activity by the Experimental Abnormal Psychology, focusing, more specifically, the contribution of Leontiev's Activity Theory, as explained in the third chapter. To Zeigarnik, on the mental illness, there is the creation of pathological needs and the changing of the hierarchy of motives from a pathological behavior of human activity, which has its structure modified, leading to other psychological commitments, mainly regarding the personality of man. Starting from the understanding of human development as a process related to man's social and material life, the present study may contribute to the explanation of mental illness in pathogenic conditions of education and work tied to class relations and capitalist production in the current historical context. We hope to establish a solid base for action based on ethical and political commitment, attending to pathogenic social conditions, seeking ways to transform them into individual and collective work in the sphere of mental health, achieving explanations beyond the limited and ahistorical ones, but seeking multiple determinations of humans phenomena.

Key words: Mental Disorder; Historical-Cultural Psychology; L. S. Vygotski; Experimental Abnormal Psychology; Bluma V. Zeigarnik.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UM RECORTE DA HISTÓRIA RUSSA E SOVIÉTICA: APROXIMAÇÕES, RELAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A PSIQUIATRIA E A PSICOLOGIA	29
1.1 ANTECEDENTES À REVOLUÇÃO DE 1917	32
1.2 O DESENVOLVIMENTO DA NOVA SOCIEDADE NO GOVERNO LENINISTA: IMPLICAÇÕES CIENTÍFICAS	50
1.3 O PERÍODO STALINISTA: CENSURA E PAVLOVINIZAÇÃO CIENTÍFICA	66
1.3.1 A psiquiatria e a psicologia soviética na URSS após a Segunda Guerra Mundial	88
1.4 1.4 O PERÍODO DO PÓS-STALINISMO E O DEGELO NA UNIÃO SOVIÉTICA	96
2 ESTUDOS SOBRE A PATOLOGIA MENTAL A PARTIR DOS APORTES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	101
2.1 AS BASES CONCEITUAIS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	102
2.1.1 A periodização do desenvolvimento psicológico	108
2.2 AS INVESTIGAÇÕES DE L. S. VIGOTSKI NO CAMPO DA DESINTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS	124
2.2.1 O trabalho na Defectologia: apreendendo o método histórico	132
2.2.2 Os estudos vigotskianos sobre a patologia mental: histeria, afasia e esquizofrenia	136
3 PATOPSIKOLOGIA EXPERIMENTAL: UMA MUDANÇA TEÓRICO-METODOLÓGICA NA CONCEPÇÃO DOS TRANSTORNOS MENTAIS	155
3.1 A UNIDADE DA HISTÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA NA TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE BLUMA V. ZEIGARNIK	157
3.2 O DELINEAMENTO HISTÓRICO DA PATOPSIKOLOGIA EXPERIMENTAL E DE SEU OBJETO DE ESTUDO	166

3.2.1	Princípios teóricos da Patopsicologia Experimental	169
3.2.2	Contribuições dos estudos de A. N. Leontiev sobre a constituição sócio-histórica da personalidade para a Patopsicologia de Zeigarnik	179
3.3	SOBRE OS APORTES METODOLÓGICOS DA PATOPSIKOLOGIA E O USO DOS EXPERIMENTOS PSICOLÓGICOS	185
3.4	OS PROCESSOS PSICOLÓGICOS EM SUAS DISTINTAS ALTERAÇÕES PATOLÓGICAS	194
3.4.1	Alterações da consciência	195
3.4.2	Alterações da percepção	196
3.4.3	Alterações da memória	197
3.4.4	Alterações do pensamento	198
3.4.5	Alterações da personalidade	205
3.4.6	Alteração da capacidade mental	215
3.5	CONTRIBUIÇÕES DAS INVESTIGAÇÕES PATOPSIKOLÓGICAS PARA OS PROBLEMAS DA PSICOLOGIA GERAL	216
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS	236
	ANEXO	247
	ANEXO 1	248
	APÊNDICES	249
	APÊNDICE A	250
	APÊNDICE B	251
	APÊNDICE C	254

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa bibliográfica, de natureza teórico-conceitual, sob a perspectiva histórica em Psicologia, na busca pelo entendimento dos fenômenos humanos a partir de suas contradições, materialidade e totalidade, um exercício a partir do materialismo histórico e dialético. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI) da Universidade Estadual de Maringá, cuja área de concentração constitui-se na Constituição do Sujeito e Historicidade, inserida na linha de pesquisa Processos Educativos e Práticas Sociais. O **tema** da pesquisa refere-se ao estudo dos transtornos mentais a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, com os **objetivos** de sistematizar os estudos de Vigotski, por meio da compreensão histórica dos princípios genético-causais do adoecimento psíquico, assim como apresentar a disciplina psicológica específica no estudo das leis das alterações patológicas da atividade psíquica e das propriedades da personalidade, a Patopsicologia Experimental.

O **interesse** por esse tema poderia se dar por outros caminhos metodológicos, uma vez que a graduação realizada em psicologia garante esse propósito ao trabalhar com os alunos questões relacionadas à saúde mental por outras abordagens que não a vigotskiana. Nesse sentido, a chegada até a teoria de Vigotski se deu por suas contribuições no âmbito educacional, na realização do estágio em psicologia escolar no último ano do curso de graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá (2005-2009). Desde então, a Psicologia Histórico-Cultural tornou-se a abordagem de interesse no entendimento do que se refere ao homem e na atuação como profissional, em questões educacionais, mas também no campo da prática clínica e de saúde mental. De forma ainda amadora, iniciou-se a transposição do que Vigotski e seus colaboradores discutiam no campo da educação para outras esferas de atuação, com a necessidade, cada vez maior, do desenvolvimento teórico e técnico no campo da avaliação psicológica e saúde mental, principalmente. O cerne metodológico de toda a psicologia vigotskiana, baseado na análise pela explicação das causas, pelo processo histórico, como movimento, isto é, pela gênese e desenvolvimento dos processos psicológicos na abordagem científica, foi o primeiro ponto definido como princípio básico e necessário na atuação enquanto psicóloga, em qualquer que fosse a área de trabalho.

Diante das inquietações e motivos para se aprofundar nos pressupostos teóricos anunciados acima, foi realizado o curso de especialização em Teoria Histórico-Cultural (UEM, 2010-2011), que ampliou ainda mais o universo de possibilidades que a psicologia

vigotskiana nos apresenta. Nesse momento, o estudo direcionou-se ao campo da teoria das emoções, devido aos questionamentos acerca do papel fundamental da afetividade na formação do psiquismo humano, demonstrando os limites das elaborações teóricas a respeito das emoções, sob esta perspectiva histórica, assim como de estudos relacionados à saúde mental. O caminho escolhido, no trabalho da monografia da especialização, se deu por meio da arte literária, eleito, portanto, como um campo fértil do estudo das emoções e do desenvolvimento ontogenético humano (M. A. S. Silva, 2011)¹.

A partir de então, deu-se o delineamento do pressuposto da historicidade do autor com o qual trabalhamos, assim como de seu pensamento e de sua própria arte. Na ocasião da especialização, o estudo da arte literária de Clarice Lispector, na investigação do desenvolvimento das emoções por meio de seus personagens, demonstrou o quanto é necessário buscar no âmbito do social o significado da produção individual, ao mesmo tempo em que a individualidade do homem traz em si o ser social. Vem desse momento da carreira acadêmica a clareza acerca da imbricação entre os fatores sociais e econômicos na produção dos autores que estudamos, fazendo deles, homens e mulheres do seu tempo.

Em segundo lugar, no estudo das emoções na intersecção com a arte literária, surgiu o entendimento de como o desenvolvimento ontogenético está atrelado aos aspectos intelectuais e afetivos, na humanização do homem e como o rompimento dessa relação pode levar ao não desenvolvimento e a processos mentais patológicos, como era encontrado em textos envolvidos na pesquisa. Desse modo, a pesquisa realizada na especialização, junto à compreensão histórica do desenvolvimento do psiquismo, esclareceu a relação entre o desenvolvimento do homem e as necessárias condições objetivas de vida, devido à vinculação do homem ao seu tempo e realidade, por meio de mediações adequadas que proporcionem a apropriação das elaborações humanas, materiais e espirituais. No entanto, os fatores presentes na sociedade capitalista, como, por exemplo, a divisão de classes sociais e a divisão do trabalho, que levam à fragmentação dos processos psíquicos e às constantes queixas de enfraquecimento de vínculos sociais, provocam um aumento de problemas relacionados à saúde mental das pessoas.

Estas foram as questões postas naquele momento do percurso acadêmico que abriram caminhos para o projeto de pesquisa no Mestrado, no intuito da investigação das alterações patológicas dos processos psicológicos, assim como na análise de processos sociais que

¹ Trata-se da monografia de Especialização em Teoria Histórico-Cultural intitulada “As emoções na literatura de Clarice Lispector – um olhar da Psicologia Histórico-Cultural”, realizada em 2011 na Universidade Estadual de Maringá.

impossibilitam a emancipação do homem rumo ao gênero humano, indo além da aparência que culpabiliza os indivíduos e das explicações reducionistas que estão biologizando os problemas sociais, tornando as relações sociais cada vez mais empobrecidas e esvaziadas².

A partir do trabalho de conclusão do curso da especialização e do crescente interesse e necessidade em se trabalhar na saúde mental e na psicologia clínica com a Psicologia Histórico-Cultural, os **motivos** para a proposta da presente dissertação foram sendo consolidados e alimentados por questões pessoais e profissionais. A necessidade de elaborações teóricas e técnicas no campo da psicologia clínica e da saúde mental atingia cada vez mais a atuação enquanto psicóloga, assim como essa lacuna de sistematizações teóricas era acentuada de forma crescente nos âmbitos universitários e de grupos de estudo a respeito da teoria. O mestrado foi reconhecido como um espaço de pesquisa e tentativa de iniciar esse caminho ainda novo na Psicologia Histórico-Cultural, no contexto brasileiro, carregado das intenções profissionais como de um interesse pessoal no tema, gradativamente assumindo o posto de desafio e necessidade de investigações a esse respeito na atualidade.

Diante dessas considerações, sintonizado com essas **motivações**, o projeto elaborado constituiu-se no estudo dos transtornos mentais a partir das elaborações dos autores soviéticos, principalmente L. S. Vigotski, A. R. Luria e A. N. Leontiev, no entendimento da possibilidade de que a Psicologia Histórico-Cultural oferece fundamento teórico para a compreensão, sob pressupostos históricos e dialéticos e que superam explicações naturalizantes e individualistas, das determinações histórico-sociais que levam ao adoecimento psíquico. Portanto, além de discussões concernentes ao âmbito escolar, dos processos de ensino e aprendizagem, a psicologia vigotskiana fornece uma concepção do desenvolvimento e adoecimento psíquico, atrelada às determinações históricas, que permitem o início da pesquisa e a sistematização dos questionamentos acerca de um objeto de estudo concernente à saúde mental.

No retorno ao estado contemporâneo no campo da saúde mental deparamo-nos com um documento oficial, denominado de Relatório Sobre a Saúde no Mundo, que teve como título “Saúde mental: Nova Concepção, Nova Esperança”, publicado em 2001 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS). De forma geral, o relatório aborda o conhecimento a respeito dos transtornos mentais, os fatores que

² A esse respeito, são válidas as contribuições de Richard Sennett em “O declínio do homem público: as tiranias da intimidade” (1988), da editora Companhia das Letras. No livro, o autor retrata o desfacelamento das relações entre os homens, que estão, cada vez mais, resguardadas a uma erosão e esvaziamento da vida pública do homem. O autor identifica na análise da sociabilidade e comunicação entre as pessoas, condutas impessoais e frágeis de uns com os outros, num falseamento de que sejam comportamentos e questões da personalidade, na deformação de toda e qualquer relação entre eles, vinculadas pela enfade na intimidade.

contribuem para seu aparecimento, a efetividade da prevenção, a disponibilidade e os obstáculos ao tratamento. Imbuído da postura hegemônica, marcada pela visão biomédica e naturalizante, o relatório afirma que, com os avanços da neurociência, da neurofisiologia e da biologia, chegou-se à conclusão de que os transtornos mentais têm sua base no cérebro e afetam pessoas de todas as idades e em todos os países.

O relatório apresenta que em todo o mundo está ocorrendo um crescente número de casos de transtornos mentais, os quais estão sendo compreendidos a partir da constatação dos elaboradores de que fatores genéticos, biológicos, sociais e ambientais associam-se na causa das doenças da mente e do cérebro, tornando inseparável a saúde mental da física. Ao afirmar que, atualmente, “a maioria das doenças mentais e físicas é influenciada por uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais” (OMS, 2001, p. 3), este documento pauta-se no paradigma biopsicossocial, amplamente difundido no campo da saúde mental. No entanto, este conceito não é satisfatório na explicação dos fenômenos psicológicos humanos quando se realiza uma análise mais atenta, como apresentaremos a seguir.

Moraes (2011), em sua pesquisa acerca do entendimento do alcoolismo, identificou que fatores multicausais são utilizados na explicação etiológica dos processos de saúde e doença, tais como: fatores biológicos (predisposição genética, metabolismo ou funcionamento do organismo, por exemplo), psicológicos (como também fatores subjetivos e comportamentais) e sociais (o contexto no qual o sujeito está inserido, a família, a cultura, etc.). Essa tríade de fatores resulta na concepção “biopsicossocial” dos fenômenos humanos.

A referida autora afirma que este modelo de explicação etiológica fundamenta-se na Teoria da Multicausalidade, com maior expressão na comunidade científica, em formulações teóricas e intervenções em saúde pública, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Devido à mudança do perfil da população na época, no que concerne à patologia, a explicação unicausal, isto é, biomédica ou organicista, passou a ser insuficiente na explicação das diversas doenças que acometiam a população, fazendo com que fossem incluídos outros fatores na determinação da doença, ou seja, outros aspectos etiológicos como os sociais e os psicológicos. Dessa maneira, o principal modelo explicativo, utilizado pela ciência médica, principalmente pela Psiquiatria, assim como pela Psicologia, é o do aporte biopsicossocial no estudo e enfrentamento dos transtornos mentais.

No entanto, por permanecerem no nível da aparência, mesmo que com a pretensão de envolver múltiplas causalidades, para superarem o nível do biologicismo, essas explicações acabam não explicando fenômeno algum, incrementando ainda mais a dificuldade em tratar das causas assim como dificultando o estabelecimento de uma concepção dos transtornos

mentais que seja coerente e dada pelas múltiplas determinações do fenômeno. Nesse sentido, ao realizar a fragmentação do homem em seu corpo, suas manifestações psicológicas e o mundo externo a sua volta, o uso “do termo biopsicossocial, por vezes, acaba parecendo um ‘jargão’ acadêmico que não explica realmente a forma de interação dos fatores, representando uma somatória de elementos causais isolados: bio+psico+social” (Moraes, 2011, p. 60).

Mesmo que incorpore aos componentes biológicos outros fatores, como os psicológicos e ambientais, essa postura permanece subsidiada por uma concepção que faz prevalecer os aspectos orgânicos em detrimento dos demais, com base em leis naturais que focalizam o indivíduo por si mesmo. Portanto, sob uma visão a-histórica da constituição do psiquismo humano, própria da concepção biopsicossocial, a compreensão que embasa o relatório da OMS não considera a unidade dialética entre corpo/mente, indivíduo/sociedade, na qual o psiquismo humano se constitui e se transforma a partir das condições socioculturais (Cambaúva & Tuleski, 2007). Está é a posição sustentada pela Psicologia Histórico-Cultural, que dá condições para outro entendimento dos processos de adoecimento psíquico, em sua constituição histórica e social.

A necessidade de entendimento dessa problemática intensifica-se ainda mais frente à realidade dos homens que, diante das relações de produção e de alienação atuais, vêm-se incapacitados em participar e garantir seus processos de desenvolvimento, o que leva, muitas vezes, ao adoecimento psíquico. No campo da saúde mental, deparamo-nos, atualmente, com um crescente número de casos de transtornos mentais, tratados, de forma preponderante, a partir do viés biológico e farmacológico, sob essa concepção biopsicossocial. Conforme dados da OMS (2001), os transtornos mentais são responsáveis por cinco das dez maiores causas de incapacitação no mundo do trabalho, tais como: depressão (quarto lugar entre as dez principais patologias no mundo), transtorno bipolar, esquizofrenia, alcoolismo e transtorno obsessivo-compulsivo. Todos esses transtornos imputam em carga de sofrimento humano e prejuízos em termos econômicos, acrescidos ainda do número crescente de suicídios. No entanto, o acometimento de doenças mentais ocorre desde tempos bastante remotos, como trataremos a partir de agora.

Nesse sentido, conforme Boarini (2006), o transtorno mental, ou a loucura como é historicamente denominado, representa um grande desafio ao conhecimento há muito tempo. A autora afirma que “sem uma resposta abrangente e convincente, a sociedade científica ainda se mantém na busca de explicações para este fenômeno inerente à existência humana” (p. 17). Os termos relacionados às questões da psicopatologia foram mudando conforme os diferentes momentos históricos. Atualmente, vários conceitos são utilizados, até mesmo de forma um

tanto indiscriminada, como ocorre na presente pesquisa, mas não sem o conhecimento de que a terminologia está implicada em condições históricas que levaram a sua constituição, o que vale um esclarecimento, mesmo que bastante breve, dessa historicidade conceitual. São termos tais como loucura, doença mental, e os mais usados no campo científico atual, como transtorno mental e sofrimento psíquico.

Segundo Pessotti (1994), não havia na Antiguidade uma concepção estruturada acerca da natureza humana, mas sim como comandada pela intervenção dos deuses. De maneira dramatizada nos textos poéticos, os desvios na conduta do homem eram caracterizados por uma irracionalidade, diferente das concepções científicas de períodos posteriores, por essa atribuição da intervenção direta e permanente dos deuses na vida dos homens. Com Hipócrates, o modelo mítico é afastado na adoção de uma visão mais racionalista, concebida pelo desarranjo da natureza fisiológica e corporal do homem, por conta de eventos afetivos, na medida em que a psicologia vai se desenvolvendo e, junto a ela, a concepção do homem como portador de uma individualidade intelectual e afetiva. A partir de então, a loucura é considerada como “uma doença orgânica. Com tal idéia, Hipócrates inaugura a teoria organicista da loucura, que florescerá prodigamente na medicina dos séculos XVIII e XIX” (Pessotti, 1994, p. 48).

Já na Idade Média, domina o modelo demonista, que forma uma associação ou identificação à possessão diabólica no que se refere à psicopatologia. Marcada pelos valores do cristianismo, a concepção medieval aproxima-se da ideia mítica anterior, uma vez que a loucura passa a ser, novamente, efeito de maquinações de entidades extra-naturais, associada à imperfeição e à culpa. Além disso, essa concepção cristã exclui, da etiologia da loucura, as paixões, os desejos e os instintos humanos, que, portanto, não são mais considerados forças próprias do homem, mas sim de entidades demoníacas. É uma visão que faz emergir a concepção anterior, como a de Hipócrates, em um campo de magia e longe de explicações científicas (Pessotti, 1994).

Com o Renascimento, e todas as mudanças sociais, políticas e de posicionamentos filosóficos, inaugura-se, de vez, o enfoque médico da loucura, certificado pela psiquiatria. Conforme Rojlin (s/d), nessa época inicial do capitalismo, assinalaram-se períodos com melhores representantes da psiquiatria e formas de tratamento mais humanas, principalmente na época da ascensão da burguesia, após as revoluções burguesas de 1789-1793 na França e em 1848 na Alemanha.

No fim do século XVIII e começo do século XIX, as ideias científicas dos psiquiatras franceses viram-se fortemente influenciadas pelas concepções de seus notáveis compatriotas, os filósofos materialistas, que desempenharam um grande papel na preparação ideológica da revolução e lutaram intrepidamente contra o idealismo e a religião (Rojlin, s/d, p. 7).

Por sua vez, Pessotti (1994) afirma que a psicopatologia do século XVIII estava desorientada por conta da forte visão organicista da etiologia embasada em uma incipiente base de fundamentação experimental da fisiologia nervosa. Por conta do fortalecimento de ideias materialistas, com a possibilidade do exame do corpo humano, superada a ideia divina e religiosa, havia muitas descrições e categorizações pessoais conforme cada posicionamento médico.

No século XIX, com o médico francês Philippe Pinel (1745 – 1826), os trabalhos psiquiátricos ganharam outro patamar, com a loucura sendo considerada, essencialmente, como uma doença mental.

(...) de um modo geral, a causa da loucura é a “imoralidade”, entendida como excesso ou exagero. Daí a terapia ser chamada *tratamento moral*, de “afecções³ morais” ou “paixões morais”. A loucura é excesso e desvio, a ser corrigida pela mudança de costumes, mudança de hábitos (que lembra, forçosamente, a “modificação de comportamento” enquanto projeto de correção de costumes inadequado) (Pessotti, 1994, p. 156).

Desse modo, segundo o referido autor, entra em vigor uma questão educacional, na qual a especificidade do efeito de uma educação inadequada pode resultar na perda ou enfraquecimento da razão, sob forte tom moralista. Mesmo que com a medicalização da loucura, no desenvolvimento do campo psiquiátrico, o homem precisava, especificamente, de um preceptor que o educasse e, nessa reeducação dos costumes como um programa terapêutico, objetivava-se a recuperação da normalidade das funções mentais. Portanto, na correção de hábitos, via a correção das ideias por meio do controle das paixões, principalmente por meio pedagógico.

³ “Afecção” enquanto anomalia, disfunção, diferentemente do termo infecção, resultado de microparasitismo.

No entanto, todo esse desenvolvimento na atenção à doença mental pelo viés psiquiátrico, como apontado pelos diferentes autores, foi certificado pela medicina enquanto saberes e práticas capazes de instituir certo ordenamento no processo de urbanização das cidades, de desenvolvimento e acúmulo do capital e das novas políticas do século XIX, em termos mundiais, quanto no contexto brasileiro. Daúd Junior (2011), ao tratar da instituição psiquiátrica no Brasil, nos moldes da psiquiatria europeia com o asilamento e as concepções de degenerescência moral, de organicidade e de hereditariedade do fenômeno mental, afirma que:

O saber e o poder médicos, artificialmente, criam uma legitimidade de intervenção da classe dominante sobre os despossuídos através da nova especialidade – a psiquiatria -, e da nova instituição – o Hospício, o Manicômio, o Hospital Psiquiátrico. O objeto desta intervenção – o comportamento desviante, a loucura ou o sofrimento mental – é reduzido, por meio de um artifício conceitual, a categoria de “doença mental”, subtraindo-se toda a complexidade de fenômenos diversos, singulares e compreensíveis no contexto da existência humana (Daúd Junior, 2011, p. 97).

O referido autor acentua a participação da Psicologia, no âmbito escolar e do trabalho, no campo psiquiátrico na consolidação do modelo asilar manicomial, juntamente com a atuação higienista na manutenção do controle e segregação. Em suas palavras, a tarefa é a de “regular a normalidade e disciplinar a sociedade, no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro e do perfil da divisão social do trabalho” (Daúd Junior, 2011, pp. 99-100). Juntamente com outras instituições, o autor expõe claramente que existem interesses ideológicos, econômicos, políticos e lucrativos na instituição psiquiátrica, na exploração do sofrimento mental das pessoas.

No entanto, essas contradições no modelo asilar passaram a ser identificadas e contestadas pela luta antimanicomial. Diante disso, temos que o século XX passou por momentos contrastantes no campo psiquiátrico, uma vez que o conceito de loucura, pautado no discurso oficial da psiquiatria, passou a ser negado por meio de movimentos sociais contra os espaços de confinamento daqueles que eram identificados como doentes mentais, os manicômios, espaços de violência e exclusão social. A preocupação com os denominados “direitos humanos”, associadas às alterações realizadas no saber psiquiátrico e psicológico,

levou a essa necessidade de questionamentos em relação aos modos de tratamento, por meio desses movimentos de reforma psiquiátrica (Boarini, 2006)⁴.

A experiência de desinstitucionalização, no processo de retirada dos hospitais e com práticas assistenciais territoriais, na desconstrução dos conceitos e práticas psiquiátricas, buscou, no contexto brasileiro, um Modelo de Atenção Integral à Saúde Mental. A partir de 1987, foi dado início ao Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, com pressupostos da Reforma Psiquiátrica Brasileira e a constituição de políticas públicas no campo da saúde mental (financiamento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS) (Daúd Junior, 2011). Rapidamente, vale trazermos a constituição dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), que busca a “proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (Brasil, 2002).

Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu “território”, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica (Brasil, 2004, p. 9).

Esta política em saúde mental, com a proposta principal de reabilitação psicossocial do sujeito adoecido psiquicamente, delinea avanços e retrocessos no atendimento à saúde mental no Brasil. Isso porque, por mais que propaguem uma política fora do sistema asilar, ainda permanecem sob uma concepção biologizante e medicamentosa e, por vezes, a-histórica no tratamento ao adoecimento psíquico dos homens, como falaremos a seguir quando tratarmos do protagonismo dos manuais de psiquiatria que embasam a atuação dos profissionais da saúde na atualidade.

Mais recentemente, de doença mental, o termo mais utilizado passou a ser o de transtorno mental, substituição ocorrida pelo fato de que o segundo termo é mais abrangente e supera a dificuldade de classificação de alguns quadros clínicos dentro do padrão habitual do campo da medicina. Desse modo, a terminologia transtorno é empregada “a fim de deixar

⁴ Na dissertação, apenas pontuamos essas questões, por consideramos imprescindíveis quando se trata do presente tema. No entanto, não será possível aprofundarmos e, por conta disso, indicamos ao leitor, que queira ver mais sobre a reforma psiquiátrica, a leitura de Franco Basaglia, o Paulo D. C. Amarante e Maria Lúcia Boarini, autores que tratam dessas questões em muitas de suas obras.

mais correta a indicação de problemas de saúde, que apresentassem sintomatologia específica e que produzissem sofrimentos e interferência na vida dos sujeitos, mas que não pudessem ser enquadrados como patologias a moda clássica” (Moraes, 2011, p. 43). Ainda, há a denominação de pessoa em sofrimento psíquico, que abrange aspectos além dos fatores biológicos, como os psíquicos e sociais, como o relatório de 2001 apresenta, mesmo que da forma problemática como afirmamos anteriormente. Na dissertação, optaremos pelo uso dos termos transtorno, doença e sofrimento mental, de forma indiscriminada, entendendo-os como processos psicológicos que sofreram alterações patológicas, resultando no adoecimento psíquico em suas diferentes formas, como na depressão, no transtorno bipolar, no alcoolismo e na esquizofrenia, por exemplo.

Conforme Boarini (2006), este discurso torna a doença mental, agora definida nesses manuais de transtorno mental, como pertencente ao terreno da medicina, no qual a patologia mental é compreendida como algo em si, acometendo determinado indivíduo, fortalecendo o papel do médico e da medicação como meio prioritário de tratamento, assim como a etiologia orgânica e a-histórica.

Dessa maneira, sob o paradigma biomédico, próprio da psiquiatria, o entendimento dos transtornos mentais vem sendo feito por meio de sistemas de classificação clínica e diagnóstica, que ficam restritas às descrições de sinais e sintomas, sob a forma de manuais em edições sempre revistas e ampliadas. Os mais importantes são o DSM (Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais), elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), em sua quinta revisão somente em inglês⁵, e o CID (Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados), em sua décima edição. Utilizados por muitos profissionais, como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, advogados, enfermeiros e demais que trabalham com saúde e saúde mental, estes manuais, cujos elaboradores trabalharam em colaboração, resultando na compatibilidade entre os dois, dispõem-se aos critérios diagnósticos, ao aperfeiçoamento da coleta de informações clínicas, sendo instrumento didático para o ensino da psicopatologia (DSM-IV, 2002).

Os manuais justificam-se pela necessidade da classificação dos transtornos mentais para que pudessem ser elaborados métodos de diagnósticos, superando a falta de especificidade dos critérios e de um sistema mais complexo de causalidade e explicação. Logo na introdução

⁵ A quinta revisão do DSM foi publicada em meio de 2013, mas se encontra ainda somente em inglês. Na nossa pesquisa, utilizamos apenas a quarta revisão, com um conhecimento, ainda que bastante superficial, das novas propostas diagnósticas na versão de 2013, como falaremos a seguir na presente introdução da dissertação. A APA disponibilizou, no site, maiores informações sobre o DSM-V. Para acessar, segue o link: <http://www.dsm5.org/Pages/Default.aspx>.

do DSM-IV (2002), há uma advertência quanto ao uso do termo mental, que deve ser pensado em conjunto com o físico, para evitar qualquer dualismo na concepção do transtorno mental, o que ainda não foi possível por não se ter encontrado um termo mais apropriado. Dessa maneira, faz-se necessário trazeremos a concepção, apresentada nesses manuais, do que são os transtornos mentais:

(...) são concebidos como síndromes ou padrões comportamentais ou psicológicos clinicamente importantes, que ocorrem num indivíduo e estão associados com sofrimento (p. ex., sintoma doloroso) ou incapacitação (p. ex., prejuízo em uma ou mais áreas importantes do funcionamento) ou com um risco significativamente aumentado de sofrimento, morte, dor, deficiência ou perda importante de liberdade. [...] Qualquer que seja a causa original, a síndrome deve ser considerada no momento como uma manifestação de uma disfunção comportamental, psicológica ou biológica no indivíduo. Nem o comportamento desviante (por ex., político, religioso ou sexual), nem conflitos entre o indivíduo e a sociedade são transtornos mentais, a menos que o desvio ou o conflito sejam sintomas de uma disfunção no indivíduo, como descrito antes (DSM-IV, 2002, pp. 27-28).

A partir da citação acima, percebemos a condução da concepção dos transtornos mentais guiada pelo paradigma biopsicossocial, quando é exposto que a doença pode decorrer de uma disfunção comportamental, psicológica ou biológica, o que denota certa imprecisão no componente etiológico, por mais que queira ser o mais completo possível. O presente manual, cercado de ressalvas, afirma que é importante pensar que está ocorrendo a classificação dos transtornos mentais que as pessoas possuem e não as próprias pessoas, para que seja evitado qualquer tipo de discriminação. No entanto, ainda assim, a ação decorrente do uso dos manuais, como único meio e fim, centra-se no transtorno e nos transtornados, indo ao encontro do posicionamento hegemônico atual, que é o que criticamos em nossa discussão. Outro aspecto importante a ser destacado da citação refere-se à impossibilidade de atribuição de um diagnóstico de transtorno mental devido à manifestação de algum comportamento dissidente ou desviante, o que nem sempre é evitado, como apresentaremos no primeiro capítulo ao tratarmos da função política da psiquiatria, no aprisionamento e medicalização de dissidentes políticos na URSS sob a justificativa de diagnósticos psiquiátricos.

A esse respeito, Martinez (2006) assinala o “caos da pretensa ateoricidade descritiva da nosografia oficial do final do século XX e início do século XXI (C.I.D.-10)” (p. 7). Conforme

o referido autor, este cenário é decorrente também do fato da psiquiatria não chegar a uma formulação nosográfica satisfatória, ou seja, à descrição das doenças, devido às dificuldades de liquidar os mistérios que cercam a etiologia complexa dos transtornos mentais. Nesse sentido, estas explicações hegemônicas limitam-se ao que é fenomênico, pelo estudo do que é manifestado e na classificação por seus traços exteriores, sem a análise do ponto de vista genético-condicional, que estuda a essência dos fenômenos como revelados em seu desenvolvimento (Vygotski, 1983).

Neste momento, uma importante ressalva deve ser feita a respeito do uso dos manuais citados acima. O que criticamos incisivamente é a atribuição de imenso valor à descrição dos transtornos mentais a partir de seus traços externos e sintomatológicos, sem uma maior investigação dos aspectos genéticos e condicionais, assim como apontado por Vygotski (1983). Não defendemos que se desconsiderem os manuais, ainda mais quando lidamos com a saúde pública no estágio atual de desenvolvimento da sociedade sob a égide do Capital, na qual é preciso um parâmetro de classificação para que, ao menos, seja iniciado um trabalho em saúde mental. Nesse sentido, o fenomênico passa a ser o ponto de partida no trabalho dos profissionais que lidam com saúde mental, que, na apropriação dialética dos manuais, superam a falta de rigor, a superficialidade e a descrição dos fenômenos humanos. Portanto, longe de se parcializar e fragmentar a realidade, defendemos aqui um trabalho integral, que não rejeita os manuais, mas concebe neles a finalidade de descrever e nos apresentar a esfera fenomênica para, a partir do cunho científico da psicologia, poder ir além, explicar e bucar modos de se relacionar com os fenômenos a partir de suas múltiplas determinações. Dessa maneira, na busca pela explicação e análise do adoecimento psíquico dos homens, é possível um olhar voltado à saúde mental pautado na síntese das múltiplas relações que os produzem.

Diante disso, a existência dos transtornos mentais se faz relevante e demanda mais estudos e formas mais completas de atuação. No entanto, por outro lado, o uso psiquiátrico para outros fins, que não os de saúde da população, assim como a limitação ao que é fenomênico, sem a busca de suas reais determinações, possibilitam-nos pensarmos, na atualidade, no processo crescente de criação de patologias relacionadas aos distintos comportamentos humanos. Em outras palavras, vem ocorrendo a patologização do que é socialmente determinado e, portanto, considerado a partir das leis da natureza pelo entendimento a partir de disfunções neurobiológicas ou genéticas, nas mãos da medicina, ao invés de concebidas a partir das relações históricas e sociais dos sujeitos.

Eidt e Tuleski (2007) realizam uma discussão a respeito da medicalização frequente encontrada na realidade escolar, assim como acontece na saúde mental, em que os

comportamentos dos alunos, que não se adequam à disciplina escolar, são vistos e combatidos como transtornos, doenças e desvios. Um exemplo dessa situação é o que tem acontecido com o TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade), considerado atualmente como um transtorno mental e não como uma condição decorrente das relações de escolarização presentes no contexto escolar atual, que envolve fatores macroestruturais e não apenas somente fatores individuais, biológicos ou psicodinâmicos.

A quinta revisão do DSM, lançada em 2013, incluiu novos diagnósticos de doenças mentais, pautadas em traços e comportamentos anteriormente tidos no âmbito na normalidade. Ocorre que “o que anteriormente era considerado uma característica da personalidade, hoje é transformado em doença. [...] uma progressiva compreensão bioquímica dos fenômenos psíquicos” (Eidt & Tuleski, 2007, p. 230), tendência liderada por essa obra mais influente da psiquiatria contemporânea.

Tem ocorrido a transformação de comportamentos normais em doença, no excesso de diagnósticos de doenças mentais por conta de tal patologização da vida. Por sua vez, o mercado da indústria farmacêutica tem aumentado de forma bastante significativa, com faturamentos cada vez maiores.

De outubro de 2012 a setembro de 2013, o mercado de antidepressivos e estabilizadores de humor movimentou mais de R\$ 2 bilhões no Brasil, segundo dados da consultoria IMS Health. Nos últimos cinco anos, o número de unidades vendidas desses remédios cresceu 61% (Vines, 2013, s/p).

Diante disso, deparamo-nos com a necessidade de enfrentamento dessa situação que se intensifica ainda mais frente à realidade dos homens que, nas relações de produção e de alienação atuais, vêm-se incapacitados em participar e garantir seus processos de desenvolvimento, caindo em processos de adoecimento psíquico. Tal constatação evidencia a necessidade de um estudo que sistematize o caminho do desenvolvimento dos processos mentais patológicos do homem, enquanto ser social, compreendido historicamente, em sua ontogênese, ou seja, que entenda o processo de adoecimento psíquico como constituído histórica e socialmente.

Como premissa fundamental da presente pesquisa, podemos afirmar que o ser humano, enquanto ser social, desenvolve-se a partir da realidade sócio-histórica na qual vive. A partir das elaborações da Psicologia Histórico-Cultural, temos que o desenvolvimento ontogenético inicia-se quando a criança nasce em dado meio histórico e social e apropria-se das

objetivações produzidas pela humanidade, ou seja, uma concepção pautada na historicidade do ser humano. Em contrapartida, percebemos o esvaziamento e as concepções naturalizantes acerca das relações entre a individualidade na sociedade capitalista (Duarte, 2001). Desse modo, a lógica do pensamento capitalista está em conformidade com uma postura a-histórica e biologizante, apartado da compreensão do homem concreto, a partir das múltiplas determinações históricas que constituem sua personalidade.

Percebemos que tem ocorrido a "naturalização dos fenômenos humanos que, em vez de serem analisados como fenômenos históricos e sociais, são encarados como fenômenos naturais" (Duarte, 2001, p. 129). O coletivo perde o sentido e o homem é, na maioria das vezes, considerado abstrato e descolado das situações sociais nas quais se faz homem, ou seja, um ser naturalmente individual, que constitui a si mesmo, independente das relações sociais. O referido autor afirma ainda que "no capitalismo as relações sociais aparecem aos indivíduos como se fossem relações entre coisas, entre entidades naturais" (Duarte, 2001, p. 128), postura que faz com que as contradições sejam postas de lado, como pontuamos anteriormente na exposição de situações atuais de patologização da vida.

Numa concepção naturalizada de sociedade, a psicologia, muitas vezes, tem atuado à serviço das ideologias dominantes vigentes, afirmando as divergências de comportamento como adaptações, no crescente processo de medicalização e patologização da vida, assim como da culpabilização dos homens. Nesse sentido, Duarte (2001) afirma que "a naturalização daquilo que é histórico e social é um recurso ideológico que pode ter significados diferentes, dependendo do contexto no qual é utilizado, bem como dos motivos que levaram à sua utilização" (p. 105).

Estas interpretações hegemônicas afirmam o desenvolvimento do homem e de suas funções psicológicas superiores, de sua personalidade, valores e condutas, como apartados das condições materiais nas quais vive e das diferenças de classes sociais, pois desconsidera as relações de produção como fonte da constituição da personalidade humana. Perde-se, dessa maneira, a noção de historicidade, de relações sociais e de condições objetivas de vida, uma vez que se enfatiza o indivíduo como o detentor do poder de mudanças e oportunidades, incrementando ainda mais os aspectos contraditórios.

O modelo de atenção à saúde mental, baseado nestes pressupostos hegemônicos, não se atém ao fato de que, assim como afirma M. R. Almeida (2011), "o processo de saúde-doença adquire historicidade porque está socialmente determinado" (p. 10). Diante desta realidade, que concebe a universalidade do ser humano como decorrente de características naturais e não

como um processo histórico, observa-se que esse posicionamento é predominante na formação do psicólogo em saúde mental.

Em contraposição à psiquiatria e muitas abordagens psicológicas, esta pesquisa parte do questionamento de como a Psicologia Histórico-Cultural pode contribuir na explicação das alterações patológicas da atividade mental, levando o homem ao processo de adoecimento psíquico. Tal indagação evidencia a necessidade de um estudo que sistematize o caminho do desenvolvimento dos processos psicológicos patológicos do homem, enquanto ser social, compreendido historicamente, em sua ontogênese. Em outras palavras, a pergunta que nos dirige é: como compreender os transtornos mentais a partir de sua totalidade e historicidade, partindo dos pressupostos do materialismo histórico e dialético?

Colocamo-nos diante desse estudo, a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, no intuito de compreender o adoecimento psíquico por meio da explicação de sua gênese e sua relação com a vida social, partindo do posicionamento metodológico do desenvolvimento humano enquanto um processo relacionado à vida material e social do homem. Considerando a dependência entre as condições objetivas de vida e a formação do psiquismo humano, na defesa da materialidade dos processos psicológicos superiores, temos a premissa estabelecida pela intrínseca relação entre os processos sociais e o desencadeamento de transtornos mentais, na necessária busca da compreensão de como se estabelece essa relação e como se desencadeia essa correspondência, na investigação da atividade humana que decorre nos processos patológicos e não em aspectos alheios às relações sociais. Na presente pesquisa, na sistematização dessas questões, poderemos esboçar algumas problematizações que, nos fundamentos teóricos apresentados, possibilitarão avanços posteriores a essa dissertação.

M. R. Almeida (2011), em estudos iniciais, afirma que na Psicologia Histórico-Cultural as produções relacionadas à psicopatologia ainda são incipientes, no entanto, com fecundas possibilidades de desenvolvimento. No caminho da presente pesquisa, encontramos esta condição incipiente de produções, na escassez de trabalhos que tratam do tema tanto na psicologia de Vigotski quanto na de Zeigarnik, na Patopsicologia Experimental, que, em sua maior parte, estão em russo sem a tradução para línguas acessíveis. No entanto, superando essa barreira da fonte bibliográfica, ao nos apropriarmos do que temos disponível em inglês e espanhol, encontramos a possibilidade de compreender o homem em sua totalidade, por meio da investigação do adoecimento psíquico a partir de sua historicidade, a chave para tratar dos fenômenos humanos.

Nesse sentido, baseada nos princípios marxistas, a Patopsicologia Experimental propõe a investigação do conteúdo qualitativo da atividade psíquica, na análise das trocas nas ações e no entendimento do homem, ou seja, as trocas nas diferentes atividades, que incluem mudanças na orientação da personalidade, dos motivos e interesses. Há, portanto, uma nova abordagem para a avaliação psicológica, que considera o caráter ativo e integral dos processos mentais, através de técnicas experimentais, com a importância da psicologia da personalidade, da motivação e da atividade humana. Além disso, tem o homem, o ser social por excelência, como princípio explicativo principal, o que decorre na importância da psicologia da personalidade, da motivação e da atividade humana, quando nos deparamos com os fenômenos que levam às alterações patológicas da personalidade e da relação que o homem estabelece com o meio social. Nesse posicionamento, os transtornos psíquicos são considerados como alterações da atividade, ao se partir do estudo de funções isoladas para o estudo da atividade do sujeito.

Diante disso, a partir de uma pesquisa histórica, é possível superar pressupostos naturalizantes que, ao invés de cumprir o papel social da psicologia e contribuir para uma atuação humanizadora dos homens, acabam na atuação que ratifica a situação estigmatizadora e crescente do adoecimento psíquico, sendo, portanto, mantenedores da mesma. Nesse sentido, tal como o fundamento expresso pela autora base dessa pesquisa, Bluma V. Zeigarnik, devemos nos ater que o homem é que tem a doença, e não a doença o homem, na decorrente conclusão de que o homem faz a doença e essa, por sua vez, o desfaz. Portanto, sob a concepção do materialismo histórico e dialético, os transtornos mentais tornam-se um produto das relações sociais humanas, desenvolvidas pelos homens no percurso de suas histórias coletivas e individuais, na constatação de fatores que vão além de aspectos biológicos, cognitivos e circunstanciais em seu cotidiano.

Para tal empreitada, a dissertação percorrerá três passos importantes, dispostos em três capítulos, que se baseiam no caminho necessário para a construção da Patopsicologia Experimental de Zeigarnik. O primeiro capítulo, *Um recorte da história russa e soviética: aproximações, relações e distanciamentos entre a Psiquiatria e a Psicologia*, compõe-se na investigação e no resgate das relações entre a história da psiquiatria e a psicologia russa e soviética no decorrer do século XX, imersas no contexto histórico e social da revolução de 1917 e no projeto da formação da nova sociedade e do novo homem na União Soviética. O capítulo objetivou traçar esse percurso do campo científico psiquiátrico e psicológico para fornecer elementos no entendimento de como a Psicologia Histórico-Cultural, incentivada e

cerceada em diferentes momentos da história, elaborou seu fundamento teórico acerca dos processos psicológicos alterados de forma patológica.

Nesta retomada histórica russa e soviética, foram utilizados autores de referência no tema, como os psicólogos soviéticos e os protagonistas no poder na URSS, assim como historiadores e fontes secundárias, na composição do cenário político e econômico que embasou a construção da Psicologia Histórico-Cultural e da disciplina Patopsicologia Experimental, no entendimento dos transtornos mentais no país. Este primeiro momento de imersão no tema trouxe sérias dificuldades na reconstrução da história desses dois campos do conhecimento atrelada à história econômica, política e social da Rússia e da União Soviética, no desmascaramento de contradições e intenções, muitas vezes, bastante escondidas por trás de cortinas ideológicas.

O segundo capítulo da dissertação, *Estudos sobre a patologia mental a partir dos aportes da Psicologia Histórico-Cultural*, objetivou compreender o processo de gênese e desenvolvimento dos transtornos mentais a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, realizamos a trajetória da periodização do desenvolvimento humano identificando alguns aspectos essenciais para a discussão dos processos de desintegração dos sistemas psicológicos. Desse modo, ao constatarmos que Vigotski dedicou-se ao estudo da dos transtornos mentais, iniciamos no estudo do desenvolvimento humano, pensando nos sistemas das funções psicológicas superiores funcionando de modo saudável, atreladas às neoformações de cada idade, seguindo para a forma patológica de desenvolvimento psíquico, buscando, especialmente, compreender a gênese deste último. Recorremos também aos aportes de Leontiev quando necessário para um maior esclarecimento dessas questões.

Na sequência, no capítulo *Patopsicologia Experimental: uma mudança teórico-metodológica na concepção dos transtornos mentais*, tratamos das proposições de Bluma V. Zeigarnik, continuadora desta abordagem com a Patopsicologia Experimental, uma disciplina ligada à psicologia geral, que trata das alterações patológicas dos processos psíquicos do homem. A Patopsicologia já existia na Rússia czarista e na União Soviética, mas com Zeigarnik foi atribuído o princípio metodológico do materialismo histórico e dialético, juntamente com o estudo experimental dos transtornos mentais, o que leva à denominação de Patopsicologia Experimental, relacionado à Zeigarnik.

Como se trata de uma autora bastante desconhecida no Brasil, este terceiro capítulo apresenta a biografia de Zeigarnik e sua trajetória de estudos no âmbito da Patopsicologia, passando para os aspectos históricos, teóricos e metodológicos dessa disciplina. Ainda nessa

seção, apontamos, em suas elaborações, algumas possibilidades de utilização deste enfoque na atualidade, com as contribuições patopsicológicas para a psicologia geral.

No segundo e terceiro capítulo, foram utilizadas, predominantemente, fontes bibliográficas primárias, relacionadas aos textos dos autores clássicos da Psicologia Soviética, como os de Vigotski acerca dos pressupostos metodológicos e da formação e desintegração das funções psicológicas superiores e os de Leontiev a respeito do desenvolvimento humano e da Teoria da Atividade. Estes dois autores, principalmente, embasaram a compreensão das proposições de Zeigarnik, com o acesso aos livros da autora que estão em inglês e espanhol de alguns artigos, assim como trabalhos de orientandos e da Revista Cubana de Psicologia, único periódico no qual encontramos trabalhos acerca da Patopsicologia e de Zeigarnik.

Por fim, nas Considerações Finais, estão esboçadas problematizações acerca da Patopsicologia Experimental na identificação de possibilidades de emprego desta abordagem na contemporaneidade, a partir da compreensão histórica dos transtornos mentais e das relações de trabalho no contexto capitalista atual. Desse modo, buscamos em autores do campo da sociologia subsídio para pensarmos as relações de trabalho, para a problematização de questões importantes acerca do adoecimento psíquico do homem, inserido no modo de produção do capitalismo e do trabalho alienado, na atualidade.

Este trabalho acadêmico, como parte das pesquisas do PPI, insere-se em um âmbito formado por outras produções, com um caminho traçado no desenvolvimento teórico da Psicologia Histórico-Cultural em campos que extrapolam a psicologia. Como exemplos, podemos citar as pesquisas que tiveram como temas específicos os transtornos globais do desenvolvimento⁶, a teoria das emoções⁷ e o alcoolismo⁸, todas sob o viés teórico e metodológico marxista.

Desse modo, espera-se estabelecer uma base sólida a partir deste referencial teórico para uma atuação pautada no seu comprometimento ético e político, atenta para as condições sociais patogênicas, na busca de formas para transformá-la no âmbito individual e coletivo de atuação na esfera da saúde mental. Ao fundamentar a atuação do psicólogo, este

⁶ Dissertação de Dayene Patrícia Gatto, de 2010, intitulada “Teoria de L. S. Vigotski e o Atendimento Educacional aos Transtornos Globais do Desenvolvimento: da identificação da conduta desviante à formação do homem cultural”.

⁷ Dissertação de Renata da Silva, de 2011, intitulada “A biologização das emoções e a medicalização da vida – Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da sociedade contemporânea”.

⁸ Dissertação de Renata Jacintho Siqueira Moraes, de 2011, intitulada “O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema”.

posicionamento teórico e prático pode, portanto, superar a tendência recorrente de culpabilização do indivíduo pelo sofrimento psíquico, ao reconhecer nas formas materiais de vida as condições objetivas para o desenvolvimento humano, saudável ou não.

1. UM RECORTE DA HISTÓRIA RUSSA E SOVIÉTICA: APROXIMAÇÕES, RELAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE A PSIQUIATRIA E A PSICOLOGIA

Mas as mesmas mãos que nos apertaram as algemas abrem agora conciliadoramente as palmas e dizem: “Não se deve... não se deve remexer no passado!... Aquele que recorda o passado perde um olho!” E, no entanto, o provérbio acrescenta: “Aquele que o esquece perde os dois!” (Alexandre Soljenítsin, no livro *Arquipélago Gulag*, 1976, pp. 7-8).

O presente capítulo objetiva apresentar as relações entre a psicologia e a psiquiatria russas e soviéticas desde o final do governo czarista, no século XIX, até o período stalinista, já na União Soviética, com uma breve exposição acerca do período pós-soviético. Neste período, importantes transformações ocorreram na realidade social do país, que foram refletidas diretamente no campo científico. Mantendo “os dois olhos abertos”, percebemos que a psiquiatria e a psicologia, como toda ciência em um período dado, refletiram as contradições sociais da época, ou seja, acompanharam o modo de organização econômica dado a partir dos meios de produção usados pelos homens para satisfazerem suas necessidades.

Na União Soviética não foi diferente, uma vez que a assistência psiquiátrica e a ciência psicológica acompanharam as demandas sociais, fruto das condições concretas da sociedade que transitava do capitalismo ao socialismo. Procuraremos evidenciar o embate entre a velha organização social do czarismo e as novas formas que buscavam se constituir após a Revolução. Este processo, repleto de contradições, avanços e retrocessos, marcou-se por vias criadoras em suas elaborações teóricas e práticas que, por fim, se ocultaram e quase desapareceram por força da censura e dirigismo político que levaram à intervenção estatal ainda maior no campo científico e a centralização nas práticas em saúde mental.

Para facilitar a compreensão, empregamos uma divisão didática, na qual o desenvolvimento da psiquiatria e da psicologia foi acompanhado pela discussão da história da Rússia czarista e da União Soviética, seguindo os pressupostos de uma pesquisa histórica, dividida em quatro momentos principais. Essa divisão seguiu as transformações sociais que aconteceram na Rússia e na União Soviética, que deram rumos diferentes para os campos científicos da psiquiatria e da psicologia. Outro recurso utilizado, que auxilia o leitor no acompanhamento dessa história a que nos propomos contar, refere-se a um mapa da União

Soviética, produzido por S. H. V. Almeida (2008), que localiza as diferentes regiões e dá uma dimensão espacial ao que trazemos em fatos⁹.

Feitas essas considerações, para tratarmos da história da psicologia e psiquiatria russa e soviética, foi preciso uma imersão na história do surgimento e estabelecimento da forma de organização social czarista e soviética para entendermos como se deu a construção e relação entre esses dois campos científicos. No entanto, esse encontro realizou-se pelo uso de produções bibliográficas de autores que tratam do contexto russo e soviético, em sua maioria ocidentais, escolhidos a partir do aporte marxista em suas elaborações, com seus diferentes emaranhados e contradições. Essa bibliografia baseia-se em fontes secundárias a respeito da história da Rússia e da URSS, visto que são autores que tratam de todo o processo histórico sistematizando o que foi dito pelos líderes revolucionários da época como por outras fontes documentais. Temos notado que este é, predominantemente, o caminho seguido também por outras pesquisas históricas a respeito da história da Rússia e da União Soviética pela dificuldade de acesso a fontes primárias (S. H. V. Almeida, 2008; R. L. Silva, 2013).

Mais especificamente, no campo da psiquiatria, foram utilizados dois autores principais, L. Rojlin com o livro “A medicina soviética en la lucha contra las enfermedades psíquicas” (n.d) e Joseph Wortis com “La psiquiatria soviética”, de 1953. O primeiro não apresenta data de publicação, mas pela leitura é possível inferirmos que se trata, aproximadamente, de uma produção da década de 1950. Por sua vez, Joseph Wortis (1906-1995), psiquiatra norte-americano, apresenta uma descrição do desenvolvimento e estado da psiquiatria soviética do período anterior à revolução até os anos próximos à publicação de seu livro. O autor apresenta-se a partir de uma posição marxista em suas elaborações e, no decorrer da leitura do livro, percebemos que há certa simpatia ao regime stalinista, o que demandou muito cuidado na utilização de suas informações. De modo mais ameno, Rojlin (n.d) exerce o mesmo papel de Wortis (1953) no mascaramento das contradições sociais nos anos stalinistas. Devido à escassez de bibliografia para compor o cenário psiquiátrico russo e soviético, utilizamos essas fontes com o cuidado diante de elaborações tendenciosas ao apologizarem o comunismo sob o comando stalinista sem compreender os embates e contradições existentes na época.

Portanto, esses autores, não tomados como veiculadores de verdades históricas, foram a base das fontes que nos trazem dados acerca do cenário psiquiátrico a ser entendido a partir da lente do materialismo histórico e dialético. O cuidado, ao lidar com essas bibliografias, na

⁹ O referido mapa da União Soviética encontra-se no Anexo 1.

verdade, deve ser tomado com toda e qualquer fonte bibliográfica e/ou documental e, mesmo assim, nem sempre vencemos todos os limites expostos em cada uma delas, apresentando mais uma versão, no intuito de uma melhor sistematização acerca do tema que nos colocamos a pesquisar, que nunca se dá pautado na neutralidade.

Ainda, vale ressaltar que identificamos algumas informações desencontradas entre os dois referidos autores, o que pode ser justificado pelo fato de que ambos contam fatos da história e fazem-no de forma diferente, uma vez que não compartilham do mesmo método nessa exposição histórica. Quando houve divergências entre os autores, na medida em que interferiam no modo como enfocavam os fatos, elas foram apontadas na apresentação da dissertação. Este fato demonstrou o quanto se adentrar na história da Rússia e da União Soviética é entrar em contato com posições antagônicas que, na medida do possível, foram sendo encaradas e manejadas, com o auxílio de artigos diversos acerca da assistência psiquiátrica no contexto soviético e seus usos e abusos no decorrer da história política na URSS, por exemplo.

Por fim, para a história da psicologia, foram utilizados, principalmente, dois autores que trabalham a partir do materialismo histórico e dialético, com um percurso bastante cuidadoso no que tange a psicologia na Rússia e na União Soviética. Shuare (1990) traça um caminho metodológico com a apresentação da periodização da psicologia soviética, de modo esclarecedor para esse delineamento histórico que se pretende na presente dissertação. De forma semelhante, S. H. V. Almeida (2008) apresenta uma periodização da psicologia soviética, relacionando os aspectos da ciência psicológica, bastante ampla na URSS, com os principais movimentos sócio-políticos soviéticos, permeando a Psicologia Histórico-Cultural da memória, seu objeto de pesquisa.

Todo esse percurso é necessário para compreendermos, ao longo da pesquisa, como se deu o entendimento dos transtornos mentais pela Psicologia Histórico-Cultural assim como a formação e estabelecimento da Patopsicologia Experimental de Zeigarnik, a partir de uma reestruturação metodológica do campo científico soviético. É válido ressaltarmos que remexer nesse passado, como Soljenítsin (1976) salienta, requer cuidado e comprometimento, para que não se percam os olhos e fatos importantes, que nos explicam os acontecimentos posteriores. No entanto, não é nosso objetivo elaborar uma pesquisa historiográfica, o que demanda encontrarmos um eixo comum entre as questões históricas na relação de sua relevância e necessidade para compreendermos nosso objeto de pesquisa.

1.1 ANTECEDENTES À REVOLUÇÃO DE 1917

Na sociedade russa dos czares, desde o século XVI¹⁰, o tratamento aos doentes mentais foi marcado por concepções próximas as do Ocidente, no entanto, com peculiaridades pertinentes a sua organização econômica e social. Caracterizada, predominantemente, pela grande extensão territorial com povos de diferentes culturas, sendo subjugados à violência, fome e extorsões pelos reinados dos diferentes czares, esse período extenso foi marcado por uma economia agrária, com uma quase inexistente indústria de base e um nacionalismo exaltado, que atingia os povos não-russos.

Conforme Wortis (1953), data de 1551 o primeiro ato do governo que legalizou o método monástico para o tratamento dos enfermos, durante o reinado de Ivan, o Terrível (1547 – 1584), com disposições para o cuidado dos pobres e dos enfermos, incluindo os possuídos pelo demônio e aqueles com mentes extraviadas, organizado pela Igreja Russa Ortodoxa. O isolamento em mosteiros, aos cuidados de monges e abades, servia como um obstáculo e fonte de alarme para os sãos, assim como para a correção religiosa e moral, principais formas de cuidado nessa época. Brown (1989) afirma que, juntamente com o abrigo físico, os mosteiros proporcionavam também tratamentos espirituais, sob o pressuposto da possessão demoníaca na explicação dos estados de doença mental, principalmente no caso da esquizofrenia, uma vez que muitas das condições das pessoas eram associadas a elementos sobrenaturais em sua etiologia.

Esta atitude junto aos doentes mentais, considerada melhor do que o tratamento dado em países da Europa Ocidental, deve-se ao fato “de que na Rússia não houve uma luta tão amarga entre distintas religiões e nem existiu a Inquisição, que aproveitava as declarações e a desordem dos alienados para demonstrar a heresia, assegurar sua própria dominação e triunfar sobre os heterodoxos” (Rojlin, n.d, p. 10). No entanto, como afirmado também por Wortis (1953), o cuidado aos doentes mentais aproximava-se de encaminhamentos prisionais e coercitivos, tanto para controle da população como para delinear formas de tratamento, de forma diferente ao que ocorria nos tribunais eclesiásticos da Santa Inquisição no Ocidente.

Estes movimentos relacionados à doença mental não contavam ainda com explicações científicas ou baseadas no estabelecimento de diagnósticos e condutas de interdição do sujeito

¹⁰ No apêndice A, encontra-se uma lista com a relação dos czares da Rússia, principalmente a partir do Império Russo, para que o leitor acompanhe os diferentes governos e as medidas tomadas em cada um deles, quando se fizer pertinente destacar no que diz respeito ao desenvolvimento da psiquiatria e psicologia no período que antecede a revolução de 1917.

para evitar transtornos à sociedade. Buscava-se apenas, por meio do isolamento e outras medidas impeditivas, como o direito à propriedade, com uma autoridade que não se colocava em busca de investigações das reais causas do problema e no tratamento desses homens adoecidos (Moraes, 2011).

Somente a partir do século XVII, passou a existir o maior envolvimento do Estado no cuidado à saúde mental do povo russo, cada vez mais tratada como uma questão pública, em detrimento ao cuidado religioso.

Significativamente, o interesse público, pelo menos tal como se manifestou nas políticas governamentais, foi menor para o bem-estar dos loucos do que para a proteção contra o possível perigo que estes podiam representar para o resto da sociedade. Este conjunto de prioridades foi, talvez, uma consequência lógica da suposição que prevalecia de que a loucura era incurável. Apesar das mudanças radicais subseqüentes nesse pressuposto, a ênfase na defesa social provaria uma característica extremamente duradoura da abordagem do Estado russo no que tange a loucura (Brown, 1989, pp. 16-17).

Na Rússia czarista medieval, antes da reforma dos tempos de Pedro, o Grande (1689 – 1725), com a unificação territorial dando origem ao Império Russo em 1721, a psiquiatria mantinha-se sob condições precárias, assim como acontecia em outros países ocidentais, cujo modo de tratamento à doença mental servia de modelo (Wortis, 1953). O czar Pedro, o Grande, estabeleceu os primeiros procedimentos formais para a determinação da competência mental na Rússia, destinando o cuidado, cada vez mais, para o estado russo. Desse modo, o louco não deveria mais ser enviado aos mosteiros, mas ser encaminhado para instituições seculares, ou seja, órgãos governamentais desprovidos de qualquer teor religioso (Brown, 1989). A esse respeito, são expostos alguns dados interessantes acerca das ações dos czares nesses tempos:

Em 1677, pouco antes do reinado de Pedro, foi promulgada uma lei que limitava os direitos de propriedade dos surdos, cegos, alcoolistas e “tontos”. É neste período que observamos na Rússia, como na Europa ocidental, os primeiros esforços para distinguir entre a doença mental autêntica e a possessão demoníaca, e no século XVIII, até chegou a ser estabelecida algumas vezes nos tribunais a questão da enfermidade mental na defesa dos delinquentes. Em 1723, Pedro, o Grande, decretou a fundação de hospitais especiais para os insanos, mas o decreto conduziu a escassas obras práticas.

Um decreto similar foi ditado em 1762 por Pedro III, ordenando erigir hospícios “como nos países estrangeiros” e em 1765, durante o reinado de Catarina II, realizaram-se novos esforços para fundar instituições para doentes mentais de acordo com o método empregado em nações do ocidente (Wortis, 1953, p. 15).

Desse modo, a transferência final do cuidado institucional dos insanos para a responsabilidade estatal foi feita durante o reinado de Catarina II, a Grande. No início de seu governo, havia muitas pessoas com sinais de insanidade e de perturbação do pensamento pelas ruas, sem controle ou supervisão. A chefia de polícia desse reinado estava preocupada com a presença desses indivíduos em São Petersburgo e pediam conselhos da imperatriz para lidar com esse problema (Brown, 1989), deixando-nos claro a atuação a partir da política policialesca já nos tempos do czarismo, o que se tornaria preponderante nos tempos stalinistas. Ainda, como forma de controle, a autora apresenta que os nobres enviavam seus servos rebeldes para trabalhar em instituições como castigo por mau comportamento.

Em 1775, Wortis (1953) expõe que a Rússia dividia-se em estados, sendo que cada um estabelecia seu próprio Departamento de Saúde Pública com manicômios apropriados, que receberam o nome de “Casas Amarelas”, sendo o primeiro aberto em Novgorod, no ano de 1776, quando foi criado um asilo psiquiátrico em Moscou. No início do século XIX, o governo russo estava equipado com espaços físicos estruturados para o confinamento e isolamento do indivíduo insano. Em 1809, estabeleceu-se um hospital psiquiátrico propriamente dito nos subúrbios da cidade e, nos anos seguintes, foram feitos estabelecimentos semelhantes nas cidades de São Petersburgo, Kharkov, ao ponto de em 1860 já existirem quarenta e três hospitais psiquiátricos na Rússia, quando, por outro lado, a situação de exploração dos camponeses aumentava ainda mais.

Nesse sentido, contemporâneas a expansão da rede psiquiátrica, iniciaram-se as rebeliões de servos, agravadas com o tempo, devido às condições de expropriação da liberdade e da terra, exploração no trabalho e nos impostos e miséria, sofridas pelos camponeses. Tendo em vista a conduta prisional desses estabelecimentos de doentes mentais, Wortis (1953) ressalta que havia práticas desumanizadoras nestas instituições, o que era condizente com a prática czarista de manutenção e controle do poder, o que tinha implicações no cenário psiquiátrico na Rússia.

No Ocidente, o médico francês Pinel realizava a primeira revolução no cuidado ao doente mental, quando a loucura passou a ser considerada como doença mental e o cuidado nos asilos reformados, a partir de princípios humanitários. Na Rússia, esta primeira revolução

psiquiátrica ocorreu na metade do século XIX, no reinado de Nicolas I (1825 – 1855). Após uma visita à Inglaterra, Nicolas I construiu um modelo manicomial na Rússia, um hospital em São Petersburgo em 1832, comparado às melhores instituições da Europa ocidental. Com Alexandre II (1855-1881) ocorreram as alterações na estrutura institucional nas quais serviços sociais e médicos foram promovidos na província russa (Brown, 1989).

Desse modo, conforme S. H. V. Almeida (2008), esse comando czarista, sob pressupostos aristocráticos e idealistas, passou a ser berço de uma nascente oposição pautada em ideias iluministas e materialistas, principalmente a partir do século XIX, o que incidiu diretamente na condução da psiquiatria e consolidação da psicologia russa e, posteriormente, soviética.

Segundo Brown (1989), de acordo com cálculos de psiquiatras russos, no fim do século XVIII e início do século XIX, o aumento da população insana, institucionalizada e não, era de origem camponesa. Nesse cenário, portanto, os pacientes das províncias diagnosticados como loucos eram, em sua maioria, camponeses. As causas do adoecimento psíquico estavam associadas à modernização da vida, à acelerada urbanização e industrialização que abrangiam a vida intelectual e física dos camponeses, às diversas formas de exploração, agravadas pelo crescente êxodo rural dos camponeses e falta de condições de vida.

Nesse sentido, vale destacarmos o século XIX na história da Rússia e seus acontecimentos sócio-políticos, para entendermos essas transformações no modo de organização da vida e a fundamentação do campo científico psiquiátrico e psicológico instaurados no período revolucionário russo. Esse destaque é importante até porque, no século XIX e início do século XX, houve mudanças na psiquiatria russa feitas pelo governo czarista, na criação de políticas públicas a respeito da doença mental. O campo psiquiátrico estava envolvido com a política e o governo, assim como veremos que acontecerá na União Soviética (Lavretsky, 1998).

A esse respeito, Engels (1875/1990) escreve que, pelas condições sociais da Rússia do século XIX, a revolução social só aconteceria por meio da luta contra o poder político dos czares, uma vez que as classes proletária e burguesa não estavam prontamente estabelecidas no contexto russo. Nessa época, os camponeses encontravam-se em uma situação de extrema miséria e dificuldades por conta da exploração e desapropriação de terras nas propriedades comunitárias nas quais viviam. Eram obrigados a pagar altos impostos, enquanto as classes superiores, com grandes extensões de terra, estavam isentas de tais cobranças, assim como sofriam nas mãos dos usuários pelo excesso de juros e condições de empréstimos absurdas.

Os camponeses buscavam o fim da servidão, com a posse da terra na qual trabalhavam e não tinham propriedade alguma. A atividade agrícola baseava-se em um sistema de trabalho pautado na corveia, com o pagamento em trabalho, típico da servidão, composta pelas terras senhoriais e dos camponeses, com o produto do trabalho usufruído pelo latifundiário (Lênin, 1985). Nesse cenário de descontentamento e movimentos de rebeliões, houve a abolição da servidão no Império Russo, o que levou o Estado czarista à constituição do campesinato enquanto classe livre perante a lei sob condições precárias, sem prejuízo algum aos senhores das terras, assim como incrementou o capitalismo rural russo (Reis Filho, 1983).

Nesse sentido, Paulo Netto (1985) afirma que a comunidade camponesa, antes homogênea e igualitária, desintegrou-se e deu origem a três segmentos diferenciados e com interesses conflitantes: a minoria composta pelos camponeses ricos (a burguesia rural chamada de *kulaks*), o campesinato médio e os camponeses pobres, constituintes do proletariado rural que trabalhava como assalariado na própria aldeia ou nas imediações, que não sobrevivia sem vender a sua força de trabalho, compondo a grande maioria do campesinato. Este sistema rural russo caracteriza-se por um sistema pequeno-burguês.

Engels (1875/1990) pontua que, diante dessa condição, era “evidente que a partir da abolição da servidão a situação dos camponeses russos tornou-se insuportável e não pode continuar assim por muito tempo; que, por esta causa apenas, na Rússia avizinha-se uma revolução” (Engels, 1875/1990, p. 240). Os camponeses viam-se expropriados de terra e de condições de vida, sob relações sociais agrícolas pouco desenvolvidas, buscando, fora de suas comunidades, possibilidades de sobreviver como operários, muitas vezes, como fugitivos e sozinhos, pelo abandono de suas próprias famílias.

Por sua vez, nas cidades russas, havia a jovem classe operária, recém-chegada do campo, pelo crescente movimento migratório, nas indústrias que começavam a despontar. O capitalismo industrial russo era composto pela indústria têxtil, em Petrogrado e Moscou, e pela metalúrgica, incluindo a indústria pesada, na região dos Urais, sendo a mais moderna e dinâmica. Ainda, a população russa era composta pela burguesia subordinada, por um lado, à burguesia imperialista estrangeira e, por outro, ao czarismo e aos latifundiários (Reis Filho, 1983).

Este era o cenário da Rússia pré-revolucionária, composta predominantemente pela economia agrária, pela incipiente classe operária nas cidades e pelas múltiplas nacionalidades não russas, oprimidas e controladas pela política expansionista do Estado. De acordo com Reis Filho (1983), a maioria esmagadora de camponeses vivia em situação deplorável, uma população pobre, acometida pela fome e por doenças, com pequenos lotes de terras ou

desprovidos dela, com rendimentos baixos, analfabetismo, má nutrição, alvo de internações psiquiátricas, oprimida pela nobreza e latifundiários, sobrevivendo com técnicas agrícolas arcaicas próximas às formas do século XVII.

Engels (1875/1990) afirma que o povo russo desencadeou muitos movimentos de insurreição de camponeses isolados contra a nobreza e contra determinados funcionários, mas ainda não contra o czar, até porque alimentavam certa admiração e adoração a ele enquanto um Deus na terra. No entanto, devido às condições de expropriação da liberdade e da terra, exploração no trabalho, nos impostos e a crescente miséria, sofridas pelos camponeses, “as massas da população camponesa, especialmente desde que se livraram da corveia, vêem-se numa situação que as obriga mais e mais a lutar contra o governo e contra o czar” (Engels, 1875/1990, p. 246).

Esse movimento revolucionário em ascensão na Rússia, decorrente do crescimento da população, assim como da exploração dos camponeses e agravamento da diferença de classes, baseou-se na complexificação do modo de organização social e, conseqüentemente, de modos diferentes para lidar com os problemas relacionados à psiquiatria, quando ainda a psicologia não era um campo científico próprio, como viria a ser no final do século XIX.

Para compreendermos as implicações dessas mudanças sociais na constituição da rede psiquiátrica na Rússia, como o crescimento da necessidade de controle e coerção da população, como ocorria desde os primeiros governos czaristas, Rojlin (n.d) apresenta-nos a história da organização da assistência psiquiátrica, durante a época pré-revolucionária, dividida em dois períodos, a partir do século XVIII.

O primeiro foca o período anterior à realidade exposta por Engels (1875/1990), quando se dá o desenvolvimento inicial da psiquiatria científica, já nos anos 20 e 30 do século XVIII, sob o pressuposto materialista sobre a origem do espiritual. Com início em 1775, foram criadas as *Oficinas de beneficência pública* encarregadas de organizar e dirigir as denominadas “obras piedosas”, entre as quais figuravam “os hospitais para funcionários e militares jubilados, os asilos para anciãos desamparados, os correccionais para servos 'desobedientes' e até para esposas 'rebeldes' e, finalmente, as 'casas de alienados' para doentes mentais 'furiosos' e para especialistas psiquiátricos forenses” (Rojlin, n.d, p. 139).

Ao estabelecermos uma relação com o movimento higienista, temos que o doente mental aqui era visto como um problema a mais para ser resolvido pelas autoridades czaristas. Conforme Wanderbroock Junior (2009), no fim do século XIX e início do século XX, a

preocupação com os alienados voltava-se para essa manutenção da ordem social e, para isso, fazia-se o uso de estabelecimentos psiquiátricos¹¹.

Com a abolição da servidão em 1860, ocorreram mudanças institucionais no campo educacional, jurídico, militar e administrativo ao longo do país. Por essa época, tem-se o segundo período da organização psiquiátrica, iniciado em 1864, contemplando as condições expostas por Engels (1875/1990), com o estabelecimento dos *zemstvos* na Rússia. Estes eram formas de auto-administração local sob o amparo da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, controlados pelos governadores e pelo ministério do Interior, que podiam suspender as resoluções indesejáveis para o governo (Lênin, 1985).

Segundo Brown (1989), a responsabilidade pelo cuidado institucional no âmbito da insanidade passou para os *zemstvos*, que deveriam fornecer “uma variedade de serviços para a população em suas áreas geográficas. Estas incluíam a educação, a saúde pública e combate à fome” (p. 22). Essa administração local autônoma, com medidas direcionadas aos camponeses que não atingiam de fato os problemas que vinham passando, como exploração usurária e desapropriação de terras, passou a abarcar as instituições das *Oficinas de beneficência pública*, incluídas as “casas de alienados”, que se pareciam muito pouco a centros de assistência médica, pela preocupação na manutenção da população sob controle, diante de tantas ameaças de revoltas camponesas (Rojlin, n.d).

Sob esse novo paradigma no cuidado psiquiátrico, os *zemstvos* deveriam prover espaço para o cuidado dos distúrbios mentais, diferentemente do que ocorria anteriormente, quando a internação de pessoas com insanidade em prisões e casas de trabalhos era uma medida do governo muito mais voltada para o problema da segurança pública do que uma medida médica. No entanto, a política governamental envolvia-se cada vez mais nos internamentos, o que exigia o posicionamento dos *zemstvos* na contenção dessa interferência policialesca, já que estavam ficando superlotados e sem condições de trabalhos (Brown, 1989).

Conforme o exposto pelos autores referidos acima, no campo da saúde mental, sob a jurisdição dos *zemstvos*, representantes da nobreza e do governo czarista expressavam resistência diante dos movimentos de rebeldia contra a organização do sistema, que começavam a esboçar-se, no intuito de manter os camponeses, os trabalhadores urbanos e pequenos comerciantes governados por órgãos policiais, o que se refletia na prática psiquiátrica. Nesse sentido, “o ambiente que ali reinava era em grande parte um reflexo da

¹¹ Wanderbroock Junior (2009) realiza seu estudo acerca da realidade brasileira, o que, no entanto, não nos impossibilita de pensarmos a realidade russa no que tange à atuação higienista. No decorrer desse subitem, recorreremos mais a esse trabalho, com as devidas justificativas.

época da “psiquiatria policiaca-carceraria”, que correspondia ao espírito geral do Estado policiaco-burocrático da Rússia czarista daquele tempo” (Rojlin, n.d, p. 140). Por sua vez, Brown (1989) afirma que “funcionários liberais dos *zemstvos* e psiquiatras consideraram os manicômios como instituições de cura e ressentiam as demandas com funções policiais que desempenhavam” (p. 25).

Portanto, aos estabelecimentos psiquiátricos era dada, pelo Estado czarista, a função de contenção política e, para tanto, a reclusão era a melhor solução para o Império. No entanto, Rojlin (n.d) enfatiza que o período dos *zemstvos* constituiu uma notável etapa na organização da assistência psiquiátrica na Rússia, uma vez que iniciava uma formação implicada com questões sociais entre os médicos psiquiatras dessa geração. Também, nessa época, os princípios materialistas inundavam a sociedade russa e crescia a luta contra o czarismo e a servidão, o que demandava outra conduta no modo de lidar com o homem e suas dificuldades, não mais com um caráter sob o comando da polícia, mas com o crescimento de pesquisas e estudos psiquiátricos.

Em relação à psiquiatria teórica universitária, nos anos de 1860, Wortis (1953) atribui seu início à academia médica militar¹² de São Petersburgo, onde o jovem médico Ivan Balinskii (1827 – 1902), considerado o fundador da psiquiatria científica russa, foi o pioneiro da organização da assistência aos doentes mentais no império dos czares a partir da organização da primeira cátedra e clínica psiquiátrica na Rússia.

Conforme Rojlin (n.d), os anos de 1860 foram de um período de ascensão revolucionária e transformações na organização social e econômica da Rússia, com a instauração das Comunas Rurais e dos *zemstvos*, assim como apresentamos anteriormente. Em 1877, Balinskii foi substituído por seu ajudante médico I. Merzheievski (1838 - ?), que se ocupou dos transtornos psíquicos com espírito biológico a partir de uma interpretação materialista, constituintes da tradição tão importante na psiquiatria russa.

Juntamente com o médico V. Kandinski (1849 – 1889) e suas investigações psiquiátricas e filosóficas, esses representantes da psiquiatria russa, assim como outros que apresentaremos, proporcionaram sólidas bases para o estudo científico-natural das doenças mentais e compreenderam a essência material dos transtornos psíquicos e sua estreita vinculação com o estado do cérebro e de todo o organismo (Rojlin, n.d). Por sua vez, Zeigarnik (1962/1965) cita o posicionamento de Kandinski, um dos mais iminentes psiquiatras russos do século XIX, com conclusões gerais da psicologia científica como

¹² Esta vinculação à academia médica militar expõe a não neutralidade da psiquiatria russa no início de sua formação.

essenciais para a psiquiatria, mesmo na mente perturbada que, de todo modo, continuava sendo mente.

Nos anos posteriores à década de 1860 e 1870, foi fundada uma quantidade de novos centros importantes de atividade neuropsiquiátrica, sendo lançada, em Kharkov, a primeira revista neuropsiquiátrica russa (Wortis, 1953). Com os filósofos materialistas e os democratas revolucionários na atividade social apresentando denúncias à autocracia czarista, o povo era chamado para lutar contra ela, trazendo a intelectualidade revolucionária para a luta junto à população russa. Nesse contexto, Rojlin (n.d) afirma que sob o regime das Ciências Naturais, o revolucionário democrata aparece como um fisiólogo materialista.

Desse modo, aspectos sociais e econômicos importantes contribuíram para as mudanças no campo da psiquiatria. Por volta de 1880, foram criados laboratórios psicológicos e clínicas para doenças nervosas e mentais na Rússia (Zeigarnik, 1962/1965), onde foram realizadas muitas pesquisas e a formação de muitos psiquiatras importantes. Nas palavras de Rojlin (n.d), “os melhores representantes da ciência russa se situaram nas posições do materialismo e combateram as concepções religiosas e idealistas que os reacionários círculos governantes da Rússia czarista tratavam de impor” (pp. 11-12). Nesse sentido, o autor continua com a afirmação de que:

(...) a filosofia materialista dos democratas revolucionários russos dos anos 60 do século passado [XIX] e o pensamento científico-natural e médico penetrado de materialismo da Rússia daquela época exerceram grande influência sobre a formação das ideias científicas dos psiquiatras russos da segunda metade do século XIX (Rojlin, n.d, p. 19).

Em um processo mais lento, quando comparado aos demais países europeus capitalistas, o estudo da doença mental na Rússia era guiado pelo pressuposto científico-natural, com base na fisiologia dos processos cerebrais na explicação das desordens psicológicas. Assim como ocorria no Ocidente, na transição do pensamento medieval e teocêntrico para o modo de organização moderno e capitalista, foi posta em xeque a filosofia idealista e requerido o método racional e empírico de conhecimento. Desse modo, dava-se a formação das ideias psiquiátricas, assim como a nascente psicologia, que rompia com a filosofia e tomava como base científica a observação, mensuração, descrição e apoio ao biológico para suas explicações.

A esse respeito, no campo da ciência psicológica, houve, nos séculos XVIII e XIX, fortes tendências materialistas no direcionamento dos estudos e intervenções. No século

XVIII, Mikhail Lomonosov (1711 – 1765), a figura mais antiga da psicologia russa, era essencialmente materialista, dando respaldo às elaborações de filósofos e pedagogos de posições liberais e democratas do século XIX. A mais completa tentativa materialista na psicologia foi a do fisiólogo I. Sechenov (1829 – 1905), personalidade de maior influência na psicologia russa no século XIX.

Na Rússia, as investigações anatômicas e fisiológicas do sistema nervoso alcançaram grande desenvolvimento no fim do século XIX e começo do século XX. Os historiadores soviéticos coincidem em considerar I. M. Séchenov o fundador da escola fisiológica e a orientação científico-natural em psicologia na Rússia. [...] O paradigma científico-natural da fisiologia, alargando a compreensão e estudo dos fenômenos psíquicos. Foi considerada por muitos investigadores e por muito tempo a base necessária e suficiente para construir uma psicologia materialista (Shuare, 1990, p. 43).

As contribuições de Sechenov incidiram no modo experimental e direto de abordar os problemas da psicologia, determinando também o rumo de muitos trabalhos psiquiátricos, como apresentado anteriormente, além de embasar uma luta contra a tendência idealista que se apresentava na psicologia. Este autor propôs a redução das funções psicológicas a reflexos, o que provocou muitos enfrentamentos contra as autoridades políticas e autores de tendência espiritualista (Rivière, 1985; Wortis, 1953). Sechenov lutou contra o idealismo, sendo o primeiro a iniciar o estudo científico dos fenômenos psíquicos, com questões importantes e experimentais sobre fisiologia do cérebro e psicologia. Além disso, dava importância para a aproximação entre psicologia e psiquiatria e afirmava a psicologia como base da psiquiatria, assim como a fisiologia a base da patologia do corpo (Zeigarnik, 1969/1979, 1976/1981).

Sechenov influenciou de forma direta os trabalhos a respeito dos fenômenos psíquicos de V. M. Bekhterev¹³ (1857 – 1927) e de I. Pavlov (1849 – 1936), destacados homens da ciência nos anos anteriores e posteriores à Revolução de Outubro, respectivamente. Conforme S. H. V. Almeida (2008), o caráter materialista das obras desses três autores proporcionou uma base sólida ao que estava sendo desenvolvido na fisiologia e psicologia russa pré-revolucionária, sendo um dos principais aspectos apropriados pela ciência psicológica após a

¹³ Conforme Rojlin (n.d), cabe a Bekhterev o aprofundamento no estudo dos fundamentos anátomo-fisiológicos das enfermidades psíquicas, uma vez que estudava a estrutura cerebral juntamente com seu funcionamento além da consideração dos transtornos psíquicos como consequência de alterações patológicas do funcionamento do cérebro. Seus estudos contribuíram em trabalhos posteriores de psiquiatras e psicólogos russos, inclusive nos estudos de B. V. Zeigarnik e o desenvolvimento da Patopsicologia Experimental.

revolução, entretanto, de cunho reducionista pela explicação, a partir da fisiologia da atividade nervosa superior, dos processos psíquicos humanos. Pavlov, com seus estudos iniciais a respeito do sistema digestivo e a descoberta dos reflexos condicionados, mesmo tendo desenvolvido suas investigações contemporaneamente a Bekhterev, será contemplado, de forma mais pormenorizada, no próximo subitem desta seção.

Com a necessidade de se pensar em uma reforma psiquiátrica, a elevação do sentimento humanitário no campo dos tratamentos levou a esforços para diminuir as condições opressoras da atenção que eram dadas nos hospitais psiquiátricos. Já no final do século XIX, a psicologia inicia suas investigações pautando-se no método das ciências naturais, por meio da experimentação para se fazer científica.

Segundo Shuare (1990), “os critérios de cientificidade próprios de dito pensamento geraram reducionismos mecanicistas, derivados de uma compreensão a-dialética e, sobretudo, a-histórica do materialismo no que concerne à essência da psique humana” (p. 43). Em concordância, segundo Rivière (1985), no começo do século XX, a situação da psicologia e da neuropsicologia russa era bastante complexa, uma vez que se conheciam bem os desenvolvimentos ocidentais e se empregavam procedimentos quantitativos de medição e investigação.

Nesse sentido, de acordo com Wortis (1953), assim como a psiquiatria, a psicologia soviética tem velhas tradições materialistas, mas sempre enfrentou a luta contra uma oposição idealista obstinada, assim como afirmado por Vigotski (1927/1996). O representante mais ilustre da psicologia russa pré-revolucionária, no século XX, foi G. I. Chelpanov (1862 – 1936), de base idealista, que fundou o *Instituto de Psicologia* de Moscou em 1912, aberto no início da Primeira Guerra Mundial, e buscava a diminuição da experimentação nas práticas psicológicas, pelo o que é considerado um inimigo do materialismo.

Chelpanov teve participação na formação de psicólogos que, após a revolução, lutaram pela construção da psicologia soviética, com base marxista, como no caso de Kornílov. Como será discutido posteriormente, grande parte dessas tentativas foram criticadas por Vigotski (1927/1996), principalmente pelas junções ecléticas com as psicologias burguesas com excertos de Marx realizadas no campo psicológico.

Os métodos experimentais do psicólogo alemão Wilhelm Wundt (1832 – 1920), na psicologia empírica, foram tomados pelas clínicas psiquiátricas: a de Kraepelin (1879), na Alemanha e uma das maiores na França, com P. Janet como diretor por muitos anos; na Rússia com laboratórios psicológicos-experimentais de V. M. Bekhterev em Kazan no ano de 1885, com o primeiro laboratório de psicologia experimental e S. S. Korsakov em Moscou, no

ano de 1886, sendo sua clínica psiquiátrica de tendência progressista na psiquiatria, valorizando os fundamentos da psicologia para a compreensão do descompasso que ocorre na atividade psíquica do doente mental (Zeigarnik, 1969/1979, 1976/1981).

Faz-se necessário a apresentação mais detalhada do trabalho destes nomes importantes da psiquiatria e psicologia russa nesse período pré-revolucionário, assim como de outros, que desenvolveram suas pesquisas e estudos como base para o que foi estabelecido anos depois. São autores importantes que forneceram base aos trabalhos na Patopsicologia Experimental, com a incorporação de métodos, materiais e investigações para o desenvolvimento de suas próprias pesquisas.

S. S. Korsakov (1854 – 1900), figura famosa da psiquiatria russa, buscou instaurar, ainda de forma limitada, um sistema de cuidado familiar nos casos psiquiátricos e outras ações de tratamento, seguidas pelos modelos ocidentais, eliminando o trato prisional aplicado até então e instaurando a possibilidade de tratamento e cura por meio das mediações dos psiquiatras num contexto extra-hospitalar (Rojlin, n.d; Wortis, 1953).

Korsakov, em particular, promoveu o desenvolvimento da psicologia experimental em associação com a psiquiatria clínica. Sob sua direção e sua próxima participação, um laboratório psicológico foi organizado em 1894, com Tokarskii na direção. Korsakov demonstrou a necessidade vital da colaboração entre psicologia e psiquiatria. Na sua condenação em Lopatin, que rejeitou os métodos experimentais em psicologia, Korsakov afirmou que a principal questão não era se a psicologia experimental era necessária em tudo, mas sim por que a existência de laboratórios psicológicos em clínicas tinha passado despercebido até então (Zeigarnik, 1962/1965, p. 2).

Nos escritos de Korsakov, percebe-se a tendência materialista de seu trabalho, uma vez que associava a atividade mental com os processos fisiológicos, ao partir do posicionamento materialista e a influência da fisiologia russa, desenvolvida a partir dos trabalhos de I. M. Sechenov. A influência mais evidente de Sechenov no trabalho de Korsakov refere-se a sua defesa das enfermidades psíquicas enquanto enfermidades do cérebro e medulares, o que justifica o pensamento materialista em suas pesquisas, ao afirmar “que o desenlace da enfermidade depende em cada caso das condições em que se encontra o enfermo e do modo como é tratado” (Rojlin, n.d, p. 25).

Em 1885, Bekhterev, com seus estudos relativos às enfermidades do sistema nervoso, foi designado professor da Universidade de Kazan, contribuindo de forma considerável na

organização de centros de investigação e ensino psiconeurológico, assim como nos estudos da neurose, das psicopatias, do alcoolismo e na ciência psicológica. Segundo S. H. V. Almeida (2008), este autor baseou-se na tendência natural-científica, em outras palavras, uma concepção biológica, na compreensão dos processos psicológicos, ao defender uma psicologia objetiva que, para tal modo, deveria ser fundamentada na fisiologia. No início do século XX, esta escola psicológica objetiva passou a ser conhecida como campo da ciência reflexológica na psicologia soviética.

Bekhterev teve papel importante devido seus trabalhos com experimentos de laboratório no campo da psicologia. De acordo com Zeigarnik (1969/1979), Bekhterev foi o fundador do ramo patopsicológico na Rússia, que dirigiu amplos estudos psicológicos experimentais relacionados às alterações da atividade psíquica. O autor, pautado na reflexologia, eliminou qualquer resquício de introspecção em suas pesquisas, pela defesa do método objetivo nas análises. Foi realizada uma série de pesquisas experimentais psicológicas na clínica de doença mental e cerebral da Academia Médica Militar sob a direção de Bekhterev, o que se constituiria, anos mais tarde, em material para o desenvolvimento da Patopsicologia Experimental de Zeigarnik, objeto de estudo da presente dissertação.

Para Zeigarnik (1976/1981), o princípio de uma análise qualitativa das alterações na atividade psicológica, adotado na escola de Bekhterev, converteu-se na tradição para a psicologia na União Soviética. A autora faz essa afirmação diante da constatação de que muitos métodos experimentais para a investigação psicológica dos doentes mentais são utilizados na Patopsicologia Soviética, como será detalhado no terceiro capítulo.

O primeiro congresso de medicina dedicado à psiquiatria na Rússia aconteceu em 1887, na cidade de Moscou, com a presença de mais de 300 médicos. Wortis (1953) afirma que este evento representou o avançado papel social da psiquiatria russa nesses tempos do governo czarista, pela importância atribuída à medicina preventiva e, especialmente, à higiene mental. Diante deste quadro que envolve a saúde mental da população, a medicina ampliava seu raio de ação e a higiene mental passou a ocupar papel protagonista na educação, na saúde e na consolidação de hábitos higiênicos. Como afirmado por Wanderbroock Junior (2009)¹⁴, ao tratar da realidade da Liga Brasileira de Higiene Mental no século XX, a higiene mental

¹⁴ Como já mencionado anteriormente (na página 37 e 38, também na nota de rodapé 11), o que Wanderbroock Junior (2009) assinala, mesmo que na realidade brasileira, é válido de ser recuperado na presente pesquisa, uma vez que nos apresenta a atuação a partir dos pressupostos da higiene mental, enquanto fenômeno presente em muitos lugares no mundo, inclusive na Rússia, como Rojlin (n.d) e Wortis (1953) assinalam. Ainda, fazendo essas relações, podemos nos voltar à realidade brasileira, a partir desse contexto russo, para pensarmos o modo que se dá a organização da assistência psiquiátrica no Brasil e pensarmos em formas de intervenções para a nossa realidade, o que pode ser um desdobramento da presente pesquisa.

esteve presente, ao redor do mundo, marcada por uma prática de cunho positivista e individual, que implicava no ataque à desordem a partir de sua fonte, considerada de ordem mental e moral. No caso da Rússia czarista, Wortis (1953) toma essa prática a partir de seu viés positivo, caracterizada como um avanço social da psiquiatria, sem os apontamentos devidos para suas contradições, como, por exemplo, a prática de contenção da população para a manutenção da realidade político-econômica. No entanto, percebemos que era a prática adotada na realidade russa, como viria a ser, anos mais tarde, no Brasil.

Dentre as temáticas de trabalhos apresentados, o referido autor destaca os relativos à seguridade econômica como um dos fatores para a prevenção das enfermidades mentais, no discurso de Merzheievskii, assim como dois ensaios psiquiátricos, um contra o isolamento e outro a respeito do cuidado familiar, de autoria de Korsakov.

Korsakov, admirado pelos psiquiatras soviéticos contemporâneos nos anos de 1940 e 1950, exemplificou duas características que serão evidentes na psiquiatria soviética anos mais tarde: sua orientação médica e o profundo interesse pelo papel dos fatores sociais nas desordens psiquiátricas. Em outras palavras, a partir do pressuposto materialista presentes nas práticas psiquiátricas, na sua estreita relação com a fisiologia, evidente na já União Soviética, tem-se a correlação entre condições psíquicas da população e as condições materiais de vida. Nesse sentido, Korsakov combinou, pela primeira vez, a atividade clínica com um amplo interesse pela organização de serviços públicos de saúde mental (Wortis, 1953).

Esses estudos de Korsakov, em fins do século XIX, com a preocupação relacionada às precárias condições materiais atreladas ao adoecimento psíquico da população russa, referem-se à exploração no campo, às condições climáticas adversas e ao uso abusivo do álcool, por exemplo. A esse respeito, é bastante conhecida a Síndrome de Korsakov, uma síndrome amnésica, situada no quadro dos transtornos mentais, ocasionada pelo uso abusivo do álcool. De acordo com Zeigarnik (1976/1981), a Síndrome de Korsakov era uma das alterações da memória imediata mais estudada na URSS, que consiste na falta de memória sobre acontecimentos diários, no entanto as memórias do passado mantêm-se intactas. Presente nas graves intoxicações alcoólicas, acompanha-se de diversos problemas na atividade cerebral do sujeito alcoolista, como deturpações dos acontecimentos do momento e desorientação no tempo e no espaço.

Nesse contexto acadêmico, Rojlin (n.d) apresenta discursos de importantes psiquiatras em congressos e eventos que ocorreram no final do século XIX e início do século XX na Rússia. Uma das falas é de Korsakov, em 1901, que, ao denunciar os lacres do regime social imperante na Rússia czarista, afirma “que a pobreza, que o pauperismo é um dos principais

fatores da multiplicação das enfermidades mentais, influenciando também direta e indiretamente no alcoolismo e na difusão das epidemias” (Rojlin, n.d, p. 103).

Logo em seguida, em sua exposição, o referido autor afirma que:

A luta contra o pauperismo – assinala o mesmo autor – é por conseguinte uma das primeiras tarefas que incubem à proteção da saúde pública. Outra, coincidente com ela, é a luta contra o alcoolismo, a solicitação pela saúde da mulher, pela boa educação da juventude, a preocupação com um regime social normal, por uma satisfação racional das necessidades das distintas capas da população (Rojlin, n.d, pp. 103-104).

Esse posicionamento é bastante interessante, ainda mais vindo de um autor que se pauta nas explicações fisiológicas para suas fundamentações. No entanto, é preciso que tenhamos cuidado e certo discernimento, uma vez que pode se tratar de um discurso higienista, e não a mudança de posicionamento diante da realidade sócio-político-econômica. A citação a seguir sustenta essa nossa atenção à fala de Rojlin (n.d).

Nessa fundamentação “científica” da doença mental, não faltaram associações da loucura com a desordem, o crime, o alcoolismo, a raça, a falta de inteligência, a preguiça e tantos outros termos que tipificavam o que os higienistas entendiam como obstáculos para o desenvolvimento da nação (Wanderbroock Junior, 2009, p. 30).

Desse modo, diante dos avanços mencionados por Rojlin (n.d) e, em contrapartida, a colocação de Wanderbroock Junior (2009), é possível, mesmo na ausência de materiais que tratem diretamente do movimento higienista na Rússia, pensarmos nas manobras feitas pela ciência para tratar da questão da saúde mental. Diante das condições sociais de precariedade e conflitos, as explicações atribuíam ao indivíduo o peso de sua doença mental e não às condições materiais de vida na qual se encontravam, mesmo que fossem identificadas como complicadoras de uma vida saudável à população. A mesma dificuldade será encontrada quando tratarmos da psiquiatria soviética, já no stalinismo, quando Wortis (1953) faz referências ao movimento higienista, a partir de seus pontos positivos, sem a alusão a um discurso de “saneamento”, que trata, por exemplo, o problema da pobreza como algo inerente aos pobres, às características dos pobres e não como condições sociais degradantes e produtoras de distúrbios mentais.

Como forma de resolvermos essa problemática, é importante o que Rojlin (n.d) apresenta-nos, que, na medida do possível, esclarece mais essa colocação, sem, no entanto, resolvê-la de forma plena. Nesse sentido, Bekhterev, no III Congresso Nacional de Psiquiatria, em 1909 na cidade de Petersburgo, afirmou que as “condições criadas por uma desfavorável situação econômica das distintas classes da população... tem a mais profunda repercussão no desenvolvimento das doenças nervosas e mentais... O regime capitalista é o mal principal de nossos tempos” (Rojlin, n.d, p. 104).

Como mais um dado que nos leva a problematizar essa questão, na relação direta entre o movimento higienista reacionário e sua contrapartida, dada pelo movimento revolucionário cada vez mais crescente, temos a seguinte citação:

Na velha Rússia pré-revolucionária, com seu baixo nível cultural e sanitário, a ampla difusão das superstições e do curandeirismo, o débil desenvolvimento da assistência médica e suas altas cifras de morbidez geral e epidêmica, era natural que também fosse elevada a morbidez neuropsíquica. As “epidemias” de histeria, a “insanidade”, a “imbecilidade mística”, estavam muito difundidas na Rússia czarista. Particularmente elevada era a cifra das psicoses alcoólicas e infecciosas e das sequelas tardias da sífilis cerebral na forma de paralisia progressiva. Segundo dados tomados dos informes dos hospitais psiquiátricos, estas psicoses representaram, em 1913, 33,3% dos doentes ingressos (Rojlin, n.d, p. 104).

Ao passo que as práticas e elaborações psiquiátricas desenvolviam-se, a atenção à saúde mental no governo czarista seguia seu direcionamento e pouca eficiência na resolução dos problemas reais da população quanto à reintegração ou tratamento. No entanto, na lógica da organização social vigente, cumpria sua função pela retirada do convívio social daqueles que causavam “desordens” à ordem posta. Em 1911, Serbskii¹⁵ atacou o governo pelo descuido que os serviços públicos apresentavam no cuidado à maior parcela da população russa e foi criada a Associação de Psiquiatras Russos, avançando em uma organização social que concentrou forças progressistas da psiquiatria da época (Wortis, 1953).

Esse posicionamento do governo czarista de descaso diante da população camponesa e do incipiente proletariado russo torna-se evidente pelas manobras que o governo tomou diante dos levantes revolucionários no início do século XX, já mais organizados contra o regime de

¹⁵ Não foi possível encontrar nenhum dado a respeito desse autor.

poder czarista. A vida no campo agitava-se ainda mais na busca por melhores condições de vida, com a organização e envolvimento da pequena parcela de proletários russos na contestação por mudanças sociais.

Em 1905, ocorreu a primeira revolta contra o czarismo, na qual os camponeses, os operários e a intelectualidade organizaram-se em um movimento revolucionário contra as restrições postas pela nobreza czarista. Os camponeses fizeram o levante buscando terras, menos impostos e melhores condições de vida, enquanto que o proletariado apresentava reivindicações relativas às melhores condições de trabalho, direito de greve, reforma agrária e uma Assembleia Nacional. Por sua vez, houve a formação da *intelligentsia* russa (médicos, advogados, jornalistas, professores) nesse desenvolvimento do capitalismo, na denúncia dos preconceitos e dos valores culturais impostos pelo governo dos czares (Reis Filho, 1983). Todo esse movimento revolucionário incidiu sobre a assistência psiquiátrica e seus objetivos, tal como assinalado a seguir:

Pressões crescentes sobre a autocracia no início do século XX haviam estimulado ainda mais a sua já significativa preocupação com o controle social e político. No resultado da Revolução de 1905, em particular, um número crescente de indivíduos “perigosos” foram confinados tanto nas prisões como nas instituições mentais do império (Brown, 1989, p. 33).

De acordo com Trotsky (1978), o descontentamento social das massas, iniciado este movimento revolucionário de 1905, levaram-nas às organizações em corpos representativos, os sovietes, o que demonstrava a consciência revolucionária em formação das massas populares russas. Portanto, os sovietes, embriões de um governo revolucionário composto por proletariados, deveriam estar em toda a parte da Rússia, tendo sido fundamentais no movimento revolucionário de 1917.

A Revolução de 1905 foi suprimida pelo czar Nicolau II (1894 – 1917) e teve como resultado a derrota dos proletários, que não se organizaram juntamente às imensas massas de camponeses, com o planejamento do que seria um levante revolucionário organizado e coerente, até porque eram movimentos desiguais com interesses distintos, o que foi ainda mais forte na Revolução de 1917. Com essa primeira revolta derrotada e o movimento enfraquecido, após essa onda de movimentos populares na Rússia, o descontentamento camponês e a organização dos sovietes foram crescendo à custa da manutenção do governo czarista.

A Primeira Grande Guerra (1914-1918) corroeu ainda mais as bases do czarismo, que havia entrado na guerra por conta do interesse em manter o poder, mesmo minando-se em sua própria estrutura de base feudal, com a defesa da pátria pela forte bandeira para trazer a adesão da população à guerra. Com o decorrer da guerra, houve uma insuficiente produção industrial no que tange a produção de bens de consumo à população, por conta da concentração nas necessidades do exército, dos encargos da guerra e o crescente desfalque na produção agrícola (Reis Filho, 1983). Desse modo, a indústria bélica se desenvolveu e promoveu o enriquecimento dos industriais que cuidavam desse ramo, mas, por outro lado, a indústria de bens de consumo de primeira necessidade enfraqueceu-se, aumentando a pauperização e o descontentamento do povo, assim como acentuando ainda mais a diferença de classes presente na sociedade russa.

Diante das dificuldades e com o rebaixamento da onda de patriotismo, que se encontrava no início da guerra, cresceu o sentimento antiguerra da população russa. O movimento trabalhista organizado nas vastas indústrias de armamento tornou-se um centro de militância industrial e contra a guerra, assim como as indústrias mecânicas e de navios. Proclamava-se que os socialistas poderiam trazer a paz, o que fez com que estivessem fundidos os desejos de paz e de revolução social em um só movimento revolucionário (Hobsbawm, 1995).

Nesse cenário, diante das contradições da guerra, o declínio da base semi-feudal e do modo de organização capitalista, mais evidentes na sociedade russa, uma classe organizada na denúncia e planejamento de transformações sociais se formava. Nos gritos contra a guerra e a autocracia, já se esboçavam os temas do movimento popular: paz, terra, pão, com a frequência maior de movimentos grevistas dos operários, revolta dos camponeses e desentendimentos das elites. O movimento revolucionário expandiu e, em fevereiro de 1917, as autoridades czaristas foram destituídas e substituídas por um “governo liberal” provisório, empenhado na tentativa de restabelecer a ordem e as instituições russas e os interesses da população, isto é, da burguesia, do campesinato e do proletariado (Hobsbawm, 1995).

No entanto, a Revolução de Fevereiro foi uma luta por condições de vida melhores, à princípio sem a intenção do socialismo, uma vez que “não tocara, nem desejara tocar, na ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção” (Reis Filho, 1983, p. 48), o que seria buscado na Revolução de Outubro pelo comando dos bolcheviques nas figuras, principalmente, de Vladimir Ilitch Uliánov [Lênin] (1870-1924), Leon Trotski (1879-1940) e Iosif V. Stálin (1879-1953), que reuniram as contradições, dadas e agudas, no direcionamento das insatisfações para uma direção comum.

Por sua vez, os intelectuais da classe média ganharam grande influência por serem os representantes nos conselhos revolucionários, uma vez que conseguiam expor as ideias e os conhecimentos políticos para isso (Trotsky, 1978). Desse modo, a ciência na sociedade russa desenvolvia-se atrelada ao movimento de transformação social, implicada com as necessidades dessa nova sociedade que se pretendia construir, a socialista.

Nas vésperas da Revolução de Outubro, a Rússia havia desenvolvido uma área do conhecimento psicológico como disciplina experimental, a patopsicologia experimental. Por meio da colaboração entre psiquiatras e neuropatólogos, como Bekhterev, Korsakov, V. A. Gilyarovskii, por exemplo, com a ciência psicológica, houve o desenvolvimento da psicologia e da psiquiatria no que tange o cuidado à doença mental. Essas elaborações, juntamente com a formação da Psicologia Histórico-Cultural sob a fundamentação do materialismo histórico e dialético, foram ponto de partida para o desenvolvimento da Patopsicologia Experimental (Zeigarnik, 1969/1979, 1976/1981).

1.2 O DESENVOLVIMENTO DA NOVA SOCIEDADE NO GOVERNO LENINISTA: IMPLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Após a derrubada do czarismo, com o fim do domínio da Dinastia Romanov (1613-1917), houve a implantação do governo provisório, representado por Kerensky, que, após a vitória da revolução de Fevereiro de 1917, emanava os interesses das classes dominantes, com o apoio cada vez maior dos mencheviques. Por sua vez, os bolcheviques organizavam-se no Soviete de Petrogrado, com o lema de que todo poder deveria ser dado aos sovietes, na busca pela supremacia do proletariado revolucionário. De acordo com Trotsky (1978), “A questão debatida era a ditadura da classe operária que dirigia, ou antes, era capaz de dirigir os milhões de indivíduos das paupérrimas populações camponesas. Foi este o significado histórico do levante de Novembro” (p. 40).

Nesse sentido, a partir do retrato jornalístico realizado por John Reed, temos que:

As classes dominantes pretendiam uma revolução unicamente política que, tirando o poder do czar, o passasse às suas mãos. Queriam fazer na Rússia uma revolução constitucional, segundo o modelo da França ou dos Estados Unidos, ou então uma monarquia constitucional como a da Inglaterra. Ora, as massas populares queriam, porém, uma verdadeira democracia operária e camponesa (Reed, 1990, p. 12).

Reed (1990) continua dizendo que “entre os operários das fábricas e os camponeses pobres ouvia-se frequentemente falar de ‘todas as terras aos camponeses’ e ‘todas as fábricas aos trabalhadores’” (p. 35). Por sua vez, nas trincheiras, no enfrentamento da guerra e de mortes, os soldados, constituindo outro pilar de apoio à revolução, só falavam em paz. A Rússia estava em um intenso processo revolucionário no governo provisório, enquanto que a “guerra continuava sem qualquer objetivo, sem direção, sem perspectiva certa” (Trotsky, 1978, p. 37).

Diante deste cenário, a Rússia tornou-se o país que continha a possibilidade do ideal de revolução do operariado, uma vez que estava diretamente envolvida com as transformações internas das sociedades capitalistas, determinadas pela primeira crise do capital e pelo decorrente imperialismo expansionista e o crescimento do movimento da classe operária no mundo. O proletariado, enquanto classe organizada politicamente nos Soviotes encabeçou o movimento socialista alimentado por interesses divergentes na luta revolucionária, na busca pela socialização dos meios de produção, enquanto que o campesinato lutava pela propriedade privada (Tuleski, 2008). Desse modo, mesmo em uma revolução socialista, “a luta revolucionária campesina permanecia nos limites da exploração capitalista, pois visava à repartição das terras para a exploração privada do solo” (Tuleski, 2008, p. 78).

Desse modo, a vitória da insurreição em Outubro contou com a força dos movimentos sociais de operários, soldados e camponeses, que tinham seus interesses próprios e, evidentemente, contraditórios. Inicialmente, este caráter duplo da revolução, constituído pela aliança entre operários e camponeses, baseou-se na fonte de sua força. Quando os bolcheviques assumiram o poder, tinham que lidar com um processo revolucionário no qual havia interesses antagônicos, uma vez que a revolução criou as condições que possibilitaram o desenvolvimento das formas burguesas de propriedade, na busca, pelo campesinato, pela posse das terras, enquanto que a revolução proletária objetivava a abolição da propriedade. No entanto, era imprescindível contar com a participação dos camponeses, mantendo esse caráter combinado da revolução Russa, caso contrário, todo o movimento revolucionário seria isolado na cidade e derrotado (Deutscher, 1967).

De acordo com Trotsky (1967), havia algumas premissas históricas para o triunfo da revolução de outubro na Rússia, assim como algumas condições necessárias para o seu acontecimento. Em relação ao primeiro aspecto, o autor assinala a podridão das velhas classes dominantes, da nobreza, da monarquia, da burocracia; a debilidade política da burguesia, que não tinha nenhuma raiz nas massas populares; o caráter revolucionário da questão agrária e do problema das nacionalidades oprimidas, além do proletariado em crescimento. Quanto às

condições que possibilitaram o levante de 1917, o autor traz a Revolução de 1905 como um grande ensaio para o que viria depois, assim como a guerra imperialista, que aguçou as contradições na Rússia e tirou as massas atrasadas de seu estado de inércia diante das condições de exploração e misérias nas quais viviam.

Ao assumirem o poder, na conquista da Rússia e dos mais importantes centros industriais do país, os bolcheviques tomaram duas providências: o controle sobre a produção e distribuição dos produtos nas formas mais amplas, completas e universais, assim como o aumento da produtividade do trabalho. A tarefa principal era a de administrar o Estado, o que incluiria também o controle sobre os camponeses, com a predominância da função desempenhada pela economia (Lênin, 1967).

No entanto, torna-se evidente, na análise das condições socioeconômicas russas, que o país era, diante de outros de economia capitalista mais desenvolvida, o menos indicado para a revolução, uma vez que contava com a grande parcela da população camponesa marcada pela pobreza, ignorância e atraso, e por um proletariado industrial pequeno, com fraco desenvolvimento das forças produtivas em relação aos outros países (Tuleski, 2008).

Essa situação de contradição foi constatada por Lênin (1985) por meio do assinalamento da situação camponesa russa, marcada pela recente emancipação dos servos e funcionamento semifeudal, assim como pelo desenvolvimento da produção e das relações de trabalho, condições que levariam mais a uma revolução burguesa do que proletária.

A situação da população russa, portanto, manteve-se na forte luta de classes ainda durante muitas décadas após 1917, ou seja, com formas de organização sociais capitalistas e as contradições inerentes à luta de classes jamais eliminadas. De acordo com Tuleski (2008), encontramos aqui a continuação de relações e do pensamento burguês na sociedade comunista, por não existir outra relação entre os homens, que passaria por um processo de construção a partir de então.

Conforme Hobsbawm (1995), estava claro, para Lênin e outros revolucionários marxistas na Rússia, que o país não tinha condições para uma revolução socialista, mas que, para terem êxito nesse levante revolucionário, outros países deveriam fazer também sua revolução, o que parecia ser certo de acontecer devido às consequências do colapso político e das crises revolucionárias decorrentes da Grande Guerra.

Enquanto a revolução não se estendesse para outros países, a Rússia aguentaria mantendo a produção e estimulando-os em seus movimentos, com a expectativa leninista de, se não uma revolução mundial, que fosse, ao menos, europeia. Desse modo, o Partido Bolchevique tomou o poder na Rússia com o objetivo de, por meio da revolução, implantar o

socialismo na Rússia como também “trazer a revolução ao proletariado mundial” (Tuleski, 2011, p. 113).

No entanto, com a não adesão mundial, a Rússia soviética passou por décadas de isolamento, em uma situação de empobrecimento e atraso, que deveria ser revertida pelo sacrifício e pela disciplina dos homens para que pudessem sobreviver. Com a morte de Lênin e o começo do stalinismo, a perspectiva de ampliação foi abandonada de vez, uma vez que diante de graves crises econômicas, Stálin tomou medidas governamentais para o desenvolvimento do país de um modo diferente do que se buscava no leninismo (Tuleski, 2008, 2011).

Os primeiros anos após a Revolução de outubro foram considerados como de transição ao socialismo, marcados pela guerra civil (1918-1920), que envolvia vários países imperialistas aliados ao czarismo, em um levante contra o primeiro Estado proletário. Este quadro de guerra ampliado complicou a posição do poder bolchevique e agravou ainda mais a situação econômica da Rússia. Nessa transição e situação de instabilidade, foi proposta, por Lênin, um conjunto de medidas denominadas de “Comunismo de Guerra” para lidar, sobretudo, com a guerra civil instaurada no pós-guerra, marcada por bloqueio, pela fome, miséria, epidemias e por uma tensa edificação econômica e militar conduzida por uma centralização do Estado (Trotsky, 1967).

Este sistema de gestão econômica baseou-se na tentativa de criar, em um curto prazo, um ordenamento social com vias ao comunismo diante de uma situação tão conflituosa e crítica na qual a Rússia se encontrava, com medidas que possibilitariam o fortalecimento na direção do projeto revolucionário. As indústrias foram nacionalizadas, o comércio privado foi proibido, houve a centralização externa da planificação e do controle e, como medida com sérias implicações anos mais tarde, foi exigido dos camponeses, em posse de suas terras, que entregassem ao Estado todos os produtos que excedessem as necessidades essenciais de sua família, compensando a falta de produtos das fábricas, que se ocupavam na produção para as frentes da guerra civil (Hegedüs, 1986).

Portanto, no campo, as relações agrárias comerciais passaram a ser marcadas por este confisco de excedente da produção por parte do governo, embora possuíssem a terra, com futuros planos de Lênin para instauração das fazendas coletivas. A política do “comunismo de guerra” levou ao descontentamento dos camponeses e da pequena burguesia devido ao monopólio estatal cada vez mais rigoroso dos produtos agrícolas e com a restrição gradual do comércio livre (Medvedev, 1986).

A referida questão agrária apresentou-se como um grande problema ao partido bolchevista, uma vez que os camponeses estavam sendo impedidos em seus interesses na propriedade privada, impulsionando cada vez mais o individualismo. Para manter a aliança entre operários e camponeses, era necessário abolir o confisco do excedente da produção, usado para a manutenção da economia durante a guerra civil, que não dava nada em troca aos camponeses e dificilmente recuperaria uma economia praticamente destruída.

Com o objetivo de sanar as dificuldades encontradas nos anos da guerra civil, assim como retornar às práticas comerciais entre a cidade e o campo, Lênin propôs, em 1921, a Nova Política Econômica (NEP) que, além de uma reforma diante da situação da Rússia, objetivava restituir a aliança entre campesinato e proletariado. Ainda, terminada a guerra civil, em 1922, foi criada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas¹⁶ (URSS), que representou a vitória do partido bolchevista e, em muitos aspectos, com a NEP, “uma breve era de ouro da Rússia camponesa” (Hobsbawm, 1995, p. 370), marcada por uma economia de mercado denominada Capitalismo de Estado.

Desse modo, terminado o período de guerra, outras esferas da sociedade tiveram a atenção por parte de Lênin, principalmente o setor econômico no desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que o comunismo só poderia ser efetivado e mantido fora da escassez generalizada que havia se instaurado nesses anos após a revolução. De acordo com Hobsbawm (1995), seria necessário combinar uma ofensiva contra o atraso cultural da maior parte da população russa, ignorante, analfabeta e supersticiosa com uma corrida para a modernização tecnológica e desenvolvimento industrial. Desse modo, “o comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados” (p. 367).

Nesse intuito, com a NEP, Lênin buscava, na passagem do comunismo de guerra para o capitalismo de Estado, uma superação do atraso econômico, o desenvolvimento industrial, a consolidação da aliança entre campesinato e operariado, com o incentivo do desenvolvimento das trocas entre campo e cidade. Além disso, buscava o investimento na educação, na ciência e na tecnologia, o que constituía a busca por uma sociedade comunista e nas condições igualitárias que ela requer (Tuleski, 2008, 2011). A ciência e a tecnologia eram fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas e da educação maciça, para que fosse possível a

¹⁶ Os países que compoam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foram: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Transcaucásia, Estônia, Lituânia, Letônia, Moldávia, Georgia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguizão e Tadjiquistão.

inserção daqueles novos homens em novas formas de trabalho, que envolviam os conhecimentos mais avançados na sociedade que se pretendia comunista.

Dessa maneira, no período pós-revolucionário, governado por Lênin, houve o incentivo e investimento na produção de conhecimento nos vários ramos da arte e da ciência, precedida pela revolução econômica e social, implicando, portanto, na cultural. O povo, em sua maioria analfabeta, foi ensinado a ler e a escrever, com o objetivo de se criar uma base para uma nova cultura, destinada a todos, na Rússia socialista, que levaria a formação do novo homem – o comunista – nesse projeto de nova sociedade.

(...) o processo iniciado em 1917 na Rússia implicou, necessariamente, em profundas comoções no plano da consciência social; basta citar, para se convencer disso, os movimentos transformadores na poesia, no teatro, no cinema, na pintura, na linguística, que vinham sendo desenhadas desde anos antes, encontraram nesse momento a atmosfera propícia para seu desenvolvimento (Shuare, 1990, p. 24).

Nesse sentido, conforme Trotsky (1967), a cultura aristocrático-burguesa da Rússia czarista, que deixava inacessível ao povo russo as elaborações da humanidade, desapareceu após o levante revolucionário com o fim do monopólio de uma pequena minoria sobre os bens da cultura. Os museus passaram a receber a visita da população russa, compostos pela cultura da monarquia, da nobreza e da burguesia, antes inacessível.

A realização leninista foi tão fecunda para a cultura que ficou marcada por um florescimento de obras magníficas: os anos vinte foram os anos dos grandes poemas de Alexandre Blok e de Maiakóvski, das pinturas de Kandinski e de Malévski, dos grandes romances de Górkí e de Alexis Tolstoi, bem como dos filmes de Eisenstein (Garaudy, 1967, p. 4).

Uma das primeiras medidas do governo, no final do ano de 1917, foi a criação do Comissariado do Povo para a Instrução, com metas de alfabetização geral e a educação política da população, conjuntamente com a transformação econômica e cultural na instauração das relações sociais socialistas. Em 1919, após os frustrantes resultados da campanha contra o analfabetismo, Lênin assinou o decreto “Sobre a Liquidação do Analfabetismo”. O Estado Soviético obrigou todos a estudarem, proporcionando condições para que essa exigência fosse cumprida (Capriles, 1989).

Os dados históricos da educação russa e soviética ressaltam quanta importância Lênin concedeu à educação da nova geração, já que via a escola como um meio de preparar a sociedade sem classes, um meio de reeducar a jovem geração no espírito comunista. Portanto, era necessário desmanchar ou acabar com o ensino anterior, erigido sob o czarismo. Ele mesmo, filho de um pedagogo notável, valorizava a escola primária e dedicou seu tempo a elevá-la a um nível superior, tomando por base os escritos de Marx e de Engels acerca da escola e do trabalho produtivo (Barroco, 2007, p. 65).

Houve um amplo papel para o sistema educacional na luta contra o analfabetismo, visto que a adesão, pelo campesinato, do socialismo deveria vir de uma educação política e ideológica, conduzida pelo proletariado. Conforme Tuleski (2008), tornou-se necessária, neste momento, a preparação das pessoas em relação ao nível técnico e cultural, como também a formação da consciência do homem comunista, para a eliminação de características, atitudes e comportamentos capitalistas encontrados até então na URSS. Dessa maneira, “Somente o fomento acelerado da ciência e da técnica poderia cumprir as tarefas finais de progresso que conduziriam à construção da sociedade comunista” (Tuleski, 2008, p. 95).

Nesse sentido, todos foram envolvidos no processo educativo da URSS, com a educação voltada à alfabetização de crianças, jovens e adultos, com os alfabetizados ensinando os mais velhos no interior dos soviéticos. A escola, sob a base do comunismo juntamente com outros setores técnicos-científicos, era um dos principais meios que sancionava as regras de conduta para a coletividade. A autonomia escolar buscava organizadores e construtores de uma nova sociedade (Pinkevich, 1937).

Diante dessas considerações, fica evidente o quanto o desenvolvimento da base material do socialismo estava ligado à revolução científico-técnica, ou seja, no desenvolvimento da nova sociedade atrelado ao desenvolvimento do novo homem. Nesse sentido, a pedagogia e a psicologia desenvolviam suas teorias ao encontro do projeto coletivo de uma sociedade comunista. Tem-se a pedagogia soviética, com N. K. Krúpskaia (1869 – 1939) e A. S. Makarenko (1888 – 1939), com o projeto da pedagogia como parte integrante de um coletivo de produção social e os fundamentos iniciais da Psicologia Histórico-Cultural, representada na figura principal de Vigotski, que também foi educador nos anos de 1920.

Nesse momento, fica mais evidente, no campo científico da Rússia, a relação imprescindível entre teoria e a realidade objetiva na qual a ciência se elabora, uma vez que se torna impossível fazer essa discussão sem a perspectiva revolucionária da sociedade russa.

Baseada no projeto de uma nova sociedade aliado ao de um novo homem, houve a reestruturação do campo científico soviético. A formação do novo homem, numa sociedade com uma incipiente industrialização e com trabalhadores recém-saídos do campo, levou a necessidade de formá-los enquanto trabalhadores, com a capacidade de planejar ações, dominar a totalidade do processo de trabalho, para que garantissem a sobrevivência do país e cumprissem o ideal revolucionário (Tuleski, 2008).

Assim como assinala a autora supracitada, nesse aspecto, principalmente, encontra-se a importância do desenvolvimento da ciência psicológica para a formação desse novo homem. Em suas palavras, “A revolução socialista possibilitava a construção de uma ‘nova psicologia’, capaz de superar o antagonismo clássico entre materialismo e idealismo, da mesma forma que o capitalismo seria superado pelo comunismo” (Tuleski, 2008, p. 87).

Em concordância, de acordo com Shuare (1990), a Psicologia Soviética começou com a Revolução de Outubro. Quando afirma que a ciência não ficou à margem da situação revolucionária, a autora ressalta que “neste sentido, a psicologia soviética, seu desenvolvimento nos primeiros anos, tem na análise histórica um modelo para estudar as interrelações entre os acontecimentos na esfera das relações sociais e os paradigmas científicos que se elaboram em vinculação com elas” (Shuare, 1990, p. 24).

A ciência psicológica recebeu apoio material para desenvolver órgãos e laboratórios para o desenvolvimento de suas pesquisas. Podemos citar, por exemplo, a criação do *Instituto do Cérebro* em 1918, sob a direção de V. M. Bekhterev, o decreto do Conselho de Comissários do Povo, 1921, sobre a ajuda ao laboratório de I. P. Pavlov e a criação de uma série de novas instituições de investigação, como o laboratório psicológico do *Instituto Pedagógico* em Moscou, pelo psicólogo russo G. I. Chelpanov. Além disso, a Revolução de Outubro como acontecimento econômico, político e social, “determinou, além de outras coisas, uma troca objetiva na situação da psicologia como ciência” (Shuare, 1990, p. 25).

Nesse sentido, fica evidente o quanto a situação social levou à criação da psicologia, enquanto mais um instrumento de transformação da sociedade.

A ciência psicológica da jovem Rússia soviética deu seus primeiros passos na investigação de questões práticas que a construção de uma vida nova colocava diante dela. As possibilidades que se abriram diante da psicologia neste período, no plano da utilização de suas realizações com a finalidade de resolver tarefas práticas, testemunhavam a necessidade de seu amplo desenvolvimento ulterior (Smirnov, 1975, citado por Shuare, 1990, p. 25).

Nesta citação de Smirnov encerram-se dois momentos importantes: a necessidade das tarefas práticas, validando a teoria como na psicotécnica, e a indispensável adequação do desenvolvimento científico para atender a estas tarefas. A psicologia deveria responder ao que acontecia, o que exigiu dela que deixasse de ser uma ciência parcialmente neutra, no sentido de suas investigações laboratoriais e deveria não só verificar seus esquemas explicativos em situações reais, como também dar repostas aos problemas de significação vital para sociedade (Shuare, 1990).

A psicologia deveria abandonar as velhas roupas filosóficas que usava desde então, ora sob o idealismo, seguido principalmente por Chelpanov, ora sob a tendência científico-natural, com o materialismo mecanicista na fisiologia de Sechenov, base sobre a qual se fundamentava a psiquiatria pré-revolucionária. De acordo com Tuleski (2008), o contexto da Revolução Russa trouxe a possibilidade e a necessidade, diante da demanda do projeto de uma sociedade comunista, de superar a velha psicologia que refletia e referendava as relações burguesas. No entanto, a psicologia comunista só seria possível quando houvesse a consolidação do verdadeiro comunismo no território russo, quando a psicologia soviética estivesse marcada pela “clara tendência a desenvolver teórica e metodologicamente de maneira nova dita ciência para, sobre essa base, satisfazer as necessidades práticas” (Shuare, 1990, p. 25).

Houve, na URSS, a busca por uma psicologia materialista que fosse consistente com a filosofia socialmente dominante naquele contexto revolucionário, travada nessa oposição fundamental entre as concepções idealistas e materialistas (Rivière, 1985). A crise que atravessava o campo psicológico em todo o mundo, com diversas tendências e grupos divergentes, o surgimento de diversas teorias no Ocidente, a necessidade de responder às demandas da construção de uma nova sociedade produziram complicados efeitos no campo de correntes e tendências na Rússia.

Shuare (1990) apresenta, sumariamente, as tendências manifestadas nos primeiros anos que seguiram a Revolução de Outubro, contemporâneas ao conjunto de medidas do comunismo de guerra. A primeira baseava-se na defesa da psicologia tradicional, de natureza subjetivista e empírica, em especial na linha experimental, que já estava bastante desenvolvida no país. A segunda tendência compunha-se da prolongação da tradição científico-natural da fisiologia, com êxitos no estudo do cérebro e do sistema nervoso em geral, com pretensões de converter-se em modelo para a psicologia, ao ponto de substituí-la, e presente nas concepções dos psiquiatras pré-revolucionários, por exemplo. De acordo com S.

H. V. Almeida (2008), a escola de Pavlov teve importante papel para o desenvolvimento da psicologia, com importantes estudos sobre a fisiologia da atividade nervosa superior e apoio do governo.

Por fim, a terceira tendência pautou-se nas tentativas de criar novas concepções psicológicas a partir da base marxista, levada pela luta revolucionária embasada no marxismo-leninismo, sobressaindo de um enfrentamento teórico a respeito da natureza do psiquismo humano, do problema do objeto da psicologia e seus métodos. Tomando forma na Psicologia Histórico-Cultural, este campo fundamentou-se nas primeiras tentativas de reconstrução da psicologia, composta por mudanças radicais em concepções e ideias que os ares revolucionários de Outubro trouxeram para as ciências humanas (Shuare, 1990).

O ano de 1923 foi bastante importante para o desenvolvimento da psicologia com o I Congresso Pan-russo de Psiconeurologia, organizado por Chelpanov e Necháev (da linha subjetivista e empirista), no qual houve a manifestação aberta das tensões latentes entre os psicólogos idealistas e as diversas correntes materialistas que germinavam na psicologia soviética. No entanto, não foram os descendentes de Sechenov que atacaram a psicologia idealista, visto que Pavlov estava afastado de qualquer polêmica ideológica e era cauteloso em suas descobertas a respeito da psicologia humana e Bekhterev rechaçava a psicologia idealista baseado num materialismo mecanicista, longe dos planos dialéticos do pensamento marxista (Rivière, 1985).

Rivière (1985) afirma que as críticas dos psicólogos mais identificados com a Revolução de Outubro foram dirigidas tanto aos postulados de Chelpanov como ao reducionismo mecanicista de Bekhterev em sua reflexologia. De acordo com Shuare (1990), nesse congresso, formulou-se a necessidade de se fundamentar a ciência psicológica nos postulados do Materialismo Dialético. Como um embasamento a estas discussões, em seu texto “Sobre a importância do materialismo dialético”, de 1922, Lenin formulou as tarefas do partido, com a difusão do materialismo dialético como base para o desenvolvimento das ciências naturais e sociais.

K. Kornílov (1879–1957), ex-aluno de Chelpanov, concluiu, em 1923, que se devia construir a psicologia sobre a base do marxismo, criticando a reflexologia de Pavlov e Bekhterev e sua redução dos fenômenos psicológicos às leis biológicas e físicas, assim como o idealismo de seu antigo professor por meio da associação entre a filosofia marxista com a psicologia introspectiva completamente divorciada da fisiologia. Kornílov propôs uma nova forma de se fazer psicologia, a reatologia, que se baseava no estudo, de forma objetiva, das reações humanas em seu ambiente biossocial, considerado por ele como compatível à filosofia

marxista, como exposto no congresso em 1923. Para Chelpanov, o marxismo era um dogma sem aplicação na psicologia. Tal fato provocou crises no Instituto de Psicologia de Moscou, que passou a ser dirigido por Kornílov.

Como diretor, Kornílov convidou jovens colaboradores para auxiliar nas atividades, como A. R. Luria (1902–1977), na época envolvido com a psicanálise, para buscarem novas hipóteses e métodos e construir uma psicologia marxista. A maior parte tinha uma formação superficial e escassa do marxismo, tendo conhecimento de que a reatologia não era a solução e que precisavam renovar as atividades do instituto (Rivière, 1985).

Em 1924, o Instituto ocupava uma posição de vanguarda e impulsora na psicologia, mesmo que com essas contradições enunciadas por Rivière (1985). Neste ano, conforme Shuare (1990), ocorreu o segundo Congresso Pan-russo de Psiconeurologia, em Petrogrado, organizado pelo diretor Kornílov, que teve como pontos centrais a saída de cena das correntes tradicionais da psicologia, o empirismo subjetivista e experimental, assim como se investiu na formulação da psicologia na base do materialismo dialético, feita por Kornílov, junto ao entusiasmo de jovens investigadores da “revolução psicológica” e a presença de correntes objetivistas que não superaram o dualismo.

Este congresso apresentou à ciência psicológica a figura de L. S. Vigotski (1869–1934), que apresentou o artigo “O método da investigação reflexológica e psicológica”, uma discussão pertinente ao que se apresentava como problema constituinte na psicologia soviética pós-revolucionária. A apresentação de Vigotski, segundo Rivière (1985), “causou uma viva impressão no pequeno grupo de jovens objetivistas que, depois, tinham assumido o cargo de direção do *Instituto de Psicologia* de Moscou, que era a instituição mais relevante da psicologia soviética” (p. 22). Luria e Leontiev testemunharam esses acontecimentos.

Vigotski não havia publicado nenhum trabalho de psicologia antes de 1924, uma vez que havia se dedicado à pedagogia durante seus anos de formação. Desse modo, era um desconhecido dentre os círculos psicológicos soviéticos, que viviam no clima de ebulição pós-revolucionário e no forte enfrentamento entre os representantes das posições idealistas clássicas e os novos psicólogos objetivistas. Com Vigotski, iniciou-se o projeto de uma psicologia coerente aos conceitos do materialismo histórico e dialético, um projeto comum de jovens objetivistas, como Kornílov e P. Blonsky (1884–1941) (Rivière, 1985).

A intervenção de Vigotski, tal como os jovens investigadores Luria e A. N. Leontiev (1903–1979) afirmaram, produziu grande impressão em seus ouvintes e Kornílov convidou-o para trabalhar no *Instituto de Psicologia* e contribuir na construção de uma psicologia objetiva. Nesse segundo congresso, o objeto da psicologia se definia como o comportamento

dos seres vivos e reconhecia-se o papel ativo do homem, em contraposição à psicologia norte-americana¹⁷ (Shuare, 1990).

Diante dessas considerações, nos anos de 1923 e 1924, foram identificadas as discussões para fazer da filosofia marxista a base da psicologia soviética, enquanto as direções políticas e econômicas da NEP destinavam-se para a superação das consequências do comunismo de guerra na esfera da produção econômica e também nos aspectos da vida social, como se deparava com as perspectivas de um desenvolvimento democrático não tradicional (Shuare, 1990).

Nos congressos psiconeurológicos, na década de 1920, começaram as exposições e organização dos psicólogos materialistas soviéticos na formação de uma psicologia marxista-leninista, ao passo em que se desenvolviam os estudos relacionados à psicopatologia, chamado na União Soviética de Patopsicologia. Desde o início do século, como Bekhterev havia afirmado, os avanços da psiquiatria fizeram surgir o novo ramo da psicologia patológica que, a partir de material acumulado pelas consequências da guerra civil, por exemplo, contribuiu para o estabelecimento de novos problemas na psicologia geral. Na Rússia, a psicopatologia desenvolveu-se, enquanto novo ramo da psicologia, pautado nas ciências naturais, começando com Bekhterev e o método experimental na busca por ser científica. Anos mais tarde, Zeigarnik desenvolveria a Patopsicologia Experimental sob os princípios do marxismo (Zeigarnik, 1976/1981).

A transformação revolucionária da Rússia czarista para a Rússia em transição ao comunismo, por meio das medidas do comunismo de guerra e da NEP, levou, portanto, às elaborações novas no campo da psicologia e da psiquiatria, que se guiaram conforme a demanda social existente nessa transformação até o homem comunista. No governo posterior, com Stálin, vieram os planos quinquenais, que também tiveram uma parcela de sua política direcionada para a ciência, no entanto, marcada pela censura e direcionamento único pavloviano no campo da psicologia, como também será visto na próxima etapa dessa discussão.

Durante os anos da pós-revolução e da guerra civil, por todas as medidas tomadas por Lênin, como visto anteriormente, houve a elevação cultural na URSS, a melhoria nas condições sanitárias e higiênicas das grandes massas na luta contra as enfermidades, o que

¹⁷ Vigotski realizou um amplo estudo epistemológico e metodológico, no ano de 1927, decorrente dessas discussões, com a apresentação do significado histórico da crise na psicologia, envolvendo as escolas psicológicas com mais evidência no mundo, limpando o terreno para a formação de uma psicologia geral, de base marxista, que eliminaria esse dualismo crítico. Essas questões estão mais delineadas no próximo subitem, quando trataremos da relação entre a psicologia e o governo stalinista.

repercutiu de modo favorável na saúde psíquica da população. Mesmo com todas as dificuldades iniciais, o partido comunista, sob a direção de Lênin, começou um extenso plano de alimentação pública, sanidade, luta contra as enfermidades contagiosas e serviços médicos gratuitos (Wortis, 1953).

Wortis (1953) afirma que a atenção psiquiátrica teve um nível muito baixo na época da guerra civil, justamente por índices descontrolados da fome, de epidemias e invasões de exércitos estrangeiros, por exemplo, que demandaram esforços, antes de qualquer outro, para a manutenção do Estado socialista sob o poder dos bolcheviques. Ainda, o escasso corpo de pessoas habilitadas a este trabalho e a falta de recursos hospitalares eram questões problemáticas ao governo.

No entanto, a esse respeito, encontramos certa divergência quanto às informações apresentadas por Wortis (1953) e por Rojlin (n.d). Este último demonstra um cenário mais atento ao cuidado psiquiátrico nesse contexto pós-revolucionário na Rússia, com a constituição de órgãos responsáveis por esse serviço.

Desde os primeiros meses da existência do Poder Soviético, o estado começou a se preocupar em organizar a assistência psiquiátrica, o mesmo com os demais setores da sanidade. A direção deste trabalho foi encomendada à Comissão Psiquiátrica, que em 1919 foi criada anexa ao Conselho de Colégios Médicos (primeiro órgão estatal de sanidade do Poder soviético) (Rojlin, n.d, p. 143).

De acordo com Rojlin (n.d), durante a guerra civil, foi defendida a ideia de que se precisava de um amplo trabalho de profilaxia das doenças nervosas e mentais. Após esse período, houve o desaparecimento das “casas de alienados”, assim como o regime criado na Rússia czarista, ação da Revolução de Outubro, destruiu as estruturas da velha vida e trouxe transformações radicais à assistência aos doentes mentais após as conturbadas dificuldades decorrentes da guerra civil.

Podemos entender que esse fato exposto pelo autor pode estar relacionado ao fim da guerra civil, quando começou a se pensar nos aspectos pertinentes à psicopatologia. Pautamo-nos nessa afirmação por conta do argumento bastante coerente de Wortis (1953), que apresenta a situação emergencial e caótica das condições de vida do povo russo, o que deixou para segundo plano o cuidado ao doente mental. Este autor ressalta que, anos mais tarde, tranquilizado esse território de guerra, uma vez que haviam sido atendidas as questões mais

urgentes, Lênin direcionou sua atenção para melhorias na assistência psiquiátrica, sob a política da NEP.

Diante dessas considerações, Wortis (1953) afirma que houve teorias latentes que se desenvolveram, de 1921 a 1928, no período de vigor da NEP em relação à psiquiatria. Por sua vez, Rojlin (n.d) assinala que “os psiquiatras russos avançados, que em difíceis condições do czarismo tinham lutado tenazmente por dar um caráter humanitário à assistência dos doentes mentais, prestaram decidido apoio à organização dos serviços psiquiátricos sobre bases novas” (p. 143).

Assim como a psicologia, a assistência psiquiátrica também passou por um elaborado novo sistema de organização baseado nos princípios da política leninista e manutenção pelo poder estatal. O governo teve como tarefa principal a restauração dos hospitais destruídos, com a exposição da ideia de que se precisava de um amplo trabalho de profilaxia das doenças nervosas e mentais. Desse modo, o trabalho dos psiquiatras baseava-se no estudo das condições que favoreciam a aparição das doenças mentais da população e buscavam adotar medidas que assegurassem a prevenção destas enfermidades e o fortalecimento da saúde psíquica dos homens russos. No entanto, infelizmente, por falta de fonte e maiores descrições do autor supracitado, não há possibilidade de descrever melhor os procedimentos adotados, como nas informações apresentadas a seguir.

Rojlin (n.d) afirma que, passado os anos do comunismo de guerra, foi elaborado um novo sistema de organização da assistência psiquiátrica, baseado nos princípios do humanismo socialista. Ao expor melhor esses princípios, o autor apresenta que “Os psiquiatras estudam as condições que favorecem a aparição das doenças mentais e participam na adoção das medidas que asseguram a prevenção destas enfermidades e o fortalecimento da saúde psíquica de sua população” (p. 144). Quanto à organização psiquiátrica no cuidado dos transtornos psíquicos, o autor faz a seguinte afirmação:

Depois da Revolução de Outubro começou na Rússia um rápido avanço para a solução deste problema. Só neste período a psiquiatria pode pôr em prática as ideias de seus fundadores, homens que em muitos aspectos tinham se adiantado a sua época. Nesta nova e crucial etapa do desenvolvimento da psiquiatria, os trabalhos de I. Pavlov desempenharam um papel enorme na transformação da teoria e da prática psiquiátricas (Rojlin, n.d, p. 36).

A partir de então, mesmo não tendo um desenvolvimento linear, uma vasta rede de estabelecimentos psiquiátricos foi criada, divididos em seções, com a missão de atender melhor aos doentes de acordo com as peculiaridades de sua afecção e conduta. Com encaminhamentos para o tratamento familiar, dado de maneira multilateral e individualizado, cobria-se também de vastas medidas de saneamento e da difusão dos conhecimentos higiênicos que ajudavam a suprimir as causas fundamentais das doenças psíquicas, evidenciando aqui pressupostos do movimento higienista, como já salientamos em momentos anteriores.

Em 1921, no período final da guerra civil, com o país sofrendo muitas dificuldades em função do cerco imperialista, com escassez de alimento e outras mazelas, Pavlov¹⁸ teve seu trabalho científico - já mundialmente conhecido - apoiado pelo governo de Lênin e passou a receber apoio financeiro suficiente para a manutenção de seu laboratório como para a provisão alimentar pessoal e de sua família (Wortis, 1953). Essas informações são comprovadas por S. H. V. Almeida (2008), que afirma que este apoio oficial às investigações de Pavlov dado por Lênin, enquanto Presidente do Conselho de Comissários do Povo, teve grande impacto na psicologia anos mais tarde, já no período de Stálin. Conforme o referido autor, a partir deste decreto, “Lênin planejara elaborar as bases materiais fundamentais para a compreensão do homem e de sua consciência” (S. H. V. Almeida, 2008, pp. 65-66).

Em 1924, quando começa a estender sistematicamente ao homem os seus resultados experimentais, o governo soviético fundou o *Instituto de Fisiologia da Academia de Ciências*, em Leningrado, que mais tarde veio chamar-se *Instituto Pavlov*. No período leninista, ainda, foram criadas muitas outras instituições e desenvolvido o campo científico, como exposto até então, pela existência de condições e a necessidade desse movimento, uma vez que o que importava era o debate e a crítica. Pavlov e seus estudos começam a ganhar força no campo psiquiátrico nos anos de 1920, tomando o protagonismo na ciência psiquiátrica e psicológica nos tempos de Stálin.

Por sua vez, a psicologia marxista foi constituindo-se pela sua natureza reveladora do psiquismo humano em sua gênese histórica, que se consolidaria junto com a efetiva constituição da sociedade socialista. Os demais ramos da ciência psicológica estariam subordinados como disciplinas particulares de fenômenos pertinentes à Psicologia Geral (Vigotski, 1927/1996). Como será tratado no próximo subitem, este desenvolvimento da psicologia a partir do materialismo histórico e dialético passou a ser ferozmente censurada no

¹⁸ Em 1904 recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia e em 1915 foi condecorado com a Medalha Copley.

stalinismo, perdendo muitas de suas possibilidades de atuação diante do projeto de uma nova sociedade.

Nesse percurso, é interessante notar a relação estabelecida entre a psicologia e a psiquiatria na construção da sociedade soviética, em que esta última se aproximava da medicina geral, enquanto que aquela tratava de questões relacionadas ao desenvolvimento do homem, o que foi aproximando-a fortemente da educação. Nos anos seguintes à revolução, com a devastação causada pela guerra civil e tendo que lidar com as necessidades de recuperação e tomada na direção para o desenvolvimento da sociedade e do homem soviético, a psicologia, assim como a educação, tornou-se prioridade do governo, que considerava esses campos como fundamentais para a formação e desenvolvimento do homem para uma sociedade sem classes sociais. A psiquiatria viria, portanto, em um segundo momento, quando a situação estava mais tranquila e organizada para se tratar dos adoecidos mentalmente, com a segurança de que questões mais urgentes haviam sido atendidas.

Diante da exposição das considerações de Wortis (1953) e de Rojlin (n.d), no projeto da sociedade comunista, notamos que a psiquiatria estava voltada aos aspectos relativos à saúde psíquica da população da URSS após o período mais crítico da guerra civil. Por sua vez, o papel de guia e orientação fundamental atribuído à psicologia tinha o intuito de formar o novo homem, compatível a todo esse desenvolvimento econômico com vias ao comunismo, que fez com que a psicologia ficasse mais próxima à educação formal e informal, pelo trabalho no desenvolvimento da consciência e conduta humana. Desse modo, por um lado, estava a psicologia, mais envolvida com os processos educativos e do desenvolvimento humano e, por outro lado, os aspectos relativos à saúde mental sob os cuidados da fisiologia e da psiquiatria soviética a partir do pressuposto científico-natural.

No stalinismo, esse quadro ficou ainda mais evidente assim como o valor dado ao trabalho na formação do novo homem tanto quanto na recuperação de um quadro psicopatológico no qual ele se encontrava, no entanto, marcado pelas especificidades deste período¹⁹. Por outro lado nos anos seguintes - relativos ao próximo governo - serão iniciados

¹⁹ Na URSS, sob os princípios socialistas no governo de Lênin, o trabalho era concebido como meio fundamental para a formação do caráter e da conduta do novo homem. Como afirma Glazachev (1962), ao iniciar o período de construção do comunismo, era preciso elevar o nível de consciência dos trabalhadores, desenvolver o espírito do coletivismo e de dedicação ao trabalho, para que fosse concretizado o projeto do comunismo no país. Essa tarefa estava a cargo do Partido Comunista e do Estado Soviético, que conduzia os trabalhadores da sociedade socialista para o trabalho para si mesmo e para sua sociedade, superando o caráter limitado da atividade laboral dos trabalhadores, como visto na forma capitalista, pelo crescimento do bem-estar de todos que constroem a riqueza de seu próprio país. Desse modo, a atividade laboral dos homens, enquanto atividade que humaniza o homem, foi tomada como terapêutica em casos psiquiátricos, principalmente no governo stalinista, no entanto, é preciso estar atento para outros pressupostos marxistas manejados por Stálin, no intuito da manutenção do poder

estudos e intervenções frente aos problemas psiquiátricos a partir dos trabalhos de Vigotski e de seus colaboradores, o que demonstra o caráter geral da psicologia marxista criada por este autor, assim como sua abrangência prática, que forneceu pressupostos teóricos importantes para o trabalho de Zeigarnik, anos depois.

1.3 O PERÍODO STALINISTA: CENSURA E PAVLOVINIZAÇÃO CIENTÍFICA

Stálin tornou-se líder absoluto na URSS em 1927-1928, tendo assumido o comando total do partido, desde a morte de Lenin em 1924, sob a resistência da maioria dos líderes originais da revolução e seus seguidores como, por exemplo, de Trotski, opositor assumido desde 1927 (Deutscher, 1967). As condições de trabalho e de vida na URSS a partir de então passaram por mudanças significativas, que dificultaram os vários campos da vida cotidiana e científica do povo russo, com o dirigismo progressivo e a crescente censura do grupo de Stálin, que buscava definir as decisões no Estado, na ciência e em outras formas de criações humanas de modo ditatorial, eliminando os debates e discussões.

Conforme Rivière (1985), com Stálin no poder, houve a implantação de algumas mudanças no plano sociopolítico, marcadas pela tentativa de eliminar de modo violento os elementos capitalistas estimulados pela NEP, o que, no entanto, acirrou a diferença de classes. Deu-se o fortalecimento ideológico do lema “socialismo em um só país”, a coletivização de sistemas de produção, a extensão de uma ideologia nacionalista, com resquícios de xenofobia, inclusive no campo intelectual, e a vitória contra opositores, como, por exemplo, no caso de Trotski.

Baseada em uma economia predominantemente camponesa, na União Soviética permaneciam, ainda no final da década de 1920 e início dos anos de 1930, a contradição entre campo e cidade e a inevitável luta de classes. Em concordância com Rivière (1985), Tuleski (2008) afirma que as tendências antagônicas que fizeram a luta de classe permanecer durante a NEP, tornaram-se ainda mais acirradas após a crise na produção agrícola e redução de preços em 1927. Como consequência, houve o fortalecimento das relações mercantis no campo, com a permanência de relações burguesas no interior da sociedade levando ao enfraquecimento gradual da aliança entre operários e camponeses após a morte de Lênin.

político. Por exemplo, os campos forçados de trabalho, no aprisionamento de dissidentes políticos, para a manutenção do sistema stalinista, assim como outros direcionamentos, como veremos no próximo subitem.

O campesinato continuava em sua exigência na proclamação do respeito à propriedade privada, enquanto que o proletariado opositor denunciava como traição ao socialismo. Stálin tentou resolver a contradição à força e enveredou a chamada coletivização forçada da agricultura, ao separar a revolução socialista da burguesa, tentando aniquilar essa última, além de manter a defesa de sua ideia inicial acerca da possibilidade do socialismo em um só país, uma vez que a onda revolucionária de 1917 não se estendeu a outros países (Deutscher, 1967; Lukács, 1967).

Enquanto ciência que acompanhava a vida concreta dos homens, assim como afirmado por Shuare (1990), a psicologia soviética manifestava essa luta de classes na sociedade pela manifestação da dualidade entre idealismo e materialismo na ciência psicológica. Essa cisão no mundo das ideias era decorrente da dicotomia presente na realidade objetiva, uma vez que o materialismo e idealismo estavam representados pela divisão de classes, opostas, assim como se dá a expressão da divisão, no processo de trabalho, entre o pensar e o fazer, entre o interesse individual e a realização social (Tuleski, 2008).

O desenvolvimento tecnológico e industrial e o incentivo à produção reforçavam comportamentos adversos ao projeto de sociedade comunista. Para evitar o abandono dos postos de trabalho, as faltas e a desmotivação, recorreu-se à autoridade arbitrária, às diferenciações salariais e prêmios por produtividade, incentivando e reforçando a competição, o egoísmo e o individualismo. A luta entre tendências antagônicas no interior da sociedade, que dificultavam a construção de atitudes coletivas verdadeiramente comunistas, trouxe a necessidade de se compreender como o homem pode ser capaz de redirecionar sua psique, reconstruí-la (Tuleski, 2008, p. 153).

De acordo com a referida autora, era necessário que a sociedade soviética modificasse as relações de produção, ao promover condições concretas para o desenvolvimento de relações autenticamente comunistas, ao mesmo tempo em que deveria incidir sobre a consciência da população soviética na busca pela eliminação de características burguesas e elaboração de atitudes de coletividade e planejamento das ações, que formariam o novo homem.

As contradições da base material estavam expressas no campo das ideias científicas, como podemos notar, portanto, na psicologia e na posição de Vigotski neste cenário, principalmente no que apresenta no texto “O Significado Histórico da Crise da Psicologia: uma investigação metodológica” (1927/1996). As discussões realizadas acerca do estado da

psicologia no início do século XX e a busca por uma psicologia de ordem marxista, científica a partir da aplicação do método do Materialismo Histórico e Dialético, levaram Vigotski a se debruçar sobre essa problemática e resultaram nesse valioso estudo epistemológico e metodológico, na convergência do projeto coletivo da nova sociedade pós-revolucionária.

Nesse sentido, a crise metodológica na psicologia, afirmada por Vigotski em 1927, expressava a luta concreta entre a velha sociedade, dos camponeses e do ideal capitalista, e a nova sociedade, na socialização dos meios de produção. Há uma clara relação entre a luta para superar as relações capitalistas de produção com a de Vigotski na busca de uma nova psicologia na superação da psicologia burguesa (Tuleski, 2008), e ambos os caminhos sendo traçados por vias da filosofia marxista. Diante deste cenário, a Psicologia Histórico-Cultural, nos anos de 1920, com suas elaborações teóricas, estabeleceu embates de caráter político-ideológico entre psicólogos russos e ideólogos políticos soviéticos, o que dificultou bastante as produções da *troika*²⁰ como, por exemplo, com os fisiologistas (Tuleski, 2011).

Portanto, outra via que se apresentava era a de Pavlov e Bekhterev, pautados no paradigma biológico da explicação científica-natural, com o objetivo de estudar o psiquismo humano em posições materialistas, eliminando a influência da filosofia idealista e da reflexologia especulativa (Shuare, 1990). Era este o cenário em meados para o fim da década de 1920, quando o stalinismo iniciava o seu comando e braço forte sobre a vida e ciência soviética, por meio da repressão sem nenhuma sutileza, mas direta e brutal. Desse modo, “o estado soviético começou a efetivamente tomar as rédeas da vida cotidiana, não pelas mãos dos operários e camponeses, mas pelas mãos de Stalin” (S. H. V. Almeida, 2008, p. 64). Iniciou-se uma nova era no campo científico, acompanhado pelas mudanças nos planos econômicos e sociais na União Soviética, que levaram ao cerceamento de alguns ramos científicos e ao estabelecimento de novas diretrizes no partido e comando do Estado, agindo diretamente sobre a assistência psiquiátrica e a psicologia.

Diante deste cenário, Stálin lançou os Planos Quinquenais, que visavam a rápida industrialização com o aumento da produtividade, no campo e na cidade, “através de medidas que aumentassem a intensidade do trabalho e a racionalização do processo de produção, com grande ênfase no conhecimento técnico e na tecnologia” (Tuleski, 2008, p. 136). Nesse sentido, como expõe a referida autora, as necessidades da população soviética, junto ao desenvolvimento agrário e equilíbrio das trocas entre cidade e campo, passaram para segundo plano, uma vez que a ênfase foi dada à grande indústria pesada e às técnicas mais modernas,

²⁰ Referência aos fundadores da Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski, Luria e Leontiev.

em detrimento da produção para o consumo. Essa transformação foi tão grande que, terminada a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a União Soviética era uma grande economia industrial, tornando-se uma das primeiras potências do mundo.

A coletivização, por vias forçadas no stalinismo, para organizar os camponeses em unidades e formas de maior amplitude e produtividade, foi levada pelo investimento industrial como problema do fornecimento de alimentos para as cidades em desenvolvimento e deixando a ideia da agricultura coletiva ligada à coerção, às entregas obrigatórias e ao empobrecimento, diferente da proposta inicial de uma coletivização gradual aceita voluntariamente pelos camponeses (Nove, 1986).

Assim como apontado acima, a transformação econômica alcançada no início da política dos Planos Quinquenais²¹ levou a essa degradação social e queda do nível de vida no campo, causada pela coletivização forçada. Por outro lado, a ênfase na industrialização, que durante o comunismo de guerra praticamente entrou em colapso devido à guerra civil, elevou o patamar da URSS, a partir de 1930, a uma grande potência mundial em relação aos índices de produção industrial (Tuleski, 2008). A União Soviética alinhava-se aos demais Estados totalitários burgueses, como a Itália sob o fascismo e a Alemanha sob o nazismo.

Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego. Essas conquistas impressionaram mais os observadores estrangeiros de todas as ideologias, incluindo um pequeno mas influente fluxo de turistas socioeconômicos em Moscou em 1930-5, que o visível primitivismo e ineficiência da economia soviética, ou a implacabilidade e brutalidade da coletivização e repressão em massa de Stalin (Hobsbawm, 1995, p. 100).

Portanto, percebemos que o processo de modernização e industrialização na sociedade soviética deu-se de modo semelhante ao que ocorria no capitalismo ocidental, baseado na exploração de operários e camponeses (Karl Kautsky, citado por Salvadori, 1986). A esse

²¹ O Primeiro Plano Quinquenal iniciou-se em 1928 e terminou em 1932, dando sequência a outros até o final da Segunda Guerra Mundial.

respeito, Trotski (1967) escreve que, na União Soviética, em 1932, ainda não existia o socialismo, mas predominava “um estado de transição, coalhado de contradições, carregando pesada herança do passado, sofrendo a pressão inimiga dos Estados capitalistas” (p. 148).

Torna-se evidente que todo esse progresso não incluiu a agricultura, uma vez que às costas do campesinato desenvolvia-se a industrialização, por meio da coletivização compulsória em fazendas cooperativas ou estatais, regidas pelo Primeiro Plano Quinquenal. De acordo com Hobsbawm (1995), Stálin realizou uma política agrária direcionada ao fracasso, no sistema soviético, uma vez que a “a URSS trocou uma agricultura camponesa ineficiente por uma agricultura coletiva ineficiente, a um custo imenso” (p. 374).

No final da década de 1920, os camponeses, com seus hábitos, valores, a maioria sem instrução, foram para as cidades compondo-se como um material humano nas indústrias em desenvolvimento. A coletivização ampliou a possibilidade do acesso à instrução, de forma mais efetiva em 1930, por ordens do Partido, com cursos no campo com a duração de três anos, mas que ainda não se mostravam efetivos. Desse modo, essas pessoas se desruralizavam, mas também ruralizavam a cidade, explodindo a capacidade de absorção das cidades, desequilibrando suas instituições e seus meios materiais (Lewin, 1986).

Esse movimento migratório marcou as cidades pela deterioração econômica, ambientes duros e inóspitos para os camponeses, com insuficiência de alojamentos. O desenraizamento de massa implicou em um choque cultural e psicológico, o que levou a desorientações difusas, crises de valores, fenômenos de alcoolismo e comportamentos criminosos entre a população soviética, como o de delinquência e de marginalização. Nesse sentido, “grande parte da população era de origem rural e foi obrigada a adaptar e a reconstruir de algum modo os seus próprios valores éticos e culturais, a fim de readquirir o controle da própria vida e da saúde mental” (Lewin, 1986, p. 227).

Quanto à atenção à saúde mental da população soviética, Wortis (1953) nos traz que, após a revolução, foram liquidadas as barreiras, tanto simbólicas quanto reais, nos hospícios da Rússia e começou uma nova orientação fundada na prevenção, tratamento ativo e consideração humana, frente a essa realidade decorrente das transformações sociais e do necessário ensinamento ao povo para recorrerem à assistência psiquiátrica. A partir de 1924, sob a direção do *Instituto Neuropsiquiátrico Moscovita do Estado*, que ficou conhecido como *Instituto Central de Psiquiatria*, foram estabelecidas algumas ações:

1. O desenvolvimento da higiene mental, dos métodos psiquiátricos preventivos e não hospitalares;

2. O estudo sistemático das condições de trabalho e de vida a partir do ponto de vista da higiene mental;
3. O desenvolvimento dos métodos de trabalho com a saúde psíquica dos trabalhadores;
4. O estudo da psicopatologia criminal, o alcoolismo, a prostituição, as toxicomanias e outros problemas psiquiátricos e sociais, assim como dos problemas legais e sociais pertencentes à higiene mental;
5. O estudo dos problemas psiquiátricos que são presentes em certas indústrias ou em condições especiais de vida;
6. A organização do ensino psiquiátrico para médicos e enfermeiros (Wortis, 1953).

Como demonstrado a partir de Wortis (1953), temos claramente a alusão ao movimento de higiene mental, desenvolvido em detrimento de métodos hospitalares, por conta da formação, cada vez maior, da medicina preventiva. Como expusemos na parte relativa ao período czarista, a medicina preventiva ampliou seu campo de atuação e fez com que a higiene mental fosse prevalente no cuidado psiquiátrico, educativo e sanitário, movimento encontrado em outros países²². No período stalinista, esta relação é mais clara, nas próprias palavras de Wortis (1953), no entanto, carecemos de outras fontes bibliográficas que possam esclarecer melhor essa relação entre psiquiatria e higiene mental na União Soviética, uma vez que o referido autor, quando a faz, não apresenta ponderações críticas ou analíticas da situação. Wortis (1953) apenas expõe os fatos carregados de uma tendência marxista pelo viés stalinista, visto que o autor, sem a análise das contradições desse governo, assume que o que se realizou nesse governo foi positivo, deixando claro sua simpatia com o regime de Stálin e a concepção de que este regime adequou-se aos pressupostos idealizados em um projeto de sociedade comunista, incluindo à atenção psiquiátrica sob os auspícios da higiene mental.

Um aspecto importante a ser mencionado, mesmo que não seja possível aprofundá-lo, é o afirmado por S. H. V. Almeida (2008) de que, nos anos finais do stalinismo, houve um movimento na biologia e na genética russa, liderado por Tronfim Lisenko, denominado de Lisenkoísmo, com forte teor lamarckista²³, apoiado pelo governo soviético. O referido autor identifica nesse ramo biológico, responsável pelo projeto de transmissão de hereditariedade de uma nova forma de vida para o novo homem soviético, fortes tendências eugenistas. Tal

²² Como citado anteriormente, a própria pesquisa de Wanderbroock Junior (2009), que retrata esse movimento no Brasil no início do século XX.

²³ O Lamarckismo é uma tendência no campo evolucionista que defende que características adquiridas durante a vida são transmitidas aos descendentes, o que faz com que a hereditariedade torne-se instável e as modificações passem à descendência. Desse modo, os traços dos homens não são dados pela genética, mas sim pelas formas adquiridas no decorrer da vida.

afirmação justifica-se devido ao fato de que, conforme o lisenkoísmo, seriam transmitidas para outras gerações, de forma hereditária, as características adquiridas durante a vida e, portanto, as formas socialistas atuais influenciariam na formação das gerações futuras e, portanto, seria justificado o extermínio daqueles que não tivessem os modos de vida esperados pelo sistema, sob princípios da eugenia.

Nesse sentido, é importante destacar que ao analisarmos essas questões em sua totalidade, veremos que as ideias que se produziam naquele momento histórico, grande parte das quais justificavam as ações tomadas por países na Segunda Guerra Mundial, temos reveladas as contradições existentes tanto nos países do bloco capitalista quanto nos que buscavam constituir-se como socialista.

Retomando a discussão acerca das condições de vida do povo soviético, durante o governo stalinista, temos que estas eram melhores nas cidades do que no campo, uma vez que contavam com o trabalho na instrução da população, com lojas comerciais e assistência médica, por exemplo, enquanto que no campo era restrito o acesso aos bens de consumo e à instrução, principalmente. A intervenção estatal era maior nas cidades, onde os operários, graças ao Estado ou aos sindicatos, “desfrutavam de facilidades não oferecidas aos camponeses das fazendas coletivas: férias pagas, sanatórios, círculos para diversas atividades recreativas, aposentadoria” (Mcneal, 1986, p. 261).

Na década de 1930, passou a funcionar o *Instituto Científico do Estado* para a profilaxia neuropsiquiátrica, com serviços para a investigação e tratamento, assim como departamentos associados para a educação sobre higiene mental, trabalhos neurológicos, organização da comunidade e psicologia aplicada. Nesse contexto, por exemplo, muitos psiquiatras soviéticos tiveram grande parte do trabalho relacionado ao problema do alcoolismo, um dos mais importantes na saúde pública por volta de 1935 (Wortis, 1953).

As cidades, portanto, foram povoadas por fenômenos que comprometiam a vida da população soviética, tais como alcoolismo, prostituição, miséria e uma crescente desigualdade social, enquanto as medidas governamentais buscavam o desenvolvimento industrial e um maior dirigismo partidário, o que teve muitas dissidências, especificamente neste caso, na ciência psicológica e no campo psiquiátrico. Este momento começava a ser fortemente marcado pelo culto à personalidade de Stálin, uma exaltação a sua figura e poder, juntamente ao clima de insegurança e terror por conta dos expurgos, assassinatos e delação que os “traidores” estavam vulneráveis. Em termos sociais, este cenário implicou em uma situação bastante crítica e ameaçadora aos homens soviéticos, juntamente com outras dificuldades incidindo diretamente sobre suas vidas e de seus familiares.

(...) o secretário geral se transforma numa espécie de *superman* olímpico, ditando leis sobre as artes, a literatura, a linguística, a história, a filosofia, o jogo de xadrez, as ciências, ao mesmo tempo em que tinha poder absoluto de dispor da vida, da liberdade e da honra dos súditos. A glorificação e a beatificação de Stálin acima de todos os homens e de todos os tempos sacralizara o poder pessoal, na dissolução geral de todos os órgãos representativos possíveis de poder ou parcelas de poder, dos sindicatos aos soviets, e destes ao próprio partido (Pedrosa, 1967, p. 295, grifo do autor).

Na época de Stálin, portanto, o partido encontrava-se regido por medidas organizativas de caráter judicial e estatal-administrativas, com a eliminação de discussões internas e acréscimo cada vez maior de ações contra os opositores, o que se configurou como oposição às ideias de Lênin. A tendência stalinista era a de abolir, sempre quando possível, todas as mediações e instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais (Lukács, 1967). Os instrumentais de atuação do governo stalinista baseavam-se na morte, no exílio, nas prisões nos *gulags*, nas internações compulsórias, clima de terror e desconfiança, dentre outras formas, tal como será exposto logo mais, ao tratarmos especificamente do uso abusivo da psiquiatria feito pelo estado soviético.

O retrocesso político visto no stalinismo fez-se presente também no plano cultural, por meio de uma forte censura no campo artístico, filosófico e científico. Pedrosa (1967) descreve um “obscurantismo cultural que se implantou na União Soviética desde o aparecimento do famoso ‘culto da personalidade’” (p. 295).

Foi proclamado, então, o direito da suprema direção de intervir e de submeter a atividade criadora dos escritores, artistas, historiadores a um controle sistemático, enquanto a história da revolução e a história do próprio partido era reservada a uma secção do partido diretamente ligada ao Departamento da Polícia e a Stálin. Qualquer tentativa de objetividade na apreciação dos acontecimentos do passado era reprimida não no seu mérito mas como malignos desvios políticos, suscetíveis de repressão (Pedrosa, 1967, p. 296).

Como visto no período leninista, após a revolução, houve grande incentivo à arte como, por exemplo, no fato de os teatros imperiais terem sido imbuídos de autonomia, para que fosse assegurada completa liberdade criativa e acesso à população. Por sua vez, com

Stálin, o teatro soviético e outras formas artísticas foram atingidos por uma estagnação e atraso, dando lugar a princípios relacionados ao culto à personalidade. O campo das superestruturas e a filosofia, historiografia, criação literária e artística, assim como o campo científico da psicologia e psiquiatria, estavam subordinadas à disciplina do partido, ao pensamento do grupo de Stálin.

Nesse sentido, de acordo com Rivière (1985), o período pós-revolucionário (1917-1929) representou uma abertura de debate rico nas diversas ciências e a construção de sistemas variados sob o clima de paixão intelectual e de criação, dentre eles a Psicologia Histórico-Cultural. Já o período posterior a 1929 foi marcado pelo endurecimento dos debates e começo da submissão das forças intelectuais aos interesses do poder político e os primeiros sintomas da censura na ciência, que terminaria no cerceamento de muitas possibilidades geradas pela própria revolução. O referido autor afirma que o período de 1929 a 1936 teve, na vida intelectual da União Soviética, um caráter de transição entre os criativos e pluriformes anos vinte pós-revolucionários e as abordagens uniformes e estáticas posteriores a 1936, bastante semelhantes com o modo que a população russa transcorria durante o governo dos czares.

Na transição do leninismo ao stalinismo, conforme Shuare (1990), ocorreu um profundo dramatismo e pontos de virada no estado da psicologia tanto quanto na situação política, econômica e social do país, com o envolvimento em muitas questões extracientíficas. Nas palavras da referida autora, “na época stalinista esta relação se converteu em uma dependência direta e total, alcançando dimensões tais que permitem falar da deformação da ciência às mãos da ideologia” (Shuare, 1990, p. 86). A filosofia, na época stalinista de simplificação e acordos ideológicos, era a do “marxismo sem Marx, extremamente ideologizado e vulgarizado que representava, essencialmente, a simplificação e a revisão da teoria marxista-leninista em suas questões fundamentais” (Shuare, 1990, p. 92), moldada para justificar as decisões de Stálin em todas as esferas da sociedade.

A esse respeito, Bettelheim (1983) afirma que devido a certas contradições objetivas, ocorre a transformação da formação ideológica bolchevique e de seu papel, ou seja, por conta de efeitos políticos, como os pretendidos por Stálin, há a adoção de uma postura esvaziada do marxismo, não relacionado à realidade.

Essencialmente, as transformações da formação ideológica bolchevique tendem a recalcar uma parte dos conhecimentos e dos ensinamentos do marxismo-leninismo, *a reduzir a capacidade do bolchevismo de aplicar o marxismo revolucionário como*

instrumento de análise da realidade. Nestas condições, a formação ideológica bolchevique transformada serve, cada vez mais frequentemente, para “*justificar*” *tarde demais orientações políticas que não repousam sobre uma análise concreta rigorosa da realidade*. Funciona então quer como um “sistema de legitimação”, quer como uma grelha de figuras ideológicas que se “aplica” à realidade, e não como um conjunto de conceitos que servem a uma análise viva. Eis aí uma das consequências do aparecimento, na União Soviética, de um “marxismo simplificado” ou “congelado” que se afasta do marxismo revolucionário (Bettelheim, 1983, pp. 490-491, grifos do autor).

Diante dessas considerações, o referido autor assinala que, desde o final dos anos de 1920, passou a vigorar, no Partido Comunista, certa interpretação evolucionista da teoria de Marx, baseada em certo fatalismo histórico que concebe e enumera fases pelas quais toda sociedade deve passar, compreensão vigente até os dias de hoje. Nega-se aqui a multiplicidade real das contradições, numa redução do movimento histórico a uma sucessão de contradições simples, em uma ordem predeterminada, não regida por um movimento dialético materialista (Bettelheim, 1983). Stálin, pautado na defesa da revolução pelo alto, baseada em sucessão dos modos de produção, naturaliza o processo histórico e o afasta das condições reais de vida soviética, trazendo para a realidade questões políticas e regidas pelo direcionismo imposto por ele, ou seja, partia da superestrutura e não da estrutura em suas decisões governamentais.

Desse modo, a mudança no campo sócio-político a partir dos anos de 1930 na história da União Soviética trouxe a repreensão em todas as esferas da vida dos homens, pautado na burocracia, no cerceamento nas produções científicas, na submissão da intelectualidade ao poder político e na crescente instauração da teoria de Pavlov na ciência soviética, pelo triunfo oficial da interpretação mecanicista e reducionista biologizante. Nesse cenário, a escola reflexológica de Bekhterev, a reatologia de Kornílov e as tentativas de resolver os problemas da psicologia mediante a aplicação indiscriminada dos reflexos condicionados, por um lado, significavam, na realidade, a redução fisiológica desta ciência. Por outro, deixavam intacto o dualismo e o idealismo na compreensão dos fenômenos psíquicos (Shuare, 1990), o que converge com o caminho traçado por Stálin na via do evolucionismo (Bettelheim, 1983).

(...) a confirmação do papel da filosofia marxista como fundamento de todas as ciências, o início de uma série de exigências que se transformaram logo em

dogmatização, esquematização e, ao final das contas, em castração do conteúdo verdadeiramente dialético do materialismo. Trata-se, por uma parte, das exigências referidas ao partidarismo na ciência, ao enfoque classista, à erradicação das concepções burguesas que, aparentemente, haviam se infiltrado nas construções teóricas de psicólogos e pedagogos (e de físicos, matemáticos etc.). Mas, por outra parte, livra-se também da luta para superar o mecanicismo e o reducionismo biologizante (Shuare, 1990, p. 87).

A referida autora afirma que o controle e impedimento na produção científica, exercido pelo Estado-partidário de Stálin, levaram à ilegalização da teoria histórico-cultural de Vigotski, assim como à violação do princípio de liberdade nas buscas científicas e ao atraso e deformação do campo da ciência psicológica soviética, que era todo pautado pela teoria de Pavlov. A esse respeito, segundo Wortis (1953), Iván Petrovitch Pavlov fundou um ramo na fisiologia e uma nova base para a psicologia: o estudo dos reflexos condicionados, com suas elaborações trazidas também para o ramo psiquiátrico.

Essas afirmações são comprovadas a partir de dois marcos na ciência soviética, instaurados por decretos, lançados pelo governo stalinista, em 1931 e em 1936. Estes decretos demonstram uma clara diferença entre o governo de Lênin, no qual foi dado grande incentivo à pedagogia e à psicologia na construção da nova sociedade e do novo homem comunista, diferente do que aconteceu com Stálin, na restrição da prática educacional e da pedologia, que atingiu de frente a produção vigotskiana.

Em 1931, ocorreram sérias acusações contra a reatologia de Kornílov, que deixou o *Instituto de Psicologia*, assim como críticas contra a escola histórico-cultural, principalmente retaliações contra Vigotski e Luria, sob acusações de serem mecanicistas e ecléticos (Rivière, 1985; Shuare, 1990). Estava sendo inserido, cada vez mais, o jargão pavloviano nos estudos dos teóricos, ou seja, o pressuposto da materialidade sem movimento e sem história, pautado no aspecto biológico, para a explicação e fundamentação do novo homem soviético. As Ciências Naturais ganhavam peso, frente à filosofia e psicologia, com teóricos sendo banidos cientificamente, o que garantia o poder do partido na União Soviética, com as produções científicas enquanto apêndices da ideologia stalinista (Shuare, 1990).

Conforme Wortis (1953), neste mesmo ano, foi decretada a resolução do Comitê Central do Partido Comunista, que vigorava pelo fim da prática prejudicial da aplicação de teorias psicológicas que eram consideradas como nascidas de discussões abstratas e não vinculadas ao próprio curso da prática educativa concreta. O que se tornaria mais grave anos

mais tarde, aparecia já no início dos anos de 1930 como condenação para toda intervenção das práticas psicológicas abstratas na “pedologia” ou na tarefa de conduzir as crianças, assim como a psicotécnica na indústria e a questão dos testes na educação.

Em meio aos ataques, perseguições e ao clima de tensão e ameaças decorrentes da política de Stálin, o grupo de Vigotski conseguiu se reorganizar em suas pesquisas e investigações, abrindo novas frentes de temas para a investigação e lugares para as pesquisas. Houve um convite feito pela Universidade de Kharkov, na Ucrânia, para formarem um instituto de psicologia, o que possibilitaria o desvio de Moscou, o foco de tensões nessa época (S. H. V. Almeida, 2008). No entanto, o frágil estado de saúde de Vigotski impediu que esse plano fosse concretizado, o que demandou a mudança de estratégia para continuarem suas pesquisas em diferentes campos de atuação, inclusive no da patologia mental.

Depois da Grande Revolução de Outubro, a importância relativa da investigação psicopatológica em instituições neuropsicológicas aumentou consideravelmente. Um completo sistema de métodos experimentais firmemente estabelecidos na prática clínica psiquiátrica e neurológica foi desenvolvido. Laboratórios experimentais de psicologia foram desenvolvidos em Moscou (Vigotskii, Luria, e seus colaboradores), em Leningrado (Myasishchev e seus colaboradores), em Kharkov (Lebedinskii) e em outros lugares. Psicólogos soviéticos, trabalhando em instituições neuropsicológicas, tiveram uma importante contribuição para nosso entendimento dos distúrbios da doença mental (Zeigarnik, 1962/1965, p. 2).

Portanto, nesse cenário, após a saída de Kornílov do *Instituto de Psicologia* em 1931, o grupo ligado a Vigotski se dispersou e iniciou-se a fundação de laboratórios, com pesquisas no campo neurológico e psicopatológico na psicologia vigotskiana, que foram fundamentais para as pesquisas posteriores no campo da Patopsicologia. Como será apresentado no terceiro capítulo, dedicado ao nosso objeto de estudo da presente pesquisa, no início da década de 1930, Bluma V. Zeigarnik integrou-se ao grupo de Vigotski, em um momento de composição e fortalecimento de pesquisas no enfrentamento de toda a série de dificuldades expostas até então, dadas pelo governo stalinista.

O dinamismo imposto por Vigotski começa a dar seus frutos em uma unificação de trabalhos até então dispersos, com superposição de laboratórios, cátedras, seções, cada uma das quais importantes por si mesmas, mas improdutivas pela falta de uma

adequada centralização de esforços. Não se esqueça que estamos no começo da década de 30, há só quinze anos do triunfo da Revolução de Outubro (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 89).

A readequação desse sistema, no início da década de 1930, levou a centralização de todos esses órgãos e permitiu que, sob o patrocínio do *Instituto Nacional de Medicina Experimental* em Moscou, funcionasse uma Clínica das Neuroses, uma Clínica Neurológica, uma Clínica dedicada às formas precoces da esquizofrenia, ou seja, uma Clínica psiquiátrica no sentido estrito da palavra, com o objetivo de lidar com os problemas e necessidades que apareciam no Instituto.

Diante dessas considerações, percebemos que essa centralização e organização ocorreram mesmo nas condições da URSS na pós-revolução, com marcas e contradições da década de 1920 e a crescente onda de repressão do stalinismo, que atingiram fortemente os trabalhos de Vigotski e seus colaboradores (Golder, 1986). Nesse sentido, os psicólogos, os pedagogos e fisiologistas soviéticos continuavam realizando trabalhos práticos, demonstrando a importância aplicada da investigação científica.

Os psicólogos soviéticos da escola de Vigotski estavam bem informados sobre os trabalhos de autores ocidentais, como os psicólogos da Gestalt, com Koffka, Kohler e Lewin, a psicologia norte-americana com Watson, os conceitos de inteligência com o psicólogo alemão Stern e os estudos acerca do desenvolvimento infantil com Piaget, trazendo contribuições para a elaboração de uma Psicologia Geral, assim como Vigotski já havia apresentado no estudo da crise da psicologia, realizado em 1927 (Shuare, 1990). Esses anos foram de intenso trabalho do círculo vigotskiano, com amplo desenvolvimento da teoria histórico-cultural, assim como o olhar crescente para a teoria da atividade nervosa superior de Pavlov, na qual a psiquiatria soviética passava a se basear cada vez mais para o esclarecimento das causas das enfermidades mentais e para os modos de tratamento (Rojlin, n.d).

Em 1936, o alvo de críticas passou a ser a pesquisa pedológica, ciência geral da criança e seu desenvolvimento, com muitos estudos emprenhados por Vigotski, acusada de ser pseudocientífica. Na URSS, os pedólogos converteram-se em técnicos de testes, afastados das condições educativas concretas, descontextualizados, e não como Vigotski e Blonski, que não tinham essa orientação a-histórica e repleta de testes. Os pedólogos, que dependiam do Comissariado da Educação, decidiam a profissão futura e estudos profissionais dos alunos dos centros escolares, tendo poder maior que os pedagogos e professores (Rivière, 1985).

A resolução posterior do Comitê Central do Partido Comunista com o decreto “Sobre as deturpações pedológicas no sistema dos Narcompros²⁴” (4/7/1936) orientou o rumo da psicologia soviética, sendo um forte golpe sofrido pela psicologia enquanto ciência, na proibição da pedologia e das elaborações vigotskianas, com a proibição de suas obras. Prestes (2010) afirma que, após a referida resolução, os testes psicológicos foram proibidos, com a justificativa, principalmente, de que “o objeto de estudo da pedologia não estava bem definido, assim como os limites entre ela, a psicologia e a pedagogia. Baseando-se em testes, muitas vezes, a negligência pedagógica era transferida ao aluno como retardo mental” (p. 52).

Wortis (1953) apresenta que a resolução oficial enunciou a identidade fundamental de interesses da psicologia e da educação, no estabelecimento de limites das atividades dos psicólogos escolares, assim como daqueles que trabalhavam no campo da indústria e da orientação vocacional²⁵. Psicotécnicos soviéticos, que atuavam nas escolas e nas indústrias, foram também acometidos por esta resolução. Shuare (1990) afirma que foram críticas a praticamente toda produção científica na psicologia infantil, pedagógica e na defectologia, a partir de declarações de que eram reacionárias e antimarxistas.

A pedologia havia sido condenada e todos aqueles que em seus trabalhos faziam qualquer referência a ela tiveram destinos tristes: ou suas vidas foram interrompidas tragicamente, ou foram deportados para campos de trabalhos forçados, ou ainda, simplesmente, numa estratégia de sobrevivência, tiveram que se adaptar às exigências e permanecer à margem do sistema (Prestes, 2010, p. 54).

A referida autora defende que, se não tivesse falecido em 1934, Vigotski não teria sobrevivido ao ano de 1936. Desse modo, psicólogos continuadores da Psicologia Histórico-Cultural também sofreram acusações e cerceamentos, em uma situação política bastante complicada, tendo suas elaborações marcadas, cada vez mais, por forte dirigismo e censura, com a busca, por outro lado, de estratégias para a continuação de suas investigações.

Diante dessas considerações, percebemos que o ano de 1936 foi marcado pela máxima direção e censura partidária no campo científico, na liquidação da pedologia, da psicotécnica,

²⁴ Narcompros significa “Comissariado do Povo para a Instrução”, assim como Prestes (2010) explica, como também foi encontrado, em outras fontes pesquisadas, com o nome de “Comissariado da Educação do povo”. Esta resolução encontra-se traduzida na íntegra na pesquisa de Prestes (2010), no anexo 2 de sua tese.

²⁵ Neste período na URSS, além das perseguições ideológicas, houve a invasão da tendência escolanovista na educação, com ênfase nas avaliações e na Pedagogia dos Projetos. Assim, o pensamento de muitos autores foi deturpado e confundido com essa tendência, o que pode justificar o porque da expulsão de toda e qualquer psicologia das escolas, inclusive da Psicologia Histórico-Cultural, no desarranjo da estrutura educacional (Barroco, 2007).

da psicologia do trabalho, acusadas de reacionárias e pseudocientíficas, o que gerou sério atraso na ciência psicológica soviética, a proibição das obras de Vigotski e o crescimento do pavlovianismo na ciência, especificamente, na psicologia e na psiquiatria. No começo da década de 1930, e por mais vinte anos, as pesquisas empreendiam tentativas de formular uma nova concepção fisiológica na explicação dos fenômenos psíquicos atrelados ao biológico (Shuare, 1990). Este cenário responde ao evolucionismo histórico de Stálin, com a retirada da dialética do materialismo, o que permite à fisiologia explicar todo o comportamento pelo reflexo condicionado e atividade nervosa superior.

Na psiquiatria soviética, como nos demais ramos científicos, encontravam-se aplicações dos princípios do materialismo histórico dialético, nas interpretações de Lênin e de Stálin, evidentemente, bastante diferentes. De qualquer forma, mantém-se a concepção, como na Rússia czarista, de que os processos mentais são derivados da realidade material, fundamentos aplicados também aos problemas relacionados à psicopatologia. A psiquiatria soviética mostrava-se intolerante para com o tratamento ocidental marcado dentro dos aspectos introspectivos e psicanalíticos, fundamentando-se na prática materialista experimental e na relação com a vida prática dos homens (Wortis, 1953).

A assistência psiquiátrica, diante desse contexto repreensivo, de controle e impedimentos partidários, na figura de Stálin, recebeu especial atenção conforme as demandas sociais que apeteçiam o povo soviético. Os dois primeiros planos quinquenais seguiam a meta de industrialização e fim de uma economia mercantil, para o alcance do comunismo, enquanto que a ciência soviética via-se em dois rumos: uma diante da censura, driblando-a na continuação de suas pesquisas, enquanto que a outra estava fortemente apoiada pelo stalinismo, neste caso, as pesquisas fisiológicas, sob o paradigma biológico de Pavlov.

A intensa industrialização na União Soviética estava associada também à necessidade do envolvimento dos trabalhadores na produção e desenvolvimento da URSS, pela especialização da mão-de-obra e formação para o trabalho. O caminho de superação das relações burguesas dava-se por meio do trabalho, na educação voltada para este fim, o que se encontrava também na atenção à saúde mental e na terapêutica empregada.

A atividade laboral, levada a cabo de um modo sistemático, exerce uma influência saudável sobre a consciência e a conduta dos soviéticos em dois sentidos: em primeiro lugar, o trabalho gradualmente vai convertendo-se em hábito da vida; em segundo lugar, no processo laboral se aperfeiçoam os hábitos de trabalho da pessoa ocupada, fixam-se as novas características de caráter e de consciência adquiridas no trabalho. O trabalho

sistemático cria as condições para superar os traços negativos de caráter e de conduta (Glazachev, 1962, p. 117).

Glazachev (1962), que discorre acerca do valor do trabalho na construção da sociedade comunista assim como na formação do novo homem para concretizar este projeto, expõe na referida citação o quanto a atividade laboral age no desenvolvimento de características na conduta humana. Portanto, podemos inferir que, a partir desse entendimento, na sociedade soviética, a assistência psiquiátrica atribuía papel importante ao trabalho na recuperação do estado doentio de seus pacientes, no intuito da humanização por meio da atividade do trabalho, tal como concebido pelo materialismo histórico e dialético.

O importante papel que o trabalho desempenha em nossa vida deve ser tido em conta durante o tratamento dos doentes mentais. Muitos psiquiatras tem assinalado ao longo do tempo a benéfica influência do trabalho sobre o estado destes enfermos, na União Soviética se aprecia como é devido a significação psicoterapêutica do trabalho, de um trabalho que se tem consciência, tendente a um fim e capaz de ser motivo de satisfação (Rojlin, n.d, p. 131).

Ambos os autores supracitados concordam com o papel terapêutico atribuído ao trabalho no âmbito psiquiátrico, devido à concepção de trabalho presente na sociedade soviética²⁶. Glazachev (1962) afirma, ainda, que “o trabalho socialista influencia multilateralmente no desenvolvimento do homem, pois o conteúdo e as formas organizativas da atividade laboral das pessoas são multiformes” (p. 122). Essas colocações dos autores lançam algumas ideias para o estabelecimento da relação entre a educação e o trabalho, tendo este como uma das vias educativas e de formação do homem soviético.

Nesse sentido, o tratamento à saúde mental era visto em relação com a mudança nas condições que levavam ao adoecimento, dentre elas a do trabalho e, como o sistema era Estatal, a realocação de pessoas do campo para a cidade, de um ramo a outro da produção era possível como prescrições terapêuticas direcionadas pelo próprio governo. A esse respeito, Wortis (1953) afirma que era dada grande importância à atividade ocupacional na União Soviética, vistas nas medidas de reeducação e nova orientação vocacional dos doentes mentais e na autorização médica para a limitação do trabalho ou para o recomeço sob uma atenta

²⁶ Ver nota de rodapé 19, na página 65, na qual apresentamos a concepção de trabalho nessa sociedade.

vigilância psiquiátrica. Em especial, diante das sequelas de guerra, eram oferecidos serviços reeducativos aos soldados e foi criado um sistema de cuidados para as famílias.

Por sua vez, a psiquiatria infantil desenvolveu-se na URSS, de forma mais intensa, após a revolução, associada às questões pedagógicas. Conforme Wortis (1953), no início, “existiu uma enérgica tendência a separá-la da psiquiatria geral para constituí-la em uma disciplina especial denominada 'Defectologia'²⁷, que estava consagrada à atenção das crianças deficientes mentais, surdas-mudas e cegas” (p. 121). No vínculo com a Academia de Ciências Pedagógicas, aproximou-se da ciência pedológica, no entanto, conforme Bazhenova e Scoblo (1992), na década de 1930, por conta da proibição da pedologia, a pesquisa na psicologia infantil tornou-se bastante limitada, com restrições e críticas, pela acusação do caráter mecanicista, atribuído pelo decreto de 1936.

Na União Soviética é o professor, antes que o psiquiatra, o principal instrumento para o manejo dos problemas comuns no comportamento da infância. Somente quando o processo se aproxima a uma autêntica enfermidade ou quando se trata de um problema muito complexo é provável que se recorra ao psiquiatra (Wortis, 1953, p. 140).

Conforme o referido autor, na URSS, com um molde de assistência psiquiátrica mais bem definido, constituído em 1932, a atenção médica nas cidades, incluindo a psiquiátrica, era gratuita, provida com uma variedade de hospitais psiquiátricos, assistência para pacientes externos e outros serviços especiais. No entanto, à prática psiquiátrica eram também relegadas outras funções que não abarcavam sua competência, como será apresentado a seguir quando tratarmos do extremo nível de censura soviética pelo comando do governo stalinista e do serviço prestado pela psiquiatria à polícia política da URSS, o que não é apresentado por Wortis (1953), provavelmente devido à sua simpatia para com o stalinismo, como ressaltado na introdução do capítulo.

Nesse sentido, a psicologia, a psiquiatria e outras ciências estavam enraizadas na vida social, com o intuito de resolver – ao menos tentar – os problemas que surgiam na construção da nova sociedade, assim como faziam com o apoio leninista. No entanto, o desenvolvimento

²⁷ Defectologia, termo estabelecido em 1912, veio da situação de hospitalização no cuidado dos defeituosos. Refere-se à especialidade composta por ramificações da educação de crianças com diferentes tipos de deficiência. Foi desenvolvida por muitos autores, na URSS, com diferentes bases epistemológicas, sendo uma delas a desenvolvida por Vigotski a partir de meados da década de 1920, fundada no materialismo histórico e dialético. A defectologia vigotskiana, diferente da defectologia antiga e da postura das escolas especiais daquela época, voltadas exclusivamente à análise das limitações das pessoas com deficiência, visava a compensação do defeito e a educação para a apropriação dos instrumentos por parte dos sujeitos (Berenchtein Netto & Leal, 2013).

no stalinismo não era livre, mas cercado pelo culto à imagem, pelo terror disfarçado de vigilância revolucionária, pela denúncia como dever do cidadão e a ausência de um estado de direito passando como um estágio alto da revolução (Shuare, 1990).

Desse modo, a partir da década de 1930, ocorreu o endurecimento do Partido, submetido à polícia, a utilização indiscriminada da coerção externa, a criação de um poderoso e autoritário aparelho burocrático de governo e de poder e o início dos expurgos, assim como assassinatos de economistas, membros do partido, oposição e intelectuais. É válido nesse momento apresentar o aparato montado por Stálin no que concerne aos modos de contenção, repreensão e punição aos que se apresentavam, de alguma forma, contra o sistema partidário estabelecido, como exposto até então.

De acordo com Joravsky (1989), nos anos 20 havia a preocupação com a saúde e bem-estar da população, no cuidado extra-hospitalar, assim como a construção de uma base industrial para o fortalecimento econômico do país, no projeto da nova sociedade, a comunista. Já nos anos 30, houve esse posicionamento em relação ao diagnóstico da esquizofrenia, e outras formas de método e controle, sobrecarregando a psiquiatria soviética. Nesses anos já era preciso usar do campo psiquiátrico para se atingir fins políticos, uma vez que a afinidade entre a política soviética e os dogmatismos clínicos da psiquiatria tornou-se mais forte nos anos de 1930.

Conforme o autor, a coletivização forçada e a rápida urbanização, com o alto investimento na indústria pesada, foram arruinando o sonho dos dispensários, ou seja, do cuidado extra-hospitalar, enquanto era criada uma situação de caos devido à prática antiquada de encarcerar esquizofrênicos por longos períodos, inundando, cada vez mais, os hospitais psiquiátricos de novos pacientes, assim como ocorria no final do czarismo.

No campo, a autoridade do governo tornava-se mais autoritária e prejudicial aos camponeses, agravada ainda mais pela atuação do sistema de polícia política criado no stalinismo, o *gulag*, uma contradição enorme, uma vez que campos de trabalho forçado são extremamente contrários aos princípios do comunismo. *Gulag* refere-se à sigla para “administração estatal dos campos”, que mantinha prisioneiros obrigados ao trabalho forçado em campos espalhados por toda a URSS. Enquanto muitas pessoas subiam na hierarquia sócio-econômica da Rússia, por conta da maior hierarquização social, na expansão na economia, com oportunidades de mobilidade social pelas possibilidades dadas à população, os habitantes do imenso sistema de campos de trabalho forçado desciam nessa hierarquia. A URSS internava nos *gulags*, no campo, e nos hospitais psiquiátricos, no âmbito urbano, aqueles que criticavam o regime, principalmente os intelectuais da época, fazendo milhões de

soviéticos como vítimas dessa repressão política. Nesses campos de trabalho forçado, que desempenhavam papel importante na economia soviética, foram realizadas muitas obras para a sociedade socialista como, por exemplo, o canal Mar Branco-Báltico (1931-1933), utilizados, portanto, por Stálin, como uma importante fonte de desenvolvimento da industrialização do país (Mcneal, 1986)²⁸.

Por sua vez, a partir das investigações feitas a respeito da ciência psiquiátrica e das análises e relações estabelecidas, temos uma questão importante delineada neste momento. Trata-se da função que as instituições psiquiátricas exerceram conforme as contradições sociais se acirravam na União Soviética. Como parte da atuação do partido, o setor da psiquiatria estruturou-se como mais um órgão a serviço da polícia política na execução de medidas organizativas contra os opositores ao sistema stalinista, uma espécie de “trabalho extra” ao que era de sua competência.

Como demonstrado no subitem 1.1, relativo ao czarismo, a assistência psiquiátrica russa teve formas de atuação que também se direcionaram para a “contenção” dos homens, com marcas da situação política, muitas vezes, quando levantes contra o sistema czarista apareciam. Por sua vez, uma relação de proximidade pode ser estabelecida no stalinismo, uma vez que, por razões políticas, os dissidentes, ou seja, aqueles que tinham uma posição contrária ao regime, eram diagnosticados como doentes mentais e encaminhados para tratamento em hospitais psiquiátricos especiais, os de segurança máxima. Portanto, o encarceramento de dissidentes saudáveis era feito de forma consciente, por meio do uso abusivo da psiquiatria devido motivações políticas, que eram diagnosticados de duas formas: como psicopatas ou como esquizofrênicos (Wilkinson, 1986).

(...) sob a influência de um regime sem escrúpulos, as observações apresentadas poderiam servir como um meio eficaz para rotular como doentes psicóticos muitos cidadãos energéticos e capazes que estavam em desacordo com autoridade [...]. Eles permitem a disposição psiquiátrica, sem outra justificativa, de qualquer pessoa cujo ativismo social é inaceitável para o psiquiatra que acredita no sistema aprovado oficialmente (Mersky & Shafran, 1986, citados por Wilkinson, 1986, p. 641).

²⁸ Em relação ao sistema presidiário soviético dos *Gulags*, é válido mencionarmos o romance literário “Arquipélago Gulag”, do escritor russo Alexandr Soljenitsin, escrito entre 1958 e 1967, que retrata as experiências do autor no aprisionamento nesses campos de trabalho forçado. O livro contém testemunhos documentais de homens soviéticos que foram presos nesses campos de concentração, sendo lançado na URSS em 1973, quando já se divulgavam mais as atrocidades e os crimes cometidos por esse sistema do *Gulag*.

Lavretsky (1998) discorre acerca do abuso político da psiquiatria na formação da União Soviética, apresentando-nos que, durante os anos de 1930 a 1950, houve a opressão e exterminação dos melhores psiquiatras soviéticos, justamente nos anos da política stalinista e seus expurgos, assassinatos e censura direcionados aos intelectuais e cientistas da URSS. Quem divergisse do que era colocado oficialmente pelo governo, era tirado de sua posição ou, até mesmo, exterminado. Nesse sentido, temos a seguinte citação bastante esclarecedora, que ratifica o que estamos expondo.

Um ataque muito mais grave na autonomia profissional foi montado entre 1929 e 1932, durante a “revolução de cima” de Stálin. Agora, o próprio princípio da autonomia profissional foi rejeitado em favor do *partiinost'*, o princípio do partido. Para os psiquiatras, assim como para outros profissionais, houve mudanças violentas nos quadros dirigentes, como organizações e publicações profissionais que foram submetidas ao controle proclamado pelo Comitê Central do Partido (Joravsky, 1989, p. 122).

Nesse período, o amplo conceito soviético de transtorno mental levou, principalmente, a um elevado número de diagnósticos de esquizofrenia da população soviética, como o que aconteceu com o uso do diagnóstico de “esquizofrenia lenta”, atribuído aos dissidentes políticos, condenados e enviados para hospitais psiquiátricos mais por suas atividades dissidentes do que por razões médicas. Esse diagnóstico era praticamente limitado à União Soviética e a alguns outros países do leste europeu. Conforme Wilkinson (1986), na classificação internacional das doenças, a esquizofrenia lenta é agrupada à categoria de esquizofrenia latente, um estado no qual não é possível estabelecer uma descrição geral acerca de sua condição, mas quando é utilizada, apoia-se em um quadro como o seguinte: comportamento excêntrico ou inconsequente e anomalias na esfera afetiva, que dão a impressão de esquizofrenia mesmo que anomalias esquizofrênicas definidas e características, no presente ou passado, não tenham sido manifestadas.

A esse respeito, Bonnie (2002) afirma que esse conceito de esquizofrenia lenta referia-se às características psicóticas não ativas e alterações da personalidade. Não eram reconhecidos como evidências de psicopatologia na URSS ou nos critérios internacionais de diagnóstico, mas indícios de que a doença poderia manifestar-se a qualquer hora. Isso indica uma deficiência fundamental na definição e classificação das desordens psíquicas na União Soviética, ou seja, más definições soviéticas para atingir os propósitos políticos na gestão

stalinista. Sobre isso, Joravsky (1989) nos apresenta que, de todo modo, nos anos de 1930, o sistema stalinista pregava a necessidade de maior rigor científico no diagnóstico da esquizofrenia, tão desconhecido e tornava-a uma enigmática doença, ao mesmo tempo em que atribuía o rótulo de esquizofrenia a uma mente desordenada que, de alguma forma, incidia reivindicações ao sistema político que vigorava.

Nesse sentido, conforme Bonnie (2002), as ferramentas coercitivas eram usadas pela psiquiatria em pacientes que haviam sido acusados por crimes políticos como agitação e propaganda antissoviética ou difamação do estado soviético, portanto, sem evidência de desordem mental. O abuso da psiquiatria na União Soviética tinha menos a ver com a psiquiatria, por si só, do que com a repressão do regime político de que os psiquiatras eram uma parte, marcada pela “intolerância do regime comunista para a dissidência, incluindo qualquer forma de desvio político ou religioso, e pelos efeitos corrosivos da corrupção e intimidação em todas as esferas da vida social. Os psiquiatras não eram imunes a essas pressões” (Bonnie, 2002, p. 138).

A repressão de dissidentes políticos e religiosos foi apenas o sintoma mais evidente de um sistema autoritário de cuidado psiquiátrico em uma visão abrangente e elástica do transtorno mental, que envolveu todas as formas de pensamento heterodoxo, no qual o diagnóstico psiquiátrico era essencialmente um exercício de poder social. Para justificar essa ideia, Bonnie (2002) assinala que a psiquiatria dependia da organização da sociedade, uma vez que o “fim da política de hospitalização na União Soviética era atribuído às mudanças na política soviética, e não às mudanças na psiquiatria soviética” (p. 139).

Nesse cenário, há duas questões importantes a serem consideradas: as contradições sociais exercendo pressão sobre o psiquismo dos indivíduos e produzindo adoecimento, recebendo o tratamento da psiquiatria tal como apresentado por Wortis (1953), e as instituições psiquiátricas exercendo o poder policialesco e punidor em indivíduos não adoecidos ainda, com uma função política e econômica, dependendo do que se pretendia evitar ou sucumbir.

Por sua vez, Wilkinson (1986) destaca dois aspectos gerais acerca desse problema relacionado ao uso abusivo da psiquiatria. O primeiro refere-se às controvérsias éticas despertadas em todos os países, com a detenção compulsória e o tratamento de pessoas em instituições psiquiátricas, que foram intensificados na União Soviética. Desse modo, o autor afirma que o uso indevido de psiquiatria é profundamente enraizado e estabelecido há muito tempo, por causa das condições culturais, políticas, jurídicas e sociais no país; por causa da falta de conhecimento sobre as práticas médicas e psiquiátricas soviéticas, especialmente as

que dizem respeito ao confinamento compulsório “especial” (hospitais psiquiátricos de segurança máxima), como nos hospitais psiquiátricos “comuns”, e, em particular, por causa da estreita relação entre psiquiatria e o Estado na União Soviética. Em segundo lugar, ressalta o uso do diagnóstico de “esquizofrenia lenta” que indica uma deficiência na definição e classificação das desordens psíquicas na União Soviética, como ressaltado anteriormente.

Nesse contexto extremamente difícil de onipotência da polícia e dos expurgos, com mortes, trabalhos forçados, campos de concentração, dentre outras formas de extinção do que era contrário ao sistema, as produções na psicologia vigotskiana foram prejudicadas, tanto pelo decreto de 1936 como por outros cerceamentos, assim como outros campos de produção humana. As produções na União Soviética ganharam um novo fôlego e rumo com a entrada no país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando todos foram convocados a deixarem as desavenças de lado para lutarem pela defesa do país.

A psicologia soviética, nesse período, respondeu às necessidades impostas, percebidas durante a guerra, na constatação da importância teórica dos estudos diante da demanda apresentada. Muitos psicólogos se incorporaram às forças armadas, participando diretamente dos combates como soldados ou utilizando seus conhecimentos, nos campos de batalhas, enquanto pesquisadores (S. H. V. Almeida, 2008; Shuare, 1990).

O trabalho no período da Segunda Guerra baseou-se em uma economia de guerra, voltado para a resistência contra os inimigos e os cuidados aos feridos de guerra. Foram criados hospitais de recuperação e evacuação, para onde foram muitos psicólogos, como por exemplo Luria e Zeigarnik, com o objetivo de diagnosticar lesões cerebrais, encontrar modos de tratamento e no desenvolvimento de técnicas científicas para a reabilitação de funções prejudicadas em lesionados de guerra (S. H. V. Almeida, 2008).

Conforme Shuare (1990), podemos destacar três importantes temáticas nessa época, todas ligadas ao contexto da guerra:

a) análise da atividade militar – qualidades da personalidade necessária do soldado, do chefe, formação de determinadas características políticas, morais; fundamentação do trabalho de propaganda e de agitação, com o aumento do sentimento de nacionalismo;

b) estudo psicofisiológico dos processos sensoriais e perceptivos, com visão para as estratégias de guerra;

c) a elaboração de enfoques cientificamente baseados para o restabelecimento das funções psíquicas alteradas na guerra, tais como os traumatismos, feridas, contusões, com o objetivo de recuperar o doente e reabilitá-lo. A produção desse período marca a criação e

início do novo ramo na ciência psicológica, a neuropsicologia, que também foi fundamental para o desenvolvimento posterior da patopsicologia com Zeigarnik.

1.3.1 A psiquiatria e a psicologia soviética na URSS após a Segunda Guerra Mundial

Terminada a guerra, a URSS voltou ao estado de censura e perseguições, com uma economia arrasada, aproximando-se à condição do período pós-revolucionário e dos primeiros anos sob a política da NEP. Conforme S. H. V. Almeida (2008), novos ataques e perseguições a artistas e cientistas foram iniciados em 1946, com a intensificação nos anos finais da década de 1940, sendo a psicologia, a fisiologia, a biologia, a genética e a medicina os principais campos científicos atingidos por esta segunda era de terror na URSS (a primeira refere-se ao período anterior a 1939).

Dentre as ações do governo soviético, o referido autor destaca “o estabelecimento feroz do realismo socialista para as artes, do lisenkoísmo e pavlovinização das ciências biológicas, médicas e psicológicas, do gênio linguístico de Stalin, a perseguição à categoria médica e o afloramento do antissemitismo” (S. H. V. Almeida, 2008, p. 119). É interessante notarmos, na leitura no livro de Wortis (1953) a respeito da psiquiatria soviética, principalmente nesses anos da década de 1940 e início dos anos de 1950, o quanto este autor aponta os avanços na psiquiatria e psicologia, com base em Pavlov. Apresenta também os feitos em termos de políticas públicas no setor da saúde mental, sem mencionar as contradições entre os aspectos sociais e políticos que aconteciam com o modo como eram encaminhados.

Fica evidente, desse modo, a aproximação cuidadosa que devemos ter ao nos apropriarmos das questões apresentadas por Wortis (1953), que demonstra clara simpatia ao governo stalinista. Portanto, com essa ressalva, serão apresentados os fatos que o autor nos traz e que compõem a descrição do cenário psiquiátrico soviético a partir da década de 1950.

O referido autor afirma que, após a Segunda Guerra Mundial, a União Soviética surgiu como uma potência mundial, com uma indústria moderna altamente desenvolvida, com uma profunda satisfação pelas realizações e possibilidades. Após a recuperação das consequências de guerra, a teoria e prática da psicologia e da psiquiatria soviéticas que surgiram foram produtos característicos de um novo tipo de ordem social, ou seja, este ditado por Stálin como apresentado por S. H. V. Almeida (2008).

Conforme Wortis (1953), a investigação médica constituiu uma das principais atividades do governo e fez parte do sistema de planos que caracterizavam todas as esferas da

vida soviética, direcionados para o bem-estar da população. Diante disso, a Academia de Ciências Médicas “pode ser considerada como o mais elevado organismo técnico dos serviços sanitários do governo, correspondendo-lhe a tarefa de planejar, coordenar, controlar e promover as atividades médicas da nação” (Wortis, 1953, p. 221). Encontramos aqui a ação de perseguição à categoria médica, apontada anteriormente por S. H. V. Almeida (2008), que nas palavras de Wortis (1953) soam como investimento, no entanto, o intuito também era o controle e manutenção do regime estabelecido, na aparência de que o governo estava colocando-se totalmente no cuidado da saúde de seu povo.

O plano septenal estipula assim mesmo o sucessivo melhoramento da proteção da saúde e da assistência médica à população. A rede de instituições sanitárias será ampliada, aumentará o número de camas de hospital e se seguirão aplicando em grande escala diversas medidas destinadas a proteger o trabalho, prevenir as doenças e melhorar o estado sanitário na cidade e no campo (Rojlin, n.d, p. 109).

Para a psiquiatria, no período pós-guerra, houve o Plano Quinquenal de Medicina, parte do quarto Plano Quinquenal geral referente a toda a economia nacional, promulgado em 1945 pela comissão de planos da Academia Soviética de Ciências Médicas. Por sua vez, a psicologia não está incluída neste plano, mas sim no referente à educação.

A porção que corresponde ao setor de nosso interesse é a Seção VI, intitulada Fisiologia e Patologia da Atividade Nervosa, destinada aos Institutos de Fisiologia, Morfologia Normal e Patológica, Neurologia, Fisiologia Evolutiva dos Centros Nervosos Superiores (Instituto Pavlov), Medicina Experimental, Pediatria e Psiquiatria. Esta seção do plano está orientada para três ordens principais de projetos distribuídos em forma diversa entre os diferentes institutos recém-nomeados: uma das séries de problemas se refere à atividade geral integradora do sistema nervoso, a segunda se ocupa nos problemas especiais da atividade nervosa superior e a terceira concerne ao estudo das causas e tratamento das doenças mentais e das psicoses em particular. No plano psiquiátrico atual se presta especial atenção aos estudos sobre a fisiologia e patologia das funções nervosas superiores, aos mecanismos integradores do sistema nervoso e à patogenia e terapêutica ativa das psicoses (Wortis, 1953, p. 224).

Neste cenário, durante a década de 1950, os recursos psiquiátricos na União Soviética estavam concentrados, na maior parte, em clínicas da comunidade, com a gratuidade na assistência psiquiátrica aos homens soviéticos. O autor supracitado afirma que, no início da década de 1950, quando escreveu o livro, a psiquiatria soviética mantinha-se na linha geral “pavloviana, fisiológica, médica e experimental, ao mesmo tempo em que inspirada em um ponto de vista plenamente social” (p. XVII). Em outra passagem, afirma que “no momento atual tanto a psicologia como a clínica psiquiátrica soviéticas descansam, respectivamente, sobre as ciências sociais e a fisiologia de Pavlov” (Wortis, 1953, p. 10).

Conforme Rojlin (n.d), Pavlov demonstrou o condicionamento material dos fenômenos psíquicos, um golpe ao idealismo presente na filosofia, psicologia e psiquiatria, o que justifica esse cunho social atribuído por Wortis (1953) na relação estabelecida com a fisiologia. Para Pavlov (citado por Rojlin, n.d), “as condições nas quais vive o homem, sua educação, o meio social em que se forma sua personalidade e sua consciência, tudo isto ajuda em uns casos na prevenção das doenças mentais e em outros, ao contrário, os obstaculiza” (p. 88). Rojlin (n.d), na defesa das proposições pavlovianas, afirma que é dada importância aos fatores ambientais, à influência das condições de vida sobre a formação do tipo de sistema nervoso, não ficando restrito somente ao campo fisiológico.

Wortis (1953) afirma que, pela sua inclinação marxista, “o psiquiatra soviético opôs-se a qualquer tentativa de reduzir a psicologia humana a simples fisiologia ou neurologia, mas ao mesmo tempo reconhece a propriedade do estudo destas últimas disciplinas para a psiquiatria” (p. 5). Como visto até então, com Stálin, essa inclinação social ganhou o status de ideologia e novo rumo ao homem soviético, agora mais voltado para as ciências naturais nas explicações e formas de desenvolvimento. Desse modo, a partir do comando stalinista, acreditava-se que estavam sendo seguidos os pressupostos do materialismo histórico e dialético, no entanto, a ciência seguia a ordem de Stálin, que se dirigia pela tendência biologizante na abordagem e explicação do homem soviético, mesmo mantendo a afirmação de que considerava os aspectos sociais. Por sua vez, o projeto da psicologia marxista, condizente com a sociedade comunista, foi perdido e submetido aos ditames da pavlovinização e da censura stalinista.

Conforme Wortis (1953), “a influência de Pavlov sobre a medicina soviética é atualmente [década de 1950] poderosa como nunca foi antes, e na URSS se considera unanimemente a este sábio como o caso da maior influência exercida por um só investigador sobre a psiquiatria” (p. 46). O referido autor assinala que Pavlov afirmou que a fisiologia fornece um esquema para a compreensão das atividades nervosas mais simples, enquanto que a psicologia deve construir uma superestrutura. Como para tudo necessita-se do mais simples,

do elementar, Pavlov afirmava-se numa situação mais favorável do que a psicologia, uma vez que explicava de forma satisfatória o cérebro, mas era preciso compreender a mente e seus processos.

O valor dado às elaborações de Pavlov é tamanho que, em 1950, foi realizada, por iniciativa de Stálin, a Sessão Científica da Academia de Ciências Médicas da URSS com o objetivo de “investigar o ensino e a produção científica fundados nos trabalhos de Ivan Pavlov, observando os erros e faltas na elaboração das ideias pavlovianas” (S. H. V. Almeida, 2008, p. 121). Todo esse processo atingiu as obras de psicólogos histórico-culturais, visto a menção aos estudos de Pavlov, em suas obras, como a atribuição do cuidado e indicação de erros em relação aos trabalhos de Pavlov, como veremos na terceira seção quando tratarmos de Zeigarnik e a ação da autora nesse sentido.

Segundo Lavretsky (1998), essa sessão foi um dos eventos mais sombrios da história da psiquiatria soviética, que instituiu a teoria da atividade nervosa superior como a oficial na explicação dos fenômenos psicológicos, no desenvolvimento de uma nova psiquiatria soviética. Nesse evento, muitos psiquiatras e neurocientistas foram acusados de praticar uma ciência idealista, contra os preceitos marxistas e pavlovianos, o que era prejudicial para a psiquiatria soviética. Esses cientistas tiveram que reconhecer publicamente os erros e ideias erradas que se apropriaram de Pavlov e prontificaram-se a trabalhar com o ensino de Pavlov tal como ele era.

Diante disso, S. H. V. Almeida (2008) aponta que era historicamente necessário, nessa dificultosa situação comandada pelos oficiais soviéticos, esse posicionamento dos autores que, em posições delicadas, estabeleciam essas relações com pressupostos fisiológicos. A esse respeito, Shuare (1990) explica também que houve a simplificação e vulgarização da teoria pavloviana, não decorrente de suas elaborações teóricas, mas sim devido ao stalinismo e suas conduções científicas.

A posição dos psicólogos era especialmente delicada, como já observado na Sessão, pelo fato de que reduzir os estudos psicológicos aos ensinamentos pavlovianos seria reduzir a psicologia à fisiologia; não utilizar os ensinamentos de Pavlov era praticamente destruir a psicologia, pois iria contra as determinações gerais do PC(b)US²⁹ (S. H. V. Almeida, 2008, pp. 122-123).

²⁹ PC(b)US é a sigla para Partido Comunista da União Soviética.

Como consequência lógica, houve a pavlovinização do conhecimento psicológico, bastante visível nas produções da década de 1950. Wortis (1953) escreve nesse período e, mais do que justificável, mesmo se o autor fosse contrário ao regime, em seus escritos há grande elevação da psiquiatria com base em Pavlov, o que também condizia com a realidade da União Soviética nesses anos, assim como percebemos com Rojlin (n.d) e sua contribuição acerca das medidas da medicina soviética no âmbito da doença mental.

De acordo com Wortis (1953), Pavlov não intencionou adentrar ao campo da psicologia, mas sim conhecer os processos fisiológicos. A escola norte-americana do condutismo (behaviorismo) e a reflexologia russa (Bekhterev) utilizaram-se destes fatos validados experimentalmente para elaborar uma teoria psicológica que declarava que os únicos dados legítimos desta disciplina estavam constituídos pelos fenômenos da conduta objetivamente observados. Tal proposição levou a equívocos relacionados, principalmente, à consciência e à introspecção, o que dificultou o desenvolvimento da ciência psicológica e, por outro lado, contribui na psiquiatria, uma vez que se trata de fenômenos nervosos e de unidades da atividade mental, mais próximos deste campo científico. A psiquiatria consegue se explicar mais pela fisiologia, como aconteceu na URSS, com o fortalecimento geral da tradição experimental e médica da psiquiatria soviética, um dos fatores que possibilitaram esse desenvolvimento maior, em relação à psicologia, no que tange à saúde mental.

Os psiquiatras soviéticos estão, portanto, muito interessados no trabalho de integrar sua clínica psiquiátrica com os fatos que eles julgam como bem estabelecidos do pavlovismo. Seu centro de gravidade, por assim dizer, encontra-se na fisiologia pavloviana e não na psicologia, que é de onde hoje se fala a nossa psiquiatria norte-americana contemporânea (Wortis, 1953, p. 48).

A organização psiquiátrica e os serviços prestados pelo Estado na década de 1950 baseavam-se, fundamentalmente, de acordo com Wortis (1953), no atendimento extra-hospitalar. O maior objetivo dos psiquiatras era o de tratar o maior número de pessoas no ambiente extra-hospitalar, na tentativa de manter, ao máximo, a pessoa com seu trabalho, conforme cada caso clínico apresentado. Os planos quinquenais, a partir das necessidades e condições materiais, vigoravam também sobre o número de leitos para enfermos mentais, assim como a segunda guerra mundial também ocasionou a redução no número de leitos psiquiátricos, diferentemente do que ocorreu com leitos nos hospitais gerais.

A rede psiquiátrica na União Soviética encontrava-se abastecida por clínicas, por recursos educativos, médico-legais, da medicina geral, psicoterápicos e da terapia ocupacional, baseados, principalmente, na psiquiatria preventiva. Havia estabelecimentos de serviços educacionais especializados para crianças deficientes intelectualmente, epiléticos, alcoolistas e psicopatas. O referido autor afirma que havia o emprego da atividade educacional e ocupacional no trato com questões relacionadas à psicopatologia, com um papel no desenvolvimento de uma personalidade equilibrada, no entanto, com marcas severas da política stalinista, isto é, baseada no controle extremo da prática psiquiátrica para a manutenção do regime. Em sua função genuína, a de tratamento de doentes mentais em hospitais psiquiátricos gerais, a organização era tal como esta descrita pelo referido autor, porém, havia a medida abusiva, por parte da psiquiatria, no internamento compulsório daqueles que apresentavam discordâncias em relação ao sistema soviético e eram levados aos hospitais psiquiátricos especiais, por razões políticas e não médicas.

Na União Soviética a psiquiatria preventiva [...] deve adotar por conseguinte as tarefas concretas de melhoramento das condições de trabalho, a eliminação das condições industriais perniciosas, a ajuda para a localização dos trabalhadores em ocupações adequadas, verificação da saúde física e mental dos mesmos, ensinando-lhes hábitos convenientes de trabalho e elevando seu nível de educação científica (Wortis, 1953, p. 72).

Wortis (1953) e Rojlin (n.d) apresentam as formas de tratamento dos problemas psiquiátricos na União Soviética, até a década de 1950, que rechaçavam a explicação hereditária e o aporte psicanalista como acontecia no Ocidente. Nesse sentido, realizavam o tratamento fisiológico, a partir de princípios pavlovianos; o tratamento por choque, seguindo a mesma orientação e, por fim, o enfoque farmacológico no enfrentamento dos sintomas, quando a terapia ativa não era recomendada ou como meio auxiliar de tratamento.

Ao tratar da psiquiatria clínica, Wortis (1953) afirma que, em relação à psicose, grande parte dos estudos e das pesquisas referiam-se aos aspectos médicos, fisiológicos e biológicos deste campo, relegando à psicologia, à psicoterapia e à psicodinâmica um plano secundário, mesmo que essencial, o que demonstra a insistência nos fatores fisiológicas no que tange questões psiquiátricas.

De acordo com o referido autor, a melhor maneira de compreender a psiquiatria soviética, após os planos quinquenais, é relacioná-la com três fontes básicas de influência: a

primeira constitui-se no vínculo socialista em um extenso quadro de serviços públicos de sanidade, promovidos pelo Estado; a segunda baseia-se no acordo com os princípios gerais do materialismo dialético, sob os ditames da interpretação stalinista e, a terceira, que se pauta na referência aos ensinamentos de Pavlov na execução da assistência psiquiátrica. Ainda, a psiquiatria soviética foi marcada pelos acontecimentos históricos e científicos, como demonstrado até então, assim como pelas “necessidades e preferências nacionais, o nível do desenvolvimento industrial e pressões históricas, tais como foram as influências da última guerra, que podem lançar luz sobre algumas de suas características” (Wortis, 1953, p. XXI).

Do seu lugar, a psicologia soviética, ainda na década de 1950, mantinha seus estreitos laços com a pedagogia, mantendo os pressupostos pós-revolucionários de ter sua prática intimamente ajustada à promoção da atividade produtiva dos homens russos dentro da organização socialista. Nas palavras do referido autor, “a canalização do campo psicológico para a pedagogia foi também o resultado desta insistência marxista em fundir a teoria com a prática real e viva” (Wortis, 1953, p. 228). Até esse momento, as obras de Vigotski estavam proibidas, desde o decreto de 1936, enquanto que seus colaboradores desenvolviam suas pesquisas e teorias driblando a censura stalinista, da forma que podiam para se manter em atividade³⁰.

O referido autor afirma que muitos problemas que podem ser inicialmente considerados de ordem psiquiátrica, como por exemplo, o problema dos escolares inadaptados, eram “encarados na União Soviética como questões de pedagogia ou de disciplina e pode-se dizer em geral que os vínculos da psicologia soviética são mais estritos com a pedagogia do que com a medicina e inclusive com a psiquiatria” (Wortis, 1953, p. 135). Vale ressaltar, portanto, que, neste momento, na URSS, o centro principal de trabalho psicológico correspondia ao campo da pedagogia, o que mudou apenas na década seguinte.

Este é um fato levantado também por Zeigarnik (1962/1965, 1969/1979), quando expõe a separação que existiu entre a psiquiatria e a psicologia, por conta do direcionamento e censura política na URSS, um obstáculo nas investigações da psicologia vigotskiana.

Um curto período atrás (de 1951 a 1955), não por uma boa razão, a associação entre investigações no campo da psiquiatria e psicologia foi temporariamente cortada. Tentativas foram feitas para proporcionar uma explicação teórica para este desenvolvimento. Por exemplo, foi sugerida que na análise psicopatológica o uso de

³⁰ Por exemplo, é válido mencionar os trabalhos acerca da obra de Luria (Tuleski, 2011) e de Leontiev (R. L. Silva, 2013), que retratam os percursos desses autores nesse período stalinista.

conceitos psicológicos como “percepção”, “memória” ou “inteligência”, declarados fictícios, fossem abandonados (Zeigarnik, 1962/1965, p. 2).

No entanto, a referida autora apresenta que foram feitas tentativas de manter os trabalhos na direção metodológica da teoria histórico-cultural, dados pela formação e estabelecimento da Patopsicologia, a partir da década de 1960. Desse modo, houve a possibilidade da psicologia de lidar com temas concernentes à saúde mental, pelo viés marxista, estabelecida pela Patopsicologia Experimental com Zeigarnik.

A psicologia em si não sofreu menos com a acima mencionada ruptura de curta duração entre a psiquiatria e psicologia. Uma vez que é um campo de aplicação prática dos dados teóricos e experimentais da psicologia, a psiquiatria, como é o caso de qualquer disciplina prática, não apenas utiliza, mas também contribui para a teoria psicológica. Sem o uso de fatos de desagregação da atividade mental, a psicologia é privada de grande parte de seu material essencial (Zeigarnik, 1962/1965, p. 3).

Wortis (1953) ressalta a ausência quase completa de temas psicológicos ligados à literatura psiquiátrica russa, em contraste com a produção psiquiátrica soviética, o que demonstra a estreita relação entre a saúde mental, psicopatologia e a psiquiatria, atrelada à fisiologia, de um lado, e a psicologia ligada à formação do homem soviético, sob à luz do pavlovianismo de Stálin, atrelada às questões educacionais.

A teoria pavloviana foi inserida, portanto, na educação, no ensino e, especialmente, na medicina. Na psicologia, o problema entre o espiritual e o material estava sendo resolvido pelo reflexo condicionado, no qual a atividade do homem era entendida como o conjunto de reações adquiridas por um sujeito executor automático de ações úteis.

No momento pós-guerra, com a reconstrução do país arrasado pelo conflito bélico, era conveniente à cultura da época usar as ideias dessa forma, uma vez que escondia as contradições do país. Portanto, diante da reconstrução e da perda de valores humanos, houve, nesse manejo stalinista das ideias de Pavlov, a busca pela subordinação do indivíduo, da simplificação das ideias, do controle e modificação da vontade da natureza e da sociedade às mãos do sistema burocrático.

Nesse sentido, a vulgarização e deformação da ciência, decorrente da ideologia stalinista, do caráter de classe e do partidarismo da ciência natural, custaram à União Soviética um atraso em uma série de áreas científicas. Na junção com a etapa repressiva que

afetava o campo psicológico, “a conclusão foi a necessidade de basear-se na filosofia do caráter reflexo da psique e vinculá-la mais estreitamente com a teoria fisiológica de Pavlov, na qual os participantes viram a solução científica do problema” (Shuare, 1990, p. 156).

1.4 O PERÍODO DO PÓS-STALINISMO E O DEGELO NA UNIÃO SOVIÉTICA

Nesse período que transcorre na União Soviética após a morte de Stálin até os anos de dissolução da URSS ocorreu certa reabertura no campo político e científico, que promoveu mais espaço para os trabalhos embasados na Psicologia Histórico-Cultural e não mais na fisiologia de Pavlov. Nesse subitem abordaremos, de forma mais geral, os acontecimentos da década de 1950 em diante, uma vez que no terceiro capítulo será dada maior atenção a este período mais relacionado às produções da Patopsicologia Experimental de Zeigarnik.

Os anos de 1953 a 1955 são considerados por S. H. V. Almeida (2008) como um momento de recuperação na União Soviética, dado a partir do falecimento de Stálin, quando a sociedade buscou a eliminação dos efeitos mais próximos do comando stalinista, com a prática do degelo, pelo processo de desestalinização da URSS por meio, principalmente, da contrapropaganda. Houve a denúncia dos crimes de Stálin, ou do culto à personalidade, como ficou conhecido, por Nikita Khrushchev, Secretário Geral do Partido desde a morte de Stálin, assim como a redução do poder da polícia, a reabilitação de presos políticos e o fechamento de campos de trabalho forçado – os *gulags* (S. H. V. Almeida, 2008; Tuleski, 2011).

Os dez anos (de 1956 a 1966) foram de prosperidade na política, como também na economia e ciência soviéticas, uma vez que se baseou em uma abertura política única da história soviética, com trabalhos com maior requinte teórico-metodológico no campo da psicologia. S. H. V. Almeida (2008) denomina esta década de período de extensão, quando a psicologia, especificamente, ganhou novos ares, não vistos desde os anos finais da década de 1920. Com o fim do decreto de 1936, as obras de Vigotski puderam ser publicadas já em 1956, enquanto que Luria e Leontiev, junto aos demais colaboradores, puderam desenvolver suas investigações de forma mais coerente aos pressupostos epistemológicos, avançando na construção da psicologia de base marxista.

Em 1962, na Convenção Nacional Sobre Problemas Filosóficos da Fisiologia da Atividade Nervosa Superior e a Psicologia foi feita uma avaliação crítica, pelos cientistas da área, acerca do posicionamento tomado em 1950, na condenação das tendências biologicistas na ciência acerca do homem. Além disso, foram tomadas medidas para que fosse

desenvolvida a psicologia médica, na introdução do ensino de psicologia nos institutos de medicina e a ampliação da rede de laboratórios patopsicológicos (Zeigarnik, 1962/1965).

Na década de 1960, sob o comando de Leonid Brezhnev, que assume em 1964 quando finda a direção de Krushev, a URSS depara-se novamente com uma política burocrática e a repressão aos dissidentes, com os contatos com o Ocidente retomados apenas em 1973 (Tuleski, 2011). Nessa recuperação stalinista, o encaminhamento dos dissidentes aos hospitais psiquiátricos continuava, com internamentos compulsórios, na medida em que a polícia soviética secreta e política (KGB) aprimorava seus processos de vigilância e repressão. De acordo com Field (1989), após o ano de 1960, a psiquiatria assumiu com maior força seus encargos políticos e de controle da população, com a patologização, medicalização e internação de pessoas que se colocavam em dissidência com a política do regime soviético.

No entanto, nesse período, houve um grande desenvolvimento econômico, com destaque para a produção de bens de consumo e melhoria do padrão de vida, ou seja, o desenvolvimento da indústria de base e da tecnologia que levaram a uma explosão de consumo (Silveira, 1967). Na visita que realizou à URSS em 1967, o jornalista brasileiro Ênio Silveira relatou que encontrou um país com esforço dedicado ao problema da educação e da cultura assim como com resíduos stalinistas no terreno cultural que ainda dificultavam a universalidade do seu conhecimento.

Esses anos de progresso foram imediatamente acompanhados por uma séria crise econômica, com estagnação e dificuldade em manter a produção industrial e agrícola ao ponto do país se manter firme na Guerra Fria, assim como por uma grande diferença de classes, acarretados pelos problemas socioeconômicos e políticos da URSS. A estagnação no plano político e social pode ser evidenciada pela falta de rumos e perspectivas para o desenvolvimento do socialismo na URSS, assim como por condutas restritivas da liberdade individual, como repressões em países vizinhos (S. H. V. Almeida, 2008).

A citação a seguir afirma este panorama apresentado de reabertura e afrouxamento da censura, no entanto, com marcas pertinentes à herança histórica do país.

(...) nas décadas de 1960 e 1970 a URSS se tornou de fato uma sociedade em que o cidadão comum provavelmente corria menor risco de ser deliberadamente morto por crime, conflito civil ou pelo Estado do que em um número substancial de outros países na Ásia, África e Américas. Apesar disso, continuava sendo um Estado policial, uma sociedade autoritária e, por quaisquer padrões realistas, sem liberdade (Hobsbawm, 1995, p. 382).

De acordo com Bonnie (2002), a partir do começo da década de 1970, começaram a ser divulgados ao Ocidente relatórios com informações acerca da prisão, em hospitais psiquiátricos de segurança máxima, de dissidentes políticos e religiosos na União Soviética sem justificativas médicas³¹. Essas informações não eram divulgadas antes, uma vez que a União Soviética não assumia os abusos políticos pautados na prática médica na supressão da dissidência política, assim como percebemos pela omissão desse viés psiquiátrico no livro de Wortis (1953). Por esses anos, começou-se a conhecer a prática criminosa da psiquiatria e as hospitalizações desnecessárias feitas em anos anteriores, no entanto, essa prática seguia de forma preponderante na URSS.

Nesse período, em 1966, ocorreu, na União Soviética, a institucionalização da psicologia enquanto ciência independente que até então não pertencia ao quadro da Academia de Ciências da URSS. Durante esse período de não reconhecimento, que abrange as produções do período pós-revolucionário até este ano, a ciência psicológica estava subordinada às ciências pedagógicas, ou seja, à Academia de Ciências Pedagógicas da URSS (S. H. V. Almeida, 2008). Com o fortalecimento da Psicologia enquanto ciência, no campo acadêmico e de ensino, houve a fundação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Moscou, com o mesmo ocorrendo na Universidade de Leningrado, em 1966.

Segundo o referido autor, diante desse cenário, a psicologia teve uma rica e intensa produção durante esta década, principalmente a desenvolvida pela escola vigotskiana, na qual foram publicados diversos livros, realizados muitos estudos e tendo sido estabelecido o interesse maior pelo tema da personalidade, uma vez que agora era permitido falar de um indivíduo, após o período de expurgos.

Desse modo, de 1966 a 1979, a URSS teve muitas produções e publicações de psicólogos soviéticos, na psicologia geral, como em outras áreas também, com a criação do Instituto de Psicologia vinculado à Academia de Ciências da URSS (Tuleski, 2011). Dentre elas, publicações de Zeigarnik, já mais direcionados ao tema da Patopsicologia, a partir de 1962, baseados em estudos de anos anteriores e nas investigações que seguia, nesse período de necessidade de sistematizações e novos temas de pesquisa sendo lançados pelos autores. Também, nesse contexto, as produções acerca da saúde mental infantil passaram a ser mais desenvolvidas, longe das proibições que envolviam estudos pedológicos, mas não sem suas limitações, como exposto a seguir.

³¹ Como a publicação de Alexandre Soljenítsin, em 1973, de “Arquipélago Gulag”, como dissemos na nota de rodapé 22, página 82.

Posteriormente, na década de 1970, os estudos sobre o desenvolvimento e saúde mental infantil foram retomados, primeiro na psicologia soviética, depois na psiquiatria. Estes estudos são concentrados em poucos institutos de pesquisa. Até agora não há nem tanto a investigação clínica nem o trabalho prático acerca dos problemas de saúde mental infantil (Bazhenova & Scoblo, 1992, p. 348).

Ainda no que tange à saúde mental infantil na ainda URSS, as autoras afirmam que “os primeiros dados sobre a influência do meio social sobre a saúde mental infantil apareceu na pesquisa psiquiátrica soviética na década de 1980, quando os psiquiatras começaram a colaborar com os psicólogos” (Bazhenova & Scoblo, 1992, p. 347).

S. H. V. Almeida (2008) afirma que, na década de 1980, houve na URSS a revisão e contestação das teorias psicológicas existentes no país, o que foi catalisado depois da morte de Luria e Leontiev no final da década de 1970. Esses anos foram marcados também por relações com estudiosos de outros países, principalmente com psicólogos de Cuba, como Golder (1986) apresenta na entrevista realizada com Zeigarnik em 1985.

Os anos finais da URSS são considerados por S. H. V. Almeida (2008) como um período de revisões. As políticas de Gorbachev, que assumiu o poder em 1985, de *perestroika* e *glasnot*, cuja característica principal era de reconstruir o socialismo e dar transparência às políticas e ações do Estado, respectivamente, lidou com a necessidade de melhorar as condições industriais e agrárias desfavoráveis, instaurou a renovação dos quadros dirigentes e com isso gerou conflitos entre as alas conservadoras e liberais do país. O governo teve cuidado na economia e na política externa do país, com forte impacto na produção científica e no cotidiano da vida soviética. Na psicologia, houve grande apelo para a intervenção em áreas sociais, além das pedagógicas e fisiológicas/médicas, como exposto nos três períodos anteriores. Por sua vez, em 1989, a obstrução da psiquiatria soviética foi ultrapassada pela política da *glasnost* e da *perestroika* na divulgação dos abusos sofridos pelas vítimas da política coercitiva soviética (Bonnie, 2002).

Por fim, antes de seguirmos para o estudo de Vigotski e Zeigarnik no campo dos transtornos mentais, vale trazermos algumas considerações relativas ao período após o término da União Soviética, ocorrido em 1991. Como demonstrado neste capítulo, foi recorrente na psiquiatria soviética a consideração do fator biológico como preponderante no diagnóstico da doença mental, o que sofreu certa mudança nos anos finais da URSS, a partir da Classificação Internacional das Doenças adaptada na URSS no CID 9 e a introdução de

fatores sociais na determinação da doença, juntamente com os biológicos (Bazhenova & Scoblo, 1992). Em concordância, Urdaniz (1992) afirma que, neste período pós-soviético no início dos anos de 1990, era empregada a classificação de doenças mentais conforme a classificação internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde na versão do CID 9, modificada para o uso soviético.

A situação da psiquiatria russa mudou após o fim da União Soviética, com um crescente interesse pelos princípios psicanalíticos como na psiquiatria orientada por pressupostos psicodinâmicos, o que não ocorria em anos anteriores. Na década de 1990, a psicanálise passou a ser mais estudada na Rússia, com um aumento considerável e incentivado na formação de centros de pesquisas e aplicações no campo da saúde mental (Lavretsky, 1998).

2. ESTUDOS SOBRE A PATOLOGIA MENTAL A PARTIR DOS APORTES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Através dos outros constituímos-nos. Em forma puramente lógica a essência do processo do desenvolvimento cultural consiste exatamente nisso (Vigotski, 2000, p. 24).

Durante a realização da presente pesquisa, caminhamos com o pressuposto anunciado por Vigotski (2000), na ênfase do papel do outro, dado pelas relações sociais, na formação e desenvolvimento do que é humano em cada um de nós, a partir da apropriação e objetivação do que foi criado pelos homens. Este princípio desencadeia no entendimento do desenvolvimento humano tanto quanto na compreensão do sofrimento e adoecimento psíquico por vias que transcendem e superam o indivíduo e suas composições orgânicas, uma vez que antes de se tornar função internalizada e pessoal, qualquer processo psicológico é uma relação social entre, no mínimo, duas pessoas. Por meio desse posicionamento, expandimos o campo de interpretação dos transtornos mentais, voltando-nos para as condições do meio e de desenvolvimento do homem adoecido nesta ou naquela forma social de organização humana. Ao ter isso claro e, percorrido todo o trajeto pela história da psiquiatria e psicologia russa e soviética, podemos vislumbrar o campo de pesquisa, produção e atuação no campo da patologia mental, com seus impasses, obstáculos e possibilidades, ligados, intrinsecamente, ao modo que a sociedade se organiza.

Diante disso, ao focarmos os estudos soviéticos acerca do desenvolvimento e desintegração dos processos psicológicos, a partir de uma ordem metodológica histórica, trabalharemos neste segundo capítulo com os aportes da Psicologia Histórico-Cultural, especificamente de L. S. Vigotski. Quando necessário, recorreremos às elaborações de A. R. Luria e A. N. Leontiev, pela relevância dos autores nas complementariedades no estudo vigotskiano, tanto na formação como na desintegração dos processos psicológicos.

Inicialmente, será apresentada a periodização do desenvolvimento humano, baseada na superação de pressupostos naturalizantes e mecanicistas, discussão fundamental por identificar alguns aspectos essenciais para a discussão dos processos de desintegração dos processos psicológicos, dada posteriormente. Serão expostos, principalmente, os estudos acerca dos fenômenos psicopatológicos realizados por L. S. Vigotski, tanto por sua representatividade como por se tratar do ponto de partida das investigações da Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik.

2.1. AS BASES CONCEITUAIS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao tratar do desenvolvimento, marcado pela crescente superação por incorporação das funções elementares, Vigotski (1930/1996) afirma que há uma distinção no papel das funções psicológicas superiores em relação ao das elementares no desenvolvimento da personalidade do homem, sendo que “a origem social das funções psíquicas superiores constitui um fato muito importante” (p. 114). Assim como pode ser visto na próxima citação, o autor expõe a lei da internalização, dada pela dupla formação das funções psicológicas: primeiro em nível social e mais tarde em nível individual, o que pode ser aplicado, por exemplo, à atenção voluntária, à memória lógica e à formação de conceitos.

Toda forma superior de comportamento aparece em cena duas vezes durante seu desenvolvimento: primeiro, como forma coletiva do mesmo, como forma interpsicológica, um procedimento externo de comportamento. Não nos damos conta desse fato porque sua cotidianidade nos cega. O exemplo mais claro disto é a linguagem. No princípio, é um meio de vínculo entre a criança e aqueles que a rodeiam mas, no momento em que a criança começa a falar para si, pode se considerar como a transposição da forma coletiva de comportamento, para a prática do comportamento individual (Vigotski, 1930/1996, p. 112).

Todas as funções superiores se originam como relações entre seres humanos, do processo interpsicológico ao intrapsicológico, quando se tornam função psicológica da personalidade. Desse modo, as funções psicológicas superiores são uma formação psíquica qualitativamente nova em relação às funções elementares, constituídas a partir do desenvolvimento sob leis especiais, regulações totalmente distintas, relacionadas ao desenvolvimento histórico da humanidade assim como também ao desenvolvimento ontogenético, na história peculiar do indivíduo e não uma simples continuação ou conjunção mecânica (Vygotski, 1996).

Com base na direta e estreita relação com o desenvolvimento biológico da criança e de suas funções psicológicas elementares, o desenvolvimento cultural não supõe identidade entre a instância biológica e cultural, mas sim um processo no qual o cultural supera por incorporação o biológico³², sendo o aspecto cultural o fundamento ontológico do ser social. A

³² Essa expressão “superação por incorporação” é bastante recorrente na presente pesquisa e, por conta desse fato, merece certo esclarecimento quanto a sua concepção. Dizemos que o cultural supera o biológico por

partir da psicologia vigotskiana, entendemos que o desenvolvimento psíquico se dá pelo desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que transcorre na evolução da conduta e dos interesses da criança, nas trocas produzidas na estrutura da orientação de seu comportamento. Essas trocas caracterizam-se por diferentes idades no desenvolvimento ontogenético (Vygotski, 1996).

O referido autor, ao tratar do processo de desenvolvimento humano, estabelece uma periodização a partir da apresentação das idades psicológicas e das crises no decorrer desse desenvolvimento. O autor chama de idade os principais períodos de formação da personalidade do homem, em um processo de desenvolvimento entendido de forma dialética, uma vez que no processo contínuo de automovimento há a permanente aparição e formação do novo, não existente em estágios anteriores, que supera as formas passadas.

Nas distintas idades são encontradas diferenças essenciais com peculiaridades em sua estrutura, em sua atividade e na relação que a criança estabelece com o meio em dada etapa do desenvolvimento. De acordo com Vigotski (2010), o papel do meio no desenvolvimento da criança modifica-se, uma vez que a relação é diferente em cada faixa etária, pelo fato de que o meio passa a ter outro significado, desempenhando outro papel por forças das mudanças na criança. Essa colocação explica-se pela relação com a atividade principal, que muda a cada idade tomando, portanto, o papel principal na relação da criança com o mundo quando todos os mecanismos de comportamento da criança tomam um lugar e um significado diferenciado (Vygotski, 1996).

Nesse sentido, “a chave para entender a psicologia das idades encontra-se no problema da orientação, no problema das forças motrizes, na estrutura das *atrações e aspirações (stremlenie) da criança*” (Vygotski, 1996, p. 12, grifos do autor). Essa afirmação do autor aproxima-se com a discussão realizada por Leontiev (1988a) acerca da atividade principal em

incorporação a partir do entendimento de que a dimensão social, da relação entre os homens, constitui o que é humano no homem, ao partir de sua estrutura biológica. Como afirmado no próprio parágrafo, é uma interdependência entre essas duas dimensões, na qual o aspecto social tem o papel de guia no desenvolvimento humano, incorporando o aspecto biológico, que se torna subordinado ao cultural, mas não secundário ou esquecido. Lefebvre (1983) trabalha com essa concepção de forma bastante clara, ao afirmar que, na superação, o superado, por um lado, é suprimido, o que indica o que afirmamos acerca do aspecto biológico no desenvolvimento humano, que passa a um plano secundário. No entanto, o autor continua afirmando que, por outro lado, “o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior; certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente, como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado através da sua negação” (Lefebvre, 1980, pp. 230-231). Desse modo, a criança, no início de seu desenvolvimento, domina apenas uma forma primária de determinada capacidade humana, pautada nos aspectos biológicos, predominantemente, e o meio com suas relações sociais, como fonte do desenvolvimento, conduzirá às formas superiores de conduta, regidas por leis sócio-históricas, inclusive no que tange o desenvolvimento biológico. Nas palavras de Vigotski (2010), temos que “o meio, nesse caso, desempenha o papel não de circunstância, mas de fonte de desenvolvimento” (Vigotski, 2010, p. 695).

cada etapa do desenvolvimento ontogenético em sua sistematização acerca da periodização do desenvolvimento humano.

A premissa inicial de Leontiev (1988a) é que o lugar que objetivamente a criança ocupa, durante seu desenvolvimento sob condições concretas de sua vida, se altera no sistema das relações sociais. Dessa maneira, o desenvolvimento psíquico depende das condições reais de vida e está submetido à atividade principal, também construída a partir dessas condições, que muda de um estágio ao outro conforme a relação dominante da criança com a realidade. Nas palavras do autor, “cada estágio do desenvolvimento psíquico caracteriza-se por uma relação explícita entre a criança e a realidade principal naquele estágio e por um tipo preciso e dominante de atividade” (Leontiev, 1988a, p. 64).

A atividade principal, aquela que liga e estrutura as relações do indivíduo com a realidade social, não é dada pela quantidade, mas é determinada, principalmente, por três atributos³³. O primeiro refere-se ao seu caráter mais amplo, de onde surgem e são diferenciados outros tipos de atividade. Da atividade principal, como segunda característica, tem-se que são formados ou reorganizados outros processos psicológicos particulares. Por fim, ao assimilar as funções sociais, a atividade principal é aquela da qual dependem as principais mudanças psicológicas na personalidade da criança, imperantes em determinado período da ontogênese.

Diante dessas considerações, como exposto por Leontiev (1988a), a atividade principal é aquela em conexão com as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança e dentro da qual são desenvolvidos processos psíquicos que preparam o caminho para a transição a outros estágios do desenvolvimento. Dito de outro modo, é a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em certo estágio de seu desenvolvimento, de acordo com as condições históricas concretas de vida, ou seja, vista a partir das exigências da sociedade e não da idade cronológica da criança.

Segundo o autor, a mudança de atividade ocorre quando o lugar que costumava ocupar nas relações sociais não corresponde às suas potencialidades e então a criança esforça-se para modificar sua relação, por meio da mudança da motivação da atividade. No momento de transição, há o surgimento de uma contradição clara entre o modo de vida da criança e suas potencialidades, que já superaram este modo de vida, e é necessária outra forma de se

³³ As elaborações de Leontiev acerca da Teoria da Atividade serão expostas no terceiro capítulo nos aspectos relacionados à Patopsicologia Experimental, para que sejam mais bem explicitados em termos de sua aproximação com as elaborações de Zeigarnik para explicar os fenômenos psíquicos patológicos.

relacionar com o mundo e concretizar suas necessidades internas, deixando a atividade anterior em segundo plano.

Leontiev (1988a) discorre acerca da mudança da atividade principal de uma idade à outra e, em complementariedade, por sua vez, Vygotski (1996) afirma que o estudo de cada idade deve contemplar as novas formações que surgem em cada etapa do desenvolvimento, ou seja, o novo que se forma no processo de desenvolvimento naquela idade e não existia em etapas anteriores. O referido autor defende a necessidade do conhecimento das vias genéticas dessas neoformações, na descrição e determinação da relação entre a neoformação e as seguintes etapas do desenvolvimento.

Entendemos por formações novas o novo tipo de estrutura da personalidade e de sua atividade, as trocas psíquicas e sociais que se produzem pela primeira vez em cada idade e determinam, no aspecto mais importante e fundamental, a consciência da criança, sua relação com o meio, sua vida interna e externa, todo o curso de seu desenvolvimento no período dado (Vygotski, 1996, pp. 254-255).

Assim como a atividade principal possibilita uma nova relação do homem com a realidade exterior, as neoformações caracterizam a reestruturação da personalidade. Conforme o referido autor, essas novas formações psíquicas vêm acompanhadas de crises no decorrer do desenvolvimento na troca de uma idade para a outra, o que é apontado por Leontiev (1988a) como as contradições, no momento de transição de uma idade a outra, entre o modo de vida e as potencialidades de ação e apropriação do mundo pelo homem. Portanto, no ponto de vista deste autor, a presença da crise se baseia em pontos de mudança no desenvolvimento humano, pelas trocas, modificações e rupturas na personalidade, por vezes, de forma brusca e impetuosa que atribuem esse caráter de crise às mudanças.

A esse respeito, há uma diferença na compreensão tomada pelos autores no que concerne às crises no desenvolvimento humano. Para Leontiev (1988a), as crises ocorrem quando o desenvolvimento é dado de forma espontânea, por não ter sido orientado de forma adequada pelo outro, o que implica na possibilidade das crises serem evitadas neste processo.

Na realidade, as crises não são absolutamente acompanhantes do desenvolvimento psíquico. Não são as crises que são inevitáveis, mas o momento crítico, a ruptura, as mudanças qualitativas no desenvolvimento. A crise, pelo contrário, é a prova de que um momento crítico ou uma mudança não se deu em tempo. Não ocorrerão crises se o

desenvolvimento psíquico da criança não tomar forma espontaneamente e, sim, se for um processo racionalmente controlado, uma criança controlada (Leontiev, 1988a, p. 67).

Desse modo, para o autor, a crise não é necessária, mas sim a mudança, que gerará ou não a crise, conforme os meios sociais lidam com esse desenvolvimento, na transição de uma idade a outra, ou seja, se esse desenvolvimento for orientado, a crise é evitada. Por sua vez, para Vigotski, a crise é inevitável no processo de desenvolvimento, uma vez que este, enquanto unidade entre o biológico e o cultural e inserido nas relações sociais, submete-se ao processo histórico, marcado pela não linearidade ascendente e por mudanças quantitativas e também qualitativas, com avanços e retrocessos. Para o referido autor, o problema não é a crise, mas permanecer nela e, portanto, é preciso que o meio proporcione condições para que o sujeito a supere. A crise está no processo, o que converge com a concepção dialética do desenvolvimento, sendo que permanecer na crise é que compõe o problema³⁴.

Desse modo, partindo das elaborações de Vygotski (1996), as idades críticas possuem certas peculiaridades relacionadas, principalmente, a quatro aspectos: desenvolvimento impetuoso da vida afetiva; origem imperceptível e dificuldade em determinar seu início e fim; relação com a difícil educabilidade das crianças e, por fim, uma índole negativa do desenvolvimento. Nas palavras do autor,

Os períodos de crise que se intercalam entre os estáveis, configuram os pontos críticos, de mudança, no desenvolvimento, confirmando uma vez mais que o desenvolvimento da criança é um processo dialético de onde a passagem de um estágio ao outro não se realiza por via evolutiva, mas sim revolucionária (Vygotski, 1996, p. 258).

A crise é importante para a formação dos traços característicos da nova idade, uma vez que, na alternância de períodos estáveis e críticos, há a formação de estruturas novas que serão assumidas na idade seguinte e levadas à latência as formações anteriores. Assim, as formações anteriores não deixarão de existir, apenas deixam de ser predominantes quando

³⁴ Na presente pesquisa, essa diferença no entendimento de Vigotski e de Leontiev acerca do papel da crise no desenvolvimento humano é apenas anunciada, sem aprofundamento, uma vez que não é o objetivo se debruçar sobre esse aspecto teórico. Neste capítulo, com a periodização do desenvolvimento, priorizamos a perspectiva de Vigotski, no entanto, no terceiro capítulo, na relação com a Patopsicologia Experimental, retomaremos a concepção de Leontiev, o que não se apresenta como incoerência, mas demonstra a necessidade de complementar essas ideias dos autores nas questões teóricas emergentes nesta pesquisa.

uma nova formação ocorre ou uma nova atividade se configura. Em outro momento, o autor expõe esse posicionamento:

Há razão para acreditar que o desenvolvimento dos conceitos, como o aparecimento de outras funções psicológicas mais elevadas, é realizado pela formação de estratos novos sobre os antigos, com a preservação do estrato mais antigo de pensamento em uma função subordinada. Esta lei, que foi descoberta recentemente no desenvolvimento do sistema nervoso central, mantém-se verdadeira também para o desenvolvimento de várias funções psicológicas, tanto motoras quanto centrais (Vygotsky, 1994, p. 319).

Ao se ater à totalidade do desenvolvimento psicológico, Vygotski (1996) afirma que cada idade tem uma estrutura determinada, mesmo diante da complexidade de sua organização e composição, pela multiplicidade de processos parciais, mas com o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, atrelado a certas condições sociais. Além disso, outro aspecto importante no desenvolvimento humano refere-se à situação social do desenvolvimento, específica de cada idade, que determina e regula todo o modo de vida do homem ou sua existência social. As trocas da consciência devem-se a uma forma determinada de sua existência social, própria de determinada idade, o que se assemelha à atividade principal como Leontiev (1988a) afirma.

Na concepção vigotskiana, o meio norteia o desenvolvimento da personalidade, da consciência e de sua relação (atitude) para com o meio. Na infância, a criança apropria-se e transforma em aquisições interiores o que, anteriormente, era externo, dado nas condições do meio, em determinada época e condições históricas. Nas palavras do autor, “o meio consiste em fonte de todas as propriedades humanas específicas da criança – se não há no meio uma forma ideal correspondente, então, na criança, não se desenvolverá a ação, a propriedade correspondente, a qualidade correspondente” (Vigotski, 2010, p. 695). Portanto, no meio, estão presentes, desde o início do desenvolvimento infantil, as formas finais que esse desenvolvimento deverá atingir, quanto à personalidade e às características específicas ao homem, “por força de sua composição orgânica hereditária” (Vigotski, 2010, p. 698).

Desse modo, a relação estabelecida entre o homem e as condições da realidade social no início de cada período de idade é o conteúdo principal das idades críticas. É o ponto de partida para todas as trocas dinâmicas produzidas no desenvolvimento durante o período de cada idade. Ocorrem modificações da estrutura interna da consciência humana, assim como da sua relação com a realidade externa e do sujeito consigo mesmo, que interferem na relação entre

sua personalidade e o meio social, isto é, em suas vivências, como será discutido posteriormente nessa periodização. Nas palavras de Vygotski (1996), “em cada etapa da idade encontramos sempre uma nova formação central como uma espécie de guia para todo o processo do desenvolvimento que caracteriza a reorganização de toda a personalidade da criança sobre uma base nova” (p. 262).

Portanto, as crises, marcadas pela transição de um estágio do desenvolvimento ao outro, produzem mudanças bruscas, rupturas na personalidade, ao mesmo tempo em que impulsionam o seu desenvolvimento psicológico. Do mesmo modo, a situação social do desenvolvimento, próxima à relação da atividade dominante, que tem como traço principal a mediação por meio de instrumentos e signos que se colocam entre o sujeito e o objeto de sua atividade, proporciona a totalidade do desenvolvimento ontogenético.

2.1.1 A periodização do desenvolvimento psicológico

O desenvolvimento da criança tem início no nascimento, um ato crítico, conforme Vygotski (1996), seguida pela idade crítica, denominada de pós-natal, uma transição intermediária da vida uterina à extrauterina. Mesmo que separada da mãe após o parto, a criança não deixa de ser biologicamente dependente em suas principais funções vitais, tais como alimentação, movimentação, organização pouco diferenciada entre vigília e sono, superioridade das funções vegetativas, tal como era no estado embrionário, o que desaparece por volta do quarto mês de vida.

Nessa transição da idade crítica, a nova formação baseia-se na vida psíquica individual, mesmo que de forma rudimentar, do recém-nascido em desenvolvimento, imerso na vida social das pessoas que o rodeiam. No primeiro ano de vida, aparecem comportamentos decorrentes das condições sociais e da influência educativa das pessoas, uma vez que o contato com a realidade é socialmente mediado e organizado pelos adultos. Tal como afirma Vygotski (1996), a criança está incapacitada biologicamente para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência e exige, portanto, o convívio máximo com outras pessoas, com um modo peculiar de comunicação para que seja atendida no que necessitar.

Conforme o referido autor, “o desenvolvimento do bebê no primeiro ano se baseia na contradição entre sua máxima sociabilidade (devido à situação que se encontra) e suas mínimas possibilidades de comunicação” (Vygotski, 1996, p. 286). Ou seja, a situação social do desenvolvimento no primeiro ano de vida, iniciado após a crise pós-natal, é marcada por seu caráter social desde o princípio e a carência no desenvolvimento da linguagem humana.

Nas primeiras semanas de vida até um ano de idade, a atividade principal da criança é a comunicação emocional do bebê e a atividade objetal manipulatória que forma as ações sensório-motoras (Facci, 2004).

Nesse sentido, as necessidades infantis, que estão relacionadas à percepção e à afetividade³⁵, passam por transformações conforme as mediações vão ocorrendo, assim como as decorrentes apropriações do mundo social, sob o dirigismo afetivo no psiquismo da criança. As manifestações afetivas estão no nível elementar, não mediado, com a predominância de afetos inferiores, ou seja, aquelas ainda desprovidas de significados simbólicos ou sociais, com seu direcionamento no desenvolvimento psíquico da criança pelo não desenvolvimento do restante do aparato psíquico, como das funções sensoriais, intelectuais e motoras (R. Silva, 2011; Vygotski, 1996). Nessa supremacia dos afetos em detrimento de outros processos psicológicos, o **desenvolvimento patológico** pode ocorrer quando a situação social do desenvolvimento não orienta sua atividade, dirigida aos objetos ao seu redor, através de outra pessoa, mas fica dentro do mesmo círculo, sem nenhuma possibilidade de avanço (Vygotski, 1996).

Após a idade estável, a criança passa pela crise do primeiro ano de vida, que é marcada por três momentos fundamentais. Os conteúdos baseiam-se, primeiramente, na unidade do ser e do não ser, do andar e ainda não andar, utilizando-se uma fórmula dialética, de acordo com Vygotski (1996). O segundo momento compõe-se em um período inicial de formação da linguagem e, o terceiro, nos afetos e na vontade. Este terceiro aspecto aproxima-se da infância difícil, quando a criança, com atos de protesto, de oposição, manifesta essas reações com intensidade, provavelmente devido uma educação incorreta.

Nesse momento transitório, de forma crítica, se expressa a contradição entre a necessidade que emerge da situação social do desenvolvimento de comunicação com os adultos em uma condição de carência da linguagem. Surgem, portanto, os meios de comunicação que, mesmo não sendo verbais, constituem uma etapa preliminar para o desenvolvimento da linguagem. Por sua vez, na idade estável, a criança aprenderá a caminhar, falar, escrever (Vygotski, 1996).

Essa idade estável, identificada por Vygotski (1996) como primeira infância, mantém como ponto central a relação da criança com a realidade exterior que, nesta etapa do

³⁵ Utilizamos, de forma indiscriminada, no decorrer da pesquisa, os termos afeto e emoção. Nas citações, foi obedecido o que a fonte utilizava, como veremos, daqui em diante, a referência ao termo afeto e afetividade presente nas elaborações de Vygotski (1996) e emoções quando nos pautamos em R. Silva (2011). No entanto, conforme Toassa (2009), é mais recorrente, na obra de Vygotski, o termo emoção, em detrimento ao afeto, embora definam um mesmo conceito na obra do autor.

desenvolvimento, dá-se de maneira distinta da etapa anterior. O referido autor apoia-se no psicólogo alemão Kurt Lewin (1892-1947) na afirmação de que há uma dependência da criança em relação à situação que ela se encontra e, desse modo, ela tem suas ações determinadas por esse campo perceptivo visual, apoiando-se no terreno da percepção e não no da memória. Como exemplo, cita os objetos que a criança encontra e tem a necessidade de tocar ou de se afastar, uma vez que “cada objeto em uma situação dada tem para a criança uma forma afetiva atraente ou repelente, tem uma valência afetiva, e, em concordância com isto, a incita a ação, ou seja, a orienta” (Vygotski, 1996, p. 342).

Os objetos concretos dentro de uma situação tem bastante importância e desempenham um papel fundamental nesse momento do desenvolvimento infantil, pela ligação aos referenciais concretos diante da incapacidade de se abstrair da realidade, de inventar ou imaginar. Nas palavras do autor, “a criança de dita idade só pode falar daquilo que tem diante de sua vista e do que ouve” (Vygotski, 1996, p. 343). A consciência infantil caracteriza-se pelo surgimento da unidade entre as funções sensoriais e motoras, dada pelo elo afetivo, ou seja, unidade da percepção visual direta com os afetos e do afeto com a ação, que leva a um novo patamar sua atividade diante do mundo que a cerca, nesse método visual-direto.

De acordo com Facci (2004), neste momento da primeira infância, a atividade principal passa a ser a objetual-instrumental, que consiste na colaboração prática dos adultos para que as crianças se apropriem e manipulem os objetos criados pelos homens, que se faz possível por meio do desenvolvimento da linguagem, que tem como primeira função a comunicação para possibilitar o intercâmbio social. A necessidade de comunicação com outras pessoas leva ao desenvolvimento da linguagem simbólica, ou seja, a atribuição de significados ao mundo objetivo. Este processo faz com que a situação social do desenvolvimento tome uma nova forma, iniciando a formação da consciência e a diferenciação do “eu” infantil. Deste modo, o crescente domínio dos meios sociais promove o desenvolvimento do pensamento da criança e a descoberta das funções simbólicas da linguagem, possibilitando a ela um melhor intercâmbio com as pessoas ao seu redor.

R. Silva (2011) afirma que a linguagem, aos poucos percebida pela criança, permite a atribuição de significado à realidade social, na medida em que a criança se relaciona e se apropria dela. Nesse sentido, a principal neoformação da primeira infância vincula-se à linguagem, que permite à criança o estabelecimento de relações distintas com o meio social que tinha quando era bebê e, desse modo, tem modificada a sua atitude diante da unidade social da qual faz parte.

Aos três anos de idade, Vygotski (1996) identifica uma crise que pode ser analisada a partir de três posicionamentos, tendo em vista que as mudanças durante esta crise agrupam-se ao redor da neoformação de tipo transitória levando aos sintomas desse período crítico. O primeiro sintoma é o negativismo, diferente da desobediência habitual, uma vez que não se trata de uma reação contra o conteúdo de uma ordem, mas sim uma negação por ser uma proposta do outro. Nas palavras do autor, “o traço distintivo do negativismo, aquilo que o diferencia da desobediência corrente, é que a criança não obedece porque eles [os adultos] pediram” (p. 369). Há a atitude social, por estar relacionada a outra pessoa e uma atitude voltada ao seu próprio afeto, no sentido contrário ao seu desejo, diferentemente da idade anterior estável, onde havia a unidade entre afeto e atividade.

O segundo sintoma da crise dos três anos refere-se à obstinação, diferente da perseverança, pois é uma reação infantil quando a criança exige alguma coisa não porque a deseja, mas sim por ter exigido inicialmente e por manter essa exigência mesmo tendo mudado seu desejo. O terceiro sintoma caracteriza-se pela rebeldia, dirigida contra as normas educativas estabelecidas para a criança, dada por sua resposta por meio de gestos e palavras depreciativas direcionadas ao que lhe é proposto e dito, mesmo que antes era o que gostava. Por fim, a crise é marcada por atitudes voluntariosas, de insubordinação, na qual a criança aspira ser independente, querendo fazer tudo por si mesma (Vygotski, 1996).

O referido autor afirma que a crise dos três anos é a crise das relações sociais da criança. Nesse momento, portanto, modifica-se a atitude social da criança diante das pessoas que a cercam, principalmente diante dos pais, e consigo mesma. Tomando seu processo de desenvolvimento, “a crise é o produto da reestruturação das relações sociais recíprocas entre a personalidade da criança e as pessoas do seu entorno” (Vygotski, 1996, p. 375).

Após esse momento, a periodização segue pela idade pré-escolar, identificada por Vygotski (1996), no contexto da URSS, no intervalo dos três aos sete anos. Com mudanças significativas na organização psicológica sistêmica, a criança não se guia mais por processos perceptivos, mas pela memória, que organiza as relações entre as funções da consciência.

A infância pré-escolar é o período em que o mundo da realidade humana abre-se cada vez mais para a criança, que penetra e assimila-o de forma cada vez mais eficaz como um mundo de objetos humanos reproduzindo ações humanas com eles. As necessidades da criança são satisfeitas pelos adultos, independentemente da produtividade concreta de seus atos (Leontiev, 1988a).

Facci (2004) afirma que, neste período, a atividade principal é o jogo de papéis ou a brincadeira, na reprodução de ações realizadas pelos adultos ao utilizar o mundo concreto dos

objetos humanos. Por meio da brincadeira, a criança supera a contradição entre a necessidade de agir, por um lado, e a impossibilidade de executar as operações exigidas pelas ações, possíveis e permitidas para os adultos, por outro. A brincadeira surge como atividade em um momento no qual o contato com um mundo mais amplo de objetos, os quais ela não é capaz de operar, assim como os adultos fazem, torna-se um problema. Como ainda não há a atividade teórica abstrata, tampouco a consciência das coisas, a criança lida com essas limitações através brincadeira, quando age no mundo para dominá-lo de alguma forma (Leontiev, 1988b).

Diante disso, vemos a importância que a ação tem para a criança frente a essa necessidade de agir e a impossibilidade de concretizar as operações exigidas pelas ações. Essa contradição é, portanto, resolvida na atividade lúdica. O jogo não é uma atividade produtiva, uma vez que o que importa é seu conteúdo, o processo do brincar. A motivação da atividade, portanto, não reside no resultado, mas no conteúdo do processo da brincadeira. As operações podem ser substituídas, no brinquedo, e o conteúdo da ação permanecer, na busca do domínio de uma área ampla a ser atingida por meio do jogo.

A idade escolar é precedida pela etapa transitória da crise dos sete anos, na qual a criança já não é mais pré-escolar como também ainda não pode ser considerada escolar, com dificuldades em ser educada e muitas mudanças biológicas em seu organismo. A primeira distinção apontada por Vygotski (1996) na criança de sete anos é a perda da espontaneidade infantil, como tinha na idade pré-escolar, devido à indiferenciação da vida interior com a exterior que fazia com que ela se comportasse externamente como era por dentro. Na crise dos sete anos há, portanto, “a diferenciação incipiente da faceta interior e exterior da personalidade da criança” (Vygotski, 1996, p. 378).

Essa diferenciação, que leva a falta de espontaneidade, é dada pela incorporação à conduta da criança de um fator intelectual inserido entre a vivência e o ato, oposto à ação ingênua e direta do sujeito pré-escolar. Anteriormente, a criança não conhecia suas vivências, não as significava, uma vez que ela vivencia as situações de modos diferentes, conforme sua idade. Aos sete anos, é formada na criança uma estrutura que lhe permite orientar e compreender de forma consciente suas vivências. Vygotski (1996) afirma que, assim como a criança de três anos se depara com as relações com outras pessoas, a de sete anos depara-se com suas próprias vivências.

O autor apresenta dois pontos principais, como vemos na íntegra a seguir:

1. As vivências adquirem sentido (a criança enfadada é consciente de seu enfado). Devido a isso se formam relações novas da criança consigo mesma, antes impossíveis pela não generalização das vivências.
2. Na crise dos sete anos se generalizam pela primeira vez as vivências ou os afetos, aparece a lógica dos sentimentos [...]. A criança de idade escolar generaliza os sentimentos, isto é, quando uma situação se repetiu muitas vezes nasce uma formação afetiva que tem a mesma relação com a vivência isolada ou o afeto, que o conceito com a percepção isolada ou a lembrança (Vygotski, 1996, p. 380).

Esses pontos indicam o surgimento de novas estruturas e conexões entre as vivências, ao adquirirem um determinado sentido e o surgimento da valoração de si mesmo, quando a criança, diferentemente da idade pré-escolar, consegue julgar seus êxitos, sua própria posição. Essas modificações no comportamento da criança de sete anos fazem-na mais difícil de lidar, uma vez que já generaliza suas relações com as pessoas ao seu redor e compreende seu próprio valor. Com a diferenciação entre o exterior e o interior, às vivências são atribuídos sentidos, o que inicia uma batalha entre elas, por suas contradições e pela necessidade de eleger quais são suas próprias. Essa modificação nas vivências possibilita a idade escolar, em uma relação com o próprio meio que a rodeia também já modificada e direcionando o desenvolvimento infantil (Vygotski, 1996).

A esse respeito, em outro momento, Vigotski (2010) afirma que uma determinada situação também influenciará a criança conforme a compreensão que ela tem do sentido e do significado dessa situação, ou seja, quanto maior o nível de compreensão, de tomada de consciência e de apreensão do que ocorre no meio, melhor ela significará suas vivências, como passa a ocorrer aos sete anos, pelo viés intelectual que começa a agir nos processos psicológicos da criança. Portanto, a vivência relaciona-se “ao fato de que a influência de uma situação ou outra depende não apenas do conteúdo da própria, mas também do quanto a criança entende ou apreende a situação” (Vigotski, 2010, p. 688). Esse grau de compreensão incide sobre esse momento crítico do desenvolvimento aos sete anos.

Para Leontiev (1988a), a crise dos sete anos caracteriza-se pela autoafirmação que a criança assume de forma progressiva que, ocasionalmente, infringe a disciplina. O que antes fazia sentido, não faz mais, uma vez que a criança perde o interesse pelas coisas da infância diante do mundo que vai aparecendo cada vez mais a sua frente e outras coisas tornam-se mais atraentes do que os grupos e brincadeiras infantis. Há um problema quando as condições sociais não permitem esse desenvolvimento e, desse modo, “a criança, carente de obrigações

sociais, acaba por encontrá-las por conta própria, talvez de formas bastante anormais” (Leontiev, 1988a, p. 67), o que desencadeia também na infância difícil, tal como apontado por Vygotski (1983, 1996).

Portanto, no decorrer do desenvolvimento ontogenético, a influência do meio muda progressivamente e deve ser estudada conforme a relação com o sujeito e, ainda, “a relação entre a criança e o meio não é jamais uma relação puramente externa, tomada de modo isolado” (Vygotski, 1996, p. 382), o que pode ser pensada também para o homem adulto. Esse posicionamento, ao trazer a unidade dialética entre personalidade e meio, dada sob o conceito de vivência, contribui para a compreensão do desenvolvimento humano em geral assim como para o desenvolvimento de formas patológicas na personalidade, em particular. Na presente pesquisa, pretendemos problematizar a qualidade das vivências a que estão suscetíveis as gerações atuais, nas diversas formas de educação e trabalho ofertadas conforme o atual modo de produção capitalista, analisando aquelas que vem possibilitando a emancipação humana e as que vem causando sofrimento e adoecimento psíquico.

Ao ratificar a possibilidade desse caminho da pesquisa, Vygotski (1996) afirma que na “psicologia e psicopatologia³⁶ essa unidade [personalidade e meio] se chama vivência [...]. Portanto, no desenvolvimento, a unidade dos elementos pessoais e ambientais se realiza em uma série de diversas vivências da criança” (p. 383). Cada vivência, sendo vivência de algo, é direcionada por um motivo e é pessoal e, desse modo, constitui a base da consciência e pode contribuir para o entendimento de alterações patológicas quando esse desenvolvimento se dá sob condições de expropriação e esvaziamento do homem, assim como teremos maiores condições de discutir ao final da pesquisa.

Nesse sentido, temos que, por exemplo, na infância difícil, a análise deve estar direcionada não para a situação por si mesma, mas para o modo que a criança vive determinada situação, uma vez que a vivência demonstra como o meio influi sobre esse desenvolvimento. O meio encontra-se sempre representado em certa vivência, o que faz com que o autor afirme que se pode “estudar a vivência como uma unidade de elementos do meio e de elementos da personalidade” (Vigotski, 2010, p. 687).

Vemos, pois, que na vivência se reflete, por uma parte, o meio em sua relação comigo e o modo que o vivo e, por outra, se põem em manifesto as peculiaridades do desenvolvimento do meu próprio “eu”. Em minha vivência se manifestam em que

³⁶ Nos diferentes textos de Vigotski utilizados na dissertação, encontra-se o termo “psicopatologia” e derivados nas traduções, o que mantivemos, em detrimento à Patopsicologia, tal como era chamado esse campo na URSS.

medida participam todas as minhas propriedades que se formaram ao longo de meu desenvolvimento em um momento determinado (Vygotski, 1996, p. 383).

Segundo o autor, essas questões podem contribuir na análise do desenvolvimento do caráter, das idades críticas, pelas mudanças nas vivências, e da infância difícil, por exemplo, acrescido dos estados psicopatológicos também. No momento em que tratarmos especificamente das elaborações de Vygotski acerca da patologia mental, abordaremos um pouco mais esses aspectos relativos à infância difícil, localizadas, principalmente, na crise dos três anos como na dos sete anos, assim como as discussões acerca da vivência.

Ao retomarmos a periodização, percebemos, portanto, que cada período de idade é marcado por uma reestruturação da personalidade da criança com o meio para a etapa nova posterior, decorrente da mudança de suas necessidades e motivos que são forças motrizes de seu comportamento³⁷, sendo a parte menos consciente e voluntária da personalidade. Nesse sentido, “nascem nela novos impulsos, novos motivos ou, dito de outro modo, os propulsores de sua atividade experimentam um reajuste de valores. O que antes era essencial para a criança, valioso, desejável, faz-se relativo e pouco importante na etapa seguinte” (Vygotski, 1996, p. 385). Essa reestruturação marca a passagem de uma idade a outra, assim como muda a atitude infantil diante do meio e, conseqüentemente, sua consciência.

Desse modo, passada a crise dos sete anos, vem-se a idade escolar, uma mudança externa que desencadeia uma série de mudanças internas bastante significativas. A entrada na escola marca a mudança para outra atividade principal, a do estudo, na qual a criança tem a sensação de estar realizando atividades importantes, principalmente pela aquisição da leitura e da escrita. O estudo passa a ser o intermediário das relações da criança com as pessoas, uma vez que, por exemplo, a família agora se remete a ela questionando sobre suas atividades escolares, além da apropriação dos conhecimentos construídos historicamente, que constitui o objetivo principal do estudo. O estudo é a base para o desenvolvimento do pensamento teórico, capacidade de reflexão, análise e planificação mental, com o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Facci, 2004).

Conforme Leontiev (1988a), nesse momento, todo o sistema das relações infantis é reorganizado, no qual a criança assume um novo papel social e tem o ponto essencial de suas relações nas obrigações para com a sociedade. Além disso, conforme R. Silva (2011), a escola traz importantes contribuições para o desenvolvimento da imaginação antecipatória, pelo

³⁷ Questões que trataremos de forma mais aprofundada no terceiro capítulo, nas contribuições de Leontiev à Patopsicologia Experimental.

estabelecimento da capacidade de sonhar e a presença das elucubrações mentais, por exemplo, muitas vezes desligadas da consciência e da realidade, como não era possível anteriormente. Por intermédio da imaginação, a criança lida com questões emocionais ao criar situações e ambientes que as refletem, ou seja, “em sua atividade criadora, ocorre a expressão das fantasias infantis e a descarga dos sentimentos envolvidos no processo de criação” (R. Silva, 2011, p. 172).

A chegada da adolescência marca outra transição, um momento de crise constituído pelas alterações orgânicas e sociais, denominado por R. Silva (2011) de “segunda revolução das funções psicológicas superiores” (p. 175). De acordo com Vygotski (1996), a crise dos treze anos, período no qual se inicia a adolescência, conforme a organização soviética de quando o autor escreveu, é marcada por uma fase negativa da idade de maturação sexual, com baixo rendimento escolar, declínio na capacidade de trabalho, a desarmonia na estrutura interna da personalidade e o comportamento de protesto, por exemplo.

Nesta etapa do desenvolvimento, a atividade principal é a comunicação íntima pessoal entre os jovens, na qual a posição do indivíduo, em relação aos adultos, sofre alteração sendo igualada ou até de superioridade em alguns aspectos. Conforme Facci (2004), este é um momento crítico, no qual o adolescente depara-se com as exigências de como deve agir, ao mesmo tempo em que busca seu próprio posicionamento pessoal diante de sua realidade imposta a sua vida social e pessoal, ligado aos seus interesses, além do convívio com as regras dos grupos dos quais faz parte.

De acordo com Mascagna (2009), Vygotski defende que, devido sua natureza histórico-social dada pelas condições de vida do jovem, e não simplesmente pelas de ordem biológica, os interesses são provocados e modificados, intensificando o processo de desenvolvimento das funções psicológicas e de novos conceitos, a partir de uma relação dialética entre ensino e aprendizagem. A partir de então, ocorrem trocas importantes na esfera dos interesses no período da adolescência. Há a extinção de velhos interesses, os infantis, e o amadurecimento de novas atrações, acompanhados da própria reestruturação biológica, com o amadurecimento sexual, principalmente. Esses novos interesses determinam a estrutura da orientação da atividade do adolescente, que sofre uma revolução pelo desenvolvimento do pensamento que ocorre nesse período denominado também de idade de transição (Vygotski, 1996).

Diante disso, faz-se necessário expor, mesmo que de forma breve, **o processo de formação de conceitos** no desenvolvimento ontogenético, no qual “as funções intelectuais que, numa combinação específica constituem a base psicológica do processo de formação de conceitos amadurecem, configuram-se e se desenvolvem na puberdade” (Vygotski,

1934/2009, p. 167). Esta apresentação elucidará, mais tarde, questões relacionadas às patologias mentais na ótica vigotskiana, uma vez que, para o autor, a compreensão dos processos patológicos pode ser encontrada no processo de desintegração dos conceitos.

A partir de conclusões genéticas, Vigotski (1934/2009) afirma que o processo do desenvolvimento dos conceitos se constitui de três estágios básicos, nos quais os significados das palavras, em termos de generalizações, vão se desenvolvendo, na formação dos conceitos, desde a fase mais precoce da infância. As fases são o sincretismo, o pensamento por complexo e o pensamento em conceitos, com diferenças tênues entre cada uma delas, como apresentaremos a seguir.

O primeiro estágio de formação do conceito, o sincretismo, localiza-se na criança pequena, imersa em um contexto social marcado por uma pluralidade não informada e não ordenada, na “discriminação de um amontoado de objetos vários no momento em que essa criança se vê diante de um problema que nós, adultos, resolvemos com a inserção de um novo conceito” (Vigotski, 1934/2009, p. 175). A criança confunde a relação entre as impressões e o pensamento com a relação entre os objetos e, devido à carência de nexos objetivos para significar a realidade, há a substituição por nexos subjetivos, ou seja, direcionados pelas impressões e emoções da criança na atribuição de significados.

Conforme Vigotski (1934/2009), os vínculos emocionais e subjetivos são confundidos com os objetos, quando a criança utiliza-se de provas e erros em seu pensamento, apoia-se na percepção e utiliza-se de um único significado para uma série de objetos, o que não se sobrepõe à pluralidade desordenada que se apresenta a ela.

O próximo estágio da formação de conceitos abarca um grande período da infância, do período pré-escolar à idade de transição. Trata-se da formação do pensamento por complexos, que se distribui por cinco fases básicas, marcadas predominantemente por sua base concreta, fatural entre os elementos particulares que constituem sua composição, que não aparecem, necessariamente, na ordem apresentada. Vigotski (1934/2009) afirma que “em vez do 'nexo desconexo' que serve de base à imagem sincrética, a criança começa a unificar objetos homogêneos em um grupo comum, a complexificá-los já segundo as leis dos vínculos objetivos que ela descobre em tais objetos” (p. 179).

Nesse caso, a generalização se dá pela construção de complexos de objetos particulares concretos, não unificados a partir de vínculos subjetivos estabelecidos pela impressão da criança, mas por vínculos objetivos que realmente existem no objeto. Portanto, são vínculos baseados nos fatos e estabelecidos na experiência imediata da criança, no plano concreto-fatural e não no lógico-abstrato.

No tipo associativo, o princípio de generalização ocorre a partir da semelhança fatural, ou seja, a associação ocorre por semelhança com o núcleo básico do complexo. Qualquer atributo do objeto, tal como cor, tamanho ou forma, levará à generalização e o unirá em um mesmo complexo a outros objetos. As palavras tornam-se nomes de famílias; chamar um objeto é relacioná-lo ao complexo no qual está vinculado.

A segunda fase apresentada por Vigotski (1934/2009) é o complexo do tipo coleção, no qual os objetos juntos cumprem um objetivo comum, não sendo necessária a existência de um mesmo atributo entre eles. A associação se dá por meio de contraste e não de semelhança, uma vez que todos os objetos juntos tem uma função de complementariedade e, por conta disso, não podem ser repetidos, ao modo de uma coleção. Os vínculos e as relações entre os objetos são dados pela experiência prática e direta da criança, como, por exemplo, diferentes utensílios domésticos dados por um mesmo conceito, uma vez que juntos cumprem a função da alimentação ou limpeza da casa.

O complexo de cadeia é o mais característico do pensamento por complexo, que se dá pelo “princípio da combinação dinâmica e temporal de determinados elos em uma cadeia única e da transmissão do significado através de elos isolados dessa cadeia” (Vigotski, 1934/2009, p. 185). O significado da palavra desloca-se pelos elos da cadeia complexa, de objeto a objeto, no qual cada elo está ligado ao anterior e ao posterior, sendo que pode ser diferente o caráter do vínculo anterior e o posterior. Desse modo, no complexo em cadeia, o centro estrutural pode estar ausente pela ocorrência da passagem de um traço a outro, como, por exemplo, figuras triangulares até que uma cor chame a atenção e depois a forma e assim os objetos vão sendo incluídos em um mesmo conceito, com os atributos sofrendo alterações infinitas.

A impressão vaga e distante de certa identidade entre os traços dessa terceira fase leva ao quarto estágio, o complexo difuso, no qual o traço entre os objetos, na combinação por via associativa dos elementos e complexos concretos particulares, parece tornar-se indefinido, diluído, difuso, resultando em um complexo combinado por meio de vínculos indefinidos de imagens e objetos. Em outras palavras, as generalizações difusas se diluem e deixam indefinido o traço básico (triângulos amarelos, que lembram trapézios, que lembram quadrados e depois as cores vão mudando). Este tipo de complexo revela a impossibilidade de definir seus contornos e a essencial ausência de limites (Vigotski, 1934/2009).

Por fim, no pensamento por complexo, o autor apresenta-nos os pseudoconceitos, a forma genética transitória para a formação dos verdadeiros conceitos. A generalização é bastante diferente do conceito propriamente dito pela essência e pela natureza psicológica. Em

termos externos é conceito, mas em termos internos (natureza genética, condições de surgimento e desenvolvimento e vínculos dinâmico-causais) é complexo, uma vez que ainda está baseada nos vínculos diretos fatuais e concretos, em associação simples, e não por pensamento abstrato.

Vigotski (1934/2009) ressalta que os pseudoconceitos tem importância fundamental sobre o pensamento real da criança, sendo a forma mais disseminada em seu pensamento efetivo. Nesse momento, a criança assimila a linguagem e os significados dos adultos, mas o modo de pensar de ambos é diferente, o que leva a uma semelhança externa dos significados, marcada por diferenças estruturais no modo de pensar, com o auxílio de outras operações intelectuais. A comunicação entre crianças e adultos é possível pela coincidência entre os complexos infantis e os conceitos dos adultos. A criança pensa por complexos enquanto que o adulto pensa por conceito, e a comunicação é compreensível devido o pensamento estar nos complexos-conceitos que coincidem, por conta da equivalência na referencialidade material.

Em outro momento, assinala a passagem marcada por esse tipo de pensamento complexo, que desencadeia na terceira etapa da formação de conceitos, a dos conceitos verdadeiros na idade de transição.

O verdadeiro conceito é a imagem de uma coisa objetiva em sua complexidade. Somente quando chegamos a conhecer o objeto em todos os seus nexos e relações, só quando sintetizamos verbalmente essa diversidade em uma imagem total com múltiplas definições, o conceito surge em nós. O conceito, de acordo com a lógica dialética, não inclui unicamente o geral, mas também o singular e o particular (Vygotski, 1996, p. 78).

Desse modo, no processo de desenvolvimento, a etapa dos conceitos supera o pensamento por complexos e passa a operar por meio da análise e síntese, baseado em processos de abstração e generalizações mais elaborados, isto é, uma nova forma superior de atividade intelectual e a mudança no conteúdo e na forma do pensamento do adolescente. No conceito, a síntese abstrata torna-se a base do pensamento por meio do qual a criança percebe e toma conhecimento da realidade que a cerca. Por meio da palavra, “a criança orienta arbitrariamente a sua atenção para determinados atributos, com a palavra ela os sintetiza, simboliza o conceito abstrato e opera como ele como lei suprema entre todas aquelas criadas pelo pensamento humano” (Vigotski, 1934/2009, p. 226).

De modo geral, somente na adolescência o homem pensa por conceitos, um momento

de crise e amadurecimento do pensamento, fase transitória enquanto forma superior desse processo psicológico, que revela a natureza psicológica na ação e aplicação feita pelo pensamento. Este estágio da formação conceitual marca-se também pela relação com o desenvolvimento da personalidade e da concepção de mundo do adolescente (Vigotski, 1934/2009).

O terceiro [estágio], intimamente conectado com a formação dos conceitos, envolve também o desenvolvimento da personalidade e de uma visão de mundo, i.e. a cognição de si mesmo e do ambiente. O aparecimento de uma personalidade formada com uma visão de mundo na adolescência é resultado do desenvolvimento superior do intelecto nesse período da vida (Vygotsky, 1994, p. 323).

Desse modo, a formação de conceitos permite ao adolescente uma nova relação com a realidade objetiva, pela forma diferente de pensamento, ligada com a vida prática dos homens. Ainda, o pensamento abstrato traz outro salto qualitativo no desenvolvimento humano, por fazer do mundo do adolescente “o mundo da consciência social objetiva” (Mascagna, 2009, p. 114). Nas palavras da referida autora:

O adolescente, por meio da formação dos conceitos, depara-se com sua realidade subjetiva, ou seja, chega à autopercepção e a autoobservação. Assim, não só conhece melhor a realidade como a si mesmo. A formação de conceitos leva o adolescente a ter uma maior compreensão da realidade e de si mesmo, a tomar consciência dos fenômenos, pois o tempo todo o meio em que vive exige dele posicionamento em relação à sociedade (p. 114).

Tal como a citação acima expõe, os processos intelectuais adquirem importância para os adolescentes, da mesma forma que a emoção prevalecia enquanto criança, fazendo com que as vivências passem por um processo de difetenciação em ambas as idades da vida. Conforme R. Silva (2011), as emoções na idade de transição tornam-se conscientes para o adolescente, pelo complexo desenvolvimento do pensamento e da linguagem, que identificam e conceituam as emoções, em um nível superior de conduta. Dessa maneira, as emoções são relacionadas ao contexto e os indivíduos podem exercer sobre ela o controle de sua determinação sobre seus comportamentos. Nesse sentido, Vygotski (1996) atribui especial papel da formação de conceitos na relação com as vivências dos adolescentes, assim como com o desenvolvimento

das funções psicológicas, da personalidade e sua concepção de mundo. Da mesma forma, quando esse processo não ocorre conforme o apresentado, pode ser que o entendimento do mundo e a atitude diante dele sejam comprometidos, resultando nos diversos comportamentos e incoerências encontradas em diversos transtornos mentais, como abordaremos ainda neste capítulo. Na corroboração desta ideia, perdida a função da formação de conceitos, compromete-se o quadro coerente do mundo e da autoconsciência da personalidade.

(...) o papel da formação de conceitos na idade de transição desempenha um papel decisivo, pois permite que o adolescente se aprofunde em sua realidade interna, no mundo de suas próprias vivências. A palavra não é apenas o meio de compreender os outros, mas também a si mesmo (Vygotski, 1996, p. 71).

Essa discussão é importante também para se compreender a influência do meio no desenvolvimento humano que, conforme Vigotski (2010), deve-se pautar na concepção ligada ao significado da palavra, o que deixa explícita a relação existente entre o significado da palavra e as vivências.

Uma mesma situação, se desencadeada quando a criança tem um ano, três, sete anos ou quando tem treze anos, terá um significado totalmente diferente para ela. *Um mesmo acontecimento recaindo em crianças com idades diferentes, refletindo-se na sua consciência de modo absolutamente diferente, tem para a criança um significado diferente* (Vigotski, 2010, p. 689, grifos do autor).

O meio influencia de muitas formas as vivências humanas dependendo de sua idade, já que, em seu desenvolvimento, sua relação com as situações é modificada na medida em que sua compreensão vai sendo construída. A criança da idade escolar não é suficientemente consciente de suas próprias operações mentais e por isso não pode dominá-las em plena medida por conta do pensamento concreto. Por sua vez, na idade de transição, a palavra, como orientadora dos processos intelectuais e emocionais do homem, a partir da unidade afetivo-intelectual, ganha o papel principal de integração desses processos, o que fica mais evidente no estudo da desintegração da função do conceito e a separação que ocorre nesses processos.

A criança, graças ao conceito, passa do nível da vivência ao nível de conhecimento, uma vez que as vivências passam a ser qualificadas de forma mais elaborada, conforme o desenvolvimento do significado da palavra. Dessa maneira, pela função da formação de

conceitos, podemos conhecer a realidade exterior e todo o sistema das vivências internas do homem, uma vez que “a consciência da realidade e a autoconsciência da personalidade também se apoiam na experiência interna e externa sistematizada em conceitos” (Vygotski, 1996, p. 185). Devido a isso, a desintegração da vivência da realidade e de si mesmo leva à troca da consciência objetal e pessoal na doença mental, como será visto posteriormente, a partir das pesquisas vigotkianas na abordagem da função de formação de conceitos como o centro da desintegração e da formação da personalidade na patologia mental.

Além disso, o pensamento em conceitos está relacionado com a liberdade e a intencionalidade da ação, que permitem os processos de imaginação e criatividade em outro patamar, se comparado com idades anteriores. Ocorre a intelectualização da imaginação, assim como de outras funções psicológicas superiores, que se integram ao sistema da atividade intelectual e começam a desempenhar uma função totalmente nova na estrutura da personalidade do adolescente (Vygotski, 1996).

Ainda nessa fase há a estruturação do sentido da vida pessoal, por meio da relação com grupos, pessoas e as atividades dirigidas ao futuro por meio da atividade profissional e do estudo, que se baseiam na preparação para a vida profissional, próxima etapa do desenvolvimento em que o indivíduo se torna trabalhador, ocupando um lugar na sociedade (Facci, 2004). Por meio da atividade criadora, o homem torna-se produtivo, pela atividade dominante envolvendo as relações de trabalho, a imaginação como o construtor primeiro das descobertas e construções humanas, o que é sucumbido pelas condições de classe dos homens. R. Silva (2011) afirma que nesta fase a emoção e a imaginação contribuem para a atividade criadora e reprodutora dos homens.

Isto faz com que a emoção continue presente na idade adulta, mas de forma diferenciada de como ocorre na infância, pois, nesta fase, dependendo de como ocorreu o desenvolvimento das funções psíquicas como um todo, os aspectos emocionais estão ligados à linguagem e ao pensamento, o que permite a unidade entre emoção e razão, emoção e consciência (R. Silva, 2011, pp. 186-187).

Nesse sentido, além da dependência interna entre o pensamento por conceitos e a imaginação, há a estreita relação com as emoções do adolescente, com seus motivos e interesses, que também são rompidas na patologia quando o indivíduo não consegue significar suas vivências e emoções de forma elaborada, mas permanece no pensamento por complexo, no distanciamento entre o pensamento e as emoções.

Ao tomarmos esse desenvolvimento ontogenético até o período da adolescência como concretizado, temos que essa etapa será o ponto de partida para os processos que ocorrerão na idade adulta e na velhice. Estes períodos não foram contemplados nos estudos de Vigotski, provavelmente pela demanda social de construção da sociedade socialista e a necessidade de se estudar a pedologia infantil e do adolescente, na busca pela formação do novo homem comunista para a URSS. No entanto, diante de estudos de continuadores na sistematização da periodização, tal como Facci (2004) e R. Silva (2011), podemos compreender que a base estabelecida na idade de transição é ponto de partida para a continuação do desenvolvimento ontogenético, na formação e interferências no desenvolvimento da personalidade.

Desse modo, nesses períodos posteriores, a atividade dominante baseia-se nas relações de trabalho, marcadas pelas mudanças sociais ocorridas por conta das novas tarefas, interesses e responsabilidades que surgirão, levando aos períodos críticos devido às contradições entre o modo de vida e a situação social do desenvolvimento, que exigem outras formas de atividade. Todo o percurso teórico elaborado nesta pesquisa nos possibilitará, ao final, tecer algumas considerações acerca da atividade humana do trabalho e o desenvolvimento psicológico, ou seja, das relações entre o modo de produção contemporâneo e a constituição da personalidade e o desencadeamento do sofrimento e adoecimento psíquico dos homens na atualidade.

Quanto à velhice, Tolstij (1989) afirma que é a idade mais contraditória, o momento das últimas perguntas da existência. A pessoa velha é separada da realidade conforme os valores e atributos sociais criados, pelos homens, para proteger a velhice, interpretada como uma etapa de doença, debilidade, incapacidade para trabalhar. O referido autor afirma que este quadro é justificado historicamente e tem demandado muitos estudos, uma vez que no século XX a população que compõe a velhice tem aumentado consideravelmente. É uma etapa caracterizada pelo decréscimo em sua atividade no mercado formal, uma vez que, muitas vezes, o idoso permanece ativo na sociedade tendo que trabalhar, com a estabilidade da personalidade da pessoa idosa e as vivências decorrentes da relação com o meio, estabelecida sob uma nova condição, a de pessoa mais velha.

Nesse sentido, a atitude social diante da velhice estabelece a autoconsciência do homem de idade avançada, o que faz com que, na sociedade marcada por relações de classes e de alienação, este se sinta privado de apoio, de lugar e de um papel na sociedade, ainda mais depois que sai dos meios de produção, das relações de trabalho. O referido autor assinala que, para a URSS, “o término da carreira laboral não significa o término da vida social, no qual as pessoas de idade avançada seguem participando na medida de suas possibilidades” (Tolstij, 1989, p. 203). No entanto, há na sociedade capitalista o contraste entre a falta de atividade

própria e a vida ativa na sociedade, o que pode gerar uma crise, como apontada por Vigotski ao falar das etapas da vida, marcada na velhice, especialmente, pela aposentadoria³⁸.

Diante dessas considerações, entendemos como a formação das funções psicológicas superiores está atrelada às relações do indivíduo com o mundo social, mais especificamente, na atualidade, com mundo constituído no capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento psicológico acompanha essa historicidade, pela especificidade de cada idade transformada pela situação social do desenvolvimento, isto é, na relação entre as condições sociais e o modo de vida do homem. O par formado pelo meio social e a personalidade do homem, dada por suas vivências, produz mudanças na consciência e no comportamento humano, podendo levar aos processos de adoecimento psíquico quando não fornecem condições adequadas ao desenvolvimento humano. Em classes sociais antagônicas, esse par tem oportunizado grande número, e cada vez mais crescente, de homens adoecidos psiquicamente.

2.2. AS INVESTIGAÇÕES DE L. S. VIGOTSKI NO CAMPO DA DESINTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS

No começo da década de 1930, próximo ao final de sua vida, Vigotski aproximou-se de trabalhos relativos à psicologia clínica e psiquiatria, especialmente no que tange o domínio do comportamento desviante em adultos. Baseado em autores como o psiquiatra alemão Ernest Kretschmer (1888 – 1964) e Kurt Lewin, por exemplo, os interesses estavam, especialmente, no estudo da afasia, da esquizofrenia, do mal de Alzheimer, da doença de Parkinson e da doença de Pick (Valsiner e Van der Veer, 2006).

Joravsky (1989) afirma que, em 1935, a Enciclopédia Médica Soviética declarou que a esquizofrenia era um dos muitos problemas da psiquiatria, que cada vez mais tinham questões a serem resolvidas conforme mais trabalhos iam sendo realizados. Para esta enciclopédia, os autores alemães eram os que melhor caracterizavam a esquizofrenia, apoiados nas ideias de Emil Kraepelin (1856-1926). Em concordância, conforme Lavretsky (1998), a esquizofrenia era a mais frequente doença psiquiátrica na Rússia e, provavelmente por isso, o maior interesse por essa doença nas investigações de Vigotski no início dos anos de 1930.

De acordo com Prestes (2010), Vigotski trabalhou ativamente no sistema de saúde soviético, de 1929 a 1931, na ocupação do cargo de assistente e, posteriormente, assumiu a

³⁸ A dissertação do PPI elaborada por Clayton Washington dos Reis, de 2011, intitulada “A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural” apresenta valiosas elaborações teóricas acerca da periodização na idade adulta e na velhice, sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural.

direção do laboratório da Clínica de Doenças Nervosas Sepp, junto à I Universidade de Moscou. Desse modo, a atuação no campo dos transtornos mentais ocorreu quando, sob muitos esforços, foi criada por ele uma clínica psiquiátrica em Moscou, junto com seus colaboradores. Como exposto no primeiro capítulo, nesse período, de acordo com Golder (1986), Vigotski realizou a centralização de vários órgãos envolvidos com questões psicopatológicas e, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Medicina Experimental em Moscou, fez com que funcionasse uma Clínica das Neuroses, uma Clínica Neurológica e uma Clínica dedicada às formas precoces da esquizofrenia.

A amplitude desse marco permitiu a Vigotski desenvolver suas atividades junto aos seus colaboradores em um instituto cujo objetivo era o seguinte: poder resolver os problemas, as necessidades e, inclusive, as carências que afetavam o normal funcionamento do Instituto Nacional, em sua totalidade (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 89).

Conforme Kozulin (1994), a psicologia das crianças com deficiência, a neuropsicologia e a psicopatologia dos adultos eram, para Vigotski, disciplinas fundamentais para a teoria geral do desenvolvimento humano. Por sua vez, Valsiner e Van der Veer (2006) afirmam que os escritos vigotskianos na psicopatologia não se enquadram na defectologia, entretanto, algumas das problemáticas abordadas podem ser pensadas a partir das elaborações metodológicas realizadas sobre o desenvolvimento anormal.

A razão é que o trabalho de Vigotski no campo da psicologia clínica estava intimamente ligado a seus estudos do desenvolvimento. Vistas nesse pano de fundo, todas as classificações de seu trabalho como “defectológico”, “pedológico”, “psicológico”, “pedagógico” etc., são relativas: ele era um pensador sintético que desafiava tais classificações (Valsiner & Van der Veer, 2006, p. 89).

Estar na condição de um pensador analítico e sintético, assim como apontado pelos referidos autores, fez com que Vigotski estivesse de acordo com o próprio método e o modo de pensar a Psicologia que ele havia proposto, como na análise que realiza acerca da crise no campo psicológico. A Psicologia Geral seria uma ciência sintetizadora, fundamentalmente metodológica e unificadora de todos os ramos dispersos do saber psicológico. S. H. V. Almeida (2008) apresenta um trecho do obituário de Vigotski, escrito por Leontiev, que expõe a importância do autor na psicologia soviética na concretização desse projeto de uma Psicologia Geral.

Vigotski foi um psicólogo, um pedólogo, um defectologista, um educador, e um psicopatologista; mas foi também mais que isto: mesmo quando ele permaneceu um psicólogo, ele introduziu nessas disciplinas aquele acorde vital forjado pela abundância de chaves da teoria psicológica que ele criou, que determinou sua extraordinária versatilidade (Leontiev, 1934, citado por S. H. V. Almeida, 2008, p. 79).

O caminho de estudo e atuação, percorrido por Vigotski no campo da patologia mental, demonstra a sucessão de suas elaborações teóricas, com uma série de incorporações de concepções rumo a uma explicação coerente ao princípio histórico da Psicologia Histórico-Cultural. A partir de uma comunicação de outubro de 1930, na Clínica de Enfermidades Mentais da Universidade Estatal de Moscou, foi publicado o texto “Sobre os sistemas psicológicos” (1930/1996), no qual Vigotski procura integrar duas linhas de pesquisa, a genética³⁹ e a patológica, a partir de estudos experimentais, no entendimento do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que vinha sendo estudado somente do ponto de vista funcional. O autor recorre ao problema da afasia e da esquizofrenia ao tratar da patologia e da idade de transição na psicologia genética, que eram objetos de interesse nesse momento.

Além da comunicação de 1930, existem outros momentos em que Vigotski discorre sobre os transtornos mentais, ao partir de sua análise sobre o desenvolvimento ontogenético, principalmente na discussão destinada à idade de transição e suas investigações genético-experimentais. Especificamente no tomo IV das *Obras Escogidas*, com textos elaborados no início da década de 1930 a respeito da psicologia infantil, Vygotski (1996) lançou mão de materiais da neurologia e psiquiatria para analisar os processos de desintegração das relações

³⁹ Referente ao estudo do desenvolvimento psicológico que parte do método histórico, ou seja, estuda o processo de desenvolvimento a partir das condições sociais.

sistêmicas entre as funções psíquicas. Para tal investigação comparativa, Vigotski elegeu três doenças, a histeria, a afasia e a esquizofrenia, analisando estas enfermidades a partir de sua relação com o desenvolvimento na idade de transição.

Além disso, o autor realizou estudos mais relacionados pontualmente à esquizofrenia: em 1931 com o texto “O pensamento na esquizofrenia”, publicado em 1934⁴⁰, e em 1933 com “A psicologia da esquizofrenia”, relatório de uma conferência sobre esquizofrenia em Moscou. De um texto para outro, são percebidos progressos nas elaborações acerca dos processos psicológicos na esquizofrenia, partindo dos estudos sobre os sistemas psicológicos, decorrentes da experiência do autor nos laboratórios psicológicos, como na Clínica Psiconeurológica do *Instituto de Medicina Experimental* em Moscou, juntamente com outros colaboradores (Golder, 1986).

Conforme Vygotsky (1931/1994), a tendência de conciliar investigações em vários campos com a finalidade de analisar e descobrir os princípios das investigações psicológicas proporcionou um significativo avanço na psicologia. A psicologia, até a década de 1920, estava relacionada, predominantemente, aos estudos educacionais, pela demanda social no projeto coletivo de formação do novo homem soviético, assim como na contestação e combate contra as velhas formas burguesas no campo científico da psicologia. Passado os primeiros anos após a revolução, foram possíveis intercâmbios com outros ramos do conhecimento e, desse modo, a abertura de outros campos de estudos na psicologia, como a psicologia genética ou infantil, também chamada de pedologia, e a psicopatologia, predominantemente relacionada com a psiquiatria e fisiologia soviética.

Para compreender as complexas relações que surgem entre as funções concretas dadas no desenvolvimento e as que passam por desintegração ou que experimentam mudanças patológicas durante um processo de alteração, Vigotski (1930/1996) encontrou o termo **sistemas psicológicos**. O termo refere-se ao "aparecimento dessas novas e mutáveis relações nas quais se situam as funções, dando-lhe o mesmo conteúdo que se costuma dar a esse conceito – infelizmente amplo demais" (p. 106). Dessa maneira, podemos pensar em sistemas psicológicos funcionando de modo saudável e de modo patológico, ambos com a sua gênese.

Este conceito de sistemas psicológicos foi, posteriormente, desenvolvido por Luria sob o nome de sistemas funcionais, no trabalho com a reabilitação de pacientes com lesões cerebrais, na concepção de que as diferentes funções psicológicas se juntam formando esses sistemas (Kozulin, 1994). No trabalho de restauração das funções afetadas, por meio da

⁴⁰ Nas referências bibliográficas, manteremos o ano em que o autor proferiu essas elaborações, em 1931, para que seja mantida a ordem cronológica dos estudos de Vigotski, em comparação com o posterior, de 1933.

reorganização dos sistemas funcionais, Luria (1992) mostrou “como as análises e o tratamento de tais sistemas funcionais fornecem informação acerca do funcionamento cerebral e da organização dos processos psicológicos” (p. 149). Desse modo, podemos traçar um caminho muito importante para a relação mente e organismo biológico, ambos como produtos da dialética indivíduo-sociedade, para entender as patologias mentais, pensando nessa estruturação dos sistemas psicológicos.

Os sistemas psicológicos são, portanto, uma estrutura funcional complexa cuja dinâmica funda-se na inter-relação e interfuncionamento dos processos psicológicos superiores desenvolvidos na ontogênese, que a partir de uma percepção totalizante do psiquismo, garante uma correspondente organização cerebral que lhe confere materialidade (S. H. V. Almeida, 2008). Vigotski (1930/1996), ao afirmar o correspondente fisiológico no cérebro em relação ao pensamento em conceitos, aponta que existem áreas relacionadas entre si, com a atividade conjunta dessas áreas isoladas, que garantem essa totalização.

A ideia principal (extraordinariamente simples) consiste em que durante o processo de desenvolvimento do comportamento, especialmente no processo de seu desenvolvimento histórico, o que muda não são tanto as funções, tal como tínhamos considerado anteriormente (era esse nosso erro), nem sua estrutura, nem sua parte de desenvolvimento, mas o que muda e se modifica são precisamente as relações, ou seja, o nexos das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior. É por isso que, quando se passa de um nível a outro, com frequência a diferença não decorre da mudança intrafuncional, mas das mudanças interfuncionais, as mudanças nos nexos interfuncionais, da estrutura interfuncional (Vigotski, 1930/1996, p. 105).

Dessa concepção, o referido autor conclui que, no decorrer do desenvolvimento psicológico, não são as funções em si, mas a relação entre elas é que muda, a partir do vínculo interfuncional que vão estabelecendo por meio das relações sistêmicas. Esse processo explicado por Vigotski (1930/1996) refere-se às neoformações que aparecem no curso do desenvolvimento normal⁴¹, na transição de uma idade à outra, assim como discutimos no

⁴¹ Na presente dissertação, utilizamos o termo “normal” e seus derivados, uma vez que são os termos utilizados por Vigotski. É válido salientarmos que esse termo refere-se ao que é esperado no desenvolvimento, e não uma forma de marcar o desenvolvimento na patologia de forma inferiorizada, mas sim qualitativamente diferente. “Normal” e “anormal” eram os termos comuns à época em que Vigotski desenvolveu seus estudos, que não estavam acompanhados desse patamar de inferioridade que presenciamos atualmente. Faz-se interessante a

subitem anterior, relativo à periodização do desenvolvimento, que trata dessas mudanças nos nexos interfuncionais que impulsionam o desenvolvimento psicológico. O autor pontua a importância das mudanças nos nexos interfuncionais, das alterações nas conexões e diversas formas de se manifestarem na estrutura interfuncional, o que nos proporciona material de estudo a respeito da formação de diferentes sistemas psicológicos, como nas alterações patológicas das funções psicológicas, por exemplo.

Nesse momento da pesquisa, podemos fazer uma ressalva e apresentar algumas considerações, antes de prosseguirmos com as ideias vigotskianas. Primeiro, é válido retomarmos o papel das vivências no entendimento dos processos patológicos, ao atribuímos o valor das condições sociais no desenvolvimento da personalidade e de sua desintegração. Portanto, como apresentamos, a vivência, enquanto unidade de análise na qual se funde o social com as particularidades individuais, pode nos abrir caminhos para entender a relação entre as condições de vida patologizantes com os processos psicológicos desenvolvidos sob essas condições, levando ao sofrimento e adoecimento psíquico⁴².

Em segundo lugar, temos a hipótese da existência de neoformações patológicas no decorrer do desenvolvimento humano, na passagem de uma idade a outra com as formações psicológicas que surgem após os períodos críticos.

Desse modo, como vimos no início deste capítulo, das reestruturações sistêmicas, dependentes da situação social do desenvolvimento e das exigências sociais postas à criança, decorrem as neoformações na transição de uma idade a outra. Ao tratarmos de neoformações patológicas temos que elas poderiam ser resultantes de processos de desintegração e/ou formas alteradas de desenvolvimento, algo que não pode ser visto como natural ou fruto da maturação, nem como desagregação causada por um colapso puramente biológico do organismo, mas um processo regido por leis sócio-históricas, assim como o desenvolvimento.

Nesse sentido, temos que

seguinte citação de Vigotski para esclarecer melhor essa nossa ressalva: “O conceito de normalidade pertence às noções científicas mais difíceis e indeterminadas. Na verdade não existe norma alguma, mas há uma quantidade inumerável de variações diferentes, desvios da norma, e muitas vezes é difícil dizer onde o desvio ultrapassa os limites além dos quais começa o âmbito do anormal. Esses limites não existem em nenhuma parte e, nesse sentido, a norma representa o conceito meramente abstrato de certa magnitude média dos casos mais frequentes de um fenômeno e, nos fatos, não se encontra em forma pura, mas sempre mesclada com algumas formas anormais. [...] No entanto, esses desvios por vezes alcançam dimensões quantitativamente tão consideráveis que temos o direito de falar de comportamento anormal” (Vigotski, 2003, p. 257).

⁴² Ideia válida ainda mais quando nos atentamos ao adoecimento do trabalhador nas condições atuais de trabalho, o que será problematizado ao final de nossa dissertação.

(...) as indagações de Vygotski encaminharam-se para averiguar as trocas características que ocorrem quando (a) os processos psicológicos avançam das formas imediatas às mediatas ou retrocedem em direção contrária; e (b) uma função psicológica se une a outras formando assim um sistema funcional, ou quando a formação de dito sistema se vê atrasada ou interrompida (Kozulin, 1994, p. 207).

Conforme Kozulin (1994), no trabalho de Luria com os sistemas funcionais na neuropsicologia, a capacidade de formar sistemas funcionais pode ser usada como critério diagnóstico para distinguir entre afecções patológicas de diversas naturezas. Tal posicionamento pode também ter sido assumido por Vigotski, no início da década de 1930, e ter direcionado suas investigações junto às pessoas com transtornos mentais, no sentido dessas neoformações de caráter patológico, no entanto, algo que não encontramos em seus estudos.

Desse modo, Vigotski (1930/1996) expõe algumas situações que vão fundamentando sua afirmação até chegar ao problema chave que pretende tratar, o do funcionamento dos sistemas psicológicos e o modo na patologia. Por exemplo, o autor apresenta o problema da relação entre os processos sensoriais e os motores, baseados em uma unidade, próxima aos processos afetivos, em animais e nas crianças pequenas. Afirma que, no decorrer do desenvolvimento, os processos motores e sensoriais adquirem uma relativa independência mútua, levando ao surgimento de relações mais complexas ao romper essa conexão mútua.

A motricidade do adulto baseia-se nas novas relações que estabelece com as outras esferas da personalidade, com as demais funções, e não decorrente de sua constituição inicial no desenvolvimento. No entanto, em alguma situação de tensão emocional, essa conexão direta entre os impulsos motores e sensoriais pode ser retomada para a estrutura característica dos estados precoces do desenvolvimento⁴³. Na percepção, por sua vez, o desenvolvimento segue o padrão da atenção arbitrária e do desenvolvimento do próprio pensamento e da linguagem, no estabelecimento de relações com as demais funções de forma cada vez mais elaborada. O mesmo ocorre com a memória que, mediada pelo pensamento, faz com que o

⁴³ Luria, quando trata das emoções e dos conflitos humanos, discorre sobre a “barreira funcional”, de origem no desenvolvimento cultural, que se trata de uma interposição do signo antes da resposta ao estímulo, isto é, uma espécie de freio ao comportamento impulsivo pelo direcionamento do pensamento no comportamento humano. Desse modo, o desenvolvimento cultural, para o autor, “possibilitaria o desligamento das necessidades imediatas e a superação dos comportamentos impulsivos, transformando os atos puramente motores em atos intelectuais com auxílio da linguagem” (Tuleski, 2011, p. 42). Em Vigotski, vemos que, de acordo com Kozulin (1994), “as ferramentas psicológicas ajudam a criar uma barreira funcional entre a esfera dos motivos e da tomada de decisões, por um lado, e a esfera da realização prática das decisões, por outro” (p. 209).

homem não lembre pela memória imediata, mas sim pelo pensamento, o que qualifica a memória como memória verbal lógica. Esta ideia mais detalhada baseia-se no fato de que, para a criança, pensar significa recordar casos concretos, ou seja, a criança pensa apoiando-se na memória. Já para o adolescente, lembrar significa pensar, visto que a memória baseia-se fundamentalmente no pensamento. Ocorre aqui a substituição de uma relação entre as funções por outra, o que leva à formação de novos sistemas psicológicos (Vigotski, 1930/1996).

Caminhando do plano interpsicológico ao intrapsicológico, o estudo dos sistemas psicológicos trouxe ao referido autor uma convicção fundamental, que encerra a ideia central exposta nesta comunicação:

(...) não se trata de que as alterações se dêem exclusivamente no seio das funções, mas de que existem alterações nas conexões e na infinita diversidade de formas de estas se manifestarem; que em uma determinada fase de desenvolvimento aparecem novas sínteses, novas funções cruciais, novas formas de conexões, e que devemos nos interessar pelos sistemas e pela finalidade dos sistemas (Vigotski, 1930/1996, p. 135).

O autor pontua a importância das mudanças nos nexos interfuncionais, das alterações nas conexões e diversas formas de se manifestarem na estrutura interfuncional, o que nos proporciona material de estudo a respeito das alterações patológicas das funções psicológicas. Conforme suas palavras, “o estudo dos sistemas e de suas funções é muito instrutivo não apenas no caso do desenvolvimento e da construção dos processos psíquicos, mas também no caso de sua desintegração” (Vigotski, 1930/1996, p. 128).

Portanto, o processo de dissolução dos sistemas interfuncionais complexos, formados no indivíduo graças à vida coletiva, atinge aqueles de formação mais recente, nos quais as ideias e os sentimentos não passam por variação, mas perdem suas funções exercidas no sistema complexo. Mais uma vez, vemos aqui a perda da relação interfuncional e o funcionamento isolado das funções psicológicas que nos leva à indagação do que poderia desencadear tal desintegração. Mesmo com a predisposição genética, como pesquisas atuais afirmam, há um “gatilho” externo, que pode ser identificado nas condições sociais nas quais o homem está imerso, como também problematizaremos nas considerações finais desse percurso teórico.

Em muitos momentos de seu estudo acerca da psicologia infantil, Vygotski (1996) expõe de forma clara que “o desenvolvimento é a chave para entender os processos patológicos, os processos de dissociação de síntese, das unidades superiores e a patologia é a

chave para entender a história do desenvolvimento e estruturação dessas funções sintéticos superiores” (Vygotski, 1996, p. 168). Nesse momento, ao tratar da periodização, o autor resalta algumas questões que podem lançar luz a esses processos patológicos, na transição de uma idade a outra, ao expor aspectos relacionados à infância difícil, como a proximidade com suas discussões relacionadas à Defectologia.

2.2.1 O trabalho na Defectologia: apreendendo o método histórico

Para constatarmos alguns princípios interessantes para o entendimento dos processos patológicos em Vigotski, é preciso passar pela psicologia do desenvolvimento, tal como fizemos anteriormente, e pela Defectologia, no sentido de apreender o método de análise do desenvolvimento humano. Neste campo, Vigotski trabalhou, desde os anos de 1920, com a debilidade mental infantil como um tipo especial de desenvolvimento e não como uma variante quantitativa do tipo normal, o que nos possibilita pensar comparativamente os transtornos mentais, a partir da ideia da patologia como um “desenvolvimento” diferente, pela transformação qualitativa que sofre em relação ao desenvolvimento normal.

Ao trazer a relevância da dialética biológico e cultural, o autor afirma que “o mais importante é que, junto com o defeito orgânico estão dadas as forças, as tendências, as aspirações a superá-lo ou nivelá-lo” (Vygotski, 1983, pp. 15-16), uma vez que “o caminho à melhoria passa através da superação dos impedimentos, a dificuldade da função constitui o estímulo para sua elevação” (Vygotski, 1983, p. 43). Essas ideias tratam da tendência psíquica da compensação social pelo caráter criativo do desenvolvimento orientado por este caminho.

Desse modo, a lei da compensação, aplicável ao desenvolvimento normal e diferenciado, resalta a reação da personalidade diante do defeito, que possui duplo papel: demarca um dado limite como, também, aponta para a possibilidade de superá-lo levando ao avanço no desenvolvimento. Dessa lei, portanto, temos que o defeito cria os estímulos para elaborar uma compensação, uma vez que se converte em ponto de partida e principal força motriz do desenvolvimento psíquico da personalidade (Vygotski, 1983).

Mas seja qual for o desenlace que o espere ao processo de compensação, *sempre e em todas as circunstâncias* o desenvolvimento agravado por um defeito constitui um processo (orgânico e psicológico) de criação e recriação da personalidade da criança, com base na reorganização de todas as funções de adaptação, da formação de novos processos estruturados, substitutos, niveladores, que são gerados pelo defeito, e da

abertura de novos caminhos para o desenvolvimento (Vygotski, 1983, p. 16, grifos do autor).

Portanto, a compensação como reação da personalidade ao defeito dá início a novos processos colaterais de desenvolvimento, ao constituir novas estruturas, que nivelam as funções psicológicas. Como o autor apresenta em 1930 no texto acerca da formação dos sistemas psicológicos, que levam às neoformações psíquicas, as funções encarnam outras relações entre si e, desse modo, mesmo com funções isoladas apresentando desvios da norma, a personalidade ou o organismo em seu conjunto podem pertencer ao tipo completamente normal pelo funcionamento sistêmico do psiquismo. Temos marcado nesse conceito fundamental da Defectologia vigotskiana a presença da dialética.

Também na Defectologia, as investigações encaminham-se para a necessidade do estudo da formação da personalidade, na relação entre o biológico e o cultural na criança deficiente, na qual o defeito biológico perturba o curso normal da relação com a cultura, organizada a partir da normalidade. Desse modo, o desenvolvimento cultural dá-se pelo domínio das ferramentas psicológicas e culturais criadas pela humanidade, ou seja, os instrumentos psicológicos⁴⁴, que levam ao domínio dos processos da conduta e ao desenvolvimento saudável, se pensarmos, neste caso mais especificamente, na patologia psíquica.

Nas palavras de Vygotski (1983), “o emprego da ferramenta psicológica modifica todo o curso e toda a estrutura das funções psicológicas dando-lhes uma nova configuração” (p. 30). Nesse caso, o domínio da ferramenta psicológica eleva a função a um nível superior, aumenta e amplia sua atividade, relacionada às condições sociais do desenvolvimento. Posteriormente, veremos que essa apropriação dos instrumentos psicológicos no desenvolvimento do domínio da própria conduta é bastante importante nos aportes da Patopsicologia Experimental, quando Zeigarnik discorre a respeito da autorregulação da conduta como um dos objetivos no trabalho junto às patologias psíquicas. Para Vigotski essa já era uma questão bastante importante.

A tese genética vigotskiana a respeito do comprometimento biológico no desenvolvimento humano, pensando também na patologia, encontra aqui fundamentos para suas elaborações posteriores, quando assinala para o comprometimento das estruturas psicológicas superiores, assim como para as possibilidades de superação. O autor ainda discorre sobre o funcionamento psicológico sistêmico quando há um sistema cerebral

⁴⁴ De acordo com Vigotski (1996), os instrumentos psicológicos são dispositivos artificiais e sociais dirigidos para o domínio dos processos psíquicos. Como exemplo, o autor expõe que a linguagem, as formas de numeração e cálculo, os dispositivos de memória, o simbolismo algébrico, a arte, a escrita, os diagramas, mapas desenhos e demais signos baseiam-se em instrumentos psicológicos.

lesionado e a importância do uso de signos externos para lidar com a patologia. Como exemplo, expõe o mal de Parkinson, no qual a motricidade está comprometida e então se usa o recurso mediador de signos visuais como maneira de compensação da patologia, como, por exemplo, na indicação por palavras do caminho a ser percorrido pelo sujeito acometido pela doença. O importante é o uso que se faz das funções, dos signos, uma vez que pelos papéis que desempenham pode-se promover a compensação cultural (Vygotski, 1930/1996).

Nessa discussão da Defectologia, encontramos questões relacionadas às idades críticas no decorrer do desenvolvimento ontogenético e aos problemas de conduta, decorrentes das situações sociais do desenvolvimento e do modo que a criança se apropria dos instrumentos e signos em seu desenvolvimento. Essa relação da criança com o meio do qual faz parte é importante, conforme Vygotski (1996), voltando-se para momentos identificados como a infância difícil. O autor questiona se, nesse caso, consideram-se as condições do entorno, as condições psicopatológicas de ordem genética ou as condições do ambiente enquanto fator determinante, desembocando na importância de se esclarecer as relações internas da criança com o meio nesse período crítico, sendo ela própria parte de seu entorno social.

Ao trabalhar com a psicologia infantil, Vygotski (1996) apresenta-nos a crise dos três e a dos sete anos, que esclarecem essas considerações elaboradas por ele. Na crise dos três anos, por exemplo, a criança demonstra um protesto contra o educador, que muitas vezes faz com que ela aparente ser difícil de educar, o que muda as relações sociais da criança com as pessoas ao seu redor. De acordo com o autor, há trocas na esfera afetiva e volitiva, quando comparado à primeira infância, prova da crescente independência e atividade da criança, com sua tentativa de andar por si mesma em detrimento de pelas mãos dos adultos, fazendo diferente do que lhe é solicitado.

Desses sintomas, deriva um segundo conjunto de aspectos da crise dos três anos que se divide em dois grupos. O primeiro é derivado de sua tendência em ser independente que, na troca de suas relações sociais, de sua vida afetiva, atinge suas vivências. A criança fica imersa em uma série de conflitos internos e externos que lhe produzem reações neuróticas, de caráter mórbido, reações, por exemplo, como a enurese, terrores noturnos, sono agitado, dificuldades de expressão. O segundo conjunto compõe-se de ataques de raiva, condutas que fazem com que a criança seja difícil de ser controlada no seio familiar, chegando a condutas patológicas.

Aos sete anos, pela perda da espontaneidade e dos interesses infantis, ocorre de muitas crianças infringirem a disciplina, pelo estabelecimento de uma nova relação entre suas vivências internas e a realidade, na incorporação do momento intelectual e na significação, em uma ordem superior, de suas emoções. A entrada da criança na escola e o crescente processo

de formação dos conceitos e desenvolvimento do pensamento pela apropriação do conhecimento científico levam a conduta da criança a um patamar superior, muitas vezes, atribuída de características de difícil educabilidade (Vygotski, 1996).

Na Defectologia, Vygotski (1983) aborda o problema da insanidade moral, que se refere a uma patologia infantil, tratada por algum tempo como um tipo particular de defeito orgânico ou enfermidade. Este quadro era tomado como defeito orgânico, no entanto, a partir de uma sintomatologia marcada por uma atitude psicológica peculiar das crianças socialmente desobedientes, que se baseava, portanto, em um fenômeno de gênese social e psicológica, e não biológica. Diferentemente do que expõe em relação às patologias da esquizofrenia e do mal de Parkinson, por exemplo, nesse caso da insanidade moral o foco de atenção deve estar voltado aos fatores sociais de seu desenvolvimento.

A essa confusão entre a gênese biológica e social, o autor cita o que pode acontecer com a patologia, afirmando que “a importância dos fatores sócio e psicogênicos no desenvolvimento da criança é tão enorme que pode levar à ilusão do defeito, à semelhança com a enfermidade, a uma pseudo patologia” (Vygotski, 1983, p. 21). Esta colocação pode contribuir para o entendimento de muitos quadros psicológicos e de condutas compreendidos como patologias psíquicas, de ordem biológica e intrínseca ao desenvolvimento individual do sujeito, como ocorre atualmente, por exemplo, com o tão famoso Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Desse modo, é importante, quando tratamos dessas questões, nos atermos à discussão atual dos transtornos de aprendizagem e da patologização da vida, no discernimento da etiologia de cada quadro, suspeitando da predominância do biológico pelo papel desempenhado pela atividade humana no desenvolvimento psicológico do homem. Nesse sentido, a atividade age no processo do desenvolvimento da personalidade, na estreita relação entre o biológico e o cultural, e não na colocação de protagonista ao aspecto biológico, na justificação dos transtornos e na medicalização da vida. Apenas apontada de forma breve nesse momento, essa é uma problemática que acompanha a presente pesquisa.

Nesse sentido, a análise deve estar direcionada para as condições sociais de desenvolvimento que não proporcionam a superação das crises e conduzem a criança a tornar-se difícil de educar, de se lidar com ela, quando tratamos desses diversos quadros atuais ou a insanidade moral ou a chamada infância difícil, nos tempos de Vigotski. Volta-se aqui para o modo que a criança vive determinada situação, na relação entre sua personalidade e o meio, e não para análise unilateral da situação por si mesma. A partir de então, na perspectiva

vigotskiana, é importante considerar como o meio age no desenvolvimento da criança, na superação das crises e o caminho para uma idade estável de desenvolvimento.

As razões para as deficiências morais deveriam ser buscadas não na criança, mas externamente, nas condições socioeconômicas, culturais e pedagógicas que são mais promissoras para o desenvolvimento da criança; em um ambiente diferente, uma criança difícil perde, de modo muito rápido, os traços de deficiência moral e inicia um novo caminho (Vygotski, 1983, p. 165).

O referido autor afirma que na União Soviética o problema da insanidade moral foi resolvido como problema social, com pesquisas que demonstraram que na delinquência infantil, os fatores psicopatológicos representavam um papel bastante insignificante. Nesse sentido, podemos retomar a discussão que o autor realiza a respeito da importância das condições concretas de vida na constituição da personalidade do homem. Nas palavras de Vygotski (1996), a situação social do desenvolvimento “determina plenamente e por inteiro as formas e a trajetória que permitem à criança adquirir novas propriedades da personalidade, já que a realidade social é a verdadeira fonte de desenvolvimento, a possibilidade de que o social se transforme em individual” (p. 264). Desse modo, não se trata de doença mental, mas de um desenvolvimento dificultado pelas relações sociais que não levam à formação das funções psicológicas de modo esperado e, portanto, ao domínio da própria conduta.

2.2.2 Os estudos vigotskianos sobre a patologia mental: histeria, afasia e esquizofrenia

Ao deixarmos definidas essas questões acerca da Defectologia e da infância difícil, temos possibilidade de partir para as elaborações vigotskianas sobre os transtornos mentais, com suas explicações por vias genéticas de, principalmente, três quadros de desenvolvimento diferenciado: a histeria, a afasia e a esquizofrenia. Como vimos acerca do desenvolvimento psicológico, as funções psicológicas estabelecem novas relações entre si, entrando em complicadas combinações com novas funções, atuando em conjunto como um sistema novo, de difícil decomposição e cuja desintegração só pode ser observada na patologia. Nesse três casos de doença mental, ocorre a formação de novos sistemas psicológicos (Vygotski, 1930/1996).

Em outro momento, Vygotski (1996) afirma que, durante a doença mental, são reveladas na atividade do pensamento as leis gerais de seu funcionamento, no entanto, o

funcionamento e estrutura desse pensamento ficam sob condições especiais originadas pela doença, nessa nova configuração sistêmica. Desse modo, afirma de forma categórica que, nesse caminho de base genética, a psicologia geral e a patologia ajudam-se reciprocamente.

Ao focar a idade de transição, Vigotski (1930/1996) afirma que nesse importante momento do desenvolvimento ocorre a interiorização das funções, que se realiza porque as operações externas se integram em uma função complexa e em síntese com toda uma série de processos internos. A relação com todas as outras funções mudou, levando a formação de um novo sistema que, reforçado, transformou-se em interno. Para o autor, este momento do desenvolvimento humano é importante também para compreendermos os processos patológicos, uma vez que na adolescência “se produz a formação definitiva de todos os sistemas. Isso ficará mais claro quando passarmos ao que pode constituir, em certo sentido, a chave da idade de transição: a psicologia da esquizofrenia” (Vigotski, 1930/1996, p. 123).

No entanto, antes de desenvolvermos as ideias vigotskianas acerca da esquizofrenia, o campo maior de investigação do autor em relação às patologias mentais que tivemos acesso, vale trazeremos as contribuições relacionadas à histeria e à afasia (Vygotski, 1996). Assim como a esquizofrenia, esses dois quadros psicopatológicos estão relacionados à idade de transição, uma vez que oferecem materiais para o entendimento da estrutura histórica das funções psíquicas superiores na adolescência. Estes três quadros são, para Vygotski (1996), a evidência da desintegração das unidades estruturadas na idade de transição, ou seja, demonstram “o movimento inverso do mesmo processo de desenvolvimento que estudamos, em termos genéticos, na psicologia do adolescente” (p. 168). Trata-se, portanto, de um desenvolvimento qualitativamente diferenciado, em sentido descendente, levando à patologia.

Vygotski (1996) afirma que há a emancipação das funções inferiores, uma regressão a etapas de desenvolvimento já passadas, nas enfermidades mentais, o que será também desenvolvido, principalmente na esquizofrenia. Esse apontamento é válido visto que o autor bielorusso concordava que nas patologias mentais, ao menos nas que se debruçou, havia o declínio ao nível genético mais primitivo do desenvolvimento, quando já havia conquistado, o passo atrás, o movimento inverso dos processos de desenvolvimento.

A esse respeito, Kozulin (1994) afirma, na exposição das ideias vigotskianas acerca dessa temática, que não ocorre um rompimento na conexão da função superior, “mas sim que é substituída por outra função, mais arcaica desde o ponto de vista do desenvolvimento, que se encontra sem controle superior e produz formas desviadas de conduta e cognição” (pp. 189-190). Desse modo, o desenvolvimento caminha das funções isoladas ao estabelecimento dos sistemas funcionais, enquanto que a regressão consiste na ruptura das relações

interfuncionais e o retorno ao funcionamento das funções de forma isolada.

Portanto, a regressão seria o retorno ao uso do aparato orgânico individual pela derrota da mediação simbólica no controle da conduta humana. Por exemplo, na hipobulia ocorre não uma diminuição do poder da vontade, mas um baixo nível de desenvolvimento da conduta mediata ou dirigida para metas, como na histeria explicado por Vigotski e pelo psiquiatra alemão Kretschmer. Desse modo, a resposta hipobúlica é a reação direta de um organismo aos estímulos ambientais, ao invés de uma resposta mediada, envolvida com uma série de motivos (Kozulin, 1994). A seguir, essa ideia será mais bem compreendida na exposição a respeito da histeria, conforme a concepção vigotskiana.

Na **histeria**, um estado semelhante ao início da maturação sexual que ocorre na idade de transição, ocorre que a esfera motriz-expressiva passa a ser direcionada por uma instância inferior quando a superior está comprometida, fazendo com que ela funcione de forma independente. Em outras palavras, a esfera motriz-expressiva passa a não ser governada por processos psicológicos superiores, no não uso de instrumentos psicológicos adequados ao domínio da própria conduta. Vygotski (1996) afirma que a hipobulia é essa instância, na identificação da vontade com o afeto, guiada pela impulsividade na falta do pensamento no direcionamento do comportamento. Essa organização impulsiva da vida volitiva é característica de crianças e da adolescência no início do amadurecimento sexual e na histeria, que liberada da estrutura volitiva superior, apresenta-se como uma das características mais evidentes.

Essa hipobulia histérica é diferente do que aparece em pessoas sãs, pois nestas a hipobulia integra-se como componente principal da função dirigida a um fim, à vontade, e na neurose age como esfera independente. A vontade, na idade de transição, desenvolve-se e se estrutura relacionada aos outros processos psicológicos, enquanto que na neurose se emancipa como função inferior independente, nesse isolamento, tal como apontado por Kozulin (1994). Ocorre que nos histéricos não existe pouca vontade em realizarem suas atividades, mas sim uma falta de propósito firme, uma vez que sofrem de uma debilidade do objetivo em sua atividade e, por sua vez, essa perda de objetivos leva a confusão no pensamento e à modificação das próprias vivências. Portanto, o que parece pouca vontade é, na verdade, falta de fins.

Na adolescência, o sujeito procura governar sua própria conduta, seus afetos, a si mesmo, o que é possibilitado pelo desenvolvimento do pensamento em conceitos. Ao ter esse processo comprometido na histeria, há uma perturbação da atividade intelectual e alterações emocionais do histérico e, conseqüentemente, a perturbação do aparato orientador do pensamento em todo o sistema psicológico. O histérico deixa de dirigir seu pensamento assim

como não é capaz de governar seu comportamento e, por não participar das complexas operações orientadas a um objetivo, atua conforme as fórmulas mais simples e primitivas.

Na neurose histérica, sob o posicionamento vigotskiano como regida por processos defensivos, ocorre a fuga e a defesa do mundo exterior para a proteção das próprias vivências, marcadas predominantemente por duas características: a regressão à infância e dissociação dos conceitos, com retorno ao pensamento por complexo, com a consequente interferência nas vivências. Portanto, no caso da patologia, as próprias vivências e a autoconsciência da personalidade são uma consequência direta das anormalidades que sofre a função de formação de conceitos (Vygotski, 1996).

A **afasia**⁴⁵ é a segunda enfermidade psíquica retratada por Vygotski (1996), uma perturbação da atividade verbal na qual o pensamento por conceitos é atingido, separando o conceito da palavra. O afásico age a partir de um modo puramente concreto da percepção e do pensamento e, diante de objetos de sua realidade, não consegue nomeá-los, distinguir do que se trata por ter dissociada essa unidade palavra e significado. Nas palavras do autor, “na afasia amnésica a essência da deterioração não se limita ao esquecimento de algumas palavras isoladas, mas sim na troca no modo de utilização da palavra como signo do conceito” (Vygotski, 1996, p. 184).

Vygotski (1996) confirma o fato de que o pensamento por complexos está presente em diferentes doenças mentais. Desse modo, também na afasia, outras funções, tais como a percepção, a memória e a atenção em suas formas superiores estão relacionadas com o desenvolvimento da função essencial da formação de conceitos e ficam comprometidas pela debilidade desse sistema na afasia, assim como a atividade da linguagem.

Por fim, quanto à **esquizofrenia**, trabalharemos com dois momentos no tratamento vigotskiano dessa patologia: suas elaborações no tomo IV (Vygotski, 1996), quando apresenta questões relacionadas ao desenvolvimento na idade de transição, e os textos nos quais trata especificamente desse transtorno mental. Em ambos os momentos, encontramos a base explicativa de Vygotski no pensamento por complexos, sendo que suas ideias foram sendo desenvolvidas conforme suas investigações prosseguiram. Apresentaremos suas ideias mais gerais, apontando as complementariedades e superações feitas no decorrer de seus estudos.

Conforme Vygotski (1996), a esquizofrenia deve ser compreendida mais como um conceito psicopatológico do que um diagnóstico médico, uma vez que envolve mais de um

⁴⁵ Decorrente de lesão, é uma alteração da linguagem, que interfere na compreensão e formulação dos conceitos, estudada pela Neuropsicologia, medicina e linguística. Portanto, não é destacada na psiquiatria, mas se encontra nessa discussão por se tratar de um desenvolvimento diferenciado do psiquismo.

determinado tipo de trocas patológicas da personalidade e da concepção de mundo do que certa forma de enfermidade mental com sua unidade nosológica e um determinado quadro clínico. Nesse sentido, o **problema chave na esquizofrenia** está no desenvolvimento da personalidade e da concepção de mundo e suas conexões internas com a função de formação de conceitos, mantendo a ideia de que o que se desintegra na esquizofrenia, se desenvolve na idade de transição. Tais questões serão fundamentadas a partir de então.

Em suas investigações, Vigotski aponta **três aspectos fundamentais acerca da esquizofrenia**, que serão apresentadas na ordem cronológica de suas pesquisas, para um melhor entendimento, com a indicação das superações ocorridas em suas investigações. Esses aspectos baseiam-se no comprometimento afetivo (Vigotski, 1930/1996; Vygotski, 1996), no dano na formação dos conceitos (Vigotski, 1930/1996; Vygotski, 1996; Vygotsky, 1931/1994) e a desintegração da função de dissociação do pensamento (Vygotsky, 1933/1987).

A forma de pensar, desenvolvida a partir das relações sociais, assim como o sistema de conceitos, inclui também os sentimentos. Os afetos, assim como outras funções psicológicas, desenvolvem-se historicamente com o estabelecimento de mudanças e de novas conexões interfuncionais. Relacionada aos conceitos, a vida emocional altera-se conforme os meios ideológicos e psicológicos, tornando-se cada vez mais complexa conforme o desenvolvimento histórico dos diferentes sistemas psicológicos.

A partir desse pressuposto, o primeiro aspecto acerca da esquizofrenia, conforme Vigotski (1930/1996), envolve o **corte na relação entre a vida intelectual e a afetiva**, com o pensamento direcionado pelos afetos, quando a expressão emocional é separada dos conceitos com os quais se relacionava. Esse rompimento do elo entre a esfera racional e afetiva dificulta o processo de formação de significados e sentidos diante da realidade externa e dos processos internos do homem. As palavras passam a não mais qualificar e reordenar os afetos, seguindo apartadas dessa esfera emocional e rompendo o direcionamento do pensamento na atividade do homem e levando ao empobrecimento da vida emocional. São mudanças patológicas na vida afetiva caracterizada pelo torpor afetivo e, em outro extremo, pela inabilidade, irascibilidade e ausência de qualquer tipo de impulso⁴⁶.

Na esquizofrenia, portanto, pela desvinculação entre o pensamento e os afetos, são desintegrados os sistemas complexos que dão condição ao homem de se situar na realidade e significá-la de modo coerente, generalizado e com formas superiores de dar sentido a ela.

⁴⁶ Aqui podemos pensar em quadros esquizofrênicos, como de artistas e cientistas, por exemplo, que embora com alto desenvolvimento das funções psicológicas superiores, quando desenvolvem a patologia tem esta linha de desenvolvimento do pensamento desvinculada da dos afetos completamente, evidenciando essa separação entre os conceitos e os afetos.

Conforme Vygotski (1996), “precisamente por causa deste fato é ignorada a alteração e a troca das formas de pensamento, das funções intelectuais e se fixava toda a atenção na análise do delírio, da consciência dissociada e das associações separadas do doente” (p. 187). A dissociação da consciência, portanto, passa a primeiro plano, e muda a personalidade, ainda que se conservem as funções psicológicas fundamentais, uma vez que não ocorrem mudanças na memória, na orientação, na percepção ou na atenção, mas na relação que elas exercem entre si e com os elementos afetivos.

Conforme o autor, as ideias e os sentimentos não passam por variação, mas perdem as funções que desempenhavam no sistema complexo, devido à desintegração de todos os sistemas complexos alcançados no percurso da vida social. Nesse momento, Vygotski (1930/1996) apresenta a ideia fundamental do filósofo holandês Baruch de Espinosa (1632-1677), que aborda o poder do homem sobre os afetos por meio da razão. A concepção genética espinosana é correta na visão vigotskiana, que afirma que “no processo de desenvolvimento ontogenético, as emoções humanas entram em conexão com as normas gerais relativas tanto à autoconsciência da personalidade quanto à consciência da realidade” (Vygotski, 1930/1996pp. 126-127). No entanto, na esquizofrenia, passa-se por uma alteração, na qual o afeto, do estado passivo ao ativo, rege essa relação com a autoconsciência e com a realidade, isto é, o pensamento deixa de ser diretor e organizador dos afetos.

Vygotski (1930/1996) afirma que “assim como se formam as funções na idade de transição, essas funções, cuja síntese observamos ao longo dela, se desintegram na esquizofrenia, alterando-se e perdendo sua conexão com o pensamento sem que possamos percebê-lo” (p. 128). Os afetos separados agem à margem do sistema conceitual, mas também acontece o contrário, quando os afetos passam a modificar o pensamento, agora a serviço das necessidades emocionais, o que pode fazer com que imagens do passado, lembranças e sonhos ganhem caráter de realidade em alucinações visuais e auditivas, por exemplo.

No entanto, após alguns estudos, o autor expande sua explicação dos fatores emocionais para **a desintegração na formação de conceitos** na explicação da esquizofrenia, que constitui o segundo aspecto explicativo nesta patologia.

Minha contribuição reside na demonstração de que o distúrbio da vida emocional é somente parte de um distúrbio mais amplo e fundamental, i.e. um distúrbio no campo da formação de conceitos. Minha postulação é a de que o distúrbio intelectual, tanto quanto os distúrbios nos campos das percepções, emoções e outras funções psicológicas, estão em relação causal direta com o distúrbio das funções da formação

de conceitos. Esta hipótese é baseada nos resultados do estudo desenvolvimental do indivíduo, i.e. em dados ontogenéticos (Vygotsky, 1931/1994, p. 323).

Relacionado ao âmbito emocional, como vimos, este aspecto apontado por Vigotski para explicar a esquizofrenia refere-se à desintegração dos sistemas conceituais, quando toma a formação de conceitos como um sistema psicológico e, portanto, desenvolvido de forma patológica nesse quadro clínico ou quando se rompeu a estrutura sistêmica conceitual da consciência. A premissa inicial do autor é de que “a primeira coisa que se desintegra no esquizofrênico é a função de formação de conceitos e somente depois começam as esquisitices” (Vigotski, 1930/1996, p. 125), que não são exemplificadas pelo autor, mas podemos pensar que as esquisitices são, pois, os sinais e sintomas decorrentes da dissociação da consciência e da separação entre o pensamento e os afetos, por exemplo.

Para o autor, no pensamento adolescente, ocorre o desenvolvimento do pensamento por conceito, que revoluciona o processo intelectual e determina a estrutura da personalidade a partir de uma ordem e complexidade mais elevadas, na mudança completa das inter-relações das funções psicológicas, assim como a consciência de si e do meio. Inversamente, “a deterioração mais importante do pensamento que ocorre na esquizofrenia é um distúrbio, um prejuízo, na função de formação de conceitos” (Vygotsky, 1931/1994, p. 314).

Diante disso, Vygotski (1996) afirma que a essência da esquizofrenia está na emancipação das formas complexas do pensamento que são conservadas como estágio anterior do pensamento conceitual, sendo sua elevação a dirigente do pensamento causada pela desintegração dessa unidade sintética mais elaborada, que leva a modificações na consciência e no pensamento do esquizofrênico. Nesse sentido, a adolescência lida com os fenômenos do crescimento e desenvolvimento e a esquizofrenia, por sua vez, com a desintegração e o declínio da vida psíquica. No entanto, é necessário esclarecer que a criança esquizofrênica pode ter tido conceitos formulados e perdê-los, assim como pode nem ter alcançado esse estágio de conceitos verdadeiros⁴⁷.

Vygotsky (1931/1994) apresenta **duas conclusões importantes** a respeito da esquizofrenia. A **primeira** refere-se à aproximação entre o pensamento do paciente com esquizofrenia e o da criança, não por identidade, mas similaridade na forma de seu funcionamento, considerando as etapas no desenvolvimento genético do pensamento e não

⁴⁷ Faz-se necessário, após essa elaboração e sistematização das questões psicopatológicas em Vigotski na presente dissertação, investigar se o pensamento por conceitos, de modo geral, estaria formado e então regrediria também de modo geral ou por núcleos?

como regressão filogenética. Nas palavras do autor, essas formas de pensamento compõem-se na representação da “etapa imediatamente anterior à do estágio de formação do conceito e não podem ser comparados ao processo do pensamento da aranha do qual eles estão separados por milhões dos anos do desenvolvimento” (Vygotsky, 1931/1994, p. 317).

A pessoa com esquizofrenia faz uso do sistema dos nomes fixos que aprendeu na infância, que é determinado pelo modo que se deu o desenvolvimento de seu pensamento em relação aos nomes, situações e objetos. Trata-se do pensamento por complexos, regido por associações feitas de forma concreta e mecânica, ao passo que no conceito há um princípio abstrato geral na base do qual a associação conceitual é formada, os sistemas conceituais, assim como explicamos quando tratamos do processo de formação dos conceitos.

Um complexo é mais bem ligado a uma grande família na qual são agrupados, sob o mesmo nome de família, um grande número de pessoas de modo geral diferentes. Um paciente com esquizofrenia olha para a palavra estímulo como um nome de família para um grupo de objetos sobre a base de proximidade física, similaridade concreta de certas partes ou algum outro relacionamento não-abstrato de um para o outro. Um exemplo típico seria o das assim chamadas de associações em cadeia em pacientes com esquizofrenia. O paciente responde a uma palavra estímulo denotando certo objeto pela nomeação de outro objeto similar em apenas um traço, então nomeando um terceiro objeto tomando em consideração alguma similaridade com o segundo objeto, então de uma maneira similar adicionando um quarto ao terceiro, etc. O resultado é uma quantidade de objetos bem heterogêneos conectados um ao outro de modo bem remoto. A cadeia associativa é construída em tal relacionamento e de tal maneira que há uma conexão entre elos separados, mas sem nenhum princípio singular unindo todos eles (Vygotsky, 1931/1994, p. 316).

Existem conceitos verdadeiros no esquizofrênico, mas no conjunto sistêmico eles não são predominantes, uma vez que o dano na formação do conceito leva ao funcionamento do pensamento por complexos e há uma dificuldade na formação de novos conceitos. A **segunda** importante conclusão refere-se ao fato de que na esquizofrenia ocorre a destruição dos sistemas psicológicos que se encontram na base dos conceitos, ou seja, os significados das palavras são patologicamente modificados, distorcidos. Desse modo, se os significados das palavras orientam o homem no ambiente concreto, isto é, em relação aos objetos e pessoas, quando ocorre esta distorção, todo o sistema de relações do sujeito com os objetos da

realidade e relações com as pessoas ganha um caráter estranhado e alegórico, atingindo o nível da patologia conforme as condições sociais. Assim como a criança que pensa de forma diferente que o adulto e ambos se comunicam, as palavras para o esquizofrênico têm diferentes conotações em sua estrutura psicológica, o que faz com que ele perca a funcionalidade coletiva e suas vivências fiquem imersas nesse caráter estranhado em sua relação com a realidade (Vygotsky, 1931/1994).

No entanto, a comunicação entre as pessoas normais⁴⁸ e o esquizofrênico não é impedida, uma vez que “os ‘complexos’ podem e às vezes coincidem com os conceitos em sua referência aos objetos, mas não necessariamente em seus significados” (Vygotsky, 1931/1994, p. 318). Em concordância, Kozulin (1994) afirma que o “psicótico pode manter sua capacidade de comunicar-se e usar as palavras como um sujeito normal desde o ponto de vista de seus referentes objetivos, mas essas palavras existem dentro de diferentes sistemas de significado” (pp. 221-222).

Dessa maneira, a desintegração dos conceitos faz com que as pessoas com esquizofrenia modifiquem e percam os significados alcançados na vida coletiva e voltem ao pensamento por complexos, concreto, etapa imediatamente anterior a da formação de conceitos, com dificuldades, ainda, na utilização em sentido metafórico. No entanto, as demais funções psicológicas, tais como a memória, atenção, por exemplo, mantêm-se conservadas, assim como afirmado em relação ao rompimento com os fenômenos afetivos (Vygotsky, 1931/1994).

O autor afirma que em pessoas com esquizofrenia o pensamento é regressivo, por operar com formas mais iniciais pela interferência no pensamento conceitual, fazendo, portanto, com que o pensamento por complexos tome a direção dos processos psicológicos. Nas palavras do autor, “essa dependência se manifesta com estrita regularidade cada vez que se perturbam as funções intelectuais superiores, quando se altera o mecanismo do pensamento em conceitos e o substitui por um mecanismo genético mais antigo pensamento concreto” (Vygotski, 1996, p. 205). Este funcionamento, no qual os processos intelectuais superiores sofrem um distúrbio pela doença, assemelha-se ao de crianças antes da adolescência e em estados emocionais de tensão ou em um cenário de fadiga, sono e sonhos, por exemplo.

A tese de Vigotski baseia-se, portanto, no entendimento do processo de desenvolvimento para a análise da desintegração dos conceitos, que aparecerão no uso

⁴⁸ Conforme apontamento da nota de rodapé 41, na página 128.

funcional das palavras, ou seja, no comportamento do esquizofrênico. O complexo, mesmo que semelhante ao conceito, tem leis diferentes em relação às suas funções, pela estruturação do pensamento ser diferente em cada etapa de sua formação⁴⁹.

Outro posicionamento importante refere-se a sua concepção acerca da totalidade dos sistemas psicológicos, no envolvimento de muitos processos psicológicos em funcionamento único, com a unidade afetiva e intelectual do psiquismo, algo que já afirmava em momento anterior (Vigotski, 1930/1996), mas que elabora de forma mais consistente nesse momento (Vygotsky, 1931/1994) em relação à patologia mental. Como exemplo, o autor nos apresenta a relação entre a percepção e as respostas afetivas no distúrbio na formação dos conceitos, como acontece na esquizofrenia.

Um estudo das percepções de um paciente com esquizofrenia indica que vários objetos de percepção comum de tal paciente facilmente perdem suas características perceptuais comuns. Variações ligeiras na luz ou na posição do objeto apresentam-se nas respostas dos pacientes similares àquelas de pessoas normais aos borrões de tinta sem sentido do Teste de Rorschach. Assim como pessoas normais vêem, em tais borrões de tinta, pessoas, paisagens, faces, fadas, também o paciente com esquizofrenia, em sua percepção dos objetos, anexa a eles os mais extraordinários significados se houver a mais ligeira mudança na sua aparência habitual (Vygotsky, 1931/1994, p. 322).

A partir desse exemplo, percebemos a estrita relação entre a percepção e os conceitos que vão junto a ela, na interpretação do teste pautado na formulação de conceitos e suas relações. Entretanto, na desintegração dos conceitos e sua regressão a formas mais primitivas de pensamento, todo o relacionamento entre percepção e significado fica alterado de uma maneira típica ao funcionamento na esquizofrenia. O mesmo ocorre com fenômenos afetivos, como vimos anteriormente, quando os fatores patológicos não se referem ao “embotamento emocional e o desaparecimento da riqueza e da variedade de expressão emocional, mas a separação destas expressões emocionais dos conceitos com os quais são intimamente

⁴⁹ Nesse ponto da discussão, deparamo-nos com alguns questionamentos, tais como: O que seria o atendimento terapêutico de pessoas com esquizofrenia? Como o psicólogo atenderia um paciente com esquizofrenia em surto (por exemplo, com fala desordenada, desconexa)? Pelo o que Vigotski nos apresenta, uma alternativa seria o trabalho na recuperação e/ou desenvolvimento do pensamento por conceitos. Com Zeigarnik, poderemos pensar melhor essas questões, quando a autora insere a atividade do homem enquanto uma via de investigação e recuperação psicológica dos homens, na busca pelo domínio da própria conduta para uma vida saudável. Ainda, a compreensão e ampliação das vivências, de forma mais elaborada e a recuperação dos sistemas psicológicos fornecem-nos pistas no trabalho nesse campo, como estamos desenvolvendo no decorrer da discussão.

associadas” (Vygotsky, 1931/1994, p. 323).

O terceiro aspecto relacionado à caracterização da esquizofrenia, realizada por Vigotski, baseia-se na **falha da função de dissociação da consciência**. Vygotsky (1933/1987) afirma que, em sua época, o estado do estudo psicológico da esquizofrenia era incipiente, o que poderia ser superado pela aplicação metodológica dos experimentos psicológicos realizados em laboratório, o que foi tomado como pressuposto de trabalho por Zeigarnik.

Assim como em 1931, o foco na investigação incide sobre os processos psicológicos superiores, que são comprometidos na patologia, com estritas relações com as funções elementares e o processo de desenvolvimento. Desse modo, o avanço mais significativo que estas investigações psicológicas laboratoriais haviam alcançado, a partir do estudo clínico da esquizofrenia, segundo Vygotsky (1933/1987), referia-se à análise da função da dissociação da consciência, descrita com diferentes nomes pelas distintas investigações psicológicas.

O autor afirma que, nesta formulação do problema, a função de dissociação da consciência é considerada como necessária para o funcionamento do psiquismo, tanto no normal quanto no patológico. Ao se basear em uma função psicológica, ela é necessária para a abstração, a atenção voluntária, a formação de conceitos assim como age na gênese do quadro clínico da esquizofrenia.

Diferentemente do momento anterior, aqui Vygotsky (1933/1987) já fala na gênese da esquizofrenia atribuída à não dissociação da consciência, que é função motora de seu funcionamento saudável, uma vez que o foco da consciência exige dissociação. Desse modo, o esquizofrênico não dissocia, mas só associa, como, por exemplo, tem dificuldade em mudar de assunto, sob uma perseveração do pensamento, o que se relaciona com o pensamento por complexos. Acontece que, ao não se dissociar, pensa a partir de vários traços, sem distinção ou classificação, com um grau de generalização por complexos, o que se aproxima, por exemplo, ao pensamento por vias associativas ou em cadeia e baseia a formação patológica na esquizofrenia.

Outro fato importante encontrado nas pesquisas dos laboratórios clínicos refere-se à existência de sintomas internamente contraditórios no quadro psiquiátrico da esquizofrenia, uma espécie de sintoma que reflete o mesmo fenômeno de forma negativa. O autor apresenta alguns quadros sintomáticos que evidenciam essa afirmação, relacionada ao estado afetivo e ao pensamento por complexos, tal como exposto a seguir.

Nesse sentido, na pessoa com esquizofrenia, são observadas uma perturbação da afetividade, um embotamento emocional e uma frieza da vida afetiva, tal como já afirmava em 1930, ao mesmo tempo em que se nota que os aspectos afetivos adquirem enorme

importância no pensamento de um esquizofrênico, embora em um funcionamento patológico. Na outra situação, Vygotsky (1933/1987) assinala que é notável que o esquizofrênico inclina-se ao pensamento abstrato, no entanto, um ponto central do funcionamento de seu pensamento está nas associações e complexos, uma tendência gráfica dos processos intelectuais. O pensamento é simbólico, mas esbarra na dificuldade de compreensão de metáforas e significados simbólicos, além da dificuldade no direcionamento do comportamento e dos afetos.

Diante dessas considerações, o autor apresenta uma hipótese de estudo bastante interessante, que esboça uma síntese das investigações já apresentadas. Nesse momento, reúne a ideia dos sistemas psicológicos (Vygotski, 1930/1996) com o funcionamento da consciência, compreendendo melhor a função da formação de conceitos, tida mais como um sintoma do que gênese da esquizofrenia (Vygotsky, 1931/1994).

Nós temos sido incapazes de encontrar uma explicação suficientemente clara da estrutura complexa da síndrome esquizofrênica - talvez por causa de um conhecimento insuficiente do estudo clínico de esquizofrenia - mas estamos inclinados a acreditar que a explicação para este fenômeno é encontrada através da aplicação da hipótese da *estrutura sistêmica e sentido da consciência para uma compreensão da psicologia da esquizofrenia* (Vygotsky, 1933/1987, p. 75, grifos nossos).

A partir de então, pretende elaborar uma resposta a essa problemática da dualidade sintomática na esquizofrenia, com foco na função da dissociação e a tendência contrária de fusão de processos e aspectos diferentes na consciência. Conforme Vygotsky (1933/1987), a dissociação, como função da consciência, passa por um processo de desenvolvimento, assim como as demais funções, mudando qualitativamente no desenvolvimento ontogenético.

Se eu disser que a função de dissociação é uma condição prévia da atenção voluntária e da abstração na história do desenvolvimento e em funcionamento contínuo, o que quero dizer é que ela serve como uma força coerente na estrutura interna, no sistema psicológico de conceitos, em cada ser humano adulto plenamente desenvolvido (Vygotsky, 1933/1987, p. 76).

Sendo uma função relacionada às demais, agindo de forma coerente à estrutura total da consciência, a dissociação torna-se fundamental para o desenvolvimento único do psiquismo. Desse modo, é compreensível que o sistema de conceitos, através do qual a consciência

generaliza a realidade externa e todo o mundo interno, significando as experiências subjetivas, defina os limites de dissociação e combinação dos fenômenos na consciência. Já no funcionamento patológico, os limites da dissociação ficam desordenados, pela própria desintegração da formação de conceitos, e há a fusão de tudo em um todo.

Em casos assim, Vygotsky (1933/1987) afirma que se encontra na consciência aspectos que vão ao sentido contrário da função da dissociação. Essa força contrária se desencadeia pela desintegração da função de formação de conceitos e enfraquece as linhas que distinguem os diferentes processos da consciência. Assim, ocorre o “colapso do significado das palavras e do sentido por toda a estrutura sistêmica da consciência de que falei anteriormente” (Vygotsky, 1933/1987, p. 76).

Ao trazer a discussão para a estrutura sistêmica da consciência, Vygotsky (1933/1987) embasa a defesa de se ater ao **papel ativo da personalidade** da pessoa que está passando por este processo de desintegração. Ao afirmar que não se deve considerar o ser humano doente apenas como paciente, mas enquanto homem em sua totalidade, uma vez que a doença é apenas um estado do humano e não todo o humano, há convergência com as defesas anteriores da necessidade do estudo do desenvolvimento da personalidade para o entendimento do desenvolvimento dos processos patológicos (Vigotski, 1930/1996; Vygotsky, 1931/1994), percurso que será defendido por Zeigarnik nos trabalhos como patopsicóloga.

No estudo da personalidade, além dos vestígios destrutivos, decorrente de um longo processo patológico que compromete as complexas relações das funções, semântica e sistêmica, e as conexões da consciência, encontram-se, por outro lado, traços contrários da personalidade que resistem e se reorganizam sob uma reação complexa da personalidade a um processo destrutivo. Este é um princípio importante que Vigotski também trabalha nas investigações da Defectologia, quando afirma que existem compensações realizadas dentro da própria consciência do sujeito, como colocamos inicialmente antes de nos atermos especificamente aos transtornos mentais expostos pelo autor. Vygotsky (1933/1987) ressalta esse fenômeno, presente em alguns casos de dissociação, como uma espécie de reação de defesa da consciência para o processo de desintegração e da fusão.

Tanto no final da exposição de 1931, quanto na de 1933, Vigotski volta-se para a discussão dos fatores biológicos na constituição da esquizofrenia, o que proporciona elementos para pensarmos nas condições biológicas em sua etiologia. Já em 1930, o autor lança a ideia de que “a primeira coisa que salta à vista no tratamento clínico psiquiátrico das alterações psicológicas é a desintegração daqueles sistemas que, por um lado, se formaram mais tarde e, por outro, são de origem social” (Vigotski, 1930/1996, pp. 125-126), pautando o

quadro clínico da desintegração e não a gênese dela. Diante da próxima citação do autor, podemos tomar alguns pontos de análise que proporcionam direcionamentos nesse entendimento vigotskiano acerca da esquizofrenia.

Utilizando a função da formação de conceitos como um ponto de partida da investigação, e concluindo também que ela é o centro ou núcleo psicológico de todo o drama da doença, vê-se ainda que ela não tem nada da etiologia da esquizofrenia. Distúrbios na função da formação de conceitos são o resultado imediato da esquizofrenia, mas não a sua causa. E não estou de todo inclinado a tratar a esquizofrenia como uma desordem psicogenética. Qualquer que possa ser a causa orgânica da doença, contudo, a psicologia tem um direito de estudar os fenômenos associados com as mudanças na personalidade de um ponto de vista psicológico. A desintegração da personalidade segue certas leis psicológicas, ainda que as causas diretas destes processos possam não ser psicológicas em sua natureza (Vygotsky, 1931/1994, p. 324).

Desse modo, podemos inferir algumas ideias a respeito do que o autor expõe, principalmente quando aponta que a desintegração da formação de conceitos não se baseia na causa da esquizofrenia, mas sim o comprometimento de processos não psicológicos cuja natureza resulta na desintegração da personalidade do esquizofrênico, ou seja, impactam o psiquismo mesmo não sendo de origem estritamente psicológica. Enquanto formação sócio-histórica, a personalidade sofre uma alteração patológica na esquizofrenia, podendo ter, inicialmente, algum comprometimento biológico que não foi superado pelas apropriações culturais e compensado esse limite, levando ao quadro da patologia mental. Portanto, é possível que Vigotski compreenda a esquizofrenia como tendo algo biológico, no entanto, entendido como base elementar para a formação social das funções psicológicas superiores. Nesse aspecto, devemos nos voltar à compreensão desse quadro clínico submetido à relação dialética entre organismo e condições sociais de desenvolvimento.

Na exposição de 1933, o autor volta-se novamente para a problemática da orientação biológica no estudo da esquizofrenia, que, segundo ele, estava correta quando se destacou o papel da personalidade na patologia, mas encaminhada de forma errônea pela concepção a-histórica da própria personalidade.

(...) não é nas profundezas, mas nas formas superiores da personalidade que deve

ocorrer o entendimento dos distúrbios e reações da personalidade e para o destino da consciência de um indivíduo, então, parece-me que essas reações individuais, que vem das alturas da personalidade, devem conter a chave para decifrar a imagem dupla apresentada na esquizofrenia (Vygotsky, 1933/1987, p. 77).

Nesse sentido, Vygotsky (1933/1987) atribui valor aos pressupostos orgânicos enquanto base de desenvolvimento que, portanto, é transformado e superado pelo desenvolvimento cultural da personalidade, sendo nesse ponto encontrados os caminhos da patologia, assim como de sua superação. Portanto, o erro pauta-se no estabelecimento de uma base puramente biológica do organismo ao invés de conceito social e psicológico da personalidade ou de como o biol[ogico se relaciona com o edifício cultural. No trabalho na Patopsicologia Experimental, Zeigarnik defenderá esse mesmo ponto em suas investigações mais elaboradas, como veremos no próximo capítulo.

O esquizofrênico, que perdeu as relações sociais com aqueles que o rodeiam, perde-as para consigo mesmo [...] o esquizofrênico não deixa apenas de compreender os demais e de falar com eles, mas deixa de se dirigir a si mesmo através da linguagem. A desintegração dos sistemas de personalidade construídos socialmente é outro traço da desintegração das relações externas, que são relações interpsicológicas (Vigotski, 1930/1996, p. 129).

Portanto, na patologia da esquizofrenia, são os processos intelectuais superiores que sofrem uma desintegração decorrente da doença, na intrínseca relação entre a base dos processos fisiológicos e o desenvolvimento cultural do homem. A cisão ocorre a nível social, uma vez que todos os sistemas são de origem social, trasladados das relações coletivas para o interior da personalidade e, pelo rompimento, a pessoa com esquizofrenia torna-se cada vez mais introvertida e aproxima-se de manifestações do autismo⁵⁰. A causa pode estar marcada organicamente, mas a compreensão e busca de caminhos para a superação da patologia encontram-se nos processos psicológicos e sociais. Na citação a seguir, o autor discute essa relação entre a esfera biológica e psicológica na determinação de casos desviantes no desenvolvimento, especificamente na esquizofrenia, partindo de Pavlov até suas

⁵⁰ Para um melhor entendimento do autismo a partir dessa concepção, recomendamos a dissertação de Dayene Patrícia Gatto, de 2010, intitulada “Teoria de L. S. Vigotski e o Atendimento Educacional aos Transtornos Globais do Desenvolvimento: da identificação da conduta desviante à formação do homem cultural”.

considerações na superação de pressupostos fisiológicos.

Algum tempo antes Pavlov pensava que as inibições corticais e o sono eram idênticos; agora ele acredita que as inibições internas e a esquizofrenia têm um bom acordo em comum. Obviamente, é uma teoria fascinante⁵¹. Aquilo que me interessa nesta teoria é que ela constrói uma ponte sobre o vazio entre a hipótese psicológica e os dados fisiológicos em esquizofrenia. Se se evoca que o propósito e a função biológica das inibições internas, inclusive o sono, consistem na cessação de contatos com o mundo externo, torna-se claro que o autismo, abandono e fechamento do self de alguém à realidade são resultados diretos do estado especial do sistema nervoso central dos pacientes com esquizofrenia. A perda de contato com o mundo exterior assume uma significância biológica. Ela não é o resultado da esquizofrenia, mas uma expressão das forças protetoras do organismo reagindo com inibições internas à debilidade do sistema nervoso central. Se isto é assim, e parece haver toda razão para acreditar que isto é um fato, importantes conclusões podem ser tiradas. Todas as funções psicológicas superiores, inclusive a fala e o pensamento conceitual, são de origem social. Elas emergem como meios de prestar ajuda mútua, e gradualmente tornam-se uma parte do comportamento cotidiano da pessoa. É significativo que em sonhos haja uma cessação de contatos com o self social que forma a fundação da personalidade normal. Isto aparentemente torna-se também a causa de diminuição da capacidade do intelecto no campo dos conceitos; os outros sintomas da esquizofrenia, como eu mostrei, todos advém dessa fonte. Em alguma medida, meus dados experimentais, interpretados à luz da psicologia genética, permitem-nos formular certas teorias que eu apresentei (Vygotsky, 1931/1994, pp. 324 e 325).

Apresentamos de forma extensa essa colocação do autor para acompanharmos seu pensamento na resolução desse vazio formado pelos polos biológico e psicológico, que agem juntamente na esquizofrenia, com comparações aos processos de sono, de ordem primitiva, até funções do pensamento em conceitos, de ordem social que, comprometido na esquizofrenia, promovem seu caráter diferenciado e próximo ao autismo, por exemplo. Desse

⁵¹ De acordo com Wortis (1953) e Rojlin (s/d), a esquizofrenia, para Pavlov, era um estado de inibição das funções nervosas superiores, assim como os sonhos, como Vygotsky (1931/1994) trata ainda nessa citação, um estado de inibição geral estendido a todo o córtex e aos centros subcorticais, na força da herança genética.

modo, a partir de seu trabalho no laboratório e de suas investigações experimentais e teóricas, com estudos da fisiologia de Pavlov, o autor afirma que as observações clínicas e fisiológicas formam uma ponte para as especulações psicológicas, sendo, portanto, fonte de explicações para esse quadro clínico. Entretanto, defende a cisão que ocorre em nível social no desenvolvimento da personalidade e leva à desintegração dos conceitos e dos sistemas psicológicos. Vygotsky (1931/1994) toma a base do processo destrutivo como algo possivelmente biológico, mas assinala para a dualidade existente entre o defeito biológico e a personalidade social, na qual esta última pode superar o polo anterior.

Vigotski parte da ideia de que é preciso voltar-se aos processos psicológicos de ordem cultural para o estudo da doença mental, a partir da premissa do desenvolvimento da personalidade do homem. Nos três momentos apresentados, foi dada importância ao estudo do desenvolvimento da personalidade, na ênfase de que um dos principais caminhos para a compreensão da patologia está na investigação a partir do método histórico, ou seja, a partir do desenvolvimento psicológico.

Na comunicação de 1930, Vigotski (1930/1996) encerra suas considerações acerca da esquizofrenia afirmando que a chave para a compreensão não só do desenvolvimento, mas também da desintegração dos processos psíquicos na patologia encontra-se nos estudos dos sistemas e de suas funções para o entendimento dos sistemas psicológicos. No ano seguinte, expressa a hipótese de que o estudo da esquizofrenia deve ser feito à luz do desenvolvimento psicológico da personalidade. Nas palavras do autor, “a história do desenvolvimento do pensamento deve ser usada como um meio de alcançar uma compreensão das peculiaridades do pensamento por complexos na esquizofrenia” (Vygotsky, 1931/1994, p. 320).

O autor afirma de forma explícita que a chave para a compreensão desse fenômeno está na psicologia genética. No terceiro momento apresentado, Vygotsky (1933/1987) ressalta que o tipo de desenvolvimento psicológico e de alteração da consciência e suas funções que são encontradas na esquizofrenia podem contribuir nas investigações sobre a organização normal de consciência, justamente por esse olhar para o desenvolvimento da personalidade do homem, assim como afirma em outros momentos, como exposto anteriormente.

Diante disso, em uma perspectiva materialista histórica e dialética, os caminhos do biológico e do social se complementam, uma vez que a linha da “normalidade”, sendo histórica e não fruto do desenvolvimento meramente biológico da espécie, se conforma às condições gerais históricas da sociedade. Tanto as patologias, como a superação das deficiências por vias colaterais, devem ser compreendidas na dialética normal *versus* patológico, ambos como historicamente constituídos, o que confirma a afirmação de Vigotski

de que entender o patológico contribui para a compreensão do homem normal, como contribui na busca de meios para sanar a patologia.

Ao partir da discussão da periodização e da importância da situação social do desenvolvimento, como discute na infância difícil, assim como a respeito da compensação cultural na Defectologia, traçamos um caminho metodológico para pensarmos as doenças mentais nesse campo vasto da obra de Vigotski e que possibilitaram o desenvolvimento por parte de outros autores, como no caso de Zeigarnik. Já nos estudos relacionados às patologias mentais, Vigotski voltou-se à análise dos processos de pensamento, na formação de conceitos, até anunciar questões concernentes à personalidade, dando início ao que viria a ser ponto central nos estudos patopsicológicos experimentais.

Todos estes princípios metodológicos expostos adquirem um significado positivo na investigação da patologia de processos psicológicos, uma vez que não enfatizam somente a falta, mas buscam o que deve estar íntegro e que pode contribuir na superação da patologia, ao tomar o papel ativo da personalidade do homem. Esse será um princípio adotado por Zeigarnik na Patopsicologia Experimental, na consideração da estrutura da atividade humana na formação da personalidade e desencadeamento dos transtornos mentais.

Dessa maneira, o posicionamento de Vigotski acerca das patologias mentais deve estar pautado na historicidade de suas elaborações, que considera as limitações de sua época, tanto no campo das ideias como, principalmente, das bases materiais, levando às limitações de suas explicações. Ainda, a morte precoce do autor também interferiu em suas investigações, na interrupção de suas pesquisas, como ocorre no campo da doença mental. Nesse sentido, as posições assumidas por Vigotski explicam alguns quadros patológicos, mas não podemos expandir para todo e qualquer transtorno mental, embora precisemos considerar que a base metodológica construída pelo autor é fundamental para entendermos todo e qualquer fenômeno psíquico humano. Portanto, cabe-nos elaborar os procedimentos metodológicos e o arcabouço teórico para o trabalho em saúde mental e no atendimento clínico com base na Teoria Histórico-Cultural.

Em Vigotski, o foco permaneceu na formação de conceitos em seus estudos, com incursões iniciais quanto ao papel fundamental da personalidade e da estrutura da consciência. Por exemplo, enquanto quadro clínico mais desenvolvido, o autor concluiu que na esquizofrenia são desintegradas as unidades superiores do pensamento, o que promove o pensamento em complexo como dirigente das vivências e da conduta do homem a partir de suas conexões complexas com a realidade. Tal como no homem normal, toda a consciência da realidade e toda a consciência da própria personalidade está representada no sistema de

conceitos e, portanto, é natural que na decomposição e dissociação deste sistema também seja destruído todo o sistema de consciência da realidade e todo o sistema da consciência da personalidade (Vygotski, 1996).

No entanto, ao tomarmos outras categorias de análise, como a atividade humana e seu papel no adoecimento psicológico, ampliamos o campo de estudo e de entendimento dos transtornos mentais, tal como fez Bluma Zeigarnik já na década de 1960, sob outras condições sociais. Desse modo, muitas das elaborações de Vigotski foram incorporadas pela autora, que ampliou muitas delas, como questões relativas ao domínio da própria conduta, à zona de desenvolvimento próximo como caminho de compensação da patologia e à importância da formação da personalidade. Ainda, na Patopsicologia Experimental, como veremos no próximo capítulo, o ponto central na desintegração dos processos psicológicos encontra-se na alteração patológica da estrutura da atividade do homem, o que aproxima a autora também das elaborações de Leontiev.

Por fim, um aspecto importante a ser destacado - que será apresentado no próximo capítulo - é que assim como no caminho percorrido por Vigotski, também na Patopsicologia Experimental, uma das principais contribuições baseia-se na superação do ponto de vista fenomenológico com o estudo das manifestações e classificação por traços exteriores, pelo uso do aporte genético, que se volta à essência dos fenômenos revelada em seu desenvolvimento (Vygotski, 1983). Trata-se de uma abordagem científica no estudo do fenômeno patológico, possibilitada pela compreensão historicizada do psiquismo, ou seja, o estudo de sua gênese e desenvolvimento também nos casos em que há alterações patológicas desses processos.

3. PATOPSIKOLOGIA EXPERIMENTAL: UMA MUDANÇA TEÓRICO-METODOLÓGICA NA CONCEPÇÃO DOS TRANSTORNOS MENTAIS

(...) a doença atua destrutivamente sobre a personalidade não diretamente, mas sim indiretamente, através da atividade que tem sido assimilada com o desenvolvimento social do homem (Zeigarnik, 1976/1981, p. 51).

O presente capítulo, seguindo a sequência estabelecida na pesquisa, apresenta as contribuições do campo psicológico da Patopsicologia Experimental, desenvolvida na União Soviética, a partir das elaborações de Bluma V. Zeigarnik. Essa disciplina psicológica, submetida aos princípios da Psicologia Histórico-Cultural, constituiu-se enquanto síntese do contexto abordado no primeiro capítulo e das premissas de pesquisas realizadas por Vigotski e Leontiev, principalmente ao que compete o desenvolvimento social do homem, como exposto no segundo capítulo e evidenciado nesta afirmação da autora, no início do presente capítulo.

A necessidade histórica era a de desenvolvimento de um campo de atuação na saúde mental que superasse a prática coercitiva e de controle da população, tal como a psiquiatria soviética colocava-se, para que a psicologia pudesse trabalhar a serviço do desenvolvimento e emancipação do homem. Desse modo, a Patopsicologia Experimental desenvolveu-se a partir da materialidade, da historicidade e das contradições nas quais Zeigarnik e seus colaboradores viviam, o que demarcou os rumos e pesquisas no campo dos transtornos mentais a partir do materialismo histórico e dialético.

Para realizarmos esta exposição e sistematização das elaborações acerca da Patopsicologia, utilizamos quatro obras, acessíveis em espanhol e em inglês, das obras de Zeigarnik que, em termos cronológicos, complementam-se e atualizam-se conforme as publicações foram ocorrendo na União Soviética. A primeira edição trata-se do livro “Patologia do Pensamento” (The pathology of thinking, 1962/1965), edição norte-americana de 1965, que contém o germe teórico e metodológico da Patopsicologia Experimental.

Este livro inclui detalhes do curso de trabalhos teóricos e práticos realizados pela autora para alunos da divisão psicológica da Faculdade de Filosofia da Universidade de Moscou desde 1949. O livro baseia-se nos resultados das investigações experimentais psicológicas conduzidas pela autora e seus colaboradores no laboratório de psicologia do Instituto de Psiquiatria, do Ministério da Saúde da URSS e do trabalho realizado em hospitais neurocirúrgicos na Segunda Guerra Mundial.

As próximas obras referem-se ao livro “Introdução à Patopsicologia”, publicado na URSS em 1969, composto a partir de pesquisas realizadas no Laboratório de Patopsicologia Experimental do *Instituto de Psiquiatria de Moscou*, com a edição norte-americana em 1972 (Experimental Abnormal Psychology, 1969/1972) e a edição cubana de 1979 (Introducción a la Patopsicologia, 1969/1979). Estas duas edições foram comparadas, no decorrer da pesquisa, quanto ao conteúdo, estrutura e organização na exposição dos princípios patopsicológicos, não sendo encontrado nenhum aspecto incoerente ou discrepante entre as duas. Diante disso, pela proximidade com a língua espanhola e pelo compartilhamento das ideias sociais entre a URSS e Cuba, nos anos de 1970, decidimos usar, predominantemente, a edição cubana nas citações e referências ao longo da pesquisa, em detrimento da edição norte-americana. Ainda, na edição cubana, há um capítulo introdutório a respeito de Zeigarnik e da Patopsicologia, como também um importante prefácio escrito por ela, expondo a estreita relação entre as pesquisas patopsicológicas na União Soviética e em Cuba, fatores que nos levaram a referenciar mais a edição cubana.

O último livro que tivemos acesso é o “Patopsicologia”, publicado em 1976 na cidade de Moscou e editado em Madrid em 1981 (Psicopatología, 1976/1981), que possui certa confusão de datas quanto ao ano de publicação na União Soviética, visto que encontramos duas datas possíveis, a de 1976 e a de 1986. Adotamos a data referenciada por Golder (1986) e na própria edição espanhola, que parece ser a correta quando realizamos comparações com outros artigos que tratam da obra de Zeigarnik.

Esta publicação de 1976 conta com resultados de investigações realizadas enquanto Zeigarnik esteve na Faculdade de Psicologia da Universidade Estadual de Moscou assim como inclui também algumas seções da edição do livro de 1969. Ainda, conta com investigações de colaboradores dos laboratórios psicológicos do *Instituto de Psiquiatria de Moscou*, pertencente ao Ministério de Saúde da URSS. Notamos, na edição espanhola, a presença de capítulos das edições anteriores, com pequenas mudanças na organização do conteúdo apresentado. Desse modo, as edições norte-americana, cubana e espanhola complementam-se, sendo que na última encontramos atualizações e avanços no campo da Patopsicologia Experimental, com capítulos inéditos e maior sistematização dos estudos, sendo, portanto, uma edição mais completa e mais ampla.

Ainda, um fato interessante refere-se ao uso do termo ‘Patopsicologia’ na edição cubana, na maior fidelidade aos termos utilizados por Zeigarnik, e o uso, na tradução espanhola, do termo ‘Psicopatología’, que se refere à tendência médica e ocidental no tratamento dos transtornos mentais. Essa ressalva terminológica justifica-se, pois existem

diferenças entre essas duas disciplinas científicas, no posicionamento metodológico e prático da Patopsicologia desenvolvida por Zeigarnik, bastante diferente da psicopatologia ocidental, como será exposto neste capítulo.

A bibliografia de Zeigarnik é bastante ampla, como apresentada por Golder (1986), no entanto, a maioria dos livros ainda se encontra em sua fonte original, o russo, com publicações inacessíveis, o que nos impossibilita o contato com os livros devido às barreiras significativas de localização e língua⁵². Diante desse fato, o conhecimento das obras de Zeigarnik foi possível também a partir do acesso aos artigos da Revista Cubana de Psicologia, da década de 1980 e início dos anos 1990, de autores cubanos que atuaram com a Patopsicologia e, de algum modo, fizeram contato com a própria Zeigarnik e seus orientandos. As referências destes artigos trazem as obras da autora, com tradução do título para o espanhol da fonte original em russo, o que evidencia as sérias dificuldades no contato com os trabalhos patopsicológicos em suas fontes primárias, a não ser pelos quatro livros e alguns artigos da própria autora que tivemos acesso em suas traduções para o espanhol e o inglês, como apresentados acima.

Para a elaboração deste terceiro capítulo, utilizamos o livro “Patologia do Pensamento”, principalmente, na exposição dos diferentes métodos psicológicos experimentais, com os demais livros, assim como alguns artigos, envolvidos na sistematização histórica, dos fundamentos metodológicos e das investigações dos diferentes transtornos mentais da Patopsicologia Experimental, assim como a relação intrínseca com a psicologia geral. Portanto, traçamos um caminho partindo da biografia de Zeigarnik até os aspectos históricos, teóricos e metodológicos dessa disciplina psicológica ainda bastante desconhecida no Brasil, juntamente com algumas contribuições patopsicológicas para a psicologia geral, expostas por Zeigarnik em toda a sua obra.

3.1 A UNIDADE DA HISTÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA NA TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA DE BLUMA V. ZEIGARNIK

Em 1985, Mario Golder (1986) realizou uma entrevista com a psicóloga lituana Bluma Vulfovna Zeigarnik (1900-1988) na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lomonósov, onde trabalharam os fundadores e continuadores da Psicologia Histórico-Cultural. Esta conversa proporciona-nos um relato rico e interessante acerca da vida da autora, tanto em suas

⁵² No apêndice 2, encontra-se uma relação com as obras de Zeigarnik, tanto as que tivemos acesso na pesquisa, como as que são impossibilitadas pela limitação da língua e pela falta de acesso no presente momento.

vivências pessoais quanto em suas elaborações profissionais, o que é bastante restrito em relação à mesma. Além dessa entrevista, outra fonte de informações acerca da vida de Zeigarnik que tivemos acesso é um artigo escrito por sua neta V. V. Zeigarnik (2007), no qual são expostas experiências pessoais, entrelaçadas por acontecimentos históricos e profissionais, que ajudam a traçar a carreira dessa psicóloga soviética tão importante no trabalho com a Patopsicologia Experimental na URSS.

Na entrevista concedida a Golder (1986), Zeigarnik afirma que atravessou, em sua carreira profissional, desde o ponto de vista experimental como o teórico, distintas etapas em trabalhos com eminentes psicólogos. Dois grupos se destacam: o dos psicólogos gestaltistas alemães e o dos soviéticos, grupo formado por Vigotski, Luria, Leontiev, Zaporozhetz e Bozhovich, dentre outros. Golder (1986) apresenta, de forma sucinta e bastante didática, a trajetória da autora a partir de cinco momentos de sua vida pessoal e profissional, o que é importante para a compreensão da produção da autora vinculada às questões sociais e, principalmente, do desenvolvimento da Patopsicologia Experimental.

O primeiro momento refere-se à experiência com o psicólogo alemão Kurt Lewin, na Universidade de Berlim, quando teve seu primeiro trabalho de maior reconhecimento, o “Efeito Zeigarnik”. Após esse momento, Zeigarnik viveu a fase de trabalho junto com Vigotski e seus colaboradores na formação da Psicologia Histórico-Cultural. Já na década de 1940, a autora passou por experiências como especialista tanto em psicodiagnóstico quanto em reabilitação e restabelecimento das funções e processos psíquicos superiores nos hospitais militares, juntamente com Luria e outros colaboradores. No quarto momento de sua carreira, após a Segunda Guerra Mundial, Zeigarnik desenvolveu estudos envolvendo fenômenos mentais patológicos, em especial na sua Patopsicologia. Por fim, como tema de interesse após essas etapas, a autora aproxima-se dos estudos da personalidade, dos anos de 1970 em diante, o que lhe trouxe também aproximações com as elaborações de Leontiev.

Nascida na Lituânia, em 1900, sob o poder dos czares, Bluma Vulfovna Zeigarnik teve que aprender russo devido ao controle exercido sobre os povos não russos. Em 1922, já casada, deixou a URSS e foi para a Alemanha, onde iniciou sua vida de universitária. Zeigarnik ingressou no Departamento de Filosofia da Universidade de Berlim, onde trabalhou sob a direção teórica e experimental de Kurt Lewin, enquanto seu marido era um estudante no *Instituto Politécnico de Berlim*. Nessa etapa berlinesca, a autora aplicou a psicologia em diferentes ramos, uma vez que se trabalhava seriamente em psicologia na cidade de Berlim, sendo bastante interessada por autores da Gestalt, tais como Wolfgang Köhler e Max Wertheimer, além de seu professor Kurt Lewin (Golder, 1986; Zeigarnik, 2007).

Sob orientação de Kurt Lewin, em 1927, Zeigarnik escreveu sua tese de doutorado, com o tema da memória, trabalhado durante muitos anos por Lewin e seus alunos. No trabalho da autora, a respeito da memória de tarefas completas e incompletas, essas investigações foram chamadas de “Efeito Zeigarnik”, identificadas com a teoria da Gestalt, e trouxeram grande conhecimento da autora por parte do Ocidente (Tapp, 1984) e fez com que ela fosse considerada, sempre que se reportavam a ela, de nacionalidade alemã.

O “Efeito Zeigarnik” constitui-se do fato de que se recorda de forma melhor e mais completa as ações não terminadas do que as ações que são terminadas em determinada atividade. Dito de outro modo, este trabalho experimental da autora demonstra que “a memória fixará mais o incompleto devido à tensão posta em jogo e as necessidades não resolvidas, enquanto que as ações que tem completado seu ciclo enfraquecem consideravelmente a carga tensional e diminuem a gravitação das necessidades” (Golder, 1986, p. 76).

Na União Soviética, Zeigarnik é considerada uma das mais importantes patopsicólogas, bastante comprometida com o desenvolvimento da ciência psicológica. Tapp (1984) destaca o lugar ocupado por ela que, entre os psicólogos soviéticos que se formaram na década de 1960, teve uma educação e exposição à cultura ocidental, o que depois lhe trouxe sérios problemas a partir da década de 1930, no stalinismo, como sua neta Zeigarnik (2007) demonstrou, pela associação de seu trabalho inicial aos valores ocidentais capitalistas.

Nos anos finais da década de 1920, enquanto o marido obteve uma posição no Ministério de Comércio Exterior soviético, Zeigarnik trabalhou na Universidade de Berlim como pesquisadora, desenvolvendo seu trabalho a partir de uma metodologia experimental, em decorrência de seu contato com Kurt Lewin, que lhe trouxe também ensinamentos em relação à importância da comunicação entre experimentador e experimentando. Nesse período, teve grande interesse pelo psiquiatra alemão Kurt Goldstein (1878 – 1965), que se apoiava nos conhecimentos da psicologia geral e no método da Gestalt. Essa aproximação permitiu à Zeigarnik a entrada no terreno da psicopatologia, ao mesmo tempo em que mantinha o interesse pelo experimento normal. Como ponte das duas disciplinas, psicologia e psiquiatria, passou a se ocupar dos grandes temas da psiquiatria clássica, da esquizofrenia em particular, da debilidade mental e da oligofrenia (Golder, 1986).

No período berlinesco, a psicóloga lituana aprendeu com o professor Kurt Lewin que os estudos psicológicos devem ser encaminhados por meio da investigação experimental dos fenômenos psicológicos. Em suas palavras, “Lewin não se limitou à descrição ou à observação, mas enfatizou a necessidade do uso de meios experimentais para o estudo da

estrutura dinâmica da personalidade. Os psicólogos soviéticos, como vou demonstrar, adotaram seus métodos e variaram-nos com sucesso” (Zeigarnik, 1984, p. 181).

Neste artigo que discute a relação entre Kurt Lewin e a psicologia soviética, Zeigarnik (1984) reconhece que, por mais que seus métodos fossem importantes, o autor partia de um campo filosófico e epistemológico diferente do da psicologia soviética, pautando-se numa abordagem a-histórica, sem o reconhecimento da dialética no desenvolvimento humano. No entanto, sob essa ressalva, muitos dos procedimentos experimentais de Lewin foram incorporados na pesquisa psicológica soviética, tanto na sua forma original quanto em formas modificadas. Por serem métodos que possibilitavam uma investigação mais aprofundada, foram bastante utilizados no trabalho de investigação das mudanças de personalidade em diversas formas de anormalidade, principalmente por Zeigarnik no desenvolvimento da Patopsicologia Experimental.

Deste modo, “apesar de diferentes posições metodológicas, psicólogos soviéticos se beneficiam do uso de afirmações teóricas de Lewin, bem como de seus métodos experimentais, que provaram ser heurísticos para o desenvolvimento da nossa ciência” (Zeigarnik, 1984, p. 192). Um dos primeiros psicólogos soviéticos a utilizar seu método experimental foi V. N. Miasichshev. Valsiner e Van der Veer (2006) afirmam que o próprio Vigotski, entre os anos de 1932 e 1934, referiu-se com muita frequência ao trabalho de Kurt Lewin, o que pode ser explicado pelo trabalho conjunto com os ex-alunos de Lewin, como Birenbaum⁵³ e Zeigarnik.

Ao retornar para a União Soviética, em 1931, sem abandonar o que havia aprendido na Alemanha, Zeigarnik passou por uma virada em suas produções quando entrou em contato com a psicologia fundada por Vigotski, com quem compartilhou seus pressupostos filosóficos e metodológicos, como outros continuadores, com trabalhos em direções bastante originais. Portanto, esse encontro com Vigotski baseou-se em um momento de forte transformação em sua carreira, tornando-se a base de todo o seu trabalho na Patopsicologia. Nesses anos iniciais da década de 1930, começou a trabalhar na Escola de Formação Comunista Nadiezhda Krupskaja.

Nessa instituição, Vigotski tinha um laboratório experimental, o que permitiu o contato de Zeigarnik com ele até sua morte prematura, em 1934. Eram contatos diários em eventos, apresentações, polemizando junto a outros psicólogos e concepções. O trabalho se

⁵³ Realizou trabalhos com Vigotski a respeito da doença de Pick, material que se encontra em russo, no qual os autores expõem esse quadro patológico, com a descrição e como realizaram a análise da patologia, também a partir do estudo do pensamento por conceito e sua desintegração (Valsiner & Van der Veer, 2006).

dava, nas palavras da autora, “juntos em nossas contribuições educacionais ao Estado e ao Ministério de Educação [Comissariado do Povo para Instrução/Educação], à Universidade, na defesa do papel do psicólogo nessa nova sociedade que estávamos sentindo dia a dia com mais força e energia” (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, pp. 87-88).

Como dito anteriormente, a metodologia experimental de Kurt Lewin foi bastante apropriada pelos psicólogos soviéticos, o que levava também ao interesse de Vigotski pela teoria e, em especial, pela metodologia lewiniana e investigações de W. Köhler, por exemplo. No ano de 1933, com a política stalinista acirrando-se na URSS e a ascensão ao poder de Hitler, Lewin evitou a volta para a Alemanha e esteve por semanas em Moscou, onde teve encontros e discussões com Vigotski, com apreciações recíprocas de seus trabalhos (Golder, 1986; Valsiner & Van der Veer, 2006).

As ligações pessoais entre o instituto de Berlim e o grupo de Vygotsky não se limitaram a esses contatos entre Lewin e Vygotsky. Luria passou algum tempo em Berlim, e Zeigarnik e Birenbaum, colaboradores de Vygotsky, trabalharam muitos anos em Berlim como assistentes de Lewin. Imediatamente após seu retorno a Moscou, Zeigarnik apresentou palestras (em 10 e 13 de junho de 1931) sobre as mais recentes descobertas de Lewin e seus colaboradores, as quais foram muito apreciadas por Vygotsky. Naturalmente, Vygotsky não concordava de forma integral com a interpretação de Lewin para suas descobertas e tentou refutar suas opiniões por meio de vários experimentos de importância secundária (Valsiner & Van der Veer, 2006, p. 314).

Começa nesse momento a segunda fase no trabalho de Zeigarnik, marcada, definitivamente, por sua atuação a partir da psicologia vigotskiana. Como exposto anteriormente, no início dos anos de 1930, Vigotski interessou-se pela psicopatologia em adultos e passou a trabalhar em uma clínica neurológica e psiquiátrica (Valsiner & Van der Veer, 2006). A citação a seguir destaca o trabalho de Vigotski no campo dos transtornos mentais, fazendo referência à Zeigarnik como sua colaboradora.

Vygotsky considerava a psiquiatria uma área de trabalho prático tão importante quanto a defectologia. Naquela época, a psiquiatria compartilhava da crise vivida pela psicologia. Suas teorias eram largamente descritivas e altamente especulativas. Com algumas notáveis exceções, seus métodos eram subjetivos e assistemáticos. Vygotsky

opunha-se vigorosamente à “psicologia profunda” de Freud, que superenfatizava a natureza biológica do homem. Ao invés, Vygotsky propôs uma psicologia das “alturas”, das experiências socialmente organizadas do homem que, segundo ele, determinam a estrutura da atividade humana consciente. De um ponto de vista teórico, a clínica psiquiátrica era mais um local de estudo das funções psicológicas superiores. Aplicou uma série de procedimentos experimentais - alguns, emprestados da pesquisa sobre o desenvolvimento, e outros criados para uma população em especial - na tentativa de evocar um comportamento patológico sob circunstâncias experimentalmente controladas. Teve o apoio, nesse trabalho, de Bluma Zeigarnik, que retornava à URSS no final da década de 20, depois de estudar por alguns anos com Kurt Lewin, na Alemanha (Luria, 1992, p. 58).

Conforme Luria (1992) e Prestes (2010), a parceria entre Vigotski e Zeigarnik foi bastante frutífera, com a autora sendo sempre citada como colaboradora de Vigotski no que tange os estudos na patologia mental. Esse foi um período complicado na União Soviética, atingindo as produções científicas como, por exemplo, o início da perseguição à pedologia. Como já expusemos, de acordo com Shuare (1990), os anos de 1930 e 1931 marcam uma virada da época, uma vez que começa a destruição da cultura humanística em psicologia, assim como ocorria na economia, filosofia, história assim como o ataque frontal à psicologia, freando as tendências e aplicações práticas de maior perspectiva. Essa crescente onda de repressão do stalinismo, que atingiram fortemente os trabalhos de Vigotski e seus colaboradores, exigiu uma reorganização dos trabalhos, para que se dedicassem às pesquisas e resolvessem os problemas e as necessidades que afetavam a população soviética.

Conforme Zeigarnik (citada por Golder, 1986), houve, por parte de Vigotski, uma inclinação para o estudo da patologia mental sem comprometer seu interesse pelo desenvolvimento da psicologia geral e da psicologia dos processos psíquicos superiores. Nesse período de atuação, Vigotski baseou sua pesquisa em uma enorme quantidade de material que vinha da patologia, de onde elaborou os trabalhos relativos à esquizofrenia, principalmente, e a relação com o processo de formação dos conceitos e com os sistemas psicológicos, sob o enfoque genético, como exposto no capítulo anterior.

Vale ressaltar um fato importante na formação de Zeigarnik presente nos primeiros anos de retorno à União Soviética. Por volta de 1935, de acordo com Zeigarnik (2007), o grau alemão de doutorado em Filosofia, concedido em Berlim, não era válido na União Soviética. Pelo contrário, era aconselhável esconder essa credencial “suspeita”, uma vez que

poderia ser considerada como fonte de ideias burguesas, até mesmo nazistas, o que se opunha ao que vigorava na URSS sob o poder de Stálin. A trajetória berlinesca de Zeigarnik trouxe uma série de problemas e desconfianças por parte de muitos órgãos soviéticos, na medida em que a censura tornava-se mais acentuada no país.

Essa situação foi agravada com o Decreto de 1936, que trouxe sérias limitações aos trabalhos da psicologia experimental russa e da psicologia em geral, principalmente da Psicologia Histórico-Cultural como um todo e da obra de Vigotski em particular, devido à obstrução ideológica imposta por Stálin. Nesse momento, torna-se nebulosa a visão acerca do estado de Zeigarnik, como sua neta assinala, a não ser o fato conhecido de que, no período de 1936 a 1939, não houve a publicação de um único trabalho científico (Zeigarnik, 2007).

Ainda conforme a neta da psicóloga lituana, no início de 1940, o marido de Zeigarnik foi preso sob a acusação de ter sido um espião a serviço da Alemanha, sendo condenado a dez anos de prisão sem direito de correspondência. Bluma Zeigarnik ficou com os dois filhos, um com menos de um ano e o outro com seis anos de idade (Vladimir Zeigarnik e Yurii Zeigarnik). Com essa perda de seu marido, a autora embarcou em uma nova fase em sua vida, fazia visitas regulares ao Lubyanka (prisão em Moscou onde estava o marido) e começou a enfrentar dificuldades financeiras, sendo ajudada por amigos, principalmente por Luria e Susanna Ya. Rubinstein, colaboradora em muitos trabalhos e bastante citada em seus estudos.

Esse período de terror e expurgos do governo stalinista fez com que Zeigarnik evitasse falar de seu tempo em Berlim, até porque qualquer situação ou ideia que a ligasse à ciência ocidental poderia lhe prejudicar e, mesmo assim, a autora sofreu roubos e invasões ao seu apartamento em Moscou executadas, provavelmente, a mando dos órgãos do governo. Alguns de seus materiais de pesquisa foram destruídos, assim como grande parte de seu acervo bibliográfico. Zeigarnik (2007) acentua que as visões científicas e profissionais de sua avó foram sinceramente marxistas, como as de Vigotski, este também alvo de perseguição e censura na União Soviética stalinista.

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, Zeigarnik vivenciou a terceira etapa de sua trajetória profissional, como estabelecido por Golder (1986), quando trabalhou junto aos feridos de guerra na reabilitação de funções psíquicas perdidas ou deterioradas por traumatismo cerebral, possivelmente uma saída para continuar trabalhando, como foi para Luria e muitos outros autores. Os esforços dos psicólogos soviéticos eram guiados pelo objetivo comum de recuperar a URSS da invasão fascista e tratar dos doentes de guerra.

O esforço era exaustivo, mas nossa participação foi decisiva: devíamos participar do diagnóstico tanto das lesões cerebrais como das perturbações das funções e os processos psíquicos correspondentes, e a vez de analisar as lesões de todo o sistema nervoso central em qualquer de seus tratos, como assim também do periférico, etc. Logo devíamos participar com não menos dedicação em toda a ampla gama de tarefas de restabelecimento das zonas lesionadas e as funções alteradas (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 95).

No plano científico, Zeigarnik trabalhou em uma grande equipe junto a Luria, Leontiev e a outros psicólogos conhecidos da URSS, assim como com neuropatólogos e neurocirurgiões em numerosos hospitais localizados próximos aos Urais, dedicados à neurocirurgia e ramos afins. A parceria com Luria, na formação de um grupo com uma unidade de pensamento, durou muitos anos, até sua morte em 1977. Foram atividades hospitalares no Instituto de Psiquiatria e nos hospitais de reabilitação nos Urais durante esse período bélico.

Luria e seu grupo, no período final da guerra, retornaram para Moscou e concentraram-se no trabalho no *Instituto de Psiquiatria*, no início de 1944. Por muitos anos nesse Instituto, Zeigarnik coordenou grupos de trabalho e desenvolveu diversas pesquisas em parceria com Luria e Suzanna Ya. Rubinstein (S. H. V. Almeida, 2008). Após 1949, trabalharam como professores universitários, tendo o laboratório como lugar de pesquisa também. Zeigarnik dedicava-se como docente na Universidade de Lomonósov e, como ainda não existia uma faculdade de psicologia (o que ocorreu somente em 1966), a Seção de Psicologia subordinava-se à Faculdade de Filosofia. Nesta seção, dirigida por S. L. Rubinstein, Zeigarnik ministrava duas disciplinas: uma de patopsicologia e outra dedicada à psicologia da personalidade, segundo a concepção de Kurt Lewin (Golder, 1986). Apesar das dificuldades, a autora afirma na entrevista a Golder (1986) que, em 1945 e 1946, a situação como docentes e experimentadores estava se recompondo na União Soviética.

O objetivo geral era o de desenvolver a ciência em benefício do povo, apesar do direcionismo científico stalinista. A própria universidade, em última instância, dependia do Ministério de Ensino Superior e do Ministério de Saúde Pública com a meta de que a ciência deveria ser posta a serviço da saúde física e mental da população (Zeigarnik, citada por Golder, 1986).

A quarta etapa da trajetória profissional de Bluma V. Zeigarnik marca sua produção científica mais importante, ou seja, sua incursão definitiva na Patopsicologia Experimental,

precedido por seus estudos na patologia do pensamento, a partir de 1949. Conforme a autora, a patologia do pensamento é uma seção da patopsicologia, sendo uma das principais decorrências de doenças cerebrais (Zeigarnik, 1962/1965).

Seu trabalho estabilizou-se na Universidade de Lomonósov, na cátedra de Neuropsicologia e Patopsicologia, que estava a cargo de Luria. A partir de então, o *Instituto de Psiquiatria* e o laboratório criado por Vigotski passaram a ser lugares onde os alunos podiam realizar suas práticas e observações, como em outros centros de investigação e de assistência clínica, que proporcionavam material para seu trabalho (Golder, 1986).

Após algumas preocupações pela onda antissemita que crescia no mundo todo e a falta de reconhecimento de seu título de doutorado obtido na Alemanha, Zeigarnik retornou como chefe do laboratório de psicopatologia no *Instituto de Psiquiatria*, onde permaneceu até 1967, o qual havia deixado em 1950 (Zeigarnik, 2007). A partir de 1962, a autora dedicou-se ao desenvolvimento da Patopsicologia Experimental, principal ramo atribuído ao seu nome, como será abordado no subitem a seguir.

Em sua última etapa de trabalho, nos últimos anos (1982), Zeigarnik esteve envolvida no estudo das diferentes teorias da personalidade vigente no mundo todo, passando pela psicanálise de Freud, por concepções humanistas, existencialistas e escola sociológica francesa, analisando, por fim, as distintas posições marxistas, com Lucien Séve e A. N. Leontiev. Por um lado, analisou a crise decorrente das diferentes escolas e as bases metodológicas e, por outro, mostrou as distintas buscas pela superação dessa crise, algumas das quais dentro do marco do marxismo.

Desse modo, na Patopsicologia de Zeigarnik, há uma grande preocupação pela personalidade do paciente afetado pelos transtornos mentais. A autora estabeleceu a necessidade de revisar os conceitos de sintoma e de personalidade que, nos tratados clássicos da psiquiatria, são enfocados como alterações da função psíquica ou, em seu defeito, como alterações dos processos fisiológicos, o que se tornava a inclinação principal da psiquiatria soviética. Nesse sentido, por meio dos princípios gerais da psicologia marxista, “a análise do fenômeno psicopatológico contemplará a personalidade total do enfermo e em especial as trocas nos fenômenos tão essenciais como as atitudes, as necessidades e os interesses” (Golder, 1986, p. 78).

A autora relata na entrevista que não se deve reconhecer o modelo do patológico para a abordagem da personalidade normal, mas sim tomar o material decorrente da patologia para investigar a estrutura das trocas produzidas na personalidade e analisar as condições dessa troca assim como daquelas necessárias para o alcance da compensação dessas alterações.

Portanto, a utilização do material patológico baseia-se em uma metodologia, um caminho de orientação da investigação patopsicológica que possibilita o entendimento das forças condutoras que impulsionam o desenvolvimento da personalidade.

Os próximos subitens da presente pesquisa trazem a sistematização mais pormenorizada do quarto e quinto momento na produção de Zeigarnik, que se referem à Patopsicologia Experimental e os estudos afetos à personalidade. Este percurso contará com: a historicidade da Patopsicologia na Rússia e na URSS; os fundamentos e metodologia a partir de Zeigarnik, com base em Vigotski e na Teoria da Atividade de Leontiev; a exposição de alterações de processos psíquicos, como trabalhados pela autora em laboratórios e, por fim, as contribuições para a psicologia geral, no intuito de apresentarmos a possibilidade de análise dos transtornos mentais a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

3.2 O DELINEAMENTO HISTÓRICO DA PATOPSIKOLOGIA EXPERIMENTAL E DE SEU OBJETO DE ESTUDO

A Patopsicologia, campo relacionado à patologia mental na Rússia e União Soviética, estabelecido no século XX, com raízes no trabalho dos laboratórios psicológicos no século XIX, recebeu muitas contribuições de Zeigarnik, ao lado das contribuições de V. M. Bekhterev, L. S. Vigotski e V. M. Myasishev. Tem esse nome, em contraposição à Psicopatologia no Ocidente, por conta da postura filosófica assumida na União Soviética, com base no marxismo-leninismo (Nikolaeva, 2011).

Em concordância, Ruíz (1979) afirma que as ideias materialistas de Sechenov, Pavlov, Bekhterev e Korsakov foram fatores importantes na busca pela reestruturação metodológica da Patopsicologia. Zeigarnik (1969/1979) ressalta que, às vésperas da Revolução de 1917, a Patopsicologia ocupava um lugar de pleno desenvolvimento, fundamentando-se enquanto um campo de conhecimentos, com as elaborações de procedimentos experimentais para a investigação dos estados patológicos sob a atuação de psiquiatras e neurologistas importantes da época como, por exemplo, Korsakov e Bekhterev. Após a Revolução, sob princípios do materialismo marxista, a disciplina desenvolveu-se visando a análise dos processos patológicos, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos objetivos de investigação.

No final da década de 1920, mesmo com a busca de pressupostos filosóficos e metodológicos coerentes ao novo modelo de sociedade, ainda eram frequentes aproximações com tendências ocidentais que vigoravam nos estudos acerca da patologia mental na URSS,

sendo atribuída a importância de se ater ao marxismo-leninismo, de forma mais preponderante, no começo dos anos de 1930 (Petrovski, 1967, citado por Ruíz, 1979).

Nesse sentido, Ruíz (1979) afirma que, nessa época, a Patopsicologia desenvolveu-se a partir das investigações de Pavlov e seus colaboradores, assim como a partir de materiais de Bekhterev, com base na reflexologia, na interlocução da psicologia com a psiquiatria, ambas marcadas pela base fisiológica no tratamento de problemas sócio-históricos dos homens. Bekhterev ocupa lugar de destaque pelas contribuições e acúmulo de materiais acerca da patologia mental, contribuindo em muitas pesquisas de Zeigarnik, como a própria autora afirma. Por sua vez, ao partir do viés marxista, Vigotski trabalhou com a formação e desintegração da atividade psíquica, iniciando as investigações patopsicológicas na Psicologia Histórico-Cultural. Como afirmamos no subitem anterior, Zeigarnik destaca-se como uma das principais continuadoras das pesquisas vigotskianas nesse campo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Patopsicologia incorporou-se ao trabalho na reabilitação nos hospitais neurocirúrgicos. Conforme a psicóloga lituana, o objeto das investigações patopsicológicas passou a ser as alterações da atividade psíquica decorrentes dos traumas cerebrais, com dedicação “à reabilitação das alterações dos movimentos e da fala e a reabilitação da capacidade laboral dos incapacitados da Grande Guerra” (Zeigarnik, 1969/1979, p. 21).

Após a guerra, Zeigarnik dirigiu um laboratório de patopsicologia, criado com sua participação, no *Instituto de Psiquiatria do Ministério de Saúde Pública* da URSS. Segundo Nikolaeva (2011), o conhecimento científico desenvolvido foi chamado por Zeigarnik de Patopsicologia Experimental, por conta do estudo experimental dos transtornos mentais⁵⁴. Dessa maneira, esta disciplina psicológica, com Zeigarnik como a autora de maior importância na URSS, foi se configurando a partir do uso do experimento psicológico como metodologia, em termos de técnicas, a partir do materialismo histórico e dialético. Nesse sentido, com Zeigarnik,

(...) a Patopsicologia deixa de ser um campo de conhecimentos dispersos para se converter em um ramo especial da ciência, que conta com uma problemática teórica sistematizada, um sistema ordenado para a preparação de seus quadros e um campo definido para sua aplicação prática (Ruíz, 1979, p. 3).

⁵⁴ Esclarecido isso, a partir desse ponto da dissertação, trataremos, indiscriminadamente, como Patopsicologia ou como Patopsicologia Experimental, entendendo que é a desenvolvida por Zeigarnik.

Como demonstraremos a seguir, a Patopsicologia Experimental trabalha com o **homem** doente, dando atenção à sua personalidade, às suas vivências, necessidades, não se restringindo ao organismo doente, com seus sintomas e quadros clínicos. Na última década de vida de Zeigarnik, essa disciplina estava em pleno desenvolvimento na União Soviética. A autora afirma, no prefácio da edição cubana, que a Patopsicologia ainda era uma disciplina bastante jovem, desenvolvendo-se como um campo científico marxista com o objetivo de descobrir as leis psicológicas das trocas e da dissolução ocorridas no psiquismo nos casos de doenças mentais, com muitos caminhos de estudo pela frente. Nessa época, trabalhava-se de maneira mais completa com os aspectos da patologia do pensamento, da memória e, um pouco menos, com o problema acerca da patologia das emoções e da personalidade (Zeigarnik, 1969/1979), com amplas possibilidades de desenvolvimento.

Na década de 1970, a autora afirma que foram realizadas investigações das alterações na escala de motivos e da função de raciocínio, principalmente em dois grupos de pesquisas. O primeiro grupo, composto por Luria e colaboradores, investigava o “quadro interno da doença” (com doenças orgânicas) em diversas enfermidades (laboratório de psicopatologia da Faculdade de Psicologia, o laboratório psicopatológico do *Instituto de Psiquiatria de Moscou*)⁵⁵. Por sua vez, o segundo grupo, formado pelo psicólogo georgiano Uznadze, com psicólogos e psiquiatras, estudava as alterações de orientação nas distintas formas de doença mental. Ainda, estava aumentando a investigação patopsicológica na prática pericial, jurídico-psiquiátrica e laboral, como também em processos de reabilitação laboral e social (Zeigarnik, 1976/1981).

Havia, portanto, no início da década de 1980, um próspero desenvolvimento da disciplina, com o fortalecimento nas cadeiras correspondentes das Faculdades ou Seções de Psicologia dos Centros de Educação Superior; a realização de cursos, congressos, pesquisas e trabalhos científicos na Patopsicologia Experimental, também em âmbito internacional; o aumento de publicações de livros, artigos e manuais, assim como a expansão de laboratórios de Patopsicologia no país (Abalo & Rodriguez, 1984).

A elaboração de problemas teóricos da patopsicologia, a criação e aprovação de métodos experimentais e a investigação de problemas cardinais que demandam solução prática é realizada nos departamentos de Patopsicologia dos Centros de

⁵⁵ O termo psicopatológico encontra-se nessa edição espanhola, como ressaltamos no início do capítulo. Neste caso, decidimos mantê-lo, mudando quando se trata especificamente da Patopsicologia de Zeigarnik.

Educação Superior e nos laboratórios de prestigiadas instituições científico-investigativas e assistenciais da URSS; no Instituto de Psiquiatria da Academia de Ciências Médicas da URSS; no Instituto Científico-Investigativo de Psiquiatria do Ministério da Saúde Pública da URSS; no Instituto Psiconeurológico de Leningrado "V. M. Betcherev"; no Instituto Central de Psiquiatria Judicial "V. P. Serbski"; no Instituto Central de Perícia da capacidade de trabalho de pessoas incapacitadas, o Hospital "V. I. Pavlov" de Kiev, etc. (Abalo & Rodriguez, 1984, p. 30).

Como podemos observar com os referidos autores, essa perspectiva, além da União Soviética, também foi desenvolvida em Cuba, quando, na década 1980, estreitou-se o vínculo entre a Patopsicologia Soviética e as investigações em Cuba no campo dos transtornos mentais, a partir do trabalho conjunto de pesquisadores com Zeigarnik e seus colaboradores, no interesse crescente na psicologia soviética.

Em Cuba, a Patopsicologia estava relacionada ao trabalho de restabelecimento da capacidade de trabalho intelectual alterada em pacientes neuróticos, assim como no estudo do quadro interno de diferentes doenças mentais, já bastante inserida na prática clínica e nas produções científicas do Hospital Psiquiátrico de Havana, a partir de 1978. A aproximação com os conceitos, métodos e realizações da Patopsicologia fez, por exemplo, com que especialistas soviéticos estivessem nas universidades cubanas, fossem oferecidos cursos de pós-graduação nos centros de Educação Superior em Cuba e houvesse a criação de laboratórios (Abalo & Rodriguez, 1984, 1986).

Os referidos autores afirmam que “é inquestionável o crescente interesse nas contribuições da Patopsicologia em resolver problemas teóricos e práticos, especialmente na área de saúde, na realidade concreta de um país como o nosso, que constrói o socialismo” (Abalo & Rodriguez, 1984, pp. 31-32). Percebemos, claramente, a prática científica na Patopsicologia atrelada ao ideal político e econômico do país, o socialismo. Tal fato pode explicar o porquê, na década de 1990, diminuíram consideravelmente os artigos relacionados à Patopsicologia em Cuba, ou seja, provavelmente pela dissolução da URSS e o enfraquecimento do socialismo que apoiava Cuba.

3.2.1 Princípios teóricos da Patopsicologia Experimental

O ano de 1962 é marcado por Golder (1986) como o início dos estudos definitivos de Zeigarnik na Patopsicologia, decorrentes das investigações acerca da patologia do

pensamento. Em concordância, Zeigarnik (1969/1979) aponta o crescimento da disciplina, em termos de pesquisas e espaço de desenvolvimento científico, a partir da década de 1960, coincidindo com a época da institucionalização da psicologia na URSS. Desse modo, a Patopsicologia Experimental foi sendo desenvolvida na União Soviética como um campo do conhecimento com seu próprio objeto, com suas aplicações práticas, seus próprios métodos e grupo de pesquisadores.

Antes de iniciarmos a apresentação e discussão acerca da Patopsicologia Experimental, faz-se necessário traçar as linhas gerais das investigações da autora no campo da patologia do pensamento, que proporcionaram materiais e condições para o delineamento do caminho da Patopsicologia como campo mais geral das alterações dos processos psíquicos.

Zeigarnik passou a se dedicar ao estudo da patologia do pensamento em um momento no qual a relação entre psicologia e psiquiatria estava rompida, por volta do início da década de 1950, com o fortalecimento das ideias de Pavlov na explicação dos processos de alteração da atividade mental por meio de pressupostos fisiológicos. Como afirma, a psicologia vinha sendo privada de parte de seu material de estudo e intervenção e era necessário desenvolver estudos que fossem na contramão dessa corrente.

Conforme a autora, até a década de 1960, as alterações do pensamento eram as mais pesquisadas, o que justifica seu estudo inicial por esta via. No livro “Patologia do pensamento” (1962/1965), estão expostas as investigações psicológicas experimentais nas quais as desordens do pensamento foram examinadas em conexão com os requisitos da prática clínica. Um dos problemas destacados estava relacionado à avaliação do grau de prejuízo da atividade mental, o que fez com que os psicólogos do *Instituto Central de Avaliação da Capacidade Laboral* destacassem a questão da relação entre os distúrbios do pensamento e a natureza da atividade que precisava ser estabelecida (Zeigarnik, 1962/1965).

O problema dos distúrbios do pensamento tem sido examinado pelos psicólogos clínicos na relação com o principal problema prático clínico - o diagnóstico diferencial. Um artigo que eu publiquei juntamente com Birenbaum⁵⁶ descreve resultados de experimentos psicológicos a partir do relato de desordens do pensamento de esquizofrênicos e epiléticos: dispersividade e falta de diferenciação do julgamento caracterizando o primeiro, enquanto que lentidão da atividade intelectual predominado no segundo (Zeigarnik, 1962/1965, p. 39).

⁵⁶ Artigo denominado “A análise dinâmica das desordens intelectuais”, de G. V. Birenbaum e B. V. Zeigarnik, publicado em 1935, que não foi possível o acesso.

A referida autora apresenta muitos trabalhos de investigação das desordens do pensamento, em diferentes alterações da atividade mental, como esquizofrenia, epilepsia e deficiência intelectual. No entanto, ressalta que há a manutenção de uma limitação causada pela falta de um sistema conceitual unificado e de uma análise dos problemas clínicos no diagnóstico diferencial, problema identificado por Vigotski na análise realizada acerca da crise na psicologia. Em sua concepção, não é possível considerar o problema da desintegração do pensamento como um todo quando se estuda um tipo isolado de perturbação de forma limitada (Zeigarnik, 1962/1965).

Desse modo, Zeigarnik iniciou seu trabalho a partir de contestações a respeito das teorias que estavam em voga em relação ao tema do pensamento e suas alterações. Golder (1986) evidencia três dessas explicações, tais como: 1. a concepção da psicologia funcionalista na defesa de que a alteração do pensamento baseia-se no comprometimento da memória e da atenção; 2. a teoria da psicologia compreensiva e descritiva, limitada à compreensão de uma entidade espírita e de baixa consciência na patologia do pensamento e, por último, 3. a explicação da esquizofrenia pelo psiquiatra suíço Bleuler, acerca do pensamento autista, regido por necessidades afetivas (Golder, 1986).

Pautada nestas explicações limitadas, a patologia do pensamento, embora muito estudada, era um campo complicado na psicologia, com estudos iniciados na psicologia soviética, que possibilitaram o desenvolvimento da ciência psicológica nesse campo, principalmente com os estudos de Vigotski e o pensamento verbal, assim como com Leontiev e o estudo da estrutura psicológica da atividade intelectual. Dentro deste cenário, Zeigarnik trouxe a tentativa de apresentar a análise das formas básicas dos distúrbios de pensamento presente nas doenças mentais decorrentes de sua experiência na psicologia clínica. As contribuições da autora engendram-se no estudo dos processos mentais patológicos e na construção de uma teoria da atividade mental humana, com séria consideração dos sistemas de abstração e de generalização que, em algumas formas patológicas da atividade mental, tornam-se debilitados (Luria, 1962/1965).

Para Zeigarnik, o pensamento é a generalização do reflexo da realidade. Na entrevista concedida a Golder (1986), a autora enfatiza a importância do componente emocional tanto na percepção como na memória e no pensamento do ser humano, assim como afirma que as alterações do pensamento estão fortemente determinadas pelos componentes motivacionais da pessoa, determinadas em última instância pelo próprio eu, o que desenvolve de forma mais elaborada nos estudos patopsicológicos.

Diante disso, em suas investigações posteriores, a autora desenvolveu seus conceitos incluindo-os na teoria da atividade, como será visto a seguir, no esteio das elaborações de Leontiev, a partir da atividade humana, estruturada na prática diante da situação de resolver uma tarefa, que pode contribuir no entendimento da patologia mental. Golder (1986) prossegue afirmando que “um dos objetos fundamentais da psicologia do pensamento é justamente descobrir, em todos os níveis, as leis internas que explicam o processo pensante e, a partir desta explicação, construir uma teoria geral da atividade intelectual” (p. 77), o que foi buscado por Zeigarnik nessa fase de sua trajetória profissional.

Ao partir do pressuposto metodológico da Psicologia Histórico-Cultural acerca do desenvolvimento da atividade mental, Zeigarnik (1962/1965) afirma que “uma combinação dos dados da filosofia Marxista-Leninista e a moderna psicologia soviética do pensamento, baseada nessa filosofia, proporciona uma contribuição para a explicação das desordens do pensamento” (p. 24). Esse posicionamento está em contraposição ao de escolas psicológicas com concepções idealistas, com a ausência de princípios gerais da psicologia na explicação e classificação dessas desordens, como exposto anteriormente.

No entanto, nessa obra de Zeigarnik, encontram-se algumas atribuições às elaborações teóricas de Sechenov e Pavlov em suas explicações, que podem ser decorrentes do intenso movimento repressivo na ciência, assim como a pavlovinização científica, que atingiu muitos autores da Psicologia Histórico-Cultural. Nesse sentido, com dados pessoais da autora, sua neta apresenta-nos que, no fim da década de 1940, houve uma pesada opressão ideológica, aumentada com o teor fisiológico da Psiquiatria, especialmente após a sessão de Pavlov em 1950, como apresentado no primeiro capítulo, em que havia a obrigação de recorrer aos trabalhos de Pavlov, corrigindo os erros nas apropriações de sua obra (S. H. V. Almeida, 2008). Nesse livro de 1962, temos uma menção da autora que expressa o atendimento a essa demanda.

As visões desenvolvidas pelos psicólogos soviéticos – a saber, que a atividade teórica desenvolve-se a partir de atividade externa, e as propriedades mentais, tanto gerais quanto especiais, são produto do desenvolvimento ontogenético – são baseados nas doutrinas de Sechenov e de Pavlov na atividade mental dos reflexos naturais (Zeigarnik, 1962/1965, p. 26).

É perceptível uma junção de pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural com os fisiológicos na menção a esses autores supracitados, o que confirma a tese levantada de que se tratava de uma manobra às proibições de trabalhos e pesquisas que a ciência vinha sofrendo, assim como sua pavlovinização no início da década de 1950. A psicologia soviética era, então, tomada como a psicologia pavloviana e o pensamento, por sua vez, “baseado na atividade do reflexo condicionado e desenvolvido como resultado da experiência individual” (Zeigarnik, 1962/1965, p. 26).

O recuo à Pavlov era justificado pela defesa do materialismo em seus pressupostos, o que era defendido na ciência stalinista em sua ordem evolucionista do marxismo (Bettelheim, 1983). Nesse sentido, “pelo postulado do reflexo natural do pensamento, os psicólogos soviéticos rejeitam os princípios do idealismo, da psicologia empírica, que relaciona o pensamento como uma função ou faculdade inata, que somente se desenvolve quantitativamente no curso do desenvolvimento” (Zeigarnik, 1962/1965, p. 26).

Ao seguir suas elaborações no livro, Zeigarnik (1962/1965) expõe essa contradição ao afirmar que as investigações dos distúrbios intelectuais, realizadas por psicólogos soviéticos, na década de 1940 em diante, repousam sobre uma base teórica única, mas que se mantém a partir de dois pressupostos:

(...) todos baseiam-se tanto na teoria Marxista-Leninista da cognição e na teoria reflexiva da atividade mental de Sechenov-Pavlov. No entanto, apesar da unidade da base teórica, as investigações são divididas em dois grupos na base de seus métodos e propostas e na relação com problemas práticos (Zeigarnik, 1962/1965, p. 31).

O primeiro grupo de investigações é menor e analisa a patologia do pensamento como um processo mental, que considera “o pensamento como um reflexo generalizado e sistemático do mundo exterior, procuram determinar a natureza das mudanças nos efeitos das diferentes doenças nos vários tipos de atividade intelectual (tais como a análise e síntese, a generalização, etc.)” (Zeigarnik, 1962/1965, p. 35). Por sua vez, o segundo grupo consiste nos realizados por fisiologistas e uma parcela de psiquiatras que, baseado no reflexo condicionado, investiga a dinâmica do processo psíquico, a atividade mental superior, baseado em Pavlov, predominante na União Soviética.

Assim como exposto no primeiro capítulo, nesse período do stalinismo, fins da década de 1940 e início da década de 1950, a psiquiatria reorganizava-se sob as bases da teoria de Pavlov, pela importância do uso de métodos objetivos na investigação dos distúrbios mentais e atribuição à fisiologia de uma competência maior em lidar com os distúrbios mentais (Wortis, 1953; Zeigarnik, 1962/1965).

Em todos os livros da autora consultados na pesquisa, existe essa vinculação às obras desses fisiologistas com grande valor ao que tange à teoria da atividade, o que pode demonstrar certa contradição metodológica na obra de Zeigarnik, mas, na verdade, tratava-se de uma demanda política peculiar aquele momento histórico na URSS. O entendimento, portanto, é que a referência a essa base fisiológica era necessária para a continuidade dos estudos no período do stalinismo. No entanto, a autora caminha para a superação dessa base fisiológica ao partir para os estudos da psicologia soviética pautados no materialismo histórico e dialético, principalmente nas elaborações de Vigotski (constituição do psiquismo), de Leontiev (teoria da atividade) e de Luria (princípios da Neuropsicologia).

Anos mais tarde, a autora faz uma importante ressalva, já distante desse teor pavloviano no campo científico. Afirma que a pesquisa científica e o trabalho prático na Patopsicologia começaram a ser cerceados, pela influência de sessões de duas academias em 1950 que dificultaram o desenvolvimento das ideias da psiquiatria e da psicologia. A redução deveu-se pela adoção do princípio do reflexo para explicar os eventos mentais e, depois, por outros erros na interpretação dos temas da psicologia (Zeigarnik, 1969/1979).

Conforme a autora, a Patopsicologia foi confrontada com a tarefa urgente de realizar uma generalização inicial de dados da patologia do pensamento. A necessidade surgiu da generalização, análise e classificação dos principais tipos de distúrbios do pensamento, a partir do sistema de conceitos da moderna psicologia materialista. A solução requeria a utilização de métodos experimentais e, neste caso, a análise experimental da atividade intelectual de doentes mentais, que interferia em sua personalidade (Zeigarnik, 1962/1965).

Dessa maneira, a psicóloga lituana passou a denotar o caminho da Patopsicologia, delineando-o do seu trabalho com a patologia do pensamento ao estudo de processos de alteração da personalidade. De acordo com Zeigarnik (1969/1979), a orientação seguida na Patopsicologia Experimental aproximou-se das tarefas práticas da psiquiatria, tais como a busca por um diagnóstico diferencial, o estabelecimento da extensão e estrutura do prejuízo e a dinâmica das desordens mentais como envolvidas pelo tratamento, etc.

A patopsicologia experimental tem sido não menos importante para problemas teóricos da psicologia e da psiquiatria. O estudo das mudanças patológicas nos processos mentais ajuda a lidar com questões sobre a estrutura e a formação da atividade mental. Os resultados da investigação da patopsicologia também têm importantes implicações para a superação de tendências biologizantes na interpretação da psicologia humana (Zeigarnik, 1969/1972, p. V).

Nesse sentido, a psicologia geral lida com características da estrutura e do desenvolvimento mental, enquanto que a Patopsicologia estuda a estrutura e os diferentes mecanismos da deterioração mental, ou seja, com problemas postos pela prática clínica psiquiátrica, bastante relacionados, nesse momento de suas pesquisas, com lesões cerebrais (Zeigarnik, 1969/1979). Já no livro de 1976, atribui importância significativa para a alteração na atividade como substrato da doença mental que pode, por ventura, comprometer o desenvolvimento cerebral.

Diante dessas considerações, temos que a Patopsicologia Experimental é uma disciplina da ciência psicológica, com valor teórico e prático para a psicologia como para a psiquiatria, sendo, portanto, uma disciplina intermediária. A problemática patopsicológica, assim como sua perspectiva e realizações devem contemplar-se na relação com o desenvolvimento e o nível da psicologia geral.

A patopsicologia, como disciplina psicológica, parte das leis de desenvolvimento e da estrutura do psiquismo em estado normal. Estuda as leis da desintegração da atividade psíquica e das propriedades da personalidade, comparando-as com as leis de formação e desenvolvimento dos processos psíquicos normais, estuda a regularidade nas alterações da atividade reflexiva do cérebro (Zeigarnik, 1976/1981, p. 8).

A própria denominação leva-nos a pensar que se trata de um ramo que estuda a patologia dos processos mentais, ao tomar o psiquismo em sua totalidade, que sofre processos de alteração patológica, no entendimento da patologia respaldado na formação do psiquismo normal, como o caminho contrário é válido também. Por sua vez, a psicopatologia tem como ponto de partida a própria patologia, tomando, a priori, o psiquismo já todo patologizado. Em outras palavras, a “chave da psicologia está na patologia” (Vigotski, 1927/1996, p. 205), ao estudar a anormalidade para explicar os fenômenos saudáveis.

No entanto, como consideramos acima, isso não significa que o desenvolvimento dado pela desintegração psicológica não possa contribuir para a análise da estrutura da atividade mental normal e de aspectos da psicologia geral, uma vez que está em correspondência com as regularidades da formação e desenvolvimento dos processos e propriedades na normalidade (Zeigarnik, 1969/1979). Ao pensarmos a partir de Vigotski, chegamos ao método genético, que busca a gênese dos processos psíquicos em sua historicidade, tomando o desenvolvimento como a chave para entender tanto o psiquismo normal como o alterado, em que um auxilia no entendimento do outro.

Desse modo, o problema da necessidade de reforçar os laços entre psicologia e psiquiatria estava sendo, pelo menos a princípio, resolvido de forma satisfatória com a criação de um ramo fronteiriço, ou seja, uma disciplina intermediária entre a psicologia e a psiquiatria no entendimento da doença mental, a Patopsicologia Experimental. Portanto, enquanto disciplina particular da Psicologia Geral, a Patopsicologia tem sua aplicação prática também a serviço da atividade psiquiátrica, cumprindo esse papel intermediário, enquanto que o campo específico da Psicopatologia refere-se ao ramo da Psiquiatria.

O psiquiatra não pode identificar os distúrbios mentais do pacientes sem o conhecimento dos princípios que governam suas funções psicológicas, na análise da origem e curso da doença mental e da estrutura dos sintomas. O posicionamento da autora pauta-se na afirmação de que a psiquiatria por si só não fornece um método capaz de trabalhar com a deterioração mental do paciente, uma vez que “a tentativa de estudar os distúrbios mentais isolados dos fatos da psicologia geral é equivalente à rejeição do conceito dialético materialista da mente como reflexo em outras partes do mundo” (Zeigarnik, 1962/1965, p. 3).

Zeigarnik (1976/1981) ressalta, muitas vezes, que a Patopsicologia não pode ser associada a uma pequena psiquiatria, mas deve se fortificar enquanto ciência psicológica e, como dito na entrevista a Golder (1986), constitui-se como um ramo da Psicologia Histórico-Cultural, com os métodos psicológicos experimentais e uso de categorias e termos específicos da ciência psicológica. Nesse sentido, a análise dos experimentos patopsicológicos deve ser efetuada com métodos correspondentes à teoria psicológica materialista e, dessa forma, os resultados serão úteis para a prática clínica, complementando-a, mas também trazendo novos fatos. Os patopsicólogos devem ser, antes de tudo, psicólogos e conhecer os fundamentos teóricos e as exigências práticas de uma clínica psiquiátrica.

Diante dessas considerações, é importante apresentar as diferenças nas duas disciplinas – Patopsicologia Experimental e Psicopatologia ocidental – que abordam as alterações psíquicas, a partir de diferentes posições (Golder, 1986; Zeigarnik, 1969/1979, 1976/1981).

De modo esquemático, apresentamos a seguir as diferenças entre estes dois campos do conhecimento:

PATOPSIKOLOGIA EXPERIMENTAL	PSICOPATOLOGIA
Disciplina psicológica dos transtornos mentais como alterações da atividade psíquica, em termos qualitativos.	Ciência médica baseada na psiquiatria clínica.
Opera com conceitos e categorias psicológicas (atividade, motivação-necessidade, personalidade).	Opera com conceitos clínicos-médicos (etiologia, patogênese, sintoma e síndrome) e critérios patológicos gerais (surgimento e término da enfermidade).
Ocupa-se da caracterização psicológica dos mecanismos da formação das alterações dos processos e propriedades da personalidade.	Ocupa-se da descrição de sinais da enfermidade psíquica, com base em como se apresentam.
Método psicológico-experimental.	Método clínico-descritivo.

De acordo com Golder (1986), a Patopsicologia foi fortemente desenvolvida na URSS, enquanto um novo enfoque na psicologia decorrente de um trabalho em equipe, com um importante pressuposto para a investigação e a docência. Zeigarnik (citada por Golder, 1986) ressalta que “meu modesto aporte não é mais que a lógica continuação e o desenvolvimento coerente da linha de pensamento de Vigotski” (p. 96).

Zeigarnik (1976/1981) afirma que Vigotski teve papel bastante importante no desenvolvimento da Patopsicologia como área específica do conhecimento a partir da concepção da atividade dos objetos, como com o estudo da desintegração do pensamento, a partir da formação de conceitos, com suas próprias investigações experimentais nos anos de 1930. Posteriormente, muitas de suas pesquisas foram desenvolvidas por seus colaboradores, como A. N Leontiev e A. R. Luria, a partir de postulados fundados no materialismo histórico e dialético, que determinaram o caminho das investigações neuropsicológicas tanto quanto patopsicológicas.

A partir dos fundamentos propostos, a autora entende que as modificações da atividade psíquica, tanto cognitiva quanto a motivada emocionalmente, não se manifestam como uma consequência imediata da doença mental, mas seguem um complexo caminho de formação e desenvolvimento. Esse posicionamento pode ser tomado pelo método genético, já proposto por Vigotski, na análise da trajetória de vida do doente e os dados adquiridos no experimento psicológico. Ainda, todos estes estudos permitem investigar e comprovar o que foi

estabelecido por Vigotski, ou seja, a existência da correlação entre o desenvolvimento e a desintegração do psiquismo.

A autora afirma que, de acordo com psicólogos estrangeiros, a desintegração é o negativo do desenvolvimento e, por sua vez, contrapõe essa ideia com a afirmação de que a desintegração da atividade mental não é a antítese do desenvolvimento (Zeigarnik, 1962/1965, 1969/1979, 1976/1981). Segue uma afirmação da autora a esse respeito, no esteio da concepção de desenvolvimento conforme o defendido por autores da Psicologia Histórico-Cultural:

(...) o psíquico é o resultado da educação e assimilação da experiência humana, ou seja, que o desenvolvimento do psiquismo transcorre sob a influência de fatores sociais; em troca, a doença, ao desenvolver-se sob leis biológicas, cria as condições que conduzem à formação de uma psique anormal” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 10).

Em relação ao comprometimento biológico na doença mental, tal como a autora afirma na citação acima, é preciso uma atenção maior. Ao tomar o desenvolvimento humano como social, a autora afirma que, em casos patológicos, o biológico assume um papel diferente na pessoa doente do que na saudável, mantendo a importância das apropriações sociais nesse desenvolvimento. Por tal posicionamento, neste curso anormal de desenvolvimento, é necessário se voltar à relação dialética entre organismo e meio social no estudo das alterações patológicas no desenvolvimento ontogenético.

Do trabalho de Vigotski, Nikolaeva (2011) afirma que Zeigarnik apoiou-se, para a construção dos princípios psicológicos gerais da Patopsicologia, nos principais postulados acerca do desenvolvimento histórico e cultural das funções psicológicas superiores, a partir dos conceitos de desenvolvimento social, de mediação e caráter volitivo da atividade humana. Na entrevista concedida a Golder (1986), a psicóloga lituana pontua a importância dos conceitos de mediação, de zona de desenvolvimento próximo e do domínio da própria conduta para o êxito no trabalho patopsicológico. Ao final do capítulo, trataremos mais detidamente desse aspecto, na relação estabelecida com a psicologia geral.

A partir de então, Zeigarnik (1976/1981) afirma que a Patopsicologia Experimental fornece a determinação das modificações no estado psíquico do doente mental, da alteração em sua capacidade de trabalho e de sua personalidade. Trata-se da investigação psicológica relacionada às modificações na atividade do doente mental, de sua atitude diante da vida e reação ao meio no qual se desenvolve, o que se aproxima à discussão realizada por Vigotski

sobre a vivência, isto é, a relação entre a personalidade e o meio social no decorrer do desenvolvimento a partir da atividade humana.

Nesse aspecto, os princípios da Patopsicologia pautam-se também na Teoria da Atividade de Leontiev, esteio fundamental para o desenvolvimento e entendimento dos transtornos mentais na relação entre atividade, personalidade e patologia. Portanto, para Zeigarnik, o processo de adoecimento psíquico relaciona-se com a estrutura da atividade, o que faz com que seja necessário apresentar, mesmo que em seus postulados mais básicos, a Teoria da Atividade, antes de prosseguirmos com as questões metodológicas e as alterações psíquicas, quando serão retomados esses postulados dentro da ótica patopsicológica⁵⁷.

3.2.2 Contribuições dos estudos de A. N. Leontiev sobre a constituição sócio-histórica da personalidade para a Patopsicologia de Zeigarnik

No segundo capítulo, ao tratarmos da periodização do desenvolvimento, apresentamos a atividade principal, que exerce o papel de guia no desenvolvimento nas diferentes idades psicológicas do homem. Como vimos, a atividade principal é aquela que dirige as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em certo estágio de seu desenvolvimento. A transição de um estágio ao outro se dá na mudança do tipo da atividade da criança na sua relação dominante com a realidade, na qual o conteúdo dos estágios depende das condições históricas concretas de vida, conforme as exigências da sociedade e não da idade cronológica da criança (Leontiev, 1988a).

Agora, neste momento da dissertação, trataremos da atividade em geral, por meio da sistematização da Teoria da Atividade, desenvolvida por Leontiev, que fundamenta os princípios da Patopsicologia Experimental, mais especificamente no que tange à necessidade e aos motivos da atividade, aspectos que serão reportados com muita frequência por Zeigarnik.

A atividade do indivíduo, com o objetivo de orientá-lo no mundo objetivo, constitui-se de um sistema incluído no âmbito das relações da sociedade, sendo, portanto, originária e essencialmente social. Na atividade humana, surge a consciência, forma superior de psiquismo, dada a partir da existência real dos homens, que constitui o reflexo psíquico da

⁵⁷ Na presente dissertação, falaremos, mais brevemente, apenas sobre o que contribuirá para uma melhor compreensão dos princípios da Patopsicologia Experimental. Assim, para aprofundamento dessas questões, recomendamos a leitura da dissertação de R. L. Silva (2013).

realidade concreta, destacada das relações que existem entre ela e o sujeito, na distinção das propriedades objetivas estáveis da realidade (Leontiev, 1978, 2004).

Nesse sentido, a consciência é produzida conforme o homem desenvolve-se em sociedade, por meio da atividade humana em dada condição social do desenvolvimento, uma vez que “as particularidades psicológicas da consciência individual só podem ser compreendidas através de sua vinculação com as relações sociais às quais está incorporado o indivíduo” (Leontiev, 1978, p. 105). Portanto, a atividade do sujeito é mediatizada e regulada pelo reflexo psíquico da realidade, que conduz as necessidades, os motivos, as finalidades e as condições de sua atividade, como também regula as ações e modos de operações. O autor ressalta, como um ponto bastante importante, o fato da estrutura da consciência estar estritamente ligada à estrutura da atividade, confirmando, portanto, a relação entre o desenvolvimento do psiquismo e a atividade exercida pelo homem com a sociedade imbuída na produção das atividades dos homens que a formam.

A característica básica da atividade é a sua objetividade, determinada pelo conteúdo concreto segundo as condições e a maneira de satisfação, tornando-a uma forma particular de reflexo da realidade, pois sempre há um objeto, mesmo que não seja evidente, que se liga à determinada atividade do indivíduo. Portanto, Leontiev (1988a) alerta para o fato de que nem todos os processos são atividade, uma vez que a atividade refere-se ao processo integral que, ao realizar as relações do homem com o mundo, satisfaz uma necessidade especial correspondente a ele.

(...) o objeto da atividade aparece de duas maneiras: primeiro, em sua existência independente como subordinando e transformando a atividade do sujeito; segundo, como imagem do objeto, como produto do reflexo psíquico de sua propriedade, que se efetua como resultado da atividade do sujeito e não pode efetuar-se de outro modo (Leontiev, 1978, p. 68).

Toda atividade nasce de uma necessidade, que orienta e regula a atividade concreta do sujeito no meio objetivo, quando encontra com o objeto que a responde, trazendo a necessidade ao nível psicológico. Em outro momento, o autor apresenta os traços fundamentais da necessidade, que, além dos já expostos, referem-se à repetição da necessidade, seguido da possibilidade de desenvolvimento, na medida em que se amplia o âmbito de objetos e são criados novos meios de satisfazê-la. Portanto, as necessidades humanas naturais modificam-se, na dependência em relação ao desenvolvimento social,

enquanto que as necessidades superiores de caráter social são motivadas pelas condições da vida em sociedade e criadas novas necessidades nos homens (Leontiev, 1960).

O que distingue, essencialmente, a atividade é o seu objeto (representado ou imaginado), uma vez que ele é o que lhe confere determinada orientação, ou seja, tem função provocativa e diretiva da atividade. Desse modo, a relação entre a necessidade e o objeto que a satisfaz resulta no motivo, isto é, o que incita a atividade, com esta, necessariamente, unida a determinado motivo. Nesse sentido, a atividade, com sua própria estrutura, que se diferencia por sua forma, pelos modos que se realiza, por sua tensão emocional e por sua característica temporal ou espacial, motiva o sujeito a ter objetivos e a realizar ações para supri-los. Essas considerações são sintetizadas, nas palavras do autor, quando afirma que a atividade é designada pelos “processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo” (Leontiev, 1988a, p. 68). Por sua vez, a consciência exerce o papel de possibilitar a clareza da necessidade e dos motivos que envolvem o sujeito.

Diante dessas considerações, quanto aos motivos, o autor afirma que se tratam do que é refletido no cérebro do homem e incita e dirige a atividade para satisfazer uma necessidade determinada, portanto, na não coincidência entre motivos e objetivos. Às vezes os motivos não correspondem diretamente ao fim geral, mas precisam de fins parciais, dadas por muitas ações, para se atingir o motivo da atividade. Os motivos são diferentes da finalidade da atividade, mas se realizam neles, ou seja, parte-se dos motivos para se chegar ao fim, a determinado objetivo, na atividade que satisfaz determinada necessidade em relação a certo objeto (Leontiev, 1960).

Ainda, temos que a atividade se realiza mediante um conjunto de ações, ligados aos fins parciais, que podem, isoladamente, estar desligados do fim geral. Impulsionadas pelo motivo, as ações realizadas na atividade orientam-se a este fim e comportam muitas formas de execução, dadas pelas diferentes operações. Estas se baseiam nos meios pelos quais a ação se realiza, para responder a determinada tarefa. A ação relaciona-se ao fim, enquanto que a operação às condições (Leontiev, 1978).

No âmbito da atividade, Leontiev apresenta a formação da personalidade, pressupostos que Zeigarnik se apoiou nas últimas investigações que realizou no campo da Patopsicologia Experimental. As reações, opiniões e atos das pessoas são condicionados por seus motivos e necessidades, que são estabelecidos conforme a educação e ensino recebidos e determinam as atividades e ações da pessoa sã e doente, na evidência da relação com a estrutura da

personalidade da pessoa. Baseada nesse pressuposto, a autora considera que as alterações patológicas da personalidade relacionam-se às necessidades patológicas e às mudanças na hierarquia dos motivos, que ocasionam desestruturação da atividade do sujeito. Dessa maneira, as modificações da atividade psíquica (cognitiva quanto a motivada emocionalmente) não se manifestam como uma consequência imediata da enfermidade, mas seguem um complexo caminho de formação e desenvolvimento (Zeigarnik, 1976/1981).

Baseados nessas questões, temos que as relações que coordenam e transformam a atividade humana são a base da personalidade, sendo que essa hierarquia de atividades é expressa, em termos psicológicos, pelos motivos e emoções, dadas no sistema das relações sociais. Em outras palavras, temos que a atividade é a “unidade de análise para a compreensão da personalidade” (F. G. Silva, 2009, p. 177), tese que muito contribuirá para o entendimento do adoecimento psíquico. Na exposição da periodização do desenvolvimento, apresentamos que cada idade da vida compõe-se de uma atividade principal, que relaciona o sujeito ao mundo objetivo, no desenvolvimento psíquico, o que demonstra a afirmação atual dessa organização entre as atividades na formação da personalidade.

Mas a análise posterior do movimento da atividade e das formas do reflexo psíquico que ela engendra faz-se necessário incorporar o conceito de sujeito concreto, da personalidade como *momento interno da atividade*. A categoria da atividade se desenrola agora em sua autêntica plenitude, como abarcadora de ambos os polos: o polo do objeto e o polo do sujeito (Leontiev, 1978, p. 125, grifos do autor).

A unificação e vinculação das atividades do sujeito em sua vida, dentro do sistema de relações objetivas da sociedade, vão formando sua personalidade. Portanto, no processo de apropriação do mundo dos objetos e fenômenos criados pela humanidade, base para a formação dos processos psicológicos superiores, por meio da atividade humana, aparecem as necessidades, os motivos e interesses, que constituem a formação da personalidade do homem. No seio das condições histórico-sociais, “a personalidade não nasce, a personalidade se faz” (Leontiev, 1978, p. 137), uma vez que é no processo de socialização que essa se forma, no desenvolvimento de atitudes e hábitos e na apropriação dos instrumentos e signos.

Nesse momento, faz-se necessário trazermos uma definição, mesmo que breve, do conceito personalidade, já que recorreremos, no decorrer deste terceiro capítulo, a atribuições e modo de formação, partindo, portanto da definição dada a seguir.

(...) designa a integração sistêmica e psicológica individual que caracteriza as funções reguladoras e autorreguladoras da atuação da pessoa que, em diferentes momentos e situações tem que atualizar seus conteúdos e operações mediante decisões pessoais. Por isso a personalidade é uma realidade de natureza psíquica, pessoal e construída que se forma e desenvolve com a intervenção da própria pessoa em qualidade de sujeito de sua atividade, mediando ativamente seu vínculo com as influências sociais externas e definindo o sentido psicológico das mesmas (Castañeda, 2007, p. 4).

Enquanto neoformação oriunda da unidade atividade e consciência humana, a personalidade, Leontiev (1978) afirma que uma “personalidade é criada por circunstâncias objetivas, porém não de outra forma, senão através de todo o agregado da atividade que efetua suas relações com o mundo” (170), sendo que o tipo de atividade determina o tipo da personalidade. Dessa maneira, a personalidade é determinada pela natureza das relações que a envolvem, são as relações sociais específicas do homem, nas quais este entra em sua atividade objetivada, marcada também por uma atividade interna organizada pela consciência do sujeito. A importância do estudo da personalidade na Patopsicologia Experimental, conforme conclusão de Zeigarnik, está no fato de que a investigação das conexões e dos conteúdos das atividades, seus tipos e formas concretas, depara o patopsicólogo com as alterações psíquicas no âmbito da personalidade do homem, como veremos a seguir no subitem 3.4.5. No momento, faz-se necessário discutirmos, em termos mais amplos, aspectos relacionados à hierarquia dos motivos e mudança na atividade, que contribuirão para nossa exposição futura acerca das alterações da personalidade.

Segundo Leontiev (1978), “no curso do desenvolvimento do sujeito, suas atividades isoladas aparecem dentro de uma relação hierárquica. No nível da personalidade, de maneira alguma formam um aglomerado simples, cujos raios tivessem início e centro no sujeito” (p. 145). Geradas no desenvolvimento ontogenético, as hierarquias formam o núcleo da personalidade e, quando alteradas, levam às modificações das atividades e, conseqüentemente, de seus motivos, uma vez que por trás da relação entre atividades, há uma relação entre motivos. Esse processo descrito denota o comprometimento que pode ser visto na patologia mental, como veremos ainda nesse capítulo, e justifica a análise dos motivos da atividade na alteração da personalidade.

Outro ponto a ser destacado na presente discussão acerca da formação da personalidade refere-se à interlocução com as crises, na passagem de uma atividade dominante a outra, no processo de desenvolvimento humano. No segundo capítulo, apresentamos, brevemente, essa

questão da crise do ponto de vista vigotskiano e de Leontiev. No entanto, nesse momento da pesquisa, nos pautamos em maiores condições de examinar a crise, em Leontiev, na estreita relação entre as ações do sujeito, que compõem sua atividade, que se tornam cada vez mais ricas e entram em contradição com os motivos que a geram, na passagem de uma atividade a outra.

Os fenômenos de tal superação são muito bem conhecidos e seguidamente descritos na literatura que trata da psicologia do crescimento, embora em termos diferentes; estes fenômenos formam as assim chamadas crises de desenvolvimento, as crises dos três anos, dos sete anos, da adolescência, e aquelas crises da maturidade, muito menos frequentemente estudadas. Como resultado, ocorre um deslocamento dos motivos para objetivos, uma mudança em sua hierarquia, e a geração de novos motivos, de novos tipos de atividade; os objetivos anteriores são psicologicamente desacreditados e as ações que respondiam a eles, ou deixam completamente de existir, ou são convertidas em operações impessoais (Leontiev, 1978, p. 164).

Como vimos, a atividade principal determina as relações de vida de forma estável e ultrapassa o desenvolvimento dos outros tipos de atividade do sujeito, com novas aquisições e novos processos psicológicos regidos por esta atividade principal, com sua própria motivação. No desenvolvimento ontogenético, a formação do novo motivo deve corresponder às reais possibilidades da atividade do homem em seu desenvolvimento, senão transcorrerá por uma via secundária, com a ocorrência de novas objetivações das necessidades, compreendidas, cada vez mais, de forma mais elaborada (Leontiev, 1988a). Caso essas passagens não ocorram da forma adequada e, portanto, acabem não superando a crise e permanecendo nela, como acredita Vygotski (1996), instala-se um desenvolvimento comprometido, podendo alcançar a patologia. Por sua vez, em Leontiev (1988a), o comprometimento se dará se esse processo não for conduzido de forma consciente e adequada, podendo, portanto, ser evitado.

A retomada dessa questão justifica-se pela referência de Leontiev às crises da maturidade, que necessitam ser estudadas em relação a uma determinada estrutura social, o que nos possibilita pensar nos momentos críticos do desenvolvimento na idade adulta, período no qual aparecem tantos transtornos mentais na atualidade⁵⁸. No estudo a respeito da obra de

⁵⁸ Como apresentamos no segundo capítulo, este processo de desenvolvimento é marcado pelas crises do desenvolvimento, com concepções diferentes em Vigotski e Leontiev já anunciadas no nosso trabalho. Esse aspecto é válido de ser pontuado e necessita de maiores investigações na atualidade, visto que as condições de

Zeigarnik, não encontramos uma discussão direta que trate da crise de desenvolvimento, mas consideramos importante pontuar, mesmo que de forma breve, essa questão relacionando-a com o desenvolvimento patológico. Portanto, pode ocorrer, na passagem de uma atividade dominante a outra, uma mudança com caráter inadequado, levando ao adoecimento psíquico, uma vez que a nova atividade pode estar estruturada em necessidades patológicas e numa hierarquia inadequada dos motivos. A partir dos estudos de Zeigarnik, poderemos entender melhor essa relação ao apresentarmos as alterações da personalidade, concebida a partir da atividade humana, que pode ser reportada às atividades dominantes em termo de funcionamento e estruturação.

Essa apresentação dos postulados principais da Teoria da Atividade e formação da personalidade será a base na continuidade deste capítulo, principalmente quando tratarmos das alterações patológicas dos processos psicológicos, conforme os pressupostos da Patopsicologia. A partir de então, possíveis lacunas deixadas aqui poderão ser sanadas, já na interlocução com as elaborações de Zeigarnik.

3.3 SOBRE OS APORTES METODOLÓGICOS DA PATOPSIKOLOGIA E O USO DOS EXPERIMENTOS PSICOLÓGICOS

A Patopsicologia Experimental pauta-se no método do experimento, relacionado aos princípios teóricos da psicologia geral que a fundamenta. Há a preocupação direcionada ao desenvolvimento de métodos experimentais adaptados às necessidades do trabalho no campo da patologia mental, além das análises teóricas acerca de diferentes alterações mentais e a compreensão dos processos mentais normais. Zeigarnik (1962/1965, 1969/1979, 1976/1981) faz críticas e apontamentos acerca dos limites do princípio da medição quantitativa, com a psicometria e seu emprego nos testes psicológicos, assim como a tentativa de determinação da personalidade por meio de testes projetivos.

A psicometria na URSS, com a ideia de que o homem possui funções inatas e passíveis de medição quantitativa, era bastante utilizada, principalmente na pedagogia e no exame das crianças escolares, até que essas investigações foram julgadas como pseudocientíficas pelo Decreto de 1936.

trabalho no atual estágio do capitalismo têm levado a sérios comprometimentos da saúde mental de homens pela alteração em sua atividade. Autores da sociologia, tais como Ricardo Antunes e Giovanni Alves, por exemplo, fornecem-nos muitos elementos para problematizarmos essas questões no presente momento da dissertação.

O objetivo dessas investigações era selecionar crianças com desenvolvimento mental inadequado para a admissão nas escolas especiais. Por meio desses procedimentos de testes pedológicos, as crianças nascidas aparentemente “espertas” eram separadas das outras, cujo desenvolvimento mental retardado também parecia ser resultado de fatores inatos (Zeigarnik, 1962/1965, p. 42).

Em termos psicopatológicos, o método psicométrico também apresentava fortes limites na avaliação de doentes mentais. Zeigarnik (1962/1965) indica que nesta lógica não é possível investigar os aspectos qualitativos do distúrbio nem a relação entre os distúrbios e as condições de vida, assim como é ignorada a questão dos modos e do significado da função de compensação do defeito a partir da psicometria.

A medição quantitativa só detecta os resultados finais do trabalho, contudo, por este procedimento não se pode detectar nem o próprio processo de trabalho, nem a atitude do sujeito diante do problema estabelecido, nem os motivos que tem induzido ao doente a opção por um determinado modo de ação, nem as posturas pessoais, nem os desejos, em uma palavra, toda a variedade das particularidades qualitativas na atividade do sujeito experimentado (Zeigarnik, 1976/1981, p. 25).

Por sua vez, o método projetivo apresenta-se problemático por não admitir um método definitivo para sua execução, visto que se utiliza de qualquer problema somente como pretexto para que o sujeito manifeste seus sentimentos, as particularidades de sua personalidade e de seu caráter (Zeigarnik, 1962/1965, 1976/1981). Por outro lado, “no experimento psicológico o papel do teste funcional pode ser substituído por métodos experimentais que foram projetados para refletir as operações mentais empregadas pelo homem durante o trabalho e estudo” (Zeigarnik, 1962/1965, p. 46).

Zeigarnik, Luria e Polyakov (1977) tratam do uso dos testes psicológicos na prática clínica na URSS, apontando os limites dos procedimentos psicométricos e das técnicas projetivas, tais como a padronização, o descomprometimento com o processo da atividade psíquica e o serviço à manutenção da sociedade de classes. Segundo os autores, os testes psicométricos, em sua maioria, não podem ser empregados em um programa de diagnóstico psicológico de base científica, uma vez que, apoiados na mensuração e padronização, permanecem na aparência, no plano fenomenológico e sem critério crítico em sua avaliação. Por meio de visões definidas, dispostas em quadros classificatórios, permitem a avaliação

psicológica desconsiderando a história clínica do sujeito e os processos da estrutura psicológica.

Por sua vez, os autores consideravam que na URSS havia, a partir da teoria científica materialista, “todos os pré-requisitos para a exata solução do problema de estabelecer, sob uma base científica, métodos para a investigação psicológica experimental de doenças neurológicas e psicológicas com um fim diagnóstico” (Zeigarnik, Luria & Polyakov, 1997, p. 92). Desse modo, há a proposta da investigação psicológica experimental na psicologia soviética no trabalho junto aos processos patológicos do psiquismo, em contraponto ao uso dos testes e o método projetivo. A partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, as funções psíquicas são entendidas não como funções inatas, mas sim como funções desenvolvidas por meio das atividades ao longo da vida, o que faz com que as alterações psíquicas sejam compreendidas e investigadas como alterações da atividade. Desse modo, é possível a análise qualitativa das distintas formas de desintegração do psiquismo, a descoberta dos mecanismos da atividade alterada e as possibilidades para sua reabilitação.

Enquanto princípios básicos da investigação psicológica experimental da Patopsicologia, a autora afirma que antes de se medir, é necessário analisar o que se mede, até porque a análise quantitativa não tem muito valor prático, diante dos problemas sociais, econômicos e outros, relacionados com o sujeito (Zeigarnik, 1976/1981). Por exemplo, no estudo acerca da patologia do pensamento, a autora afirma que:

Métodos experimentais individuais devem mostrar as operações intelectuais particulares que estão prejudicadas no sujeito; como as operações são formadas no curso da experiência prática; como os processos de generalização e abstração e de síntese e análise estão perturbados; como o processo de aquisição de novas associações é modificado; e quais as distorções ocorreram na capacidade de utilizar o sistema de associações antigas formado no curso da experiência passada (Zeigarnik, 1962/1965, p. 45).

Nesse sentido, é necessário conhecer qual é a dificuldade e quais as dimensões do problema, mas também como tem assimilado e em que se fundamentam seus erros e dificuldades. Muitas vezes, torna-se mais interessante a análise dos erros cometidos durante a execução das tarefas experimentais, por promover material demonstrativo para a avaliação de uma determinada alteração na atividade psíquica dos doentes. Por isso que os resultados do experimento devem descrever e explicar as características qualitativas do distúrbio, ao invés de somente fornecer elementos quantitativos (Zeigarnik, 1962/1965, 1969/1979, 1976/1981).

Conforme a autora, há uma variabilidade na investigação psicológica-experimental, pelo grande número de métodos utilizados, devido ao fato de que o processo de desintegração do psiquismo não transcorre a um só nível. Portanto, as características dos procedimentos experimentais utilizados devem ser adequadas às condições dos homens e aos seus processos psíquicos alterados, na utilização de um complexo procedimento de métodos.

O experimento patopsicológico deve representar um modelo conhecido de uma situação vital, que deve ser capaz de atualizar não só as operações intelectuais do doente, mas também sua relação, suas atitudes, sua disposição, que é promovida por um determinado motivo, para a ação. Dito de outra maneira, a situação do experimento deverá dar a possibilidade de investigar a atividade do homem doente (Zeigarnik, 1969/1979, p. 31).

Além da necessidade de fornecer a estrutura das formas alteradas na atividade psíquica do homem (como na capacidade mental perdida, objetivos e sua atividade), o experimento patopsicológico deve revelar também suas formas intactas, visto a importância desse trabalho para a restauração das funções alteradas (Zeigarnik, 1976/1981).

No trabalho com a patologia do pensamento, Zeigarnik estruturou uma metodologia que lhe possibilitou os estudos e o trabalho junto ao paciente, com experimentos psicológicos de muitos tipos, trasladados posteriormente para a Patopsicologia Experimental, como classificação de objetos; exclusão do objeto inadequado (quarto excluído); método pictográfico; evocação mediatizada; compreensão do sentido figurado; estabelecimento da consecutividade de fatos e variantes do método associativo (Golder, 1986).

Essa base experimental-psicológica foi buscada por Zeigarnik em outros autores, principalmente Kurt Lewin, Vigotski, Luria e Leontiev, uma vez que ela usou métodos experimentais dos autores clássicos, aplicados em outros contextos, para elucidar os sintomas patológicos. Zeigarnik (1962/1965) explica de forma pormenorizada os diferentes procedimentos que utilizava em suas investigações, tais como segue a seguir.

Na **classificação de objetos**, são mostrados ao sujeito objetos (eles próprios ou imagens), que devem ser organizados em grupos, conforme dada instrução, a partir de princípios de generalização elaborados pelo sujeito. A base desse experimento está na abstração de uma propriedade generalizada do objeto, separada do conjunto dos demais traços concretos. Para que o experimento seja feito da forma correta, é preciso inibir as associações concretas entre os objetos e subordinar o processo a partir da classificação baseada em princípios abstratos e de generalização, uma vez que, quando se atém às qualidades concretas, a classificação dos objetos pode mudar o tempo todo. O experimento mostra o grau e o processo de generalização, assim como a atitude do experimentando diante da tarefa, das instruções e de seus erros. O experimentador observa as associações feitas pelo sujeito, como também intervém ativamente, promovendo auxílio ou dificuldades na execução da tarefa. Pode-se indicar os erros para que seja observado se o experimentando persiste ou corrige cada um deles (Zeigarnik, 1962/1965).

Como exemplo, a autora discorre sobre o experimento no qual se mostra ao sujeito determinado número de figuras, que representam animais domésticos, animais selvagens, instrumentos, pessoas de diferentes profissões, mobília, frutas, vegetais e árvores e pede-se que organize todas essas figuras em diferentes grupos. Pode-se também solicitar a organização conforme determinado princípio, como função ou tipo de material.

O **método de exceções** ou de exclusão investiga as formas e modos de generalização e permite o entendimento das condições que governam determinada operação do pensamento. Na realização, é mostrado um conjunto de quatro objetos ou figuras e o experimentando deve dizer qual deles não pertence ao grupo, deixando claro qual princípio utilizou para excluir determinado objeto, na medida em que estabelece certa relação entre os três pertencentes ao mesmo princípio de generalização. Por exemplo, no grupo formado por termômetro, balança, relógio e óculos, os óculos deve ser excluído, pois não é instrumento de medida. Na patologia, a autora expõe o caso da paciente K, com diagnóstico de doença epiléptica, que executa esta tarefa e exclui o termômetro, já que este só é necessário para uma pessoa que está doente. Por sua vez, outra paciente propõe unir os óculos, o termômetro e o relógio, uma vez que a pessoa míope precisa colocar os óculos para enxergar o termômetro e o relógio (pensamento funcionando por complexo do tipo coleção, no qual a atividade prática, a partir de sua utilidade na vida, determina o processo de generalização) (Zeigarnik, 1962/1965).

O **método de pictogramas**, estabelecido inicialmente por Luria, investiga a habilidade de generalizar e abstrair, sendo o método de formar significados convencionais. Para lembrar as palavras que são ditas durante o experimento, o sujeito deve desenhar algo que o ajude a

memorizar. Na Patopsicologia, este método vai além de investigar os processos de memória, uma vez que focaliza os processos de pensamento que orientam as representações gráficas, uma vez que a escolha pelos desenhos depende de um considerável grau de liberdade intelectual, com associações mais ligadas aos traços concretos ou a princípios mais gerais, com mais ou menos dificuldade no estabelecimento dessas associações. Por exemplo, o sujeito deve lembrar-se de 14 palavras e, para que obtenha êxito, é orientado a desenhar, para cada uma delas, algo que o ajude a reproduzi-las no futuro, sendo proibido escrever alguma nota ou letra.

De acordo com Zeigarnik (1962/1965), esta tarefa experimental pode ser conduzida de dois modos: diz-se a palavra “desenvolvimento”, que recebe o desenho de dois círculos, um menor e, em seguida, outro maior, ou a palavra “dúvida”, seguida pelo sinal de interrogação, modo presente em sujeitos que receberam um adequado grau de educação. Outro modo é constituído por desenhos que representam um grau de generalização menor, uma vez que servem de estímulo condicional a uma segunda expressão que levará à recordação da palavra dita, como, por exemplo, na palavra “desenvolvimento”, na qual o sujeito pensa em desenvolvimento industrial ou desenvolvimento mental e desenha algum objeto relativo a isso (um fábrica, um livro), como um estímulo à palavra desenvolvimento.

Por meio da **memorização mediada**, método similar ao sugerido por Leontiev, memoriza-se palavras por meios indiretos, com o uso de outros recursos, como figuras, que vão mediar o processo de memorização e revelar as relações de generalização entre a palavra e a figura. Depois de escolhida a figura, o experimentando deve explicar a associação que fez entre a palavra a ser lembrada e a figura escolhida. Por exemplo: são ditas 15 palavras, que devem ser recordadas, sendo que para cada uma, uma figura deve ser escolhida como um auxílio para a recordação posterior, sendo disponibilizadas 30 figuras. Depois de escolhida a figura, o experimentando deve explicar a associação que fez entre a palavra a ser lembrada e a figura escolhida. Este procedimento é mais vantajoso do que o pictográfico, pois pode ser utilizado em pessoas com baixa escolaridade e pouca habilidade em desenhar (Zeigarnik, 1962/1965).

A respeito da compreensão do **significado de metáforas**, existem duas variações, sendo a primeira a explicação de provérbios e metáforas e, a segunda, o estabelecimento de relações entre frases e provérbios.

a) Explicação de provérbios e metáforas: em forma de conversação, o experimentando deve explicar o significado de provérbios e de metáforas, geralmente, comuns e sem dificuldade de entendimento. Após a explicação, deve dar exemplos cotidianos em que estes provérbios podem ser utilizados. Quando a tarefa não é executada dessa forma, o experimentador pede que o sujeito escreva uma pequena história que exemplifique o uso desse provérbio. A compreensão deve ser no nível do sentido figurado do provérbio e da metáfora, sendo que é possível que tenha ocorrido o uso decorado, mecânico do provérbio. Em uma alteração grosseira do pensamento, este entendimento dá-se de forma concreta e com uma interpretação textual da frase dita.

b) Relação entre frases e provérbios: o experimentando deve relacionar os provérbios às frases que lhe são apresentadas. Uma parte dessas frases não tem nada em comum com o sentido dos provérbios, mas contém palavras em comum. Ao sujeito, é proposto que relacione cada provérbio a uma determinada frase correspondente, com diferentes níveis de dificuldade. A frase age como uma insinuação, podendo levar o sujeito ao estabelecimento de relações entre os provérbios e as frases, com palavras comuns e sentidos diferentes, no caso de alguma alteração do pensamento e falha na compreensão do sentido figurado (Zeigarnik, 1962/1965).

No **estabelecimento de sucessão de eventos**, o experimentando deve organizar a sequência de algum acontecimento, descrito por frases soltas. O experimentando deve organizar 05 figuras que representam estágios de um determinado evento, para que, em determinada ordem, demonstrem suas etapas sucessivas. Após essa execução, o sujeito deve explicar, em suas próprias palavras, o evento dado pela sequência estabelecida. Os temas apresentados dependem do grau de comprometimento dos processos psíquicos dos experimentados.

Nas variantes do **experimento de associação**, são apresentadas quatro variações de experimentos de associação, bastante utilizados na psicologia e na psiquiatria, originados com Sechenov.

a) Para a análise do grau de generalização e sua taxa de formação: o experimentador apresenta uma série de palavras que devem ser acompanhadas, uma a uma, de outra palavra dita pelo sujeito, a primeira que lembrar. Em sujeitos normais, o tempo de latência é curto.

b) Para ver a natureza dinâmica das associações: após a série de palavras, o experimentador repete cada uma delas, sem nenhuma instrução. Caso seja dada a mesma resposta, fala-se pela terceira vez a sequência de palavras e, na repetição, pede-se que seja usada outra palavra.

c) Para investigar a seletividade da resposta: na associação, a instrução orienta que o sujeito diga outra palavra sob uma relação determinada (relação de oposição, de classe, algo que faça parte da palavra).

d) Para investigar o fluxo livre das associações: o sujeito deve dizer, o mais rápido possível, um número definido de palavras à vontade. A análise das palavras ditas, o tempo decorrido e a relação entre elas revelam a natureza da associação e o princípio geral que o experimentando estabelece na escolha das palavras (Zeigarnik, 1962/1965).

Por fim, além destes métodos, são empregados experimentos psicológicos que levam o paciente a relatar histórias ou fábulas lidas e a descrever figuras, utilizados para investigar o nível de compreensão do sujeito acerca da história, a extensão de suas generalizações e a sucessão do relato e se mantém a sequência inicial. A outra modalidade baseia-se na descrição da figura apresentada, uma tarefa simples, mas que possibilita a análise dos processos psíquicos de percepção e a generalização diante do que está exposto, na escolha de detalhes. Ainda, ambas as técnicas oferecem possibilidade de averiguar como o sujeito lida com a tarefa e com os erros de interpretação (Zeigarnik, 1962/1965).

A partir desses experimentos, a autora reunia os resultados obtidos e observava que as perturbações do pensamento podiam ser características, tanto para os quadros descritos das doenças como para o estado do paciente concreto, no estabelecimento da relação com os dados da história do sujeito, inclusive sendo útil para um enfoque sistêmico da doença mental. Desse modo, “o estudo da desintegração do psiquismo deve recorrer a uma combinação de procedimentos metodológicos em lugar de limitar-se a um método determinado” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 41), em uma ampla e sistemática investigação dos sintomas patológicos.

No experimento psicológico, a prova funcional “pode ser desempenhada por problemas experimentais capazes de atualizar as operações mentais que o sujeito utiliza em sua atividade vital e os motivos que provocam esta atividade” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 28). A autora segue com a afirmação de que o experimento patopsicológico envolve as operações mentais do doente como também sua postura pessoal, o que leva ao necessário conhecimento da psicologia da personalidade.

A psicóloga lituana sustenta com firmeza que é sempre necessário contrapor o diagnóstico patopsicológico com a história clínica, ou seja, “analisar os contrastes e semelhanças entre os dados obtidos pelas investigações patopsicológica, por um lado, e os obtidos da história do paciente, por outro. O fundamental consiste em não se deixar com uma só destas determinações, sem sair delas” (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 90). Embora não deixe claro nos casos clínicos descritos, o que limita ainda mais o acesso ao material

patopsicológico de Zeigarnik, acreditamos que o que a autora ressalta não é somente a história individual de cada sujeito, mas que esta esteja relacionada à sua concretude, isto é, como pertencente a uma classe social em uma dada sociedade. Ainda, é fundamental ater-se à história pregressa do paciente, mas não como aquela anamnese comum, uma vez que se deve verificar o desenvolvimento cultural anteriormente alcançado para a determinação da zona de desenvolvimento próximo e as vias de compensação, como proposto por Vigotski.

A partir dessa organização, a autora estabeleceu a metodologia utilizada na investigação patopsicológica em três direções principais (Golder,1986; Zeigarnik, 1962/1965):

- experimento psicológico para um diagnóstico diferencial, na investigação clínica completa, na complementação dos dados, com a possibilidade desse diagnóstico;
- experimento psicológico para a análise da estrutura da alteração do processo;
- experimento psicológico para investigar o grau de alteração da atividade mental (importância na área jurídica e industrial, por exemplo).

O experimento psicológico é diferente na clínica quando direcionado à investigação psíquica do homem saudável, na resolução de questões da psicologia geral, do homem adoecido na patopsicologia. A atitude do homem doente depende do seu estado de morbidade, que pode levar a uma atitude delirante, de excitação ou de inibição, obrigando o experimentador a conduzir de outra maneira, às vezes até trocar a conduta do experimento, durante sua aplicação. Pode ocorrer do homem doente não executar a tarefa, ou interpretar torcidamente ou resistir às instruções (Zeigarnik, 1969/1979).

A autora, na edição espanhola de 1976, aponta o valor teórico e aplicado das investigações patopsicológicas. Em relação ao valor na teoria psicológica, tem-se que o material patopsicológico permite observar a estrutura das distintas formas da atividade psíquica, em outras palavras, possibilita a análise da estrutura dos motivos e necessidades.

(...) a enfermidade psíquica, ao destruir e falsear a sucessão de motivos e ao diminuir sua função na formação de significados, nos proporciona valiosíssimos fatos reais para a comprovação e demonstração dos postulados teóricos da psicologia geral. Isto é possível porque a doença mental com frequência conduz não só à destruição dos processos já formados dos motivos e necessidades, mas também à formação de novos motivos (embora patologicamente alterados), aparição de novas propriedades e características da personalidade. Por este motivo, a utilização do material patológico

pode resultar muito útil, ao resolver o problema da relação entre o biológico e o social no desenvolvimento da psique (Zeigarnik, 1976/1981, p. 9).

Por sua vez, o valor aplicado da Patopsicologia refere-se à utilização dos dados do experimento psicológico para fins de diagnósticos diferenciados, uma vez que os métodos experimentais contribuem para a análise da estrutura, a determinação do grau das alterações psíquicas do doente, na investigação da formação de uma necessidade patológica, a alteração dos motivos e interesse.

3.4 OS PROCESSOS PSICOLÓGICOS EM SUAS DISTINTAS ALTERAÇÕES PATOLÓGICAS

Zeigarnik (1969/1979, 1976/1981) expõe investigações experimentais envolvendo diversos processos psicológicos básicos e suas alterações patológicas, como a percepção e memória, assim como processos mais complexos, como o pensamento e a personalidade, além da alteração patológica na capacidade mental. As modificações demonstradas nos experimentos psicológicos relatados pela autora, que levam ao adoecimento mental, baseiam-se tanto em alterações na estrutura da atividade como em alterações de ordem biológica e accidental, como em lesões cerebrais, por exemplo.

De acordo com a autora, os processos psíquicos devem ser considerados como distintas formas de atividade psíquica, formadas no desenvolvimento ontogenético. O caráter da motivação na atividade guiará todos esses processos, como por exemplo, os de percepção, com uma estrutura da atividade perceptiva diferente em pessoas saudáveis e nas adoecidas, assim como os processos de memória, modificadas pelo caráter motivacional dado pela alteração mental.

Quando desenvolve a Patopsicologia Experimental, Zeigarnik analisa os problemas do doente não somente como produto de suas lesões ou traumatismos cerebrais, mas sim no quadro dinâmico de sua personalidade total, influenciada por sua história individual e pelos conflitos originados na estrutura complexa das relações interpessoais, o que abarca, portanto, suas condições materiais de vida (Braslavsky, 1986).

Para que esses aspectos fiquem mais claros, serão expostas, a seguir, as diferentes alterações patológicas dos processos psicológicos, resultados dos trabalhos de Zeigarnik e de seus colaboradores. As principais características serão sistematizadas em tabelas, um modo mais didático de organização, para serem mais bem compreendidas e visualizadas. Será dado

destaque para as considerações acerca da personalidade, uma vez que este tema foi reconhecido como um dos mais importantes no estudo do adoecimento mental, como também pela extensão de suas investigações, que são fundamentais para o presente estudo e sistematização da Patopsicologia Experimental.

3.4.1 Alterações da consciência

Conforme Zeigarnik (1976/1981), as alterações da consciência são as menos elaboradas no âmbito da psicologia, provavelmente, pela dificuldade na concepção do que seja consciência. A autora retoma o conceito marxista de consciência, dado pelo reflexo generalizado da realidade, dirigido para determinados objetivos na atividade humana. A partir desse posicionamento, a referida autora apresenta os tipos mais comuns de alterações da consciência encontrados na clínica psiquiátrica, dados por um caráter ainda bastante descritivo, pertinente ao modo realizado pela caracterização psiquiátrica.

Alterações da consciência	
1) <u>Consciência aturdida:</u>	Confusão, com a dificuldade na formação de associações, lentidão nos movimentos, relutância para falar, indiferença em relação às pessoas e dificuldade de orientação no meio. Comum nas alterações agudas do sistema nervoso central, nas doenças infecciosas, envenenamentos e traumas cerebrais.
2) <u>Ofuscação da consciência com delírio</u>	Falsa orientação no tempo e no espaço, acompanhada de ondas de imagens, na aparição de fragmentos de recordações de forma ininterrupta. Em um estado de delírio, surgem ilusões, alucinações e desvarios instáveis. Fala descontrolada. Comum em sujeitos com lesões orgânicas do cérebro como em consequência de traumas ou infecções.
3) <u>Estado aneurótico (visionário) de consciência</u>	Há uma mescla de reflexos da realidade misturados com imagens da fantasia do sujeito, que invadem a consciência. Coexistência do real e do fantástico.
4) <u>Estado de semistupor da consciência</u>	Estado transitório, seguido de sono e de amnésia. Os sujeitos mantêm as ações habituais, e podem apresentar fantasias absurdas e alucinações.
5) <u>Pseudodemência</u>	Variação do estado anterior. Agudas alterações no raciocínio, nas qualidades intelectuais e nos processos de memória. Falsas percepções e escassez emocional.
6) <u>Despersonalização</u>	Estranhamento em relação aos próprios pensamentos, afetos e ações, percebidos como de fora, alheios. Comuns na epilepsia, na esquizofrenia e após traumatismos cerebrais. Desconhecimento dos motivos

	de sua atividade e alteração da personalidade.
--	--

3.4.2 Alterações da percepção

A percepção é uma atividade caracterizada por sua generalização e motivação, sendo orientada pela intencionalidade do sujeito, com os resultados perceptivos dependentes das particularidades emocionais e pessoais do sujeito (Zeigarnik, 1976/1981). As alterações nos traços da atividade perceptiva ocorrem nos processos de generalização ou nos condicionamentos pessoais, manifestando-se na dificuldade do reconhecimento, na falta de configuração do material percebido, no engano dos sentimentos, nos reconhecimentos falsos e na reestruturação dos motivos da atividade perceptiva.

Alterações da percepção	
1) <u>Agnosia</u>	Declínio na capacidade de generalização e síntese, não reconhecendo os objetos. Descreve o objeto, percebe as formas, as características, mas não sintetiza e não conceitua.
2) <u>Pseudoagnosia na demência</u>	Gênese orgânica, não reconhecimento dos objetos e imagens em sua totalidade, com uma percepção difusa. Incorreto reconhecimento dos detalhes e desintegração na estrutura da atividade perceptiva.
3) <u>Engano dos sentidos: modificação do estado funcional da atividade de análise externa e interna dos sentidos</u>	<p>a) Alucinações: percepções falsas de imagens, objetos, sons que não existem na realidade. Na percepção ilusória, há algo externo, diferente da alucinação, que não existe. Não há distinção entre o que é alucinação e o que realmente existe. No entanto, Suzana Rubinstein (citada por Zeigarnik, 1976/1981) discorda dessa falta de relação, dita nos manuais. Mesmo que não haja uma relação imediata entre a alucinação e o objeto, pode estar bastante mascarada e complicada de ser vista. Há a dificuldade na atividade de análise que pode facilitar ou incluir o engano dos sentidos.</p> <p>b) Pseudoalucinações: Expressas na atividade interna do sujeito, como algo subjetivo, sendo as pseudoalucinações claras e reais, estáveis e contínuas. Vozes em sua própria cabeça, visões mentais. Pertencentes a qualquer esfera sensitiva.</p>
4) <u>Alteração do componente motivador da percepção</u>	Enquanto atividade, ao mudar seus componentes, a percepção sofre alteração, como na alteração da função racionalizadora dos motivos, que incitam e dirigem a atividade. Modificações da personalidade das pessoas saudáveis e doentes, então se muda a atividade perceptiva. Portanto, a estrutura da atividade perceptiva é diferente em pessoas saudáveis e nas adoecidas.

3.4.3 Alterações da memória

As alterações de memória constituem a queixa na maioria das doenças mentais, sendo, geralmente, confundidas com dificuldades na capacidade de trabalho ou com alterações na esfera motivadora. Como apresenta em seus estudos, a memória é atividade e, portanto, o componente motivador é inalienável de sua estrutura e desenvolvimento. A própria autora iniciou seus estudos, ainda em Berlim, sob a orientação de Kurt Lewin, na investigação da memória, no famoso estudo chamado “Efeito Zeigarnik”, como apresentamos em sua biografia no início do capítulo.

Na patologia da memória, Zeigarnik (1976/1981) aponta quatro problemas mais importantes, como apresentados na tabela a seguir:

Alterações da memória	
1) <u>Alterações da memória imediata</u>	<p>a) Síndrome de Korsakov⁵⁹: Nas graves intoxicações alcoólicas. Falta de memória de acontecimentos cotidianos, com as de fatos passados mantidas. Dificuldade no processo de reprodução. O sujeito usa de confabulações com fatos inexistentes para preencher os vazios da memória.</p> <p>b) Amnésia progressiva: Os sujeitos não se lembram do passado, confundindo-o com o presente, apresentando também confusão na ordem dos acontecimentos e desorientação temporal e espacial. Geralmente, estão presentes nas doenças psíquicas na idade avançada. Vive-se no passado.</p>
2) <u>Alteração do dinamismo da memória</u>	Caráter descontínuo nos processos de memória, no qual por um momento lembra-se, e em outros não, combinando com a descontinuidade de outros processos psicológicos. Comum após traumas cerebrais, em sujeitos que sofreram intoxicações ou doenças laborais. Instabilidade afetiva.
3) <u>Alterações da memória mediada</u>	Vinculadas aos processos de generalização e abstração, de desenvolvimento do pensamento. Destruição de processos cognitivos, motivadores e dinâmicos. Zeigarnik (1976/1981) ressalta que a mediação melhora a reprodução da memória, torna-se controlada, voluntária.
4) <u>Alterações do componente motivador da memória</u>	Modificação na estrutura da atividade da memória, dos motivos da atividade e reações pessoais de cada um.

3.4.4 Alterações do pensamento

⁵⁹ Como apresentado no primeiro capítulo, quando tratamos do referido autor.

O pensamento, atividade complexa e autorreguladora, é sempre ativo e voltado para a realidade, surge de uma necessidade e converte-se em um regulador da ação humana. Para que possa regular o comportamento, deve ter um objetivo, ser crítico e ter motivações pessoais. Nas palavras de Zeigarnik (1976/1981), “não existe pensamento desligado das necessidades, motivos, aspirações, orientação e sentimentos do homem, ou seja, da pessoa em sua totalidade” (p. 139).

A autora afirma que o pensamento baseia-se no reflexo generalizado e mediado pela realidade, vinculado aos aspectos sensoriais do mundo e à atividade prática das pessoas. É um processo que permite o domínio de um sistema de operações e conhecimentos elaborados no decorrer da história da humanidade (Zeigarnik, 1969/1979). Nas elaborações acerca do pensamento e suas alterações patológicas, Zeigarnik parte de investigações realizadas por Vigotski na conceituação das operações de generalização, abstração, síntese e análise, bastante referenciadas quando demonstra esses processos na atividade de pensamento alterada.

Rapidamente, apresentaremos esses conceitos da forma como foram trabalhados por L. M. Martins (2011), para que o uso dos mesmos nesta pesquisa seja acompanhado de maior compreensão pelo leitor, o que facilitará o entendimento de como se dão as alterações nos processos de pensamento, baseadas no comprometimento dessas operações.

A generalização é o processo responsável por identificar propriedades gerais existentes entre os fenômenos, objetos e situações e, principalmente, por indicar os aspectos comuns essenciais entre eles, na descoberta de regularidades presentes na realidade que vinculam esses objetos. Por meio da abstração, parte-se das qualidades concretas às qualidades abstratas, uma vez que as propriedades da realidade são unificadas, por processos mentais, sob a forma de particularidades gerais, abstratas. Conforme a autora, “As operações de generalização e abstração não se desprendem da concretude do fenômeno particular, outrossim, incidem sobre o específico que corresponde a um geral determinado” (L. M. Martins, 2011, p. 158).

Por sua vez, os processos centrais de análise e síntese estão ligados entre si na busca por nexos objetivos que sustentam a realidade pensada, na integração dos processos mentais de generalização e abstração, na relação dinâmica entre a decomposição e reunificação sucessivas dos traços dessa realidade. A partir de então, são formados os conceitos, com seu conteúdo formado pela realidade concreta submetida às formulações dos juízos, atos reflexivos pelos quais a realidade é apropriada por meio das conexões entre os objetos e os fenômenos e suas qualidades, na formação do pensamento (L. M. Martins, 2011).

A esse respeito, de forma resumida, Zeigarnik (1969/1979) afirma que a operação de generalização é consequência da análise, na descoberta das relações essenciais entre os objetos, “dada no sistema da linguagem, que serve como transmissora da experiência da humanidade e permite ir mais além dos limites de impressões isoladas” (p. 58). Nesse sentido, a capacidade de operar a partir de generalizações faz com que o pensamento possa ter uma atividade analítica-sintética.

Feitos esses esclarecimentos, podemos tratar das alterações no pensamento que, segundo Zeigarnik (1976/1981), são as mais frequentes no quadro dos sintomas das doenças mentais. Inicialmente, as alterações dividiam-se em três tipos, conforme as investigações que a autora realizou no Laboratório de Psicologia do *Instituto de Psiquiatria de Moscou*. Na edição de 1976, a autora modificou essa classificação ao transformar um subtipo em um tipo próprio, resultando em quatro tipos de alteração do pensamento. Na tabela com as alterações do pensamento, será indicada essa mudança no momento adequado, na versão da autora da edição mais recente, a de 1976.

Devido à complexidade da atividade de pensamento, em relação aos processos psíquicos anteriores, e maior número de alterações relativas ao pensamento, a organização será diferente do modo que fizemos anteriormente. As desordens do pensamento dividem-se em operacionais, dinâmicas, motivacionais e relacionadas ao sentido crítico. Dessa maneira, cada uma delas será exposta em tabelas separadas, acompanhadas de considerações teóricas de Zeigarnik (1969/1979; 1976/1981), para que possamos esboçar, de forma mais sistemática, os pressupostos da Patopsicologia Experimental.

O primeiro tipo de alteração do pensamento refere-se aos distúrbios no sistema de operações de generalização e abstração, dado pela diminuição e distorção dessa capacidade operacional, tal como demonstrado a seguir:

1. Alterações do aspecto operacional do pensamento	
1.1) <u>Diminuição do nível de generalização</u> : Estabelecimento de relações puramente concretas entre os objetos; Dificuldade extrema nos processos de generalização e abstração.	1.2) <u>Distorção do processo de generalização</u> : Ligações concretas com formas exageradas. Relações inadequadas entre os objetos, uma vez que não expressa as relações reais dos objetos e fenômenos.

No primeiro tipo, há a impossibilidade de se colocar no plano da generalização e abstração e, desse modo, não se superam as distintas propriedades concretas dos objetos na execução da tarefa experimental. Nestes pacientes não se encontra um estado psicótico, com

sintomas de delírio, alucinação ou transtornos de consciência, mas sim uma diminuição intelectual geral (Zeigarnik, 1969/1979).

Nos diversos métodos (classificação de objetos, método de exclusão, explicação de provérbios e método de pictograma) será manifestado o declínio do nível de generalização em distintos doentes mentais, dado pelo caráter das situações concretas e a dificuldade no traslado do concreto ao abstrato, no estabelecimento de significados entre os objetos, com a evidência da insuficiência na atividade analítica e sintética. Por exemplo, no experimento de “classificação de objetos”, o sujeito organiza os objetos a partir de suas características concretas, por meio das relações mais imediatas (cachorro separado do gato, pois são inimigos). De acordo com a autora, quando o nível de generalização está muito baixo, é praticamente impossível realizar o experimento de classificação dos objetos, uma vez que as características concretas de cada um deles são tão diferentes que não podem ser reunidos em um mesmo grupo. Não há o uso de um conceito na organização dos objetos, mas o apego às características mais concretas e imediatas (mesa e cadeira separadas, naquela trabalha-se e come, enquanto nesta se senta, ao invés de inseridas ao grupo da mobília). Em alguns casos, formam uma série de pequenos grupos baseados nas propriedades extremamente concretas dos objetos. Essas soluções equivocadas são chamadas de combinações concreto-situacionais.

Por sua vez, o tipo dado pela distorção do processo de generalização é marcado pelas relações inadequadas estabelecidas entre os objetos. No experimento, os sujeitos podem formar qualquer ligação sem relação nenhuma com o conteúdo da tarefa estabelecida, a partir de relações aleatórias. Conforme Zeigarnik (1969/1979; 1976/1981), essa alteração é bastante comuns em pacientes com esquizofrenia, no processo de alucinação paranóide, com vivências delirantes.

A referida autora apresenta considerações acerca da esquizofrenia que, de acordo com seus estudos, trata-se de um estado psíquico caracterizado por indolência emocional e falseamento dos motivos. A autora apresenta as elaborações de Vigotski acerca das alterações no pensamento sofridas na esquizofrenia, assim como apresentadas anteriormente, de que estes doentes mentais tem a função de formação de conceitos desintegrada. Ocorre a regressão ao nível do pensamento por complexos, baseado em raciocínios concretos, com a modificação do significado das palavras. No entanto, a referida autora, a partir de seus estudos experimentais, pauta-se em uma explicação mais elaborada do que da de Vigotski, como expõe a seguir:

Estamos de acordo com Vigotski de que nos esquizofrênicos podem detectar-se com frequência uma troca no significado das palavras; mas não estamos de acordo com ele quanto a que neles se trata de uma diminuição do nível conceitual para o nível de soluções complexas (na terminologia de L. S. Vigotski, a solução por complexo significa uma generalização dos fenômenos baseando-se em relações concretas, de imagens concretas). Como mostraram nossos experimentos, isto tem lugar só em uma parte muito limitada dos esquizofrênicos. Na maioria dos pacientes, seu pensamento está alterado não porque operam com relações concretas, mas sim, ao contrário, porque em seus juízos dominam, conforme temos indicado, relações inadequadas às situações concretas vitais. Inclusive nos casos quando seus juízos são concretos, estes não refletem as relações verdadeiras e reais entre os fenômenos e os objetos, mas as que mais bem significam uma aproximação, uma condensação de seus aspectos e propriedades tomadas isolada e casualmente. Esta condensação origina-se não por uma alteração do nível conceitual, mas sim porque os doentes perdem a orientação sobre o conteúdo objetivo dos fenômenos e objetos, por isso seu pensamento parece raro, extravagante (Zeigarnik, 1969/1979, pp. 74-75).

Desse modo, na concepção da autora, na esquizofrenia há o uso de propriedades que não correspondem ao objeto, por meio de relações casuais e pouco frequentes quando comparado às pessoas normais. Portanto, ocorre a alteração no processo de generalização, uma vez que não são refletidas as relações reais entre objetos e fenômenos, pela alteração dos motivos da atividade, e não o pensamento por complexo, como inferido por Vigotski. Em outras palavras, não há o decréscimo do nível da generalização, mas uma distorção de seu processo, mudando as relações estabelecidas na realidade, resultando em suas esquisitices comportamentais, uma vez que não reflete as relações reais entre objetos e fenômenos. A autora completa suas considerações afirmando que esta patologia pode ser analisada se o pensamento é considerado uma atividade motivada, com o componente pessoal incluído em sua estrutura e, neste caso de alteração, muda a relação do homem com os objetos em sua atividade.

No entanto, a autora não apresenta nesse momento a concepção vigotskiana, em seus últimos trabalhos, de que o desenvolvimento da personalidade e a concepção do mundo comprometem-se, devido ao dano na formação de conceitos, compondo uma explicação para a esquizofrenia. Vygotsky (1933/1987) já anunciava o envolvimento da estrutura sistêmica e sentido da consciência para a compreensão da esquizofrenia, com a perda das relações sociais e desintegração da personalidade, o que Zeigarnik toma como um princípio importante para a

explicação dessa patologia mental.

Diante dessas considerações, Zeigarnik amplia o campo de possibilidades no estudo e atenção aos transtornos mentais ao afirmar que a alteração no processo de generalização não é a única causa da patologia mental. Tal constatação ultrapassa as elaborações vigotskianas nesse campo de investigação, demonstrando as contribuições específicas da Patopsicologia Experimental, dadas de forma ainda mais evidente pelas alterações da personalidade, que trataremos posteriormente.

Seguem os outros três tipos de alteração do pensamento. Falaremos agora a respeito do que envolve a dinâmica da atividade do pensamento, no distúrbio ocorrido nesse curso lógico de reflexo da realidade.

2. Alterações da dinâmica da atividade do pensamento		
2.1) <u>Inconsistência dos juízos</u> : mantém o nível de generalização, com uma instabilidade no modo de execução da tarefa, desviando da forma correta. Os juízos passam por influências da corrente de associações casuais.	2.2) <u>Labilidade do pensamento</u> : Superficialidade em seus juízos. Caráter instável do pensamento, mais frequente na psicose maníaco-depressiva.	2.3) <u>Inércia do pensamento</u> : “viscosidade do pensamento” pelo fato de terem a tendência à precisão, de abarcar toda a multiplicidade de relações dos objetos.

Na inconsistência dos juízos, o sujeito é guiado por relações causais, ao invés de lógicas, sem refletir acerca do que está realizando como, por exemplo, com uma alternância de soluções generalizadas e situacionais no experimento de classificação de objetos, distração no experimento associativo, onde a atenção está dispersa e outros estímulos tomam o paciente. Conforme Zeigarnik (1969/1979; 1976/1981), a fuga das ideias no paciente maníaco e a viscosidade do pensamento no epiléptico evidenciam esse estado inconsistente dos juízos.

Na labilidade do pensamento, há a dificuldade na execução da situação experimental devido à grande facilidade de distração que os sujeitos possuem, o que faz com que não se fixem na tarefa. Após a alteração da marcha lógica do pensamento, interrompida por algum estímulo, o paciente volta ao experimento por outra via diferente da anterior, até que chega ao êxito da tarefa com o auxílio do experimentador. Por fim, na inércia do pensamento, encontram-se uma rigidez e inflexibilidade, baseadas em experiências anteriores, que faz com que o paciente não possa modificar o modo de trabalho, da marcha de seus juízos, do modo de atividade, no declínio da operação de generalização e de abstração. Por exemplo, há a

dificuldade de executar a classificação de objetos, pois não possuem a flexibilidade nas operações, quando precisam selecionar e inibir certos elementos nos objetos.

3. Alterações do componente motivador do pensamento	
3.1) <u>Pluridimensionalidade do pensamento</u> : Os juízos sobre qualquer fenômeno discorrem em distintas dimensões, ou seja, seguem cursos diferentes.	3.2) <u>Racionalização ou Filosofar</u> : Desejo de fundamentar qualquer fenômeno, por mais insignificante que seja. Raciocínios prolongados e vazios.

Este terceiro tipo de alteração do pensamento baseia-se na alteração quanto aos fins propostos e está relacionada com o transtorno da personalidade presente em muitas doenças mentais. Conforme Zeigarnik (1969/1979), no esteio das proposições da Teoria da Atividade, no pensamento estão imbrincadas as motivações do homem, uma vez que não é possível que ele esteja “desligado das necessidades, dos desejos, das atitudes, dos sentimentos do homem, isto é, da personalidade em sua totalidade” (p. 88). A estrutura e desenvolvimento do pensamento dependem do sentido que o objeto, os fenômenos, tem para o sujeito. Nas palavras da autora, “Nossa percepção do mundo inclui tanto nossa postura significativa diante dele, como seu valor objetivo. Em circunstâncias determinadas prevalece um aspecto ou outro, mas ambos mantêm uma unidade harmônica” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 141).

Diante disso, temos que a pluridimensionalidade do pensamento faz com que os juízos adequados e lógicos coexistam com associações causais do pensamento. No experimento, não há uma execução planejada da tarefa, mas sim o entrelaçamento, na atividade do pensamento, de associações casuais, de imagens isoladas, desejos, imagens mnemônicas e das emoções do sujeito. A classificação dos objetos não tem uma base de caráter único, podendo os objetos serem reunidos a partir de suas qualidades e depois com base nos gostos pessoais ou de atitudes. Os sujeitos possuem atitudes inadequadas na vida, com os motivos e reações emocionais paradoxais, sem o caráter objetivo e impessoal de certos valores e condutas, que podem levar ao adoecimento psíquico (Zeigarnik, 1969/1979; 1976/1981).

Por sua vez, a tendência a filosofar, na racionalização do pensamento, refere-se à elucubração improdutiva, na mudança do sujeito em relação ao que o rodeia e uma autovalorização inadequada acerca de qualquer assunto ou objeto. Nas palavras da autora, essa tendência é devido à “perda da adequação a determinados fins [que] surge em consequência do transtorno das atitudes da personalidade do doente, e da troca da estrutura de seus motivos e propósitos” (Zeigarnik, 1969/1979, pp. 96-97).

Ainda, nas alterações do pensamento, há o comprometimento do sentido crítico, dado como um tipo específico na edição de 1976. Dessa forma, compõe o quarto tipo, sendo que, na edição de 1969, Zeigarnik havia considerado esse comprometimento como parte do terceiro tipo, ou seja, como alteração do componente motivador do pensamento. No entanto, manteremos o que está na edição de 1976, como o quarto tipo de alteração do pensamento.

4. Alteração do sentido crítico do pensamento

Incide na perda do constante controle sobre os próprios atos e correção dos erros em concordância com as condições objetivas, uma vez que a possibilidade de se fazer consciente dos erros pertence ao pensamento. Impossibilidade de perceber e valorar seu comportamento em conjunto, isto é, como falta de sentido crítico acerca de sua própria personalidade, como consequência da alteração do subcontrole do comportamento, em seu sentido mais amplo.

Conforme Zeigarnik (1976/1981), este tipo de alteração está intrinsecamente relacionada com a formação da consciência e da autoconsciência do homem adoecido, na ausência de uma motivação consciente e estável que também altera a adequação a determinados fins das ações e juízos. Dessa maneira, as ações do sujeito não estão controladas e dirigidas pelo pensamento, nem por fins de sua personalidade, mas sim por influências causais, ocasionando uma desorganização da conduta a falta de avaliação de suas ações.

Na classificação de objetos, é posto em evidência uma série de erros, uma manipulação não reflexa dos objetos, mas os sujeitos, ao não prestarem atenção na tarefa, realizam-na de forma imediata e pouco atenta, como se estivessem alheios à realidade. Nas investigações de Zeigarnik, os sujeitos compreendem as tarefas, refletem sobre seu conteúdo, compreendem sentidos figurados, abstraem de forma generalizada, mas cometiam erros bastante grosseiros na execução da tarefa. Ocorria que “os pacientes podiam compreender as condições da tarefa e atuar em contradição com dita compreensão” (Zeigarnik, 1969/1979, p. 99).

Na psicopatologia, essa falta de criticismo relaciona-se ao delírio, à alucinação e às vivências mórbidas, já, nas considerações patopsicológicas, essa falta de criticidade no pensamento baseia-se na relação entre o sujeito e a realidade, isto é, suas ações em correspondência com as condições objetivas. Portanto, há neste tipo de alteração do pensamento, a ausência de uma motivação consciente e estável que também altera a adequação a determinados fins das ações e juízos.

3.4.5 Alterações da personalidade

Os estudos acerca da personalidade e a evidência de sua relevância nas investigações do adoecimento psíquico contemplam a quinta etapa da trajetória de pesquisa de Zeigarnik, como demonstramos no caminho biográfico realizado no início do capítulo. Nesse momento, abordaremos as alterações da personalidade pela Patopsicologia Experimental, que denotam o aspecto mais elaborado nos estudos de Zeigarnik e permitem encaminhamentos interessantes no estudo dos transtornos mentais sob a ótica do materialismo histórico e dialético.

Conforme a referida autora, em Leontiev e S. L. Rubinstein, a personalidade é produto do desenvolvimento histórico, do desenvolvimento de relações entre o homem e a sociedade, entre o sujeito e o mundo humano, dada pela apropriação da experiência humana. Nesse sentido, a personalidade forma-se e manifesta-se na atividade, sendo que as necessidades dos homens, materiais e espirituais, refletem sua relação com o mundo (Zeigarnik, 1969/1979).

Leontiev (1978) indica três parâmetros básicos da personalidade, relacionados à quantidade de conexões do homem com o mundo, ao grau com que estão arranjadas em hierarquias e a sua estrutura geral, que depende da correlação com outros sistemas relacionais da vida do homem, dados em seu caráter social e histórico. De forma bastante sintética, apresentamos a seguinte citação de um autor cubano, que se pauta nos princípios patopsicológico em seus trabalhos:

A personalidade representa o nível superior e mais complexo da regulação psicológica e participa de maneira ativa em formas muito diversas da regulação do comportamento, as quais vão desde a forma na qual se expressam os processos cognitivos concretos mediante determinadas formas de motivação, até mais complexos de autodeterminação do comportamento (Alvarez, 2003, p. 15).

Diante dessas considerações, temos que a estrutura psicológica da personalidade está relacionada com o conteúdo das necessidades dos homens, com sua inclinação e características emocionais e volitivas, manifestada em sua atividade, nos atos e nas ações, ao partir de seus motivos. Devido a isso, Leontiev (1978) afirma que o processo patológico se desdobra na personalidade e, em concordância, Zeigarnik (1969/1979) traz que “a doença mental lesiona com frequência a personalidade em seu conjunto, troca o sistema de suas necessidades, de suas particularidades volitivo-emocionais” (p. 108).

Falamos de alterações na personalidade quando, por influência da doença, se estreitam no paciente os interesses, diminuem as necessidades, quando se volta indiferente ao que antes lhe inquietava, quando suas ações perdem sua finalidade, quando seus atos se fazem ilógicos, quando o homem deixa de regular sua conduta e não está em condições de avaliar adequadamente suas possibilidades (Zeigarnik, 1969/1979, p. 109).

Dessa maneira, a análise do papel exercido pela atividade alterada do homem é justificada pelo fato de que os processos patológicos modificados devem ser analisados a partir das formas de atividade. Isso porque, assim como dissemos na epígrafe do presente capítulo, a doença mental atua na personalidade do homem de forma indireta alterando a atividade assimilada ao longo do desenvolvimento social. Assim como no desenvolvimento normal, na ontogenia, a alteração psicológica da personalidade, de sua autoconsciência, realiza-se na atividade prática do sujeito, “na reestruturação de suas relações reais, neste caso sob a influência de uma interpretação delirante de seu estado, desenvolvida com a autopercepção e que se refere ao lugar que ocupa a pessoa entre as demais pessoas” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 51).

No entanto, os trabalhos dedicados às alterações na personalidade, com base na estrutura da atividade, são bastante reduzidos, visto que existem mais investigações acerca das alterações cognitivas, principalmente do pensamento. A autora ainda observa o desenvolvimento insuficiente do problema da estrutura da personalidade na psicologia geral, dados, em sua maioria, nos trabalhos da psicanálise, da psicologia compreensiva e da filosofia do existencialismo (Zeigarnik, 1969/1979; 1976/1981).

Em dois artigos, juntamente com um de seus orientandos, a autora afirma que o problema do desenvolvimento normal da personalidade na idade adulta não recebe muita atenção, permeado de concepções tradicionais, num plano descritivo e fenomenológico que apontam as anomalias, os desvios patológicos e as variações no desenvolvimento muito mais do que uma personalidade normal. Ocorre que esse posicionamento não explica o desenvolvimento, mas usa a explicação do patológico para tratar da normalidade, ou seja, o nível de patologia do sujeito é determinado pela presença de desvios, sintomas patológicos, enquanto que em sua ausência, este é considerado na norma. São métodos que compreendem a personalidade do homem adoecido como a do sujeito saudável a partir das mesmas categorias do diagnóstico psiquiátrico (Zeigarnik & Bratus, 1980/2009a).

Diante desse esquema, os referidos autores afirmam que este modelo de explicação é insuficiente, em termos teóricos, e improdutivo, na solução dos problemas postos na prática clínica, o que demanda a construção de uma teoria da personalidade que explique seu desenvolvimento normal e patológico. Ainda, os autores defendem que esta questão deve ser resolvida de forma diferente do que ocorre nas ciências biológicas, visto que o desenvolvimento humano está regido por leis históricas e sociais. A essência do desenvolvimento psíquico, nas palavras dos autores, baseia-se no fato de que “os processos psíquicos e as propriedades da personalidade não são (diferentemente do psiquismo dos animais) o resultado do amadurecimento de partes ou zonas isoladas do cérebro, mas que se constituem na ontogênese e dependem do modo de vida da criança” (Zeigarnik & Bratus, 1980/2009b, pp. 223-224).

Nesse sentido, um dos caminhos investigativos da alteração da personalidade baseia-se na observação da conduta geral do paciente durante o experimento. Dessa maneira, é possível o esclarecimento das particularidades volitivo-emocionais e das trocas que ocorrem na personalidade, com o auxílio desses métodos investigativos dos processos de cognição (na base de que o pensamento está ligado ao modo de vida e da conduta do homem e, portanto, no modo de suas trocas também, conforme pressuposto vigotskiano). Zeigarnik (1969/1979) afirma que essa via é justa e adequada, uma vez que os processos cognitivos sempre aparecem com os fatores da personalidade, das necessidades e das emoções do sujeito. Ainda, a situação experimental permite vislumbrar a atitude do homem doente acerca da situação experimental.

A característica dessa posição de sua personalidade nas condições da investigação experimental é importante, já que o experimento – ao criar artificialmente uma situação significativa para o sujeito – ajuda, portanto, a descobrir o caráter típico para a personalidade dada, sua atitude para com o médico, para com a situação terapêutica, para sua doença considerada como um todo (Zeigarnik, 1969/1979, p. 132).

A atividade e alteração patológica dos motivos e necessidades é o cerne explicativo das análises psicológicas das patologias mentais, mas, nas investigações de Zeigarnik, duas outras alterações da personalidade foram destacadas, como a existente na formação de significados e no autocontrole do comportamento. Como feito anteriormente nas alterações do pensamento, apresentaremos os diferentes tipos de alteração em tabelas separadas, no intuito de sermos mais didáticos, buscando a sistematização necessária para melhor compreensão sobre esse conteúdo fundamental na Patopsicologia Experimental.

Há, como apresentamos anteriormente, uma estreita e complexa relação entre motivos e necessidades na atividade humana, ambos de natureza social, com o desenvolvimento da produção como fonte das necessidades humanas. O material patológico possibilita a análise da modificação dos motivos e necessidades como também, em alguns casos, seguir o processo de formação dessas alterações, tal como apresentaremos a seguir, com base em duas obras (Zeigarnik, 1969/1979; 1976/1981).

1) Alteração no processo de mediação e no ordenamento dos motivos⁶⁰	
1) Formação de uma patologicamente modificada.	2) Modificação na hierarquia dos motivos.

Nesse tipo de alteração, encontram-se dois problemas: a formação de uma necessidade nova direcionada pela via patológica e a alteração na estrutura hierárquica dos motivos na atividade humana. Desse modo, encontram-se, por exemplo, no homem adoecido, o enfraquecimento dos interesses, os comportamentos sem intenções e a dificuldade em controlar o comportamento, ou seja, os conteúdos das necessidades e dos motivos ficam mais imediatos, diretos, não pertencentes à esfera consciente dos homens, levando-os à impulsividade. Nas palavras da autora, somente “quando a necessidade tem caráter mediato (a mediação consiste em um objetivo conscientemente estabelecido) pode ser dirigida conscientemente por parte do homem” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 160).

De acordo com a autora, a análise das necessidades pode ser realizada pela descoberta de seu conteúdo concreto, que, no desenvolvimento despregado pela objetividade, dado por vias patológicas, passa pela troca do sistema das necessidades. Portanto, a transformação das necessidades se dá como resultado da mudança e ampliação no âmbito dos objetos que respondem às necessidades e dos meios que o homem dispõe e cria para a satisfação de cada uma delas, levando ao desenvolvimento e criação de novas necessidades. Nesse sentido, como afirmado por Leontiev (1978), as necessidades estimulam e dirigem a atividade somente se forem objetivas, quando não, podem se tornar patológicas. A citação a seguir esclarece essa consideração acerca da necessidade patológica.

⁶⁰ F. G. Silva (2007), ao estudar o sofrimento e adoecimento psíquico nos professores, trabalhou com os aportes patopsicológicos de Zeigarnik e sua defesa é de que as alterações psíquicas devem ser consideradas a partir das mudanças da estrutura da atividade na dinâmica do psiquismo do homem. No caso da presente pesquisa, o caminho percorrido na exposição de fundamentos da Patopsicologia Experimental passa pelo de F. G. Silva (2007), acrescido de mais dois tipos de alteração da personalidade, na sistematização do trabalho de Zeigarnik.

(...) a alteração da personalidade não consiste na liberação das necessidades biológicas [...], mas na decomposição da estrutura das necessidades formadas no transcurso da vida. A degradação da personalidade consiste em que se altera a estrutura da própria necessidade condicionada socialmente: converte-se em menos mediata, menos assimilada, perde-se a estrutura hierárquica dos motivos, modifica-se sua função significadora, desaparecem os motivos a longo prazo” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 200).

Por sua vez, a estrutura hierárquica dos motivos forma-se na base do motivo predominante na atividade humana concreta, diante dos complementares, que proporciona ao comportamento um sentido determinado, o sentido pessoal da atividade. Portanto, diante de muitos motivos, aquele predominante possibilita a mediação e a hierarquia dos motivos.

As hierarquias de motivos existem sempre em todos os níveis de desenvolvimento. São esses motivos que formam unidades relativamente independentes da vida da personalidade, e eles podem ser menores ou maiores, estar separados uns dos outros ou apresentarem-se dentro de uma esfera motivacional única. A quebra dessas unidades de vida que são arranjadas entre si hierarquicamente cria a constituição psicológica de uma pessoa que vive fragmentariamente, primeiro num “campo”, depois noutro. Por outro lado, um grau superior de hierarquização de motivos é expresso no fato de que o ser humano parece medir suas ações com base em seus principais motivos, objetivos e, então, percebe que alguns desses estão em contradição direta com um dado motivo, e outros respondem diretamente a ele, e outros ainda se distanciam dele (Leontiev, 1978, p. 171).

Leontiev (1978) apresenta a característica principal da hierarquia dos motivos dada pela manutenção estável da personalidade e das atividades dos homens no mundo. Dessa maneira, Zeigarnik (1976/1981) recorre a essa hierarquia para explicar a relativa estabilidade de toda a personalidade, dos interesses, dos valores e comportamentos dos homens. Na patologia mental, a modificação dessa esfera motivadora conduz à alteração dos pontos de vista, dos conceitos, dos interesses e valores da personalidade, na confusão e desestruturação da atividade do homem.

Essas considerações acerca do primeiro tipo de alteração da personalidade ficam mais claras com o exemplo dado por Zeigarnik nas alterações patológicas que surgem no alcoolismo, com a ocorrência da degradação da personalidade. Primeiramente, ocorre o

declínio na esfera da necessidade e dos motivos, na destruição dos estabelecidos anteriores à doença, o que reduz o círculo de interesses, com processos cognitivos com poucas mudanças. A autora explica de forma pormenorizada esse processo no alcoolismo (Zeigarnik, 1976/1981).

1) **Formação de uma necessidade modificada de forma patológica:** inicialmente, o uso do álcool se dá por outras causas (comemoração, estar com os amigos), já que não é uma necessidade natural. Nas primeiras vezes, o uso do álcool vem acompanhado de um estado de ânimo elevado e ativo, ou possibilita, para alguns, o contato com as outras pessoas. Depois, pode ocorrer o desejo de experimentar o álcool fora dessas situações, para atingir esse estado de ânimo pela utilização da bebida. Este desejo se converte em motivo independente, estimulando uma atividade independente, na qual a necessidade nova é o álcool (antes era a festa, encontrar os amigos). Dessa maneira, a utilização do álcool adquire um determinado sentido pessoal e a formação da necessidade patológica.

Os problemas e necessidades da sociedade, organizadas em um só sistema e encarnadas em determinadas normas morais, deixam de ser para nossos doentes motivos e organizadores do comportamento. E devido a que a estrutura dos interesses, sentimentos e aspirações do homem dependem do que induzem ao homem, as modificações no conteúdo das necessidades significam ao mesmo tempo uma modificação na estrutura da personalidade (Zeigarnik, 1976/1981, p. 160).

2) **Destruição da hierarquia de motivos:** No alcoolismo, o álcool converte-se em sentido da vida, na constituição de uma hierarquia nova, na gradual alteração da anterior à enfermidade, com suas necessidades, motivos e valores. A personalidade fica inadequada às relações por conta do uso do álcool, pela perda das antigas relações sociais como eram, naquelas necessidades e motivos, assim como há uma deterioração no campo profissional, não por um decréscimo intelectual, mas pela alteração dos motivos pessoais.

Nas palavras da autora, a “alteração da hierarquia e mediação dos motivos significa a perda da complexa organização da atividade humana. A atividade perde seu traço especificamente humano: de motivada se converte em impulsiva” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 161). O álcool passa a dominar enquanto necessidade toda a conduta do homem, no desaparecimento dos motivos mais prolongados e que incitavam sua atividade.

Diante da exposição desses dois problemas, que constituem o primeiro tipo de alteração da personalidade, temos, no exemplo do alcoolismo, que o processo pode se dar,

inicialmente, com o uso da bebida quando se está em um grupo de amigos, como modo de confraternização e, depois, a relação com a bebida muda, tomando o lugar na resolução de algum problema ou na tentativa de evitar algum conflito. Passa-se a ao predomínio de motivos individuais na hierarquia motivacional, juntamente com as necessidades patológicas (Zeigarnik, 1976/1981).

De forma geral, há uma desintegração da hierarquia de motivos e sua vinculação concreta com as necessidades. As ações passam a ser dirigidas para o oposto das necessidades, o que decorre na não satisfação das mesmas e no não alcance dos fins, com uma ruptura entre os motivos, o planejamento das ações, seu encadeamento e a efetivação final do ciclo da atividade. Portanto, a estrutura da atividade fica comprometida em sua totalidade.

Na entrevista concedida a Golder (1986), Zeigarnik expõe essa estreita relação entre os motivos e a personalidade, ao tratar, especificamente, da possibilidade de aparição de estados neuróticos no sujeito. A autora estabelece a dependência do desenvolvimento patológico em relação às condições concretas de vida do sujeito, tal como vemos na seguinte citação:

(...) o conflito que pode chegar ao nível de um emergente neurótico, é, talvez, o patrimônio mais evidente de uma sociedade muito complexa; complexidade que se pode visualizar através da estruturação da personalidade, através de situações estressantes, níveis altos de competitividade, anseios não concretizados ou frustrados, etc. (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 103).

Para a autora, há situações geradoras de conflitos que em alguns sujeitos leva aos sintomas neuróticos, em outros não, dependendo dessas condições de vida e de como interferem na estrutura da atividade do sujeito, em sua motivação e, conseqüentemente, comprometendo a personalidade e a saúde mental do sujeito. Essa relação entre os motivos, subordinados a uma estrutura concreta de vida, e o comprometimento patológico se dão pela diretividade dos motivos na atividade do sujeito (na entrevista chamada de ação), em que “quanto mais elevados são os motivos que conduzem à ação, menores serão as possibilidades de aparição dos estados neuróticos” (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 103-104).

2) Alteração na formação de significados
Enfoca a patologia dos motivos do ponto de vista de sua relação com as funções de significação, por conta do deslocamento da função significadora dos motivos.

De acordo com Leontiev (1988b), a unidade da consciência possibilita o “sentido da personalidade”, que ocorre pela estruturação dos significados e dos sentidos na atividade, enquanto um processo dirigido a um objetivo reconhecido em conexão com um motivo definitivo. O autor esclarece essa ideia ao afirmar que “o sentido consciente traduz a relação do motivo ao fim” (Leontiev, 2004, p. 103), fazendo com que o homem, em sua atividade, tenha como ponto de partida o motivo e chegue ao fim proposto, por meio de suas ações e operações, vinculado aos significados e sentidos, componentes da consciência humana.

Diante disso, temos que o sentido se exprime nas significações enquanto que o motivo se exprime nos fins. Em algumas situações, a falta de coincidência entre o sentido pessoal e o significado na consciência pode causar estranhamento (Leontiev, 1978), configurado no processo de alienação. Mesmo que de forma breve, é válido apresentarmos a concepção do autor acerca dos significados e dos sentidos, estritamente relacionados com a atividade, a formação da personalidade e também nos processos mentais patológicos, como defendido nos aportes da Patopsicologia Experimental.

Os significados, enquanto reflexo da realidade, elaborados historicamente, estão fixados pela linguagem, sendo “a forma ideal de existência do mundo objetivo, de suas propriedades, vínculos e relações, descobertos pela prática social conjunta” (Leontiev, 1978, p. 111). São os conceitos, produto da associação e generalização das impressões que atuam na consciência individual, dados, portanto, pelos significados verbais. Os homens, quando perdem estes conceitos, perdem essa referencialidade objetiva, o que é compartilhado pelos outros homens.

Independentemente da relação individual ou pessoal do homem, que se apropria ou não dos significados, com diferentes graus de assimilação da experiência humana generalizada e refletida, dá-se a constituição da consciência individual, ou seja, os significados socialmente elaborados vivem na consciência dos indivíduos por meio do sentido pessoal. Este se constitui na relação criada na vida, na atividade do sujeito e, dessa maneira, para encontrar o sentido pessoal, é preciso descobrir o motivo que lhe corresponde (Leontiev, 2004).

O sentido pessoal expressa a parcialidade do significado e permite sua realização, ou seja, “cria a parcialidade da consciência humana” (Leontiev, 1978, p. 120) e é construído na atividade humana, na vinculação dos significados com a própria vida do sujeito. Essa dimensão da consciência pode ser encontrada, conforme Leontiev (2004), no motivo que lhe corresponde, o que nos possibilita pensar a relação estabelecida por Zeigarnik entre os motivos e o comprometimento de sua função de formar sentidos pessoais nas alterações da personalidade.

Essas relações são determinadas pelas conexões que a atividade do sujeito provoca, por suas mediações e, por essa razão, são relativas. Isso diz respeito, também, à correlação principal - à correlação entre os motivos formadores de sentido e os motivos-estímulos. Na estrutura de uma atividade, dado motivo pode preencher a função de formação de sentido; numa outra, a função de estimulação suplementar. Os motivos formadores de sentido, no entanto, sempre ocupam uma posição hierárquica superior, mesmo quando não governam a afetogênese direta. Apesar de serem dominantes na vida da personalidade, para o próprio sujeito podem permanecer “entre os bastidores”, com respeito, tanto à consciência, quanto à afetividade direta (Leontiev, 1978, pp. 158-159).

Portanto, os motivos exercem duas funções principais: direcionam e dão sentido, assim como são estímulo direto para a realização da atividade, o que, na Teoria da Atividade, recebe as denominações de motivos-estímulos e motivos formadores de sentido, respectivamente. Quando o sujeito tem consciência dos motivos de sua conduta, pode vê-la de outra forma e modificá-la, se preciso (Leontiev, 1960). Sobre essa questão, conforme Zeigarnik (1969/1979), a fusão dos motivos significáveis com os incitadores da atividade faz com que a atividade seja consciente para o homem. Ao prosseguir os estudos da Patopsicologia, o autor cubano Alvarez (2003) explicita essa ideia de forma bastante simples, ao afirmar que o “motivo tem um alto sentido pessoal quando satisfaz necessidades importantes no sujeito e conseqüentemente conduz à ação, isto é, tem uma força incentivadora” (Alvarez, 2003, p. 17). Nesse sentido, os motivos precisam integrar essas duas funções e, quando não, instaura-se um processo patológico nos processos psíquicos do sujeito.

A autora explica que as funções de significar e estimular nem sempre podem se separar, uma vez que se percebe o motivo, mas quando o motivo não tem força estimuladora suficiente não leva à ação e, desse modo, deve-se recorrer a motivos adicionais, que podem dar a forma patológica em sua conduta. Nas palavras da autora, “é precisamente a união destas duas funções do motivo – incitadora e significadora – o que proporciona à atividade humana o caráter de atos conscientemente regulados. A debilidade e alteração destas funções – incitadora e significadora – conduzem à modificação da atividade” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 167). A esse respeito, de acordo com Alvarez (2003), há, neste tipo de alteração da personalidade, a redução de motivos na esfera motivacional e a perda da força incentivadora nos motivos que antes existiam e cumpriam suas funções na atividade do sujeito.

Com a categoria do sentido pessoal nas investigações no campo das alterações da personalidade, pela debilidade dos motivos na função de sua formação, Zeigarnik (1976/1981)

apresenta que o que antes tinha sentido para o homem, tal como, por exemplo, o estudo ou o trabalho, perde, de forma gradativa, a força incitadora do motivo. A redução de motivos conduz ao empobrecimento da atividade dos doentes mentais, na qual não se formam novos motivos. Ao tratar da esquizofrenia, a partir dos estudos de M. M. Kochenov, a referida autora ressalta que “o deslocamento da função significadora dos motivos, a separação da função ativa da de ‘conhecimento’ é o que tem alterado a atividade dos doentes e é a causa da degradação de seu comportamento e personalidade” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 169).

De forma sintética, esse segundo tipo de alteração da personalidade envolve a debilidade e a alteração na função motivadora (a incitadora e a de formar sentidos), que conduz às alterações na atividade do homem. Os motivos, ao ficarem no limite do conhecido, podendo até serem estranhos aos sujeitos, não sendo capazes de dar um sentido e levar às ações, fazem com que os homens apresentem um comprometimento patológico da personalidade, por não identificarem o que os leva às atividades e ao não reconhecimento de suas próprias emoções, que podem gerar estranhamentos e inadequações, como expusemos.

3) Alteração do autocontrole do comportamento

Altera o autocontrole e a capacidade crítica do sujeito diante de seu próprio comportamento.
--

Esta alteração deve-se à falta de controle e sentido crítico em relação à própria conduta, que pode se manifestar em diferentes processos psíquicos, como no pensamento e na percepção, por exemplo, como ainda na valoração equivocada de sua personalidade e na falta de crítica na relação com suas ideias e vivências, também nas patológicas (Zeigarnik, 1969/1979; 1976/1981).

Os pensamentos e atos devem ser dirigidos por motivos, assim como ações devem estar dirigidas para o problema estabelecido, na compreensão dos fins e de suas possibilidades na atuação a partir de motivos conhecidos. O próprio desenvolvimento dos processos psicológicos é conduzido pelo propósito de domínio da própria conduta, na formação da consciência, dada pela estruturação sobre os significados e os sentidos pessoais em consonância.

De acordo com Zeigarnik (1976/1981), as alterações no sentido crítico consistem na incapacidade de atuar de forma premeditada, de controlar seus atos e corrigi-los, adequando-os às condições reais, devido ao comprometimento dos motivos no direcionamento da atividade do homem, tanto a externa quanto às atividades psíquicas. A atividade com motivos

destruídos causa alteração da personalidade, portanto, também na esfera do controle do comportamento.

3.4.6 Alteração da capacidade mental

As elaborações da Patopsicologia Experimental expandiram o campo do entendimento dos transtornos mentais além do que havia sido construído por Vigotski e seus colaboradores, na década de 1930, como também superaram seus próprios estudos, com Zeigarnik e seus orientandos. Tal afirmação é válida devido ao fato de que no trabalho patopsicológico determinou-se também que na patologia mental nem sempre ocorre a alteração cognitiva (nos processos de pensamento, como visto nos estudos vigotskianos) ou a alteração dos motivos (na personalidade, como campo central da Patopsicologia), mas sim uma alteração na capacidade mental do homem, que leva ao adoecimento mental.

O conceito de capacidade mental abarca uma série de conceitos e fatores: é a atitude diante do mundo circundante e de si mesmo, é a postura que adota a pessoa em uma situação determinada, é a direcionalidade e estabilidade dos esforços, é a capacidade de lutar contra o esgotamento e a saciedade (Zeigarnik, 1976/1981, p. 94).

A alteração da capacidade mental, conforme Zeigarnik (1969/1979; 1976/1981), no que se relaciona à capacidade laboral em termos intelectuais, surge devido ao esgotamento do sujeito na execução de trabalhos intelectuais, diferente do que fazia anteriormente. O sujeito não tem condições de realizar esses trabalhos que exigem esforços prolongados e persistentes, mesmo que estejam conservados os hábitos adquiridos em sua experiência passada e as operações intelectuais. Neste caso, a memória apresenta falhas em seus processos de recordação e a atenção pode sofrer oscilações e ser interrompida, devido ao esgotamento mental e não pelo comprometimento em seus processos. Nas palavras da autora, os “sintomas clínicos – que parecem ser a alteração de processos psíquicos isolados – são em essência distintas formas de manifestação das alterações da capacidade de trabalho” (Zeigarnik, 1969/1979, p. 45). Tal fato expressa-se na impossibilidade, durante certo período de tempo, dos sujeitos raciocinarem de forma correta.

Dessa maneira, no experimento psicológico, ocorre uma instabilidade no nível de realização da atividade, e não um decréscimo no nível de generalização, que leva os sujeitos adoecidos às soluções incorretas e a raciocínios equivocados dos problemas por não

realizarem toda a tarefa. Sem nenhuma desintegração nos processos sintetizadores, os sujeitos avaliados pela psicóloga lituana interrompiam a tarefa, omitiam ligações e não formavam relações contínuas e completas nos processos de pensamento, levando-os a juízos inadequados na resolução de cada uma delas, o que resultava em erros na resolução das tarefas. Zeigarnik (1976/1981) afirma que essas oscilações qualitativas nas realizações intelectuais das atividades podem ser manifestações de instabilidade na capacidade de trabalho mental, levando a essas alterações marcadas pelo rápido esgotamento nos processos psíquicos e diminuição do ritmo de trabalho do sujeito.

Essa interferência na capacidade mental deve-se ao comprometimento na esfera da saturação do sujeito, sem o comprometimento de sua personalidade, que ocorre muito rapidamente, diferentemente do que ocorre em homens saudáveis. A autora traz o conceito de seu primeiro professor na psicologia para explicar esse processo de saturação rápida. Portanto, como Kurt Lewin (citado por Zeigarnik, 1969/1979) afirma, a saturação refere-se ao estado de esgotamento da necessidade de continuar a ação iniciada, embora as circunstâncias o obriguem a fazer, tendo comprometida a capacidade de realizar todo o trabalho.

3.5 CONTRIBUIÇÕES DAS INVESTIGAÇÕES PATOPSICOLÓGICAS PARA OS PROBLEMAS DA PSICOLOGIA GERAL

Todo esse percurso da Patopsicologia Experimental exposto no presente capítulo, desde as condições de sua formação aos pressupostos principais, permite-nos pensar em muitos problemas teóricos e práticos da psicologia geral, assim como realizarmos algumas sínteses importantes nesse momento da pesquisa. Zeigarnik (1976/1981) ressalta três aspectos mais relevantes: a aproximação com a Teoria da Atividade, com a explicação da formação da personalidade e de seus processos de alteração; a relação entre o biológico e o psicológico no desenvolvimento humano, como já era levantada por Vigotski e a relação entre o desenvolvimento e a desintegração do psiquismo.

Nas considerações finais do primeiro livro que tivemos acesso, “Patologia do Pensamento”, Zeigarnik (1962/1965) já indica que algumas soluções de problemas na psicologia geral podem ser encontradas na Patopsicologia, uma vez que ela possibilita a superação da abordagem funcional na pesquisa para os princípios que governam a atividade mental. Pelo viés patopsicológico, **os processos mentais devem ser vistos enquanto atividade** e, portanto, leva-se em conta o papel desempenhado pelo componente motivador (pessoal) na estrutura dos processos psíquicos. Por sua vez, na obra mais recente que tivemos

acesso, a autora continua esse pensamento ao afirmar que, na doença mental, ocorre o deslocamento do motivo e outras manifestações da atividade, o que demonstra um fato de capital importância: “que todos nossos processos são distintas formas de atividade, mediadas e com motivação pessoal” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 194).

Nikolaeva (2011), aluna e continuadora, comprova esse primeiro aspecto levantado por Zeigarnik, no aporte na Teoria da Atividade, desenvolvida por Leontiev, nas elaborações da Patopsicologia Experimental. Em concordância, Grau Abalo e Knapp (1984, 1986) afirmam que essa disciplina psicológica determina a estrutura de diversas formas de atividade psíquica e o papel do componente motivador na atividade psíquica alterada, ou seja, expande o entendimento da atividade no desenvolvimento humano, como também no processo de adoecimento psíquico, visando o desenvolvimento da personalidade.

Podemos falar de uma modificação patológica da personalidade quando sob a influência da enfermidade diminuem os interesses da pessoa, diminuem suas necessidades, quando permanece indiferente diante de coisas que antes a inquietavam, quando seus atos não tem objetivo, as ações não são mediadas, quando a pessoa deixa de regular seu comportamento, não pode valorizar adequadamente suas capacidades, quando se modifica sua atitude consigo mesmo e com o mundo que o rodeia. Esta atitude modificada é indicadora do campo da personalidade (Zeigarnik, 1976/1981, p. 29).

Dessa maneira, diante da citação acima, podemos elencar alguns fatos pelos quais a doença mental se expressa psicologicamente, tais como a formação de necessidades e motivos patológicos; a mudança da estrutura e hierarquia de motivos; a quebra do sentido, da definição e alcance das metas; as críticas pessoais e a dificuldade na autorregulação do comportamento. Segundo a autora supracitada, em algumas doenças mentais, são cada vez menos ativas as necessidades e motivos requeridos para a realização completa de uma atividade organizada, tornando-se determinantes as necessidades que podem ser satisfeitas com atos que não precisam de muita mediação e cuja estrutura envolve as paixões (no alcoolismo e na drogadição, por exemplo). Em outros casos, aparecem em primeiro plano, e modificadas, as propriedades da atividade psíquica que garantem a regulação do comportamento e do objetivo (com o exemplo de doentes com lesões cerebrais, como os que as possuem no lobo frontal). Tais fatores levam à diminuição da capacidade de trabalho, da capacidade mental, modificações na personalidade e ao adoecimento psíquico, como expusemos anteriormente,

que, quando estudadas em termos da patologia da personalidade, podem contribuir também para a análise da estrutura da personalidade normal.

O segundo aspecto levantado por Zeigarnik (1976/1981) refere-se ao problema da **relação entre o biológico e o psicológico** no desenvolvimento do homem, o que Vigotski já vinha se comprometendo também em seus estudos no campo do desenvolvimento humano. Conforme a autora, os dois âmbitos participam da formação patológica na conduta do homem, sendo que as particularidades biológicas da doença não consistem em causa direta das alterações nos processos psíquicos.

A formação da personalidade do sujeito enfermo se baseia em leis psicológicas (mecanismos) que se assemelham em muito com as leis do desenvolvimento psíquico normal. Contudo, o processo mórbido (encefalopatia alcóolica, inércia crescente na epilepsia, etc.) cria condições especiais, que não tem analogia no desenvolvimento normal, para o funcionamento dos mecanismos psicológicos, e conduzem a um alterado desenvolvimento patológico da personalidade (Zeigarnik, 1976/1981, p. 194).

Nesse sentido, o fator biológico modifica o modo do desenvolvimento dos processos psíquicos, uma vez que se constitui como base na qual se dará o desenvolvimento psicológico saudável e o patológico, mas regido primeiramente por leis sociais e psicológicas. Portanto, baseada em Leontiev, Zeigarnik (1976/1981) afirma que o homem possui propriedades herdadas biologicamente, necessárias para a formação das funções psíquicas, que, no entanto, expressa na apropriação do mundo dos objetos e dos fenômenos criados pela humanidade, dada na relação com outras pessoas, a condição principal para a formação das funções psicológicas superiores e da própria personalidade. No desenvolvimento patológico, essa lei pode ser aplicada de forma modificada, devido ao fato de que a estrutura da atividade se dará de forma comprometida, como explicamos anteriormente. Nesse caso,

(...) enquanto no desenvolvimento normal as causas externas (a ação social, no sentido amplo da palavra) conduzem a um reflexo adequado da realidade, a enfermidade cria condições especiais para o desenvolvimento dos processos psíquicos, os quais, pelo contrário, conduzem a um reflexo alterado da realidade e, por conseguinte, à formação e reforço de uma atitude alterada diante do mundo, à aparição de características patológicas na personalidade (Zeigarnik, 1976/1981, pp. 194-195).

Portanto, na destruição dos processos mentais, a doença geralmente troca o componente da personalidade, um fato conhecido pela psiquiatria, com motivos relacionados às condições históricas concretas, uma vez que as necessidades sociais, os motivos e os interesses que surgem no processo de apropriação do mundo formam a personalidade, podendo se dar de maneira comprometida patologicamente. No entanto, nas análises psicopatológicas, ainda há o tratamento do sintoma como um distúrbio básico da função mental ou o sintoma explicado pela desordem de processos fisiológicos (Zeigarnik, 1969/1979). Evidencia-se aqui o pressuposto defendido na Psicologia Histórico-Cultural da superação do biológico pela esfera social, tal como apresentamos no início do segundo capítulo.

O terceiro ponto abordado por Zeigarnik, na contribuição da Patopsicologia Experimental para a psicologia geral, baseia-se na **relação entre o desenvolvimento e a desintegração do psiquismo**. No entanto, não é tomado o princípio de que os conhecimentos acerca da desintegração mental devam ser transportados para a explicação da sanidade, nem de que a desintegração é o negativo do desenvolvimento. Busca-se compreender que ambos os processos fornecem explicações acerca do desenvolvimento humano, no qual, na doença mental, diversos tipos de processos psíquicos patológicos conduzem a distintos quadros qualitativos de desintegração e mostram como se dão os processos psíquicos e os caminhos de suas alterações, o que já era defendido por Vigotski (Zeigarnik, 1976/1981; Zeigarnik & Bratus, 1980/2009b).

Dessa maneira, ao tomar como fundamento o princípio vigotskiano de que o problema do desenvolvimento pode ser entendido pelo da desintegração, assim como é válida a relação inversa, este aspecto é regido pela lei sócio-histórica no lugar da evolutivo-biológica no desenvolvimento humano. Segundo a autora, esse importante ponto pode fornecer elementos na luta contra as tendências biologicistas no campo da psiquiatria e da psicologia, além de oferecer material para a qualificação e análise das alterações patológicas dos processos mentais (Zeigarnik, 1969/1979).

Essa consideração é justificada pela autora pelo fato de que se tem estudado a patologia mental relacionada ao desenvolvimento normal da mesma forma que se estuda na biologia, além da recorrente atribuição de uma regressão da atividade psíquica a um nível mais baixo do desenvolvimento ontogenético na doença. Para esclarecer esse equívoco, Zeigarnik (1969/1979) discorre sobre as diferenças do pensamento na criança e no doente mental, tidos como idênticos nas explicações de tendências biologicistas por desconsiderarem a historicidade no desenvolvimento humano.

O fato de que os enfermos perdem a possibilidade de pensar e raciocinar a um nível mais alto, só significa que eles têm perdido formas de conduta e de conhecimento mais complexos, mas tal perda não significa, todavia, uma regressão à etapa da infância (Zeigarnik, 1969/1979, p. 140).

Conforme a psicóloga lituana, a atividade do pensamento na criança e no adulto com alguma alteração patológica assemelha-se somente em sua aparência, uma vez que estão em modos operativos qualitativamente diferentes, até mesmo em direções contrárias. A criança tem a possibilidade de desenvolvimento dos conceitos, quando está no nível concreto, ao passo que o doente mental adulto já passou por esse processo de formação conceitual e, portanto, agirá de modo diferente que a criança quando o pensamento se estruturar pelos complexos. Por vários modos, a autora demonstra que a atividade intelectual do doente adulto não corresponde à estrutura da conduta e do pensamento da criança, devido ao fato de que não há repetições, na enfermidade, de particularidades psíquicas de outras etapas, sendo uma semelhança fenotípica. Portanto, os sujeitos perdem a capacidade de pensar a partir de formas mais complexas e elaboradas, o que não significa que tenha ocorrido uma regressão ao funcionamento das etapas infantis (Zeigarnik & Bratus, 1980/2009b).

Diante dessas questões, podemos pensar que na patologia mental há uma discrepância ou até uma coexistência de pensamentos concretos ou visuais concretos, na ausência de processos de generalização e abstrações, se comparamos ao pensamento teórico-abstrato. Portanto, confirma-se o que a autora aponta de que não há uma regressão simples a etapas anteriores da formação de conceitos, mas uma ruptura e descontinuidade de processos que foram anteriormente mais ou menos desenvolvidos. Nesse ponto, Zeigarnik aproxima-se do que Vigotski afirma acerca da esquizofrenia, na qual coexiste o pensamento conceitual (quando desenvolvido) e o pensamento por complexos, sendo este o protagonista nos processos de estruturação e condução do pensamento.

Por fim, é válido ressaltarmos outros pontos da teoria vigotskiana nos quais Zeigarnik se apoia em suas investigações patopsicológicas para encerrarmos a sistematização proposta nesse capítulo sobre essa disciplina psicológica elaborada pela autora. Importam, nesse sentido, a compensação cultural e a concepção de desenvolvimento. Quanto aos **princípios da compensação cultural**, vale-se na abertura de novos caminhos para o desenvolvimento diante do que está comprometido patologicamente, como tratamos no segundo capítulo na Defectologia. Por sua vez, nos princípios da **zona de desenvolvimento real e próximo**, há a

defesa de que mais importante do que o sujeito realiza no momento sozinho na experimentação e na sua atividade cotidiana, é o que ele pode vir a fazer com a ajuda de outra pessoa, visando suas potencialidades e caminhos para o desenvolvimento e superação da condição patológica.

Essas questões, tratadas na Patopsicologia, confirmam a importância dos processos de **mediação** para o desenvolvimento dos processos psíquicos, assim como dos processos de **autorregulação e domínio da própria conduta**, buscados nas elaborações vigotskianas e considerados por Zeigarnik nos métodos experimentais e processos de diagnósticos psicológicos (Golder, 1986; Zeigarnik, 1969/1979, 1976/1981).

No campo terapêutico, Golder (1986) afirma que Zeigarnik dedicou-se à prática psicoterapêutica na aproximação com a teoria da personalidade que vinha desenvolvendo, com base na Teoria da Atividade, com o tema da mediação e autorregulação da conduta como essenciais na construção de uma concepção de personalidade e de seu desenvolvimento em um processo de psicoterapia. De acordo com Zeigarnik (citada por Golder, 1986), tanto para o homem saudável quanto para o enfermo, devem-se desenvolver nos limites de suas possibilidades a capacidade de regular e autorregular suas condutas, motivos, desejos, ou seja, sua própria atividade. São questões bastante importantes que nos lançam para novas perspectivas e formas de atuação no campo da saúde mental na atualidade, principalmente na avaliação e diagnóstico clínico como na atuação na psicologia clínica a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação, trabalhamos com questões concernentes ao campo da Saúde Mental, mais precisamente dos transtornos mentais, com a apresentação e sistematização da compreensão teórico-metodológica da Psicologia Histórico-Cultural. Por se tratar de um campo novo e pouco estudado no Brasil, tivemos como objetivos trabalhar com as investigações de L. S. Vigotski acerca dos processos mentais patológicos, em especial a esquizofrenia, e apresentar a disciplina psicológica soviética Patopsicologia Experimental.

Para alcançar as metas estabelecidas, traçamos um percurso, dividido em três capítulos, com seus respectivos objetivos. O caminho da pesquisa se orientou do âmbito mais geral, a formação do campo psicológico e psiquiátrico vinculado ao contexto social e econômico da Rússia e da União Soviética, passando pelas elaborações de Vigotski, até chegarmos ao âmbito particular, objeto dessa pesquisa, a Patopsicologia Experimental, enquanto produção final decorrente desse percurso exposto.

A retomada histórica que realizamos no primeiro capítulo trouxe-nos grandes dificuldades devido ao fato de que contar a história de um país, do campo científico construído a partir de suas determinações históricas, a partir de suas contradições e na busca pela totalidade dos fenômenos, se mostrou uma tarefa que sempre considerávamos incompleta. No entanto, este início da pesquisa se fazia necessário para a concretização do que havíamos proposto, isto é, para o entendimento das condições materiais de vida de autores da Psicologia Histórico-Cultural, principalmente de Bluma V. Zeigarnik e de sua Patopsicologia Experimental.

Ainda, este recuo ao contexto e investigações científicas na URSS foi importante por oferecer fundamentos para pensarmos a situação atual brasileira, de medicalização e patologização da vida, assim como da atuação do psicólogo diante das demandas com as quais se depara, tais como a avaliação e diagnóstico psicológico e o trabalho clínico e psicoterapêutico na saúde mental. Portanto, mesmo que ainda seja imprescindível o avanço nos estudos patopsicológicos no Brasil, retomar seus pressupostos e aplicações em outra época e organização social fornece-nos possibilidades de enfrentamento das atuais condições, bem como de se pensar novas propostas de entendimento dos transtornos mentais analisando-os a partir do contexto atual de produção do adoecimento. A psicologia, na análise do indivíduo em unidade com as condições sociais, que potencializam o desenvolvimento normal ou criam condições para a patologia mental, pode caminhar nessa direção, ao compreender as elaborações de Zeigarnik transpostas e adequadas ao âmbito econômico e social da atualidade

brasileira, sendo esta uma longa caminhada, na qual a presente pesquisa se constitui como um primeiro passo.

No segundo capítulo, passamos para o estudo da concepção de Vigotski acerca dos transtornos mentais, decorrentes de seu trabalho a partir de 1930, que serviram de ponto de partida para Zeigarnik, anos mais tarde, principalmente na concepção de desenvolvimento e desintegração da atividade mental. Os estudos vigotskianos a respeito da esquizofrenia lançam possibilidades de estudos da gênese e desenvolvimento dos processos psicológicos e das condutas sociais, em suas formas saudáveis e patológicas, além de evidenciar a importância da formação dos conceitos no desenvolvimento da atividade mental do homem. Mesmo reconhecendo as limitações nas quais nos deparamos na presente dissertação como, por exemplo, as lacunas nos estudos da categoria de vivência e das crises no desenvolvimento humano⁶¹ vinculados aos processos de adoecimento psíquico, fica evidente que a apropriação dessas investigações para pensarmos na atuação do psicólogo na atualidade lança profícuos caminhos para investigações futuras, tanto de cunho teórico como experimental.

Por fim, no terceiro capítulo, tratamos da Patopsicologia Experimental, uma disciplina científica no estudo do fenômeno psicológico patológico, na compreensão historicizada do psiquismo, ou seja, por meio da explicação de sua gênese e sua relação com a vida social, no posicionamento metodológico do desenvolvimento humano enquanto um processo relacionado à vida material e social do homem. Conforme Zeigarnik, no entendimento dos transtornos mentais, a investigação psicológica deve estar relacionada às modificações na atividade do doente mental, de sua atitude diante da vida e reação ao meio no qual se desenvolve. Desse modo, a atividade do homem modificada patologicamente em sua estrutura – em termos de necessidades e dos motivos - passa a ser imediata e direta, sem o controle do sujeito, ou seja, com a ausência da autorregulação de seu comportamento e comprometimento do desenvolvimento de seus processos psicológicos. Quando pensamos nessas proposições, fica evidente que o tratamento medicamentoso não pode e nem deve ser a única condição para que o sujeito recupere o controle de suas funções psíquicas. Há que se pensar em condições terapêuticas que não se voltem somente ao sujeito especificamente, mas às relações concretas que produziram a sua patologia.

Mais especificamente, ao se pautar na estrutura da atividade do homem, com suas alterações patológicas, Zeigarnik considerava, nos anos finais de suas investigações, que a

⁶¹ Assim como são necessárias investigações que tratem do conceito de crise em Vigotski e Leontiev e as eventuais diferenças de concepção entre os dois autores, apenas anunciadas na presente dissertação no segundo capítulo.

patologia age na personalidade, na intrínseca relação entre as condições sociais e o desencadeamento do adoecimento psíquico. A esse respeito, é interessante apresentarmos a afirmação de Alvarez e Grau Abalo (1992), autores cubanos que trabalharam com os pressupostos patopsicológicos no estudo do desenvolvimento anômalo da personalidade em pacientes com neurose⁶²:

Provou-se que a busca por determinantes sociais igualmente importantes para todas as formas de doença mental tem sido demonstrada ser uma aproximação à realidade. Podemos inferir que, em diferentes grupos de doenças mentais, não se apresentou fatores sociais exatamente definidos, mas, no máximo, características de situações sociais, com particular importância para o desenvolvimento da personalidade. Portanto, para as questões etiológicas e problemas patogênicos, o problema do desenvolvimento da personalidade, sob a influência de condições sociais, torna-se uma problemática teórica de primeira ordem (Alvarez & Grau Abalo, 1992, p. 122).

Feita essa sistematização, apresentamos que a Patopsicologia Experimental tem importância em muitos problemas teóricos e práticos da psicologia geral, tais como a relação com a Teoria da Atividade, o problema da relação entre o biológico e o psicológico no desenvolvimento do homem e a relação entre o desenvolvimento e a desintegração do psiquismo. Ao longo do estudo realizado, pudemos identificar um quarto aspecto relevante, relacionado às contribuições da Patopsicologia nos processos de avaliação e diagnóstico psicológico, na psicologia clínica e no trabalho psicoterapêutico, apresentados aqui em seus pontos iniciais, uma vez que temos a clareza de que é necessário o aprofundamento dos estudos para seu estabelecimento e aplicação na prática do psicólogo nos dias atuais, sob a perspectiva da psicologia marxista. Portanto, aqui, apenas delinearemos algumas possibilidades que se anunciam a partir dos estudos patopsicológicos, para pesquisas futuras.

Em relação ao processo de avaliação psicológica, podemos esboçar algumas questões a partir do que Zeigarnik discorre acerca do uso dos testes e dos métodos projetivos (como apresentado no aporte metodológico no terceiro capítulo). No apontamento dos limites da

⁶² No apêndice 3 está disposto um levantamento de artigos da Revista Cubana de Psicologia que tratam da Patopsicologia Experimental em Cuba, principalmente na década de 1980 e 1990, quando essas investigações recebiam investimento no país. Os artigos apresentam, em sua maioria, experiências práticas e possibilidades de atuação na psicologia clínica a partir desse aporte. Um estudo mais aprofundado dos artigos faz-se necessário em um momento posterior dessa pesquisa, auxiliando-nos a pensar em possibilidades de atuação na contemporaneidade brasileira.

psicometria, a autora indica que este método não permite investigar os aspectos qualitativos do distúrbio nem a relação entre os distúrbios e as condições de vida, assim como ignora a questão dos modos e do significado da função da compensação do defeito. Toma-se, diante do psicólogo, uma criança ou um sujeito adoecido a-histórico e apartado das condições de vida que o formaram até aquele momento, deixando de lado as múltiplas determinações que os levam às dificuldades pedagógicas ou ao comprometimento patológico, por exemplo.

Ao analisar os doentes com métodos dirigidos à medição das funções, não se pode ter em conta nem as particularidades da atividade mental nem o aspecto qualitativo da alteração, nem as possibilidades de compensação, cujo estudo é tão indispensável para resolver os problemas clínicos (Zeigarnik, 1976/1981, p. 25).

A autora baseia-se nos princípios da Psicologia Histórico-Cultural, como em Leontiev (1978), que afirma que “o uso crescente de testes expõe um dos ‘mecanismos’ que geram direções metodológicas vazias na psicologia” (p. 11), assim como nos pressupostos da avaliação neuropsicológica de Luria. A partir disso, tem-se a defesa de uma avaliação qualitativa, juntamente com os processos de intervenção, que trabalhe com os conceitos de zona de desenvolvimento real e próximo, de mediação e compensação cultural, elaborados por Vigotski e ampliados por seus colaboradores, como por Luria e a própria Zeigarnik.

Vygotski (1983) afirma que o cerne metodológico na avaliação psicológica se dá na investigação científica do que se apresenta além da aparência sintomática, diferentemente do que a velha psicologia realizava, com seus métodos introspectivos diante dos fenômenos psíquicos, classificando-os por seus traços exteriores. O investigador sob o viés genético-causal, defendido por Vigotski, na determinação dos autênticos motivos e nexos no curso real do desenvolvimento, procura o que se encontra por trás deles e não apenas na esfera sintomática e descritiva.

Dessa maneira, ao buscar as particularidades do processo de desenvolvimento, o investigador não apenas estabelece os sintomas, descrevendo e enumerando-os, mas aprofunda, a partir das elaborações mentais, nos traços externos chegando à essência interna dos processos psíquicos de desenvolvimento. Portanto, há o estudo dos nexos internos nos quais se revela o processo de desenvolvimento, em detrimento da atenção somente ao aparente, ou seja, “o caminho do externo ao interno, do que está dado ao que se deve encontrar, da análise fenomenológica dos fatos a suas causas internas determinantes” (Vygotski, 1983, p. 321). A Patopsicologia Experimental sustenta-se nesse pressuposto

metodológico, contrapondo o uso da medição psicométrica à avaliação e diagnóstico por meio de métodos experimentais psicológicos. A seguir, uma citação da psicóloga lituana que esclarece esse posicionamento:

A medição quantitativa só detecta os resultados finais do trabalho, contudo, por este procedimento não se pode detectar nem o próprio processo de trabalho, nem a atitude do sujeito diante do problema estabelecido, nem os motivos que tem induzido ao doente a opção por um determinado modo de ação, nem as posturas pessoais, nem os desejos, em uma palavra, toda a variedade das particularidades qualitativas na atividade do sujeito experimentado (Zeigarnik, 1976/1981, p. 25).

Diante disso, o uso dos experimentos psicológicos avança no processo de avaliação das alterações patológicas dos processos psicológicos, indo além das vivências imediatas do sujeito, por esboçar o processo da atividade psíquica alterada, suas motivações e outros fatores que implicam na doença mental. A proposta da avaliação psicológica, por meio de experimentos, é guiada pela “análise qualitativa das particularidades no desenvolvimento dos processos psíquicos do doente, em contraposição ao problema que consiste unicamente em sua medição quantitativa” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 28).

Para cumprir tal intuito, os experimentos psicológicos devem ser “capazes de atualizar as operações mentais que o sujeito utiliza em sua atividade vital e os motivos que provocam esta atividade” (Zeigarnik, 1976/1981, p. 28), na passagem, para a situação experimental, de seu modo de atividade no cotidiano. Além disso, de acordo com a autora, é necessário conhecer qual é a dificuldade e quais as dimensões do problema, mas também como tem assimilado e em que se fundamentam seus erros e dificuldades, uma vez que essa análise proporciona um interessante e significativo material para a avaliação de determinada alteração na atividade psíquica dos homens adoecidos mentalmente.

Ainda, além da estrutura das trocas, a organização do experimento deve possibilitar o acesso às formas da atividade psíquica que se mantém conservadas, o que é importante para a solução dos problemas na reabilitação de funções alteradas. A esse respeito, conforme Grau Abalo e Cabrera (1984), “o conhecimento dos mecanismos psicológicos de distintos transtornos ou distúrbios em doenças de variada etiologia só podem realizar-se com técnicas psicológicas, especialmente criadas para este fim e em particular com técnicas experimentais psicológicas” (p. 74).

Diante disso, ressaltamos a necessidade de se unir esforços e recursos para elaborações

de estudos e intervenções na direção acima apontada, que poderão oferecer possibilidades para o trabalho terapêutico com doentes mentais, na qual, por exemplo, essa pesquisa se insere, juntamente com outras dissertações do PPI, como apontamos na Introdução. A demanda aparece quando nos deparamos com estatísticas oficiais relativas às altas taxas de transtornos mentais na atualidade. Por exemplo, a OMS (2001) apresenta que a depressão, a esquizofrenia e a frequência de suicídio crescem de maneira brusca, revelando-se, nas palavras de Cohen (2011), “como uma consequência do sistema [capitalista]” (p. 81), no qual toda a vida fica exposta à lógica do capital, de culpabilização e isolamento do sujeito diante de seu adoecimento, como vemos na citação a seguir.

Lamentavelmente, na maior parte do mundo, longe está de ser atribuída à saúde mental e aos transtornos mentais a mesma importância dada à saúde física. Em vez disso, eles ficam em geral ignorados ou negligenciados. Devido em parte a isso, o mundo está padecendo de uma crescente carga de transtornos mentais e um crescente “desnível de tratamento”. Hoje, cerca de 450 milhões de pessoas sofrem transtornos mentais ou de comportamento, mas apenas uma pequena minoria delas recebe mesmo o tratamento mais básico. Nos países em desenvolvimento, é deixada à maioria das pessoas com transtornos mentais graves a tarefa de carregar como puderem o seu fardo particular de depressão, demência, esquizofrenia e dependência de substâncias. Em termos globais, muitos se transformam em vítimas por causa da sua doença e se convertem em alvos de estigma e discriminação. Provavelmente ocorrerão outros aumentos do número de doentes, devido ao envelhecimento da população, ao agravamento dos problemas sociais e à inquietação civil (OMS, 2001, p. 2).

Portanto, são relevantes, no percurso desse estudo apresentado, investigações na área da saúde mental e, mais especificamente, relacionadas ao adoecimento psíquico e às pessoas com transtornos mentais mais severos, na vertente teórica que propomos. Ainda, torna-se essencial, na atualidade, o estudo do trabalho clínico no campo da Psicologia Histórico-Cultural, na possibilidade de aplicação do método marxista aos processos psicoterapêuticos. Embora receba controvérsias, tal proposta torna-se possível na concepção de homem enquanto síntese do mundo revelado ao sujeito, no qual se incluem ele próprio, suas ações e estados.

A esse respeito, no trabalho psicoterapêutico, a partir das investigações de Zeigarnik, dá-se particular relevância aos processos de autorregulação na atividade do homem, que pode ser afetado pelas dificuldades enfrentadas em seu cotidiano, no trabalho e outras atividades

que este realiza, interferindo em seu desenvolvimento psicológico. Nas palavras da autora, “Toda série de dificuldades que mediatiza a satisfação das necessidades causará ansiedade, inclusive angústia, determinando diferentes níveis de frustração” (Zeigarnik, citada por Golder, 1986, p. 105). Essas considerações, assim como as que tratamos acerca das alterações na capacidade mental (no terceiro capítulo), proporcionam contribuições para os problemas práticos da clínica, posta a relação entre a atividade psíquica e a regulação do comportamento, que pode ser significativa no trabalho reabilitador na formação de hábitos laborais e na psicoterapia (Zeigarnik, 1969/1979; 1976/1981).

Nesse aspecto levantado pela nossa autora de referência, é válido ressaltarmos a contradição que a sociedade atual apresenta, pautada no fato de ser uma produtora em série de adoecimento psíquico, mas que lida apenas com o “verniz” do mesmo, isto é, mantém-se apenas na aparência dos fenômenos e não voltada a sua “engrenagem”, à essência. Nesta postura fenomenológica e paliativa, incidem os investimentos na indústria farmacológica e, conseqüentemente, vemos os altos índices de venda de medicação, principalmente, os psicotrópicos, ao invés de se voltar às condições que produzem o adoecimento, o que falaremos a seguir nessas considerações finais.

Ainda a esse respeito, é válido retomarmos a categoria de vivência (apresentada no segundo capítulo) enquanto unidade subjetivo-objetiva, ou seja, uma unidade interdependente entre o reflexo psíquico e a atividade objetual, na relação entre a personalidade do homem e o meio no qual ele se encontra. A partir dessa categoria, podemos pensar também nas interferências que a personalidade sofre no processo de adoecimento psíquico e, assim, tomar a vivência como uma via de conhecimento e superação da situação por parte do sujeito. Tal como tratamos no segundo capítulo, a citação a seguir deixa essa relação mais clara ao leitor.

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento (Vigotski, 2010, p. 686, grifos do autor).

Diante disso, podemos pontuar que, por meio do trabalho clínico, o sujeito pode

alcançar uma compreensão de suas vivências afetivo-cognitivas, nessa relação entre sua personalidade e o meio circundante, dada pela sua atividade e como ela se estrutura e direciona seus processos mentais. O trabalho psicoterapêutico pode incidir nessa instância, para o desenvolvimento psicológico do homem, levando-o ao domínio de sua própria conduta e à compreensão de suas vivências, com possibilidades de conhecimento e transformação de sua realidade.

Nessa direção, o trabalho clínico também é um trabalho “político”, dirigido conscientemente pelo psicólogo, no sentido de se voltar à terapêutica do paciente não apenas em seus aspectos “internos”, mas, fundamentalmente, nos externos. Como Zeigarnik afirma, é preciso trabalhar para a promoção das potencialidades do homem, em outras palavras, para sua humanização, dada pela apropriação das elaborações humanas e de uma atividade com sentido que o leve ao gênero humano, rompendo relações de alienação e estranhamento tão comuns entre o homem e a sociedade nos dias de hoje. Tal conduta se baseia também em uma luta pela transformação radical das condições que adoecem os homens, guiados, portanto, pela ética e defesa do que se pode desenvolver e garantir a cada um deles.

Ao final desse percurso apresentado ao leitor, constatamos que a Psicologia Histórico-Cultural oferece fundamento teórico para a compreensão, a partir de pressupostos histórico-sociais e que superam explicações naturalizantes e individuais, das determinações que levam ao adoecimento psíquico. Portanto, além de discussões concernentes ao âmbito escolar, dos processos de ensino e aprendizagem, a psicologia vigotskiana fornece uma concepção dos transtornos mentais, vinculada às determinações históricas, para o trabalho no campo da saúde mental. Desse modo, visamos apresentar a especificidade da Psicologia Histórico-Cultural no campo da psicologia clínica, frente a sua predominância na área educacional, com possibilidade de pensar na saúde e a superação do sofrimento psíquico enquanto um desenvolvimento potencializado de modo a poder haver uma existência social marcada por autonomia, controle de sua própria conduta e possibilidades de desenvolvimento. No entanto, não podemos nos abster do fato de que estamos dentro de uma sociedade regida pelo Capital, na qual a autonomia é sempre limitada e abarcada de obstáculos coerentes à manutenção do *status quo*.

Portanto, percebemos o quanto são escassas as pesquisas acerca da disciplina psicológica Patopsicologia Experimental e os estudos psicológicos experimentais, como propostos por Zeigarnik. Em relação aos experimentos e os casos clínicos expostos nos livros da autora, percebemos que se apresentam bastante descritivos, assim como estão ausentes em sua exposição os determinantes sociais e históricos que, no entanto, não diminui a

importância de seus estudos, mas indicam para a necessidade de avanços nesse campo teórico. A realização de pesquisas patopsicológicas pode ainda estar relacionada à análise dos manuais de psiquiatria, contribuindo para avanços do trabalho em saúde mental, na superação das concepções organicistas e naturalizantes, na qual apenas se sobrepõem fatores biopsicossociais, na ausência de explicações de modo articulado e dialético.

Dessa forma, podemos entender que qualquer análise do desenvolvimento individual das patologias dos processos psicológicos deve envolver suas contradições e determinantes sociais, ou seja, é preciso entender essas alterações dentro do contexto social do homem que, enquanto ser social, desenvolve-se a partir da realidade sócio-histórica na qual vive. A afirmação abaixo confirma tal pressuposto:

Assim, a consciência individual como forma especificamente humana do reflexo subjetivo da realidade objetiva só pode ser compreendida como produto das relações e mediações que aparecem durante a formação e desenvolvimento da sociedade. Fora do sistema destas relações (e fora da consciência social) não é possível a existência do psiquismo individual em forma de reflexo consciente, de imagens conscientes (Leontiev, 1978, p. 103).

Superando uma visão reducionista e dualista dos fenômenos humanos, percebemos que o homem constitui-se no interior das relações históricas e sociais, que podem levá-lo aos processos de humanização ou de alienação. A personalidade, portanto, estabelece-se a partir da relação dialética entre a objetividade e a subjetividade, ligada às funções psicológicas superiores, como afirmado na psicologia vigotskiana.

A esse respeito, Leontiev (1978) afirma que a formação da personalidade constitui-se a partir das condições históricas concretas nas quais o homem vive, sendo um processo dramático quando se dá sob as condições de uma sociedade de classes, com a inerente alienação e parcialização da personalidade.

O fato de um sujeito pertencer a uma classe condiciona, logo de início, o desenvolvimento de suas conexões com o mundo circundante, um segmento maior ou menor de sua atividade prática, seus contatos, seu conhecimento, e sua aquisição de normas de comportamento (Leontiev, 1978, p. 167).

Em concordância, Vygotsky (1930) afirma que “o caráter de classe, natureza de classe e distinções de classe que são responsáveis pela formação dos tipos humanos” (s/p), levam ao desenvolvimento de certas capacidades humanas conforme o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade de classe, ocasionando um desenvolvimento humano heterogêneo nos homens. Portanto, a produção e o desenvolvimento do homem devem ser analisados a partir da compreensão de sociedade na qual o sujeito está inserido e, além disso, na posição de classe que este sujeito ocupa. Essa concepção permite a superação da análise superficial e meramente descritiva que é propagada sobre os homens, neste caso, aqueles em sofrimento psíquico (Moraes, 2011).

Nesse sentido, a divisão do trabalho trouxe um “crescente desenvolvimento distorcido do potencial humano” (Vygotsky, 1930, s/p) e levou ao desenvolvimento intelectual dos homens conforme o pertencimento a determinada classe social, uma vez que o processo de alienação abarca a todos, com diferentes graus de intensidade. É interessante a afirmação do autor de que todos, em todas as classes sociais, sofrem com o processo de alienação e expropriação do que possuem de humano. Também na doença mental isso se fez válido, uma vez que as pessoas adoecem, mesmo aqueles que se encontram em posições privilegiadas no sistema capitalista de produção, que também tem uma configuração de captação e envolvimento dos homens e de sua personalidade. Nesse sentido, Vigotski (1927/1996) afirma que “cada pessoa é em maior ou menor grau o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais” (p. 368).

Leontiev (1978) concorda com esse posicionamento vigotskiano quando afirma que as relações sociais que o homem vivencia, multifacetadas por conta da divisão do trabalho e seu caráter contraditório, podem conduzir na estrutura de sua personalidade um desenvolvimento unilateral, de modo cindido, e desordens psicológicas. Tal processo gera a degeneração do desenvolvimento psíquico humano, ou seja, rupturas entre as funções psicológicas superiores e processos patológicos nos homens, pelo próprio funcionamento dual, imediatista e flexível do sistema capitalista. Portanto, a atividade do homem, configurada a partir do seu lugar de classe, estrutura sua personalidade, sua autoconsciência, a forma que o sujeito se realiza, sendo alterada quando não conseguir atingir os fins de desenvolvimento humano e reestruturação das relações reais desse homem, corrompida pelo modo de organização capitalista.

Essas proposições tornam-se fundamentais quando nos voltamos para a realidade atual, com as relações sociais dadas a partir do modo de produção capitalista, acentuando, ainda mais, a relevância desse estudo e de investigações futuras relacionadas à atividade do

homem no contexto histórico atual. Nesse sentido, Zeigarnik, ao afirmar a patologia mental como alteração da atividade, baseada em pressupostos marxistas, reafirma o protagonismo do trabalho enquanto atividade genuinamente humana e nos aponta a tese explicativa do adoecimento psíquico como tendo como uma de suas fontes as relações atuais de trabalho.

Este cerne explicativo expande as possibilidades de formação dos profissionais que atuam na área da saúde mental, por promover uma nova organização curricular e atuações a partir de uma perspectiva que considera os fenômenos humanos em sua materialidade, contradições e historicidade. Aqui temos mais uma implicação da presente pesquisa, ao trazer para o campo de discussão a necessidade de se pensar como os currículos de cursos de Psicologia e de Psiquiatria vêm formando seus alunos e capacitando-os aos modos de conceber, explicar, diagnosticar e tratar homens em sofrimento psíquico, o que é uma tarefa bastante árdua, mas válida de ser assinalada, mesmo que de forma tão pontual.

Na consideração de processos sociais que impossibilitam a emancipação do homem rumo ao gênero humano, a Patopsicologia Experimental orienta para uma abordagem que vai além da aparência que culpabiliza os indivíduos e das explicações reducionistas que estão biologizando os problemas sociais, tornando as relações entre os homens cada vez mais empobrecidas e esvaziadas. Esse posicionamento justifica-se, uma vez que fatores presentes na sociedade capitalista, como, por exemplo, a divisão de classes sociais e a divisão do trabalho têm levado à fragmentação dos processos psíquicos e às constantes queixas de enfraquecimento de vínculos sociais, provocando um aumento de problemas relacionados à saúde mental das pessoas.

Nesse sentido, na finalização da presente dissertação, podemos esboçar algumas problematizações, a partir da compreensão histórica e dos pressupostos da Patopsicologia Experimental, acerca do estabelecimento da relação entre o desencadeamento das patologias mentais e a organização das relações de trabalho sob os lençóis capitalistas. Tal vinculação baseia-se na constatação paradoxal entre a atividade trabalho como fator de humanização, em termos ontológicos, e o trabalho que assume determinadas características desumanizadoras e desagregadoras em determinadas sociedades e classes sociais, com as condições atuais de precarização do trabalho e na educação, por exemplo.

A esse respeito, Vigotski (1930) ressalta a mutilação da natureza humana que ocorre na forma de organização da sociedade capitalista. Ao tomar a atividade vital humana como o trabalho, o autor afirma que o caráter dual do trabalho (dividido entre intelectual e físico) prejudica o desenvolvimento humano, o desenvolvimento da personalidade, uma vez que está “é formada basicamente pela influência das relações sociais” (Vigotski, 1930, s/p). Ainda,

baseado no marxismo, aponta a inversão que ocorre no sistema produtivo ao deixar o trabalhador submetido ao processo de produção e não o processo de produção em função do trabalhador.

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se *estranhado*. O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social – a sua realização *no e pelo* trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser produção de mercadorias (Antunes, 2011, pp. 144-145, grifos do autor).

O autor apresenta a forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, caracterizado: pela lógica da flexibilidade, pelo trabalho desregulamentado e informal (desprovido de direitos e de carteira de trabalho), intensificação de formas de extração de trabalho, ampliação das terceirizações, noções de tempo e espaço sofrendo metamorfoses, mudanças constantes no modo de produzir as mercadorias feitas pelo capital, tanto materiais quanto imateriais, corpóreas ou simbólicas. Há, portanto, a desrealização do ser social, a degradação e o não reconhecimento do homem em sua própria produção. Em concordância, Alves (2013) pontua três aspectos do trabalho no modo de produção capitalista: atividade orientada a um fim estranhado ao sujeito; objeto alheio e, por fim, meios técnicos configurados como capital, mercadoria, sendo o trabalho do homem mais um elemento do trabalho alienado⁶³. Ao tomar esse cenário, o campo psicológico encontra que:

(...) são muitas as características do trabalho na sociedade moderna que desencadeiam sofrimento psíquico, como formas coercitivas de controle e avaliação, hierarquização, imprevisibilidade, falta de reconhecimento de si mesmo no seu trabalho, terceirização, precarização das relações de trabalho, ritmo intensivo, entre outras (S. T. F. Martins, 2011).

⁶³ Mesmo que de forma breve, assim como dito no terceiro capítulo, recorreremos aos autores do campo da sociologia Giovanni Alves e Ricardo Antunes, na perspectiva marxista, pela relevância e explicação da organização do trabalho no mundo capitalista no século XX e XXI. São estudos que apontam para perspectivas de novas pesquisas e embasam as problematizações que levantamos ao final da pesquisa. Juntamente com outros autores referência nesse campo, esperamos aprofundar essas discussões no âmbito da saúde mental, assim como com contribuições da Saúde Coletiva.

Antunes (2011) disserta sobre o sentido do trabalho, que vem sendo destruído e tomado por outras intenções na realidade atual da precarização estrutural do trabalho em escala global. Assim como Zeigarnik atribui à perda de sentido na atividade do homem uma forma de alteração patológica da personalidade, o referido sociólogo afirma que, na forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, devido a máxima exploração do trabalho, deturpa-se também o sentido do trabalho, numa aparência de perda de sentido e, num olhar mais atento, até a apropriação real do sentido regido pelo modo de produção capitalista. Nas palavras do autor, a recuperação desse sentido leva “a autodeterminação, *para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente* e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade” (Antunes, 2011, p. 113, grifos do autor).

Vejamos que a Psicologia e a Psiquiatria não podem se “apartar” das investigações da Sociologia, assim como Vigotski (1927/1996), na discussão a respeito da crise da psicologia e defesa da Psicologia Geral, assinala para a necessária apropriação do conhecimento de outras áreas científicas feita pela psicologia. No entanto, o autor esclarece que “muitas questões formuladas equivocadamente pela psicologia só adquirem aparência científica graças aos empréstimos procedentes das ciências naturais” (Vigotski, 1927/1996, p. 275). Assim como percebemos atualmente, desde sua constituição, o campo psicológico se deu na base biológica para se fazer científica, permanecendo um confuso estado da linguagem em psicologia. Diante dessas considerações, a psicologia precisa buscar clareza e mais fundamentação em outros campos do conhecimento, primordialmente aqueles que possibilitam sua construção histórica, tais como a sociologia, como recorreremos na presente pesquisa.

As investigações desses autores supracitados sustentam essas questões postas acerca do adoecimento psíquico e esquadram o cenário que devemos nos debruçar, reconhecendo a necessidade de investimento de tempo, de dedicação e trabalho coletivo para que algo comece a ser feito. Esse posicionamento justifica-se devido ao reconhecimento de que o desenvolvimento e o adoecimento psíquico, na internalização das relações sociais, se dão na condição de classe, ligadas ao drama dos papéis sociais que levam às alterações patológicas dos processos psicológicos. Portanto, esperamos, com essa pesquisa, abrir caminhos para novas hipóteses e investigações, na abertura de possibilidades da atuação em saúde mental em uma época de convulsão social, na condição atual do trabalho e na necessidade de compreensão dos processos de saúde e doença na materialidade do sujeito. São contradições a serem reveladas que envolvem a organização da **atividade humana**, na educação e no mundo do trabalho, que proporcionam o desenvolvimento da **personalidade** do homem em sua

relação com a realidade concreta, significada pelas **vivências**, que podem tomar o rumo da **patologia** dependendo de como se dão essas relações.

Desse modo, o desenvolvimento psíquico humano, assim como o desencadeamento do adoecimento psíquico, não podem ser descolados das relações de classe e de produção capitalistas, no caso do atual contexto histórico. Se as relações sociais, mediadas por instrumentos e signos, levam à formação de sistemas funcionais, em suas formas saudáveis como também patológicas, a presente pesquisa permite o entendimento de que quanto mais patogênicas tais relações forem, mais patogênico pode transformar-se o psiquismo.

Diante dessas considerações, espera-se estabelecer uma base sólida a partir deste referencial teórico para uma atuação pautada no comprometimento ético e político, atenta para essas condições sociais patogênicas, buscando-se formas para transformá-las no âmbito individual e coletivo de atuação na esfera da saúde mental, indo além da explicação biopsicossocial que limita, ao invés de abarcar múltiplas determinações. Ao fundamentar a atuação do psicólogo, este posicionamento teórico e prático pode, portanto, superar a tendência recorrente de culpabilização do indivíduo pelo sofrimento psíquico, ao reconhecer nas formas materiais de vida as condições objetivas para o desenvolvimento humano, saudável ou não.

Ao compreendermos o processo de saúde e doença como social, podemos trabalhar com homens em sofrimento e adoecimento psíquico no âmbito histórico, tanto quanto como um fenômeno individual e psicológico. Nesse sentido, tal como o fundamento expresso por Zeigarnik, deve-se ater ao fato de que o homem é que tem a doença, e não a doença o homem.

REFERÊNCIAS

- Abalo, J. G., & Rodriguez, E. K. (1984). La investigación patopsicológica contemporánea: su significación teórica y práctica. *Revista Cubana de Psicología*, 1,(2), 29-41. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221984000200004&lng=pt&nrm=iso.
- Abalo, J. G., & Rodriguez, E. K. (1986). La neuropsicología y la patopsicología como nuevas áreas de trabajo del psicólogo clínico en Cuba. *Revista Cubana de Psicología*, 3(1), 83-87. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221986000100008&lng=pt&nrm=iso.
- Almeida, S. H. V. (2008). *Psicologia Histórico-Cultural Da Memória*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Almeida, M. R. (2011). *Psicopatologia e Psicologia Sócio-Histórica: notas preliminares*. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo – Marxismo, Educação e Emancipação Humana. Recuperado em 28 de agosto, 2011, de <http://www.madres.org/documentos/doc20110113125655.pdf>.
- Alvarez, A. A. (2003). Alteraciones de la personalidad. *Psicologia em Revista*, 10(14), 13-24, Belo Horizonte. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/180/190>.
- Alvarez, A. A., & Abalo, J. G. (1992). Algunas consideraciones sobre el papel del desarrollo anómalo de la personalidad en la aparición de la neurosis. *Revista Cubana de Psicología*, 9(2), 120-125. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v9n2/09.pdf>.
- Alves, G. (2013). *Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho*. Bauru: Projeto Editorial Praxis.
- Antunes, R. (2011). *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (15ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Barroco, S. M. S. (2007). *A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdades de Ciências e Letras, Araraquara.

- Bazhenova, O. V., & Scoblo, G. V. (1992). Infant Mental Health Issues in the URSS. *Infant Mental Health Journal*. 13(4), 337-352.
- Berenchtein Netto, N., & Leal, D. (2013). Contribuições para uma historiografia da Defectologia Soviética. *Nuances: estudos sobre Educação*. Ano XIX, 01(25), 72-90.
- Bettelheim, C. (1983). *A luta de classes na União Soviética* (2ª ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Boarini, M. L. (2006). *A loucura no leito de Procusto*. Maringá: Dental Press.
- Bonnie, R. J. (2002). Political Abuse of Psychiatry in the Soviet Union and in China: Complexities and Controversies. *The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 30(01), 136-144. Recuperado em 10 de agosto, 2013, de <http://jaapl.org/content/30/1/136.full.pdf>.
- Brasil (2002). Portaria n.º 336/GM. Recuerado em 06 de dezembro, 2013, de <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Portaria%20GM%20336-2002.pdf>.
- Brasil (2004). Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde.
- Braslavsky, B. P. (1986). Prefácio. In M. Golder, M. (1986). *Reportajes Contemporaneos a la Psicologia Sovietica* (pp. 9-13). Buenos Aires: Editorial Cartago.
- Brown, J. V. (1989). Societal Responses to Mental Disorders in Prerevolutionary Russia. In W. O. McCagg, & L. Siegelbaum. (1989). *The Disabled in the Soviet Union: past and presente, theory and practice* (pp. 13-37). Pittsburgh: University of Pittsburgh.
- Cambaúva, L. G., & Tuleski, S. C. (2007). A pseudo-concreticidade do conceito de subjetividade na psicologia. *Revista de Educação*, n. 23, 79-89.
- Capriles, R. (1989). *Makarenko - o nascimento da pedagogia socialista*. São Paulo: Scipione.

- Castañeda, M. J. M. (2007). Em torno a la definición de la categoría personalidad. In M. J. M. Castañeda. (2007). *Psicología de la personalidad: selección de lecturas* (pp. 01-06). Habana: Editorial Pueblo e Educación.
- CID-10. (1998). *Classificação Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados*. Organização Mundial da Saúde (OMS). (Org.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cohen, E. (2011). Conceito de natureza humana, trabalho e subjetividade: um aporte para pensar a problemática do suicídio no mundo do trabalho. In M. Barreto, N. Berenchtein Netto, & L. B. Pereira. (2011). *Do assédio moral à morte de si: Significados sociais do suicídio no trabalho* (pp. 81-94). São Paulo: Matsunaga.
- Daúd Junior, N. (2011). Considerações histórico-conceituais sobre a instituição psiquiátrica no Brasil e a desinstitucionalização do “doente mental”. In M. B. Boarini (Org). *Desafios na atenção à saúde mental* (2ª ed) (pp. 93-126). Maringá: Eduem.
- Deutscher, I. (1967). A Revolução Inacabada (1917 – 1967). Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), 11-27.
- DMS-IV. (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* (4ª ed. rev.) Porto Alegre: Artmed.
- Duarte, N. (2001). *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana (2ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados.
- Eidt, N. M., & Tuleski, S. C. (2007). Discutindo a medicalização brutal em uma sociedade hiperativa. In M. E. M. Meira, & M. G. D. Facci (Orgs). (2007). *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a Educação* (pp. 221-248). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Engels, F. (1875/1990). Acerca das relações sociais na Rússia. In K. Marx, & F. Engels. (1990). *Obras escolhidas* (volume 2) (pp. 253-247). São Paulo: Alfa-Omega.
- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Caderno CEDES*. 24(62), 64-81.
- Field, M. G. (1989). Dissidence as Disability: the medicalization of dissidence in Soviet Russia. In W. O. McCagg, & L. Siegelbaum. (1989). *The Disabled in the Soviet Union: past and present, theory and practice* (pp. 253-275). Pittsburgh: University of Pittsburgh.

- Garaudy, R. (1967). Marxismo do século XX. Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), 01-09.
- Glazachev, A. A. (1962). El trabajo socialista, medio fundamental de formación del hombre nuevo. In I. T. Levikin, A. A. Glazachev, & R. M. Samsonov. (1962). *Problemas de la educación comunista* (pp. 95-182). Montevideo: America Nueva.
- Golder, M. (1986). Entrevista com B. V. Zeigarnik. In M. Golder. (1986). *Reportajes Contemporaneos a la Psicología Soviética* (pp. 72-112). Buenos Aires: Editorial Cartago.
- Hegedüs, A. (1986). A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica. In E. Hobsbawm (Org) et al. (1986). *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo* (2ª ed), vol. 7 (pp. 13-44). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* (2ª ed). São Paulo: Companhia das Letras.
- Joravsky, D. (1989). The Stalinist Mentality and The Treatment of Schizophrenia. In W. O. McCagg, & L. Siegelbaum. (1989). *The Disabled in the Soviet Union: past and presente, theory and practice* (pp. 119-149). Pittsburgh: University of Pittsburgh.
- Kozulin, A. (1994). *La psicología de Vygotski*. Madrid: Alianza Editorial.
- Lavretsky, H. (1998). The Russian Concept of Schizophrenia: A Review of the Literatura. *Schizophrenia Bulletin*, 24(4), 537-557.
- Lefebvre, H. (1983). *Lógica formal/Lógica dialética* (3ª ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lênin, V. I. (1967). As Tarefas Imediatas do Poder Soviético. Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), 157-172.
- Lênin, V. I. (1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (2ª ed). São Paulo: Nova Cultural.

- Leontiev, A.N. (1960). Las necesidades y los motivos de la actividad. In A. A. Smirnov, A. N. Leontiev, S. L. Rubinshtein, & B. M. Tieplov (Orgs.). *Psicología* (pp. 341-354). México: Grijalbo.
- Leontiev, A. N. (1978). *Actividad, Consciencia y Personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del hombre.
- Leontiev, A. N. (1988a). Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In L. S. Vigotskii, A. R. Luria, & A. N. Leontiev (Orgs.). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 59-83). São Paulo: Ícone.
- Leontiev, A. N. (1988b). Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In L. S. Vigotskii, A. R. Luria, & A. N. Leontiev (Orgs.). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 119-142). São Paulo: Ícone.
- Leontiev, A.N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo* (2ª ed). São Paulo: Centauro.
- Lewin, M. (1986). Para uma conceituação do stalinismo. In E. Hobsbawm (Org) et al. (1986). *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo* (2ª ed), vol. 7 (pp. 203-240). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lukács, G. (1967). Carta sobre o Stalinismo. Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), 29-46.
- Luria, A. R. (1962/1965). Foreword. In B. V. Zeigarnik. (1962/1965). *The pathology of thinking*, pp. VII-XIII. New York: Consultants Bureau.
- Luria, A. R. (1992). *A construção da mente*. São Paulo: Ícone.
- Martinez, J. R. (2006). *Metapsicopatologia da Psiquiatria: Uma Reflexão sobre o Dualismo Espistemológico da Psiquiatria Clínica entre a Organogênese e a Psicogênese dos Transtornos Mentais*. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar.
- Martins, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Tese de Livre Docência, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências, Departamento de Psicologia, Bauru.

- Martins, S. T. F. (2011). Prefácio: Do assédio moral à morte de si: a opção pela explicitação contra o silêncio que cala o sofrimento. In M. Barreto, N. Berenchtein Netto, & L. B. Pereira. (2011). *Do assédio moral à morte de si: Significados sociais do suicídio no trabalho* (pp. 10-26). São Paulo: Matsunaga.
- Mascagna, G. C. (2009). *Adolescência: compreensão histórica a partir da Escola de Vigotski*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- Mcneal, R. (1986). As instituições da Rússia de Stálin. In E. Hobsbawm (Org) et al. (1986). *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo* (2ª ed), vol. 7 (pp. 241-272). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Medvedev, R. A. (1986). O socialismo num só país. In E. Hobsbawm (Org) et al. (1986). *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo* (2ª ed), vol. 7 (pp. 45-81). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moraes, R. J. S. (2011). *O alcoolismo e o alcoolista no capitalismo: a Psicologia Histórico-Cultural na defesa da historicidade para o enfrentamento do problema*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- Nove, A. (1986). Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In E. Hobsbawm (Org) et al. (1986). *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo* (2ª ed), vol. 7 (pp. 105-136). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nikolaeva, V. V. (2011). B. W. Zeigarnik and Pathopsychology. *Psychology in Russian: State of the Art*, 4, 176–192. Recuperado em 02 de novembro, 2012, de http://psychologyinrussia.com/volumes/pdf/2011/10_2011_nikolaeva.pdf.
- Organização Mundial de Saúde (OMS) & Organização Panamericana da Saúde (OPAS). (2001). *Relatório Sobre a Saúde no Mundo: Saúde mental: Nova Conceção*, Nova Esperança. Washington, D.C.; Genebra.
- Paulo Netto, J. (1985). Apresentação. In V. I. Lênin. (1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria* (2ª ed) (pp. 01-16). São Paulo: Nova Cultural.

- Pedrosa, M. (1967). Revolução e Cultura. Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), 285–303.
- Pessotti, I. (1994). *A loucura e as épocas* (2ª ed). Rio de Janeiro: Ed, 34.
- Pinkevich, A. (1937). *Las modernas teorías pedagógicas y la nueva educación em la U.R.S.S.* Filosofia Tecnica y Realizaciones. México: Frente Cultural.
- Prestes, Z. R. (2010). *Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil - Repercussões no campo educacional*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB, Brasília.
- Reed, J. (1990). *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Reis Filho, D. A. (1983). *Rússia (1917-1921): Anos vermelhos*. São Paulo: Brasiliense.
- Rivière, A. (1985). *La psicología de Vygotski*. Madri: Visor.
- Rojlin, L. (n.d). *La medicina soviética en la lucha contra las enfermedades psíquicas*. Moscú: Ediciones em lenguas extranjeras.
- Ruíz, L. O. (1979). B. W. Zeigarnik y la Patopsicología. In B. V. Zeigarnik. (1969/1979). *Introducción a la Patopsicología* (pp. 01-08). La Habana: Científico Técnica.
- Salvadori, M. L. (1986). A crítica ao stalinismo. In E. Hobsbawm (Org) et al. (1986). *História do Marxismo; o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao Stalinismo* (2ª ed), vol. 7 (pp. 285-337). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Silva, F. G. (2007). *O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento*. Tese de Doutorado, Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Silva, F. G. (2009). Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, (28), 169-195. Recuperado em 02 de setembro, 2013, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&tlng=pt.

- Silva, M. A. S. (2011). As emoções na literatura de Clarice Lispector – um olhar da Psicologia Histórico-Cultural. Monografia Especialização em Teoria Histórico-Cultural, Universidade estadual de Maringá, Maringá-PR.
- Silva, R. (2011). *A Biologização das emoções e a medicalização da vida – Contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da sociedade contemporânea*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- Silva, R. L. (2013). *Leontiev e a natureza social do psiquismo: das lacunas no texto à totalidade na história*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR.
- Silveira, Ê. (1967). A URSS hoje: Rumo ao cosmos e ao Conforto Pessoal. Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), VIII-XVIII.
- Shuare, M. (1990). *La psicología soviética tal como yo la veo*. Moscú: Editorial Progreso.
- Soljenitsin, A. (1976). *Arquipélago Gulag (1918-1956)* (3ª Ed). São Paulo: Círculo do livro.
- Tapp, J. L. (1984). Kurt Lewin Memorial Adress: B. V. Zeigarnik. *Journal of Social Issues*, 40(2), 177-179. Recuperado em 02 de março, 2013, de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4560.1984.tb01100.x/pdf>.
- Toassa, G. (2009) *Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Tolstij, A. (1989). *El hombre y la edad*. Moscou: Editorial progresso.
- Trotsky, L. (1967). O que foi a Revolução de Outubro. Revolução Russa: cinquenta anos de História (Caderno Especial). *Revista Civilização Brasileira*, 3(1), 133-155.
- Trotsky, L. (1978). *Como fizemos a revolução*. São Paulo: Global Editora.
- Tuleski, S. C. (2008). *Vygotski: A construção de uma Psicologia Marxista* (2ª ed). Maringá: Eduem.

- Tuleski, S. C. (2011). *A relação entre texto e contexto na obra de Luria: apontamentos para uma leitura marxista*. Maringá: Eduem.
- Urdaniz, A. P. (1992). Consideraciones sobre la psiquiatria rusa. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria*, 12(42), 221-223. Recuperado em 10 de agosto, 2013, de <http://revistaaen.es/index.php/aen/article/view/15282/15143>.
- Valsiner, J., & Van der Veer, R. V. (2006). *Vygotsky: uma síntese* (5ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Vigotski, L. S. (1927/1996). O significado histórico da crise da Psicologia. In L. S. Vigotski. (1996). *Teoria e método em psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1930/1996). Sobre os sistemas psicológicos. In L. S. Vigotski. (1996). *Teoria e método em psicologia* (pp.103-135). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1934/2009). *A construção do pensamento e da linguagem* (2ª ed.) São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (1996). O método instrumental em psicologia. In L. S. Vigotski. (1996). *Teoria e método em psicologia* (pp. 93-101). São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2000). Psicologia concreta do homem. *Revista Educação & Sociedade*, 21(71), 21-44. Recuperado em 03 de maio, 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302000000200002.
- Vigotski, L. S. (2003). *Psicologia Pedagógica*. Porto Alegre: Artmed.
- Vigotski, L. S. (2010). Quarta aula: a questão do meio na pedologia. *Revista Psicologia USP*, 21(4), São Paulo, 681-701. Recuperado em 21 de agosto, 2013, de <http://www.redalyc.org/pdf/3051/305126191007.pdf>.
- Vines, J. (2013, 05 de novembro). Psiquiatra diz que a medicina transformou comportamentos normais em doença. *Folha de S. Paulo*, caderno Equilíbrio e Saúde. Recuperado em 10 de novembro, 2013, de <http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/11/1366864-psiquiatra-diz-que-a-medicina-transformou-comportamentos-normais-em-doenca.shtml>.

- Vygotski, L. S. (1983). Fundamentos de Defectologia. *Obras escogidas*. Tomo V. Madri: Visor.
- Vygotski, L. S. (1996). Psicologia infantil. *Obras escogidas*. Tomo IV. Madri: Visor.
- Vygotsky, L. (1930). *A transformação socialista do homem*. Marxists Internet Archive [trad. Nilson Dória]. Recuperado em 10 de agosto, 2011, de <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>.
- Vygotsky, L.S. (1931/1994). Thought in schizophrenia. In J. Valsiner, & R. Van Der Veer (Eds.). *The Vygotsky reader*. Oxford, UK; Cambridge USA: Basil Blackwell. [Tradução instrumental para fins didáticos por Achilles Delari Junior]. Recuperado em 16 de novembro, 2011, de http://www.4shared.com/file/50287419/9ebb7f5b/Traduo_de_Vigotski_O_Pensamento_na_Esquizofrenia.html?s=1.
- Vygotsky, L. S. (1933/1987). The psychology os schizophrenia. *Soviet Psychology*, 72-77.
- Wanderbroock Junior, D. (2009). *A educação sob medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil*. Maringá: Eduem.
- Wilkinson, G. (1986). Political dissent and “sluggish” schizophrenia in the Soviet Union. *British Medical Journal*, 293(6548), 641-642. Recuperado em 20 de agosto, 2013, de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1341504/pdf/bmjcred00251-0003.pdf>.
- Wortis, J. (1953). *La Psiquiatría Soviética*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Zeigarnik, A. V. (2007). Bluma Zeigarnik: a memoir. *Gestalt Theory*, 29(3), 256-268. Recuperado em 15 de setembro, 2012, de <http://kratovo.livejournal.com/10302.html>.
- Zeigarnik, B. V. (1962/1965). *The pathology of thinking*. New York: Consultants Bureau.
- Zeigarnik, B. V. (1969/1972). *Experimental Abnormal Psychology*. New York-London: Plenum Press.
- Zeigarnik, B. V. (1969/1979). *Introducción a la Patopsicología*. La Habana: Científico Técnica.

Zeigarnik, B. V. (1976/1981). *Psicopatología*. Madrid: Akal Editor.

Zeigarnik, B. V. (1984). Kurt Lewin and Soviet Psychology. *Journal of Social Issues*, 40(2), 181-192. Recuperado en 02 de marzo, 2013, de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4560.1984.tb01101.x/pdf>.

Zeigarnik, B. V., & Bratus, B. S. (1980/2009a). Algunas tendencias en la comprensión del desarrollo normal y anormal de la personalidad. In L. Q. Rojas, & Y. Soloviera (Org.). (2009). *Las funciones psicológicas en el desarrollo del niño* (pp. 210-218). México: Trillas.

Zeigarnik, B. V., & Bratus, B. S. (1980/2009b). La correlación del desarrollo y la desintegración del desarrollo de la psique. In L. Q. Rojas, & Y. Soloviera (Org.). (2009). *Las funciones psicológicas en el desarrollo del niño* (pp. 219-225). México: Trillas.

Zeigarnik, B.V, Luria, A. R., & Polyakov, Y. F. (1977). On the use of psychological tests in clinical practice in the U.S.S.R. *Intelligence*, 1, 82-93.

ANEXO

ANEXO 1 - Mapa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (S. H. V. Almeida, 2008).



APÊNDICES

APÊNDICE A: Relação dos governos durante o período da Rússia czarista, com destaque aos czares que são referenciados na presente pesquisa devido à incidência de suas ações governamentais na organização da assistência psiquiátrica russa⁶⁴.

Czar	Período de reinado	Acontecimento
Ivan, o Terrível	1547 – 1584	Método monástico para o tratamento dos doentes mentais.
Pedro, o Grande	1689 – 1721	Proclamou o Império Russo.
Consolidação do Império Russo em 1721		
Pedro, o Grande	1722 – 1725	Primeiros procedimentos formais para a determinação da competência mental na Rússia.
Catarina I	1725 – 1727	Esposa de Pedro, o Grande.
Pedro II	1727 – 1730	
Ana	1730 – 1740	Filha de Pedro, o Grande.
Ivan VI	1740 – 1741	
Elizabeth I	1741 – 1761	
Pedro III	1761 – 1762	Primeiros hospitais psiquiátricos.
Catarina II, a Grande	1762 – 1796	Esposa de Pedro III. Fundação de instituições para doentes mentais de acordo com o método empregado em nações do ocidente.
Paulo I	1796 – 1801	Filho de Catarina II.
Alexandre I	1801 – 1825	
Nicolas I	1825 – 1855	Construiu um modelo manicomial na Rússia.
Alexandre II	1855 – 1881	Alterações na estrutura institucional com serviços sociais e médicos. Fim da servidão dos camponeses. <i>Zemstvos</i> .
Alexandre III	1881 – 1894	
Nicolau II	1894 – 1917	Deposto na Revolução de Fevereiro. Ele e sua família foram mortos em 1917.

⁶⁴ Com base em sites da internet que trazem essas informações, assim como nos autores que utilizamos no decorrer da retomada histórica da Rússia Czarista.

APÊNDICE B – Levantamento da obra bibliográfica de Bluma V. Zeigarnik conforme encontrado durante a pesquisa.

3.1 – Obras acessadas

LIVROS				
Livro	Publicação em Moscou	Títulos em outros lugares do mundo	Edições	Referência
Patologia do pensamento	1962	<i>The pathology of thinking.</i>	Norte-americana em 1965	Zeigarnik, B.V. (1962/1965). <i>The pathology of thinking.</i> New York: Consultants Bureau.
Introdução à Patopsicologia	1969	<i>Experimental Abnormal Psychology</i>	Norte-americana em 1972	Zeigarnik, B.V. (1969/1972). <i>Experimental Abnormal Psychology.</i> New York-London: Plenum Press.
		<i>Introducción a la Patopsicologia</i>	Cubana em 1979	Zeigarnik, B.V. (1969/1979). <i>Introducción a la Patopsicologia.</i> La Habana: Científico Técnica.
Patopsicologia	1976	<i>Psicopatologia</i>	Espanhola em 1981	Zeigarnik, B.V. (1976/1981). <i>Psicopatologia.</i> Madrid: Akal Editor.
ARTIGOS E CAPÍTULO DE LIVROS				
On Some Prospects of Research on Sense-Based Formations of the Personality		A.G. Asmolov, B. S. Bratus, B. V. Zeigarnik, V. A. Petrovskii, E. V. Subbotskii, A. U. Kharash e L. S. Tsvetkova		Asmolov, A. G. et al. (2005). On Some Prospects of Research on Sense-Based Formations of the Personality. In: <i>Journal of Russian and East European Psychology</i> , 43(6), November–December, p. 5–18.
On the use of psychological tests in clinical practice in the U.S.S.R		Zeigarnik, B.V; Luria, A. R. e Y. F. Polyakov		Zeigarnik, B. V., Luria, A. R., & Polyakov, Y. F. (1977). On the use of psychological tests in clinical practice in the U.S.S.R. <i>Intelligence</i> , 1, pp. 82-93.
Algunas tendencias en la comprensión del desarrollo normal y anormal de la personalidad		B. V. Zeigarnik e B. S. Bratus		Zeigarnik, B. V., & Bratus, B. S. (1980/2009a). Algunas tendencias en la comprensión del desarrollo normal y anormal de la personalidad. In: Rojas, Luis Quintanar & Soloviera, Yulia. (2009). <i>Las funciones psicológicas en el desarrollo del niño.</i> México: Trillas, pp. 210-218.
La correlación del desarrollo y la desintegración del desarrollo		B. V. Zeigarnik e B. S. Bratus		Zeigarnik, B. V., & Bratus, B. S. (1980/2009b). La correlación del desarrollo y la desintegración del

de la psique.		desarrollo de la psique. In: Rojas, Luis Quintanar & Soloviera, Yulia. (2009). <i>Las funciones psicológicas en el desarrollo del niño</i> . México: Trillas, pp. 219-225.
Kurt Lewin and Soviet Psychology	B. V. Zeigarnik	Zeigarnik, B. V. (1984). Kurt Lewin and Soviet Psychology. <i>Journal of Social Issues</i> , vol. 40, n. 2, pp. 181-192.

3.2 – Obras que não foi possível o acesso

Título	Autor(es)	Ano	Referência
On finished and unfinished tasks	B. V. Zeigarnik	1938	Zeigarnik, B. (1938). <i>On finished and unfinished tasks</i> . In W. D. Ellis (Ed.), <i>A Source Book of Gestalt Psychology</i> (pp. 300-314). New York: Harcourt.
Transtornos do pensamento no doente mental (em russo)	B. V. Zeigarnik	1958	?
Personalidade e Patologia de Atividade (em russo)	B. V. Zeigarnik	1971	?
Excerpts from personality and the pathology of activity.	B. V. Zeigarnik	1972	Zeigarnik, B. V. (1972). Excerpts from personality and the pathology of activity. <i>Soviet Psychology</i> , 11(2), p. 89.
Fundamentos da Patopsicologia (em russo)	B. V. Zeigarnik	1973	?
Algunos problemas actuales de la patopsicología (em russo)	B. V. Zeigarnik	1978	B. W. Zeigarnik. (1978). Algunos problemas actuales de la patopsicología. In: <i>Psicología soviética y problemas clínicos</i> . La Habana.
Esbozos de psicología del desarrollo anómalo de la personalidad (em russo)	B. V. Zeigarnik e B. S. Bratus	1980	Zeigarnik, B. W. & Bratus, B. S. (1980). Esbozos de psicología del desarrollo anómalo de la personalidad. Ed. Univ. Est. Moscú.
Lugar de la Psicología en la Medicina (em russo)	B. V. Zeigarnik e V. V. Nikolaeva	1980	Zeigarnik, B. W. & V. V. Nikolaeva. (1980). Lugar de la Psicología en la Medicina. Cap. II del libro "Esbozos de Psicología del desarrollo anómalo de la personalidad" de B. W. Zeigarnik y B. S. Bratus,

			Ed, U.E.M. Moscú.
A teoria da personalidade de K. Lewin (em russo)	B. W. Zeigarnik	1981	?
Teorias da personalidade na Psicologia Ocidental (em russo)	B. W. Zeigarnik	1982	?
Psychopathology made its choice a long time ago (em russo)	Zeigarnik, B. V., & Nikolayeva, V. V	1984	Zeigarnik, B. V., & Nikolayeva, V. V. (1984). Psychopathology made its choice a long time ago. <i>Psikologicheskii Zhurnal</i> , 5(2), 122-123.

3.3 – Levantamento feito por Anton Yasnitsky e Michel Ferrari (2008)

Trabalhos na psicologia clínica e psicologia patológica na década de 1930 e 1940 ⁶⁵	
1934	Zeigarnik. (1934). Para o problema da compreensão de palavras figurativas ou sentenças em casos de alterações patológicas do pensamento. In: Novidades no estudo sobre agnosia, apraxia e afasia. Moscou: OGIZ.
1935	Zeigarnik & Birenbaum. (1935). Para o problema da percepção semântica. Neuropatologia, psiquiatria e psiquiatria soviéticas
1935	Kaganovskaya & Zeigarnik (1935). Para a psicopatologia do negativismo em encefalites epidêmicas. In: Neuropatologia, psiquiatria e psiquiatria soviéticas.
1935	Birenbaum & Zeigarnik (1935). Para a análise dinâmica das desordens do pensamento. Neuropatologia, psiquiatria e psiquiatria soviéticas.
1940	Zeigarnik. (1940). Análise psicológica da estrutura da deterioração pós-traumática. In: Coleção de obras TsIP (Vol. 1).
1940	Dubinina & Zeigarnik (1940). Para a questão da demência traumática. Neuropatologia e psiquiatria
1941	Zeigarnik. (1941). Análise psicológica da estrutura da deterioração e defeitos pós-traumáticos. In: Coleção de obras TsIP. Moscou.
1960	Zeigarnik, B. V., & Rubinshtein, S. Y. (1960). Laboratórios de Psicologia Experimental nas clínicas psiquiátricas da URSS. In: B. G. Anan'ev, G. S. Kostyuk, A. N. Leontiev, A. R. Luria, N. A. Menchinskaya, S. L. Rubinshtein, A. A. Smirnov, B. M. Teplov, & F. N. Shemyakin (Eds.), <i>Psikhologicheskaya nauka v SSSR</i> (Vol. 2, pp. 459–481). Moscow: APN RSFSR.

⁶⁵ Baseado no trabalho de Anton Yasnitsky e Michel Ferrari, que trata da relação de Vigotski com a escola de Kharkov e traz uma lista de vários trabalhos dele e seus colaboradores em “psicologia clínica e estudo da patologia”. Achilles Delari Junior sistematizou uma tabela com textos de Bluma Zeigarnik, como anunciados por Yasnitsky e Ferrari (2008), que foi em parte reproduzida nessa relação.

Referência: ANTON YASNITSKY A. & FERRARI M. (2008). From Vygotsky to vygotkian psychology: introduction to the his-tory of the Kharkov school. In: *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, Vol. 44(2), pp. 119–145.

APÊNDICE C: Artigos da Revista Cubana de Psicologia relacionados à Patopsicologia Experimental – década de 1980 e 1990.

Título	Autor(es)	Referência
La neuropsicología y la patopsicología como nuevas áreas de trabajo del psicólogo clínico en Cuba	Jorge Grau Abalo e Elisa Knapp Rodríguez	Abalo, J. G., & Rodriguez, E. K. (1986). La neuropsicología y la patopsicología como nuevas áreas de trabajo del psicólogo clínico en Cuba. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , 3(1), 83-87. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221986000100008&lng=pt&nrm=iso .
Perspectivas del estudio del "cuadro interno" en las enfermedades.	Jorge Grau Abalo e Dalia Portero Cabrera	Abalo, J. G., & Cabrera, D. P. (1984). Perspectivas del estudio del "cuadro interno" en las enfermedades. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La Habana, 1(3). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221984000300007&lng=pt&nrm=iso .
La investigación patopsicológica contemporánea: su significación teórica y práctica	Jorge Grau Abalo e Elisa Knapp Rodríguez	Abalo, J. G., & Rodriguez, E. K. (1984). La investigación patopsicológica contemporánea: su significación teórica y práctica. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , 1,(2), 29-41. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221984000200004&lng=pt&nrm=iso .
Estudio comparativo de la alteración de la criticidad en pacientes neuróticos y esquizofrénicos	Luis F. Herrera Jiménez; Dalia Portero Cabrera; Nela García Medina e Nereida Ruíz	Jiménez, L. F. H., Cabrera, D. P., Medina, N. G., & Ruíz, N. (1987). Estudio comparativo de la alteración de la criticidad en pacientes neuróticos y esquizofrénicos. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La Habana, 4 (2). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221987000200002&lng=pt&nrm=iso .
Posibilidades de trabajo de psicólogos sociolaborales y de la educación en el estudio de algunos estados psíquicos patológicos	Haydée Díaz Morera e Irene González Rodríguez	Morera, H. D., & Rodriguez, I. G. (1987). Posibilidades de trabajo de psicólogos sociolaborales y de la educación en el estudio de algunos estados psíquicos patológicos. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La Habana, 4(3). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-

		43221987000300005&lng=pt&nrm=iso.
Valoración y uso de las técnicas proyectivas para el estudio patopsicológico de las neurosis	Armando Alonso Alvarez	Alvarez, A. A. (1986). Valoración y uso de las técnicas proyectivas para el estudio patopsicológico de las neurosis. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La Habana, 3(3). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221986000300004&lng=pt&nrm=iso .
Algunas consideraciones sobre el papel del desarrollo anómalo de la personalidad en la aparición de la neurosis	Armando Alonso Alvarez e Jorge Grau Abalo	Alvarez, A. A., & Abalo, J. G. (1992). Algunas consideraciones sobre el papel del desarrollo anómalo de la personalidad en la aparición de la neurosis. <i>Revista Cubana de Psicología</i> . 9(2), 120-125. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v9n2/09.pdf .
El papel de la psiquis en la determinación de la salud	Reinaldo Pérez Lovelle	Lovelle, R. P. (1984). El papel de la psiquis en la determinación de la salud. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La Habana, 1(3). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221984000300002&lng=pt&nrm=iso .
Algunas aplicaciones de la teoría de L. S. Vigotski en psicología clínica	Armando Alonso Alvarez	Alvarez, A. A. (1998). Algunas aplicaciones de la teoría de L.S. Vigotski en psicología clínica. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La Habana, 15(2). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221998000200005&lng=pt&nrm=iso .
Algunas tendencias en la psicología médica soviética actual	Reinaldo Pérez Lovelle	Lovelle, R. P. (1988). Algunas tendencias en la psicología médica soviética actual. <i>Revista Cubana de Psicología</i> . 5(3), pp. 27-32. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v5n3/05.pdf .
Etiología de las neurosis	Armando Alonso Álvarez; Renán Rodríguez Morales	Alvarez, A. A., & Morales, R. R. (1987). Etiología de las neurosis. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , 4(2), 35-44. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v4n2/04.pdf .
Caracterización de los conflictos en la neurosis	Armando Alonso Alvarez e Mercedes Villanueva Claro	Alvarez, A. A., & Claro, M. V. (1996). Caracterización de los conflictos en la neurosis. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , La

		Habana, 13(2-3). Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0257-43221996000200008&lng=pt&nrm=iso .
Diagnóstico y tratamiento de la neurosis a partir de un enfoque personológico	Armando Alonso Alvarez; Reina Rodríguez Mesa	Alvarez, A.A., & Mesa, R. R. (1995). Diagnóstico y tratamiento de la neurosis a partir de un enfoque personológico. <i>Revista Cubana de Psicología</i> . 12(3), 171-185.
Papel del desarrollo anormal de la personalidad en el origen de la neurosis y de sus diversas formas clínicas	Armando Alonso Alvarez	Alvarez, A. A. (1994). Papel del desarrollo anormal de la personalidad en el origen de la neurosis y de sus diversas formas clínicas. <i>Revista Cubana de Psicología</i> . 11(2-3), 153-170. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v11n2-3/07.pdf .
Posibilidades del uso del método de análisis psicológico de la historia clínica en el estudio de la personalidad de pacientes neuróticos	María Elena Pineda Gómez e Jorge Grau Abalo	Gomez, M. E. P., & Abalo, J. G. (1988). Posibilidades del uso del método de análisis psicológico de la historia clínica en el estudio de la personalidad de pacientes neuróticos. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , 5(3), 33-43. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v5n3/06.pdf .
Exploración del deterioro de los procesos psíquicos en pacientes esquizofrénicos crónicos	Luis F. Herrera Jiménez, Leonardo Rodríguez Méndez, Norma Rojas Pérez e Jorge Grau Abalo	Jiménez, L. F. H., Méndez, L. R., Pérez, N. R., & Abalo, J. G. (1987). "Exploración del deterioro de los procesos psíquicos en pacientes esquizofrénicos crónicos". <i>Revista Cubana de Psicología</i> , 4(2), 51-57. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rcp/v4n2/06.pdf
Algunas cuestiones de la Psicología Clínica	Elisa Knapp Rodríguez	Rodriguez, E. K. (1984). Algunas cuestiones de la Psicología Clínica. <i>Revista Cubana de Psicología</i> , 1(2), 79-82.
Alteraciones de la personalidad ⁶⁶	Armando Alonso Alvarez	Alvarez, A. A. (2003). Alteraciones de la personalidad. <i>Psicologia em Revista</i> , 10(14), 13-24, Belo Horizonte. Recuperado em 03 de dezembro, 2012, de http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/180/190 .

⁶⁶ Nesse levantamento, o único artigo encontrado com publicação em revista brasileira.